

2009

**INFORME
ANUAL**

CAF

2009

INFORME ANUAL



FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO • AMÉRICA LATINA



1970

Bolívia (1970)
Colômbia (1970)
Equador (1970)
Peru (1970)
Venezuela (1970)

1990-1997

Bolívia
Colômbia
Equador
Peru
Venezuela
México (1990)
Brasil (1992)
Chile (1992)
Trinidad e Tobago (1994)
Panamá (1997)
Paraguai (1997)
Jamaica (1999)



2001-2009

Bolívia
Colômbia
Equador
Peru
Venezuela
México
Brasil
Chile
Trinidad e Tobago
Panamá
Paraguai
Jamaica
Argentina (2001)
Uruguai (2001)
Costa Rica (2002)
Espanha (2002)
República Dominicana (2004)
Portugal (2009)

A CAF é uma instituição financeira multilateral, cuja missão é apoiar o desenvolvimento sustentável de seus países acionistas e a integração da América Latina. Seus acionistas são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela e 14 bancos privados da região.

Atende aos setores público e privado, fornecendo produtos e serviços múltiplos a uma ampla carteira de clientes constituída pelos Estados acionistas, empresas privadas e instituições financeiras. Em suas políticas de gestão integra as variáveis sociais e ambientais, e inclui em todas suas operações critérios de ecoeficiência e sustentabilidade. Como intermediário financeiro, mobiliza recursos desde os mercados internacionais até a América Latina promovendo investimentos e oportunidades de negócio.

Carta do Presidente Executivo 7

1 Aspectos financeiros destacáveis 9

2 Aspectos destacáveis 11

3 Contexto econômico e integração regional 13

4 Operações 27

Aprovações 29

Desembolsos 35

Carteira 36

Fundos de cooperação 38

Países acionistas 43

5 Agenda CAF para o Desenvolvimento 123

Agenda de infraestrutura 127

Agenda de desenvolvimento social 135

Agenda de sustentabilidade social 139

Agenda ambiental 141

Agenda de competitividade, inserção internacional e políticas públicas 145

6 Promoção regional e difusão de conhecimento 155

Gestão organizacional interna 169

7 Tema especial: Disparidades regionais e desenvolvimento econômico local. Para um novo protagonismo das cidades e regiões 171

8 Comentário da administração sobre a avaliação financeira 189

9 Demonstrações financeiras 199

Relatório da administração sobre a efetividade dos controles internos
relacionados à preparação das informações financeiras 201

Relatório dos auditores independentes sobre o relatório
da administração sobre a efetividade dos controles internos
relacionados à preparação das informações financeiras 202

Parecer dos auditores independentes 203

Órgãos de direção 227

Composição do Diretório 228

Diretoria 229

Produtos e serviços 230

Escritórios 232



L. Enrique García
Presidente Ejecutivo

É com prazer que apresento o Informe Anual e os resultados financeiros auditados correspondentes ao exercício econômico de 2009.

Durante 2009, a CAF teve um importante papel anticíclico fundamental como resposta à crise financeira internacional. Isto se manifestou em um novo recorde no nível de aprovações, assim como no apoio significativo aos países acionistas com operações de rápido desembolso e linhas de crédito contingente. Além disso, a Corporação reforçou seu respaldo aos sistemas financeiros público e privado da região, ao mesmo tempo em que apoiou os programas de investimento dos governos enquadrados dentro das estratégias anticrise de cada país.

Visando o fortalecimento deste importante papel anticíclico e sustentar sua crescente projeção latino-americana, o Diretório da Corporação e a Assembléia dos Acionistas aprovaram, de forma unânime e em tempo recorde, um aumento de capital de USD 2,500 milhões que duplicará o capital integralizado da Instituição. Isto se soma ao processo de capitalização em curso das ações adotadas pela Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai para se converterem em acionistas da Série A (USD 1,500 milhões), o que significa cerca de USD 4,000 milhões de aportes de capital que a Corporação receberá nos próximos anos. Além disso, Portugal se converteu no segundo acionista da CAF da União Européia.

Cabe destacar também que, em um contexto internacional complexo, a CAF alcançou resultados financeiros altamente satisfatórios, já que as qualificações de riscos atribuídas à Corporação foram ratificadas pelas principais agências de *ratings*. Isto permitiu que, apesar da crise financeira mundial, a CAF realizasse várias emissões de bônus, entre as quais se destaca a maior colocação individual em sua história.

Este excelente desempenho demonstra o dinamismo desenvolvido pela Corporação em anos recentes e a posiciona para enfrentar os novos desafios que se apresentam com a sua evolução em ambiente instável. É por isto que, por ocasião de seu quadragésimo aniversário, é propício adiantar uma reflexão sobre o futuro da região e o papel de apoio que a CAF está convocada a ter para que a América Latina conquiste o lugar que lhe corresponde no cenário mundial.

Os resultados alcançados não teriam sido possíveis sem o respaldo dos governos de nossos países acionistas, do Diretório e da dedicação da equipe da Instituição. A todos eles quero estender meu mais sincero agradecimento.

L. Enrique García
Presidente Ejecutivo

(em milhões de USD)

	Ativos totais	Ativos líquidos	Carteira de empréstimo e investimentos
2009	15,887	3,685	11,772
2008	14,212	3,221	10,259

1

ASPECTOS FINANCEIROS DESTACÁVEIS

(em milhões de USD)

	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Lucro líquido
2009	2,486	5,287	235
2008	2,176	4,554	311

- **Significativo aumento de capital de USD 2,500 milhões, valor que duplicará o capital pago da Instituição.**
- **Valor recorde de aprovações no valor de USD 9,171 milhões, que representa um aumento de 15.4% em relação ao ano anterior e operações de USD 37 milhões com recursos não reembolsáveis.**
- **Decisivo rol anticíclico mediante aprovações de rápido desembolso e linhas de crédito contingentes aos países acionistas e apoio aos sistemas financeiros públicos e privados (30% das aprovações totais do exercício).**
- **Ativos totais: USD 15,887 milhões; liquidez: USD 3,685 milhões; patrimônio: USD 5,287 milhões; e lucro líquido: USD 235 milhões.**

2

ASPECTOS DESTACÁVEIS

- **Indicadores da qualidade da carteira, liquidez, rentabilidade e eficiência administrativa altamente satisfatórios.**
- **Ratificação das qualificações de risco da CAF, em um cenário internacional muito adverso, por reconhecimento da qualidade de crédito da Corporação e a relevância que adquiriu como um dos principais bancos de desenvolvimento da América Latina.**
- **Maior emissão de títulos na história da CAF, no valor de USD 1,000 milhões, no mercado norte-americano e importante expansão das emissões nos mercados regionais.**
- **Entrada de Portugal como segundo acionista da União Européia.**

3

CONTEXTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Cenário internacional: evolução recente e perspectivas

Mercados financeiros,
de bens básicos e cambiais

Mercados emergentes

América Latina: evolução recente e perspectivas

Setor real

Setor externo

Contas fiscais

Setor monetário e cambial

Competitividade e cenário empresarial

Integração regional

CENÁRIO INTERNACIONAL: EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

A partir do segundo trimestre de 2009 começam a aparecer indícios de que a economia global está em uma fase de lenta recuperação depois de ter alcançado o seu ponto mais crítico. Sem dúvida, as políticas de estímulo fiscal implementadas nos principais países desenvolvidos, junto com uma política monetária expansiva, estão contribuindo para este resultado. De fato, já se observa um desempenho positivo nas principais bolsas das economias industrializadas e se constata uma redução na volatilidade dos títulos negociados nestes mercados. Do mesmo modo, percebe-se uma diminuição do risco nos mercados de crédito. Além disso, a expansão da demanda mundial, impulsionada principalmente pelo crescimento da China, já reflete no aumento dos preços das matérias-primas, especialmente os minerais.

Ademais, a queda no comércio internacional freou, o mercado imobiliário dos Estados Unidos mostra sinais de melhora e a produção industrial das economias desenvolvidas começa a crescer depois de ter permanecido em terreno negativo por cerca de um ano e meio. Estes sinais são reforçados pelo leve crescimento da confiança dos consumidores europeus e norte-americanos, ainda que os níveis de desemprego se mantenham elevados, o que coloca obstáculos na expansão da demanda agregada.

As economias emergentes lideram a recuperação da economia mundial graças ao seu rápido crescimento, destacando-se especialmente o dinamismo da China. Não há dúvidas de que o pacote de medidas de estímulo fiscal implementado pelo governo chinês teve um impacto importante na aceleração do crescimento do PIB, na recuperação das importações e no impacto positivo sobre a demanda agregada. De fato, a venda de veículos, um indicador frequentemente utilizado para medir o pulso da economia chinesa, mostrou um crescimento acelerado a partir do início de 2009.

Contudo, prevê-se que a recuperação da economia mundial será lenta e provavelmente não voltará aos níveis dinâmicos observados antes da crise. Neste sentido, espera-se que o crescimento global retorne progressivamente ao terreno positivo, mesmo que ainda existam alguns riscos, principalmente os relacionados com problemas remanescentes no sistema bancário internacional, na recuperação de crédito, e nos possíveis efeitos das políticas macroeconômicas adotadas pelas economias industrializadas para enfrentar a crise.

Uma das preocupações mais importantes em relação à sustentabilidade da recuperação econômica refere-se aos possíveis efeitos futuros da expansão monetária e dos pacotes de estímulo fiscal adotados pelas principais economias do mundo. Desde o começo da crise, os bancos centrais das economias industrializadas atuaram agressivamente reduzindo as taxas de juros e provendo liquidez aos bancos em dificuldade. Isto teve como consequência um aumento substancial dos ativos em poder

das autoridades monetárias das economias industrializadas. Além disso, vários organismos multilaterais aumentaram suas ofertas de recursos para as principais economias do mundo, com destaque para a emissão de Direitos Especiais de Saques (SDR, na sigla em inglês), feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no valor de cerca de USD 280 bilhões, dos quais cerca de USD 100 bilhões correspondem a economias emergentes.

Esta massiva expansão de liquidez gerou preocupação sobre os efeitos inflacionários que poderia causar no futuro. Entretanto, os bancos centrais do mundo possuem uma série de ferramentas que permitem absorver o excesso de liquidez, o que mitigaria as pressões sobre os preços, mas, de qualquer forma, enquanto existir excesso de capacidade produtiva, não deverá existir pressões inflacionárias.

No âmbito fiscal, os efeitos de longo prazo são mais complicados de se resolver. Por conta dos efeitos da crise, as principais economias industrializadas tiveram uma grande injeção de recursos públicos, o que levou à deterioração de suas situações fiscal e de endividamento. Associado a isto, as economias desenvolvidas mostram baixas taxas de reservas e uma mudança demográfica caracterizada por um progressivo envelhecimento da população, o que reduz a capacidade de gerar os recursos futuros necessários para repagar a dívida e melhorar as contas fiscais isto pode implicar em um possível ajuste fiscal de dimensão considerável no futuro.

Outro risco a se levar em conta e que poderá afetar a recuperação da economia mundial é o efeito que pode resultar as novas regulamentações bancárias e as sequelas da crise financeira mundial. Por um lado, é importante que as mudanças regulatórias direcionadas a tornar mais seguras as instituições financeiras não impeçam a recuperação do crédito. Por outro lado, por consequência da crise, os bancos endureceram seus padrões de crédito, o que torna mais difícil o seu acesso e pode dificultar o crescimento da demanda agregada. Para completar, é fundamental resolver os problemas de super valorização de imóveis e empresas –especialmente nos Estados Unidos– e finalizar o saneamento nos sistemas bancários globais.

Mercados financeiros, de bens básicos e cambiais

A calma voltou progressivamente aos mercados financeiros a partir de março de 2009, com base na continuidade dos pacotes de benefícios monetários, que garantiram a redução das taxas reais de juros, e de um retorno do apetite pelo risco. À medida que os mercados de crédito foram se descongelando, reduziu-se a demanda das facilidades extraordinárias de liquidez providas pelos bancos centrais.

Acompanhando a menor percepção de risco nos mercados de crédito, os *spreads* diminuíram progressivamente a todo nível (corporativos, soberanos, o *TED spread* e o *spread* entre a taxa LIBOR e as taxas de política). Em muitos casos, os *spreads* inclusive convergiram a níveis que prevaleciam antes do episódio da quebra da *Lehman Brothers*.

As cotações dos bens básicos avançaram de maneira importante, produto de algumas melhoras nas bases de oferta e procura, de reacomodação dos fluxos nos mercados financeiros e das flutuações do dólar americano. Os metais industriais (chum-

Gráfico 1. **Bolsa de Valores**

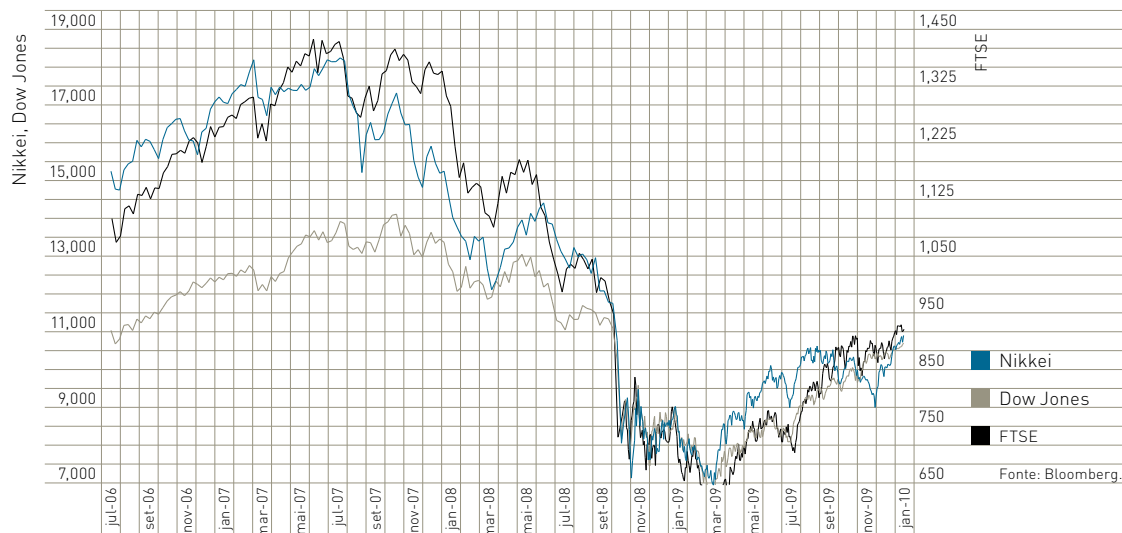
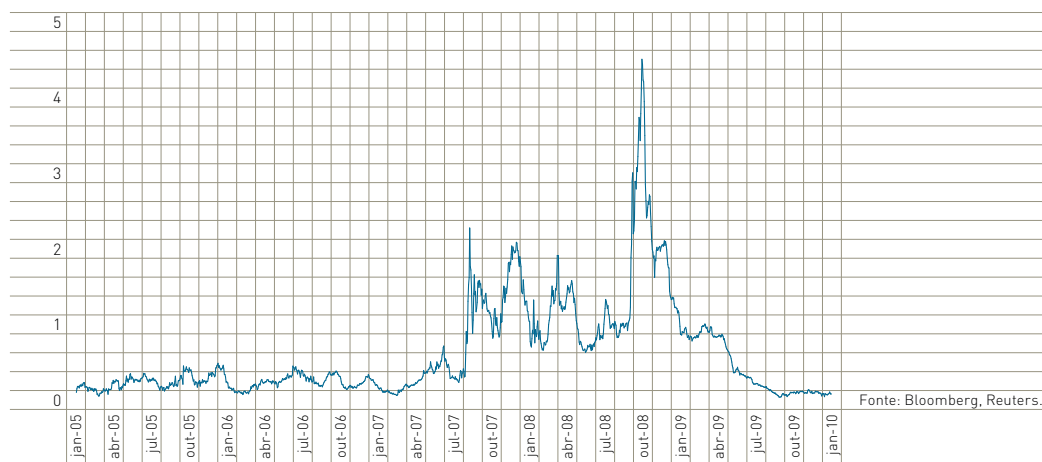


Gráfico 2. **TED spread** (diferencial entre a taxa LIBOR e os Títulos do Tesouro Americano)



bo, cobre e alumínio) se beneficiaram do aumento da demanda na China de materiais para a construção, enquanto os bens agrícolas continuaram enfrentando uma demanda estável.

Já os bens energéticos levaram a dianteira na recuperação. Logo depois de bater USD 40/barril em fevereiro de 2009, os indicadores de petróleo Brent e WTI fecharam acima de USD 70/barril em dezembro deste mesmo ano. Vale destacar que uma nova alta dos preços de energia pode minar a recuperação do crescimento global, à medida que reduz o ingresso disponível dos consumidores e aumenta os custos de produção de alguns setores.

Os índices das principais bolsas a nível global começaram a ganhar terreno a partir de março de 2009, sendo a expansão mais prolongada desde o início da crise. Os mercados se beneficiaram de uma renovação do apetite pelo risco, que se sustentou nos progressivos sinais de indícios de recuperação na atividade econômica global e na melhora nas condições dos mercados de crédito. Além disso, evidenciou-se uma redução da volatilidade.

Após o pânico financeiro despertado em outubro de 2008, a dinâmica do dólar ficou marcado, em boa medida, por sua função como refugio de reserva. Neste sentido, os movimentos e a volatilidade no dólar foram respostas mais à evolução do apetite pelo risco que aos fundamentos econômicos próprios dos Estados Unidos, o que afetou o comportamento de outras moedas. Não obstante, a debilidade das finanças públicas nos Estados Unidos tem o potencial de enfraquecer a posição do dólar a médio prazo. Frente a esta perspectiva e à volatilidade registrada, alguns países emergentes propuseram o uso mais forte de outras moedas como ativo de reserva e no comércio. A viabilidade destas iniciativas é limitada, todavia, pela escassez relativa de meios de pagamento alternativos nas quantias necessárias na atualidade.

Mercados emergentes

Após o pronunciado retrocesso associado ao colapso do comércio internacional e às restrições de crédito a partir do último trimestre de 2008, os pacotes de estímulos monetários e fiscais indicaram a volta das atividades na Ásia emergente a partir do segundo trimestre de 2009. A China esteve à frente da recuperação, seguida pela Índia. A retomada de suas importações contribuiu, ainda, com a melhora do comércio na região asiática.

Os indicadores de produção industrial, exportações e vendas sugerem que a China chegou perto da meta de crescimento de 8% ao final de 2009, mediante um ambicioso programa de estímulo fiscal de cerca de USD 586 bilhões e agressivos cortes na taxa de juros para estimular a demanda interna.

Ainda que em proporções mais modestas, o resto dos países asiáticos criou planos de estímulo nas mesmas linhas, com resultados positivos nos níveis de atividade. Contudo, as economias mais dependentes de exportações (Coreia, Hong Kong, Malásia, Cingapura e Tailândia) não puderam compensar a queda na demanda externa e fecharam o ano com cifras negativas de crescimento.

Na China, estima-se que a maior parte do crescimento deve-se à expansão do investimento público. Apesar da aceleração do crédito e da implementação de subsídios para a compra de certos bens, a contribuição do consumo privado para a expansão foi limitada.

No caso da Europa emergente, o crescimento projetou também sinais de recuperação no segundo trimestre de 2009. Após a estabilização dos sistemas financeiros, os níveis de produção começaram a subir. Contudo, a severa queda nas economias mais afetadas pelo racionamento de liquidez no ano passado (Hungria, República Checa e Ucrânia) causou contrações no final do ano.

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

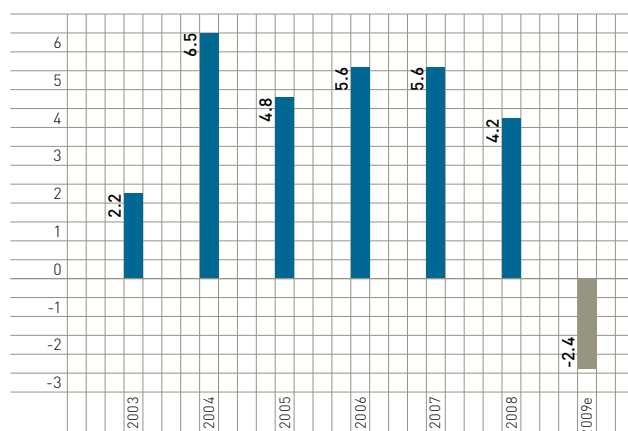
Apesar da região estar mais bem preparada que no passado para lidar com uma crise desta natureza, e, inclusive, em alguns momentos parecer estar imune a ela, o fato é que o impacto foi muito maior que o previsto. De fato, a redução das exportações, a queda nas remessas, a diminuição dos fluxos de capital (especialmente de investimento estrangeiro direto) e as dificuldades de acesso ao crédito tiveram um impacto importante sobre o crescimento. Ainda assim, a possibilidade que vários países da região tiveram para implementar políticas fiscais anticíclicas e relaxar a política monetária, somado à rápida recuperação da China que trouxe, por sua vez, um aumento dos preços de matérias-primas, fazem com que as perspectivas da região sejam moderadamente positivas.

Setor real

A forte queda do comércio internacional e a redução do preço de matérias-primas durante os primeiros meses de 2009 resultaram em uma importante diminuição das exportações da América Latina. Isto levou ao enfraquecimento da produção industrial e da oferta de emprego, o que afetou negativamente a demanda interna. Contudo, a recente recuperação do comércio global está mudando positivamente a tendência do produto e do emprego. Na realidade, os níveis de produção industrial e de vendas começaram a expandir novamente em alguns países.

Cabe destacar que a mudança na tendência está sendo liderada pelo Brasil, país que surpreendeu aos mercados pela rapidez de sua recuperação. Neste caso, o papel da demanda da China foi fundamental e o país se transformou em um dos principais sócios comerciais do Brasil. Se for levado em conta a magnitude da queda anterior e a lenta recuperação esperada das economias industrializadas, prevê-se que a região retomará o crescimento a taxas médias inferiores a dos últimos cinco anos.

Gráfico 3. Crescimento do PIB na América Latina



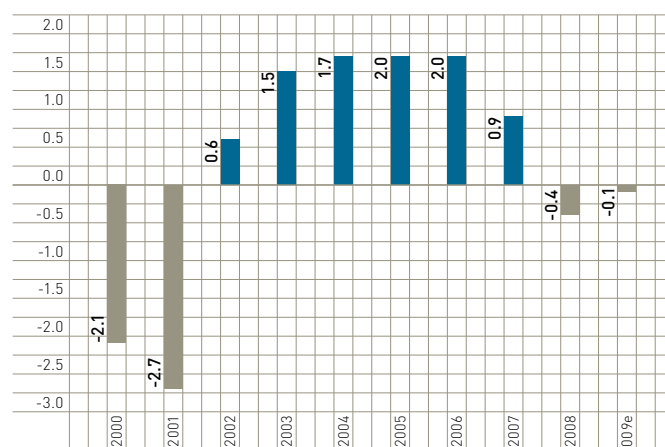
Fonte: CAF.

Setor externo

Devido ao alto grau de abertura das economias latino-americanas, um dos principais impactos da crise internacional foi o forte choque externo que levou à redução da demanda mundial, e que por sua vez afetou negativamente os volumes de exportação da região. Somado a isso, o comércio global se deteriorou, o que resultou em uma forte queda no valor das vendas externas. Na maioria dos países, a forte recessão também resultou em uma redução das importações, o que reduziu parcialmente o impacto na conta corrente pela redução das exportações.

Por outro lado, as remessas, que em alguns casos se transformaram em uma fonte importante de financiamento externo, foram reduzidas por conta da contração da economia mundial, e o mesmo aconteceu com os fluxos de investimento estrangeiro direto que em alguns países foram essenciais para financiar o déficit na conta corrente. O início da recuperação da economia mundial e a retomada recente dos preços das matérias-primas levam a uma previsão de melhora das exportações, e estima-se que os fluxos de remessas e de investimento estrangeiro direto comecem aumentar lentamente, o que melhoraria a posição externa da região.

Gráfico 4. América Latina: conta corrente/PIB



Fonte: CEPAL, CAF.

Contas fiscais

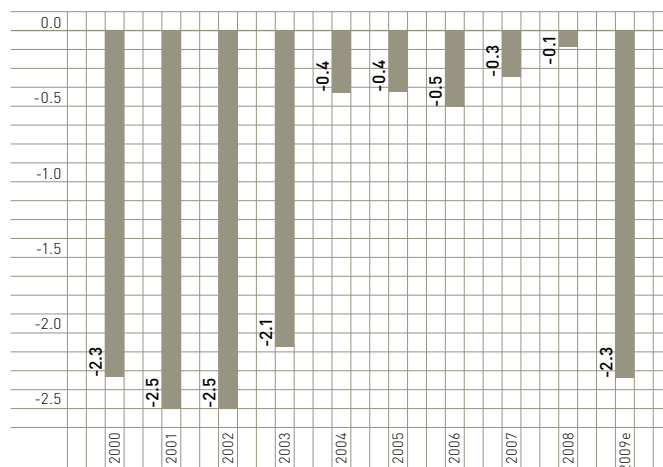
Em resposta a crise, a maioria dos países da região liberaram medidas fiscais anticíclicas. Seu resultado dependeu da solidez da consolidação fiscal prévia à crise e das reservas geradas pela bonança externa dos últimos anos. Aqueles países cujas melhoras fiscais estiveram principalmente associadas a fatores cíclicos ou não pouparam suficientemente tiveram um menor espaço de ação.

Como era de se esperar, as políticas de estímulo fiscal estão levando a uma rápida deterioração das balanças fiscais na região. As implicações destes estímulos sobre a sustentabilidade da dívida a médio prazo depende da solidez do balanço estrutural, assim como o nível de desenvolvimento dos mercados locais de crédito. A maior parte dos países recorreu ao endividamento interno para suprir suas necessidades de financiamento, já que o ambiente econômico internacional se caracterizou pela redução de crédito e altos níveis de endividamento externo por parte das economias industrializadas.

Um dos principais desafios das autoridades fiscais será implementar uma estratégia sustentável de endividamento a médio e longo prazo, que possibilite enfrentar as

crescentes necessidades de financiamento que levam à deterioração fiscal. Neste sentido, o papel do financiamento oficial, especialmente de origem de organismos multilaterais, será chave para substituir parcialmente os fluxos de financiamento privados que seguirão restritos devido a difícil situação pela qual ainda atravessam os sistemas financeiros das economias avançadas.

Gráfico 5. América Latina: resultado fiscal (% do PIB)

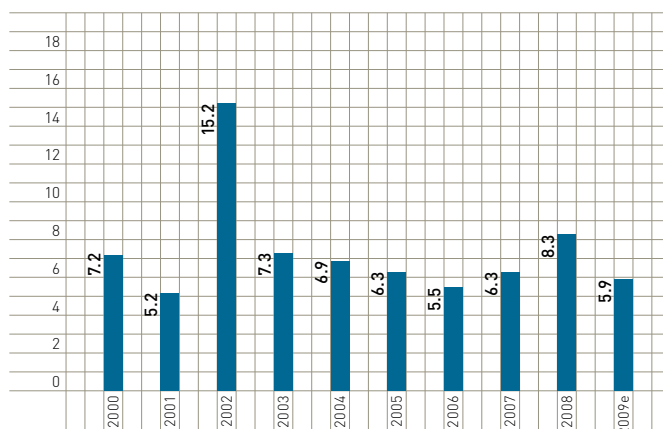


Fonte: CEPAL, CAF.

Setor monetário e cambial

As pressões inflacionárias evidenciadas antes da crise cederam rapidamente nas economias da região. Inicialmente, a demanda debilitada e a queda no preço dos alimentos e bens básicos compensaram o efeito das fortes depreciações de segmentos de câmbio. A recente perda de valor do dólar frente a outras moedas contribuiu para a contenção dos preços, levado a níveis de atividade que ainda se mantêm abaixo do potencial.

Gráfico 6. Inflação América Latina



Fonte: FMI, WEO, CAF.

Cabe destacar que durante o período de crise a maior parte dos bancos centrais da região contou com uma alta credibilidade na condução da política monetária, o que permitiu maior estabilidade de preços comparada a episódios de crises passadas. E a flexibilização dos regimes cambiais dos países da América Latina contribuiu para mitigar os efeitos nocivos dos choques externos, enquanto a condução correta da política cambial facilitou a adoção de políticas monetárias anticíclicas.

Competitividade e cenário empresarial

Segundo o último relatório de competitividade do Fórum Econômico Mundial (FEM), a América Latina ocupa a posição 82ª de uma mostra de 134 países. Em 2009, a região subiu um posto no *ranking* calculado pelo FEM que compara diversos aspectos que determinam a competitividade dos países. Os aspectos que separam notavelmente a região dos países mais competitivos são o déficit em infraestrutura, a preparação tecnológica, a capacidade de inovação e a qualidade de suas instituições.

Quadro 1. **AMÉRICA LATINA NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL**

Pilares	2008-2009	2009-2010	Variação
	Posição de 134 países	Posição de 131 países	
Índice global de competitividade	83	82	△ -1
Instituições	92	94	▽ 2
Infraestrutura	81	80	△ -1
Macroeconomia	81	77	△ -4
Saúde e educação primária	72	75	▽ 3
Educação superior e treinamento	79	78	△ -1
Eficiência de mercado	84	84	- 0
Preparação tecnológica	79	75	△ -4
Sofisticação em negócios	75	75	- 0
Inovação	90	89	△ -1

Fonte: FEM.

Os países com melhor desempenho são Chile (30), Porto Rico (42), Costa Rica (55), Brasil (56), Panamá (59), México (60) e Uruguai (65), os quais estão acima da média mundial. Entre os elementos que diferenciam o desempenho destes países mencionados estão os importantes avanços para diminuir a exposição externa de suas economias, especialmente os melhores fundamentos macroeconômicos e o fortalecimento da posição externa neta, assim como a ampliação dos mercados financeiros locais. Outros fatores que explicam o sucesso em matéria de competitividade dos países citados são o processo de inserção internacional inteligente e alguns avanços em matéria de inovação.

Além disso, segundo o Banco Mundial, a América Latina é uma das regiões em desenvolvimento onde as empresas enfrentam mais dificuldades para fazer negócios. Outros indicadores, tais como a produtividade da mão de obra e o grau de diversificação das exportações, mostram que um dos grandes desafios da região para aumentar o crescimento e seu potencial de desenvolvimento é resolver os gargalos que impedem potencializar a produção local.

Em resumo, começam a aparecer indícios de que a economia global se encontra em uma fase de lenta recuperação depois de ter chegado ao fundo. As economias emergentes lideram a recuperação da economia mundial graças a seu rápido crescimento, destacando-se especialmente o dinamismo da China. Prevê-se que a recuperação da economia mundial será lenta e provavelmente não voltará aos níveis de dinamismo observados antes da crise. O efeito da crise financeira internacional sobre a América Latina foi muito maior que o previsto. Entretanto, a possibilidade que vários países da região tiveram para implementar uma política fiscal anticíclica e relaxar a política monetária, somado à rápida recuperação da China, indicam perspectivas moderadamente positivas para a região.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

A América Latina continua comprometida com seu objetivo de aprofundar a integração regional e aumentar sua presença no comércio internacional. Embora os processos de integração na América Latina não tenham ficado imunes a crises econômicas que afetaram a economia global –o que incidiu em níveis de intercâmbio comercial–, os países continuaram avançando nos processos de liberação comercial e na definição de novos âmbitos institucionais para abordar uma agenda complementar de integração nos setores como energia, infraestrutura e conectividade, desenvolvimento social e sustentável, integração produtiva e redução de desigualdades.

De uma perspectiva de integração, os países da América Latina e o Caribe conseguiram promover novos âmbitos institucionais para complementar e tornar mais convergente a agenda regional. A consolidação da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC) como iniciativa que agrupa os países da região e promove a cooperação entre os distintos esquemas subregionais existentes transcendeu até a definição de uma agenda direcionada a promover projetos complementares em integração energética e financeira e infraestrutura física. Também deu prioridade à implementação de programas sociais, de segurança alimentar e nutricional, assim como de desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, a União das Nações Sul-americanas (UNASUR) avançou em seu processo de consolidação como espaço multilateral de cooperação política, com a configuração de vários Conselhos Sul-americanos de Ministros em âmbitos setoriais como energia, infraestrutura, defesa, políticas sociais, educação e saúde, os quais já contam com planos de ação adotados por consenso. Neste mesmo fórum, os avanços foram significativos na definição de novos mecanismos de integração financeira regional e coordenação macroeconômica, complementares à agenda de consolidação da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) que, em 2009, alcançou um acordo para a criação de uma moeda virtual para administrar as dívidas entre os países membros, a saber, o Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE).

Há outras iniciativas em curso, como o Fórum Caminhos para a Prosperidade das Américas, que convocou o compromisso dos países participantes na aplicação de mecanismos específicos destinados a promover a inclusão e dar facilidades financeiras para as pequenas e médias empresas no comércio regional, assim como estimular a capacidade empreendedora de grupos sociais altamente vulneráveis. Além disso, através da Iniciativa da Bacia do Pacífico Latino-americano (Fórum ARCO, na sigla em espanhol) foram conquistados avanços concretos de cooperação regional para aproveitar as oportunidades comerciais, de investimento, inovação e desenvolvimento tecnológico entre países da região e Ásia-Pacífico. Cabe destacar que, em matéria de infraestrutura e logística, esta iniciativa permitiu avanços significativos complementares aos projetos estratégicos adotados pelos países no marco da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRA) e o Projeto Mesoamérica.

O processo de inserção da América Latina no comércio mundial não ficou imune à crise econômica global. Na verdade, a queda do comércio internacional foi seguida por tendências protecionistas tanto em países desenvolvidos como em países em

desenvolvimento. Na arena multilateral, as negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) ficaram paradas, mas espera-se chegar a um acordo em 2010. No entanto, a América Latina continua comprometida na busca de aumentar sua presença no comércio internacional.

Vários países da região continuam dedicando importantes esforços para assinar Tratados de Livre Comércio (TLC). Em 2009, entrou em vigor o TLC entre Estados Unidos e Peru, enquanto Colômbia e Panamá continuam a espera da ratificação de seus respectivos acordos pelo Congresso norte-americano. A Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, na sigla em inglês) continua tendo grande importância para alguns países andinos. Este regime de exceção comercial permite Colômbia, Equador e Peru a exportar aos Estados Unidos vários produtos sem taxa, em troca de um compromisso na luta contra o narcotráfico. Em dezembro de 2009, este benefício foi renovado pelo prazo de um ano.

Também se observaram avanços no objetivo dos países da América Latina de firmar acordos comerciais com a União Européia (UE). As negociações entre a UE e os países da América Central para um Acordo de Associação tiveram início em 2007 e estima-se que serão concluídas em breve. As negociações entre a UE e os países da CAN foram redirecionadas a acordos bilaterais com a Colômbia e o Peru, que devem ser firmados em 2010. Dessa forma, os assuntos pendentes para o Acordo de Associação incluem o acesso de automóveis europeus aos mercados andinos, a proteção de denominações de origem européia, e os contingentes para a exportação de açúcar à Europa. Uma das realizações destacáveis para o comércio entre os países andinos e Europa foi o acordo sobre os sistemas de preferência e os impostos europeus à importação de banana. Este acordo, assinado com a proteção da OMC, permitiu superar uma importante barreira nas negociações do Acordo de Associação ao resolver um litígio comercial de mais de 15 anos.

Os países da região continuam seus esforços para diversificar seus mercados de exportação com os países asiáticos e outros sócios comerciais não tradicionais. A Costa Rica iniciou negociações de TLC com a China e outro com Cingapura, enquanto Colômbia e Peru iniciaram negociações com a Coreia. O TLC entre Chile e Austrália entrou em vigor este ano. Além disso, o Chile assinou um TLC com a Turquia e continua em negociações com a Índia, Malásia e Vietnã. O Peru iniciou conversas com o Japão para um possível TLC e afirmou suas intenções de buscar um TLC com a Índia, Marrocos, Rússia e África do Sul. Brasil, Índia e África do Sul manifestaram suas intenções de buscar um acordo de livre comércio dentro da iniciativa IBAS de cooperação para o desenvolvimento vinculado a estes três países desde 2003.

No âmbito dos processos de integração subregional, enquanto os países buscaram fortalecer a agenda social e de cooperação política, aumentaram o comércio regional. A Venezuela continuou seu processo de ingresso ao MERCOSUL, com a ratificação do Acordo pelo Congresso do Brasil. Colômbia e Peru avançaram em suas iniciativas de acordos bilaterais com seus sócios comerciais na América Latina. Além disso, a Colômbia viu, em 2009, entrar em vigor seu TLC com o Chile, assim como um TLC com a Guatemala. O TLC entre Peru e Chile também entrou em vigor. Durante o ano, entrou em vigência o TLC entre Guatemala e Panamá, enquanto o Chile –que já

conta com acordos bilaterais com vários países da região– avança em suas negociações para um TLC com o Panamá. O México –país que também mantém acordos bilaterais com sócios regionais– anunciou, no final de 2008, junto com o Brasil, sua intenção de fechar acordo comercial com as maiores economias da região.

Em 2009 começaram a surgir indícios de que a economia global encontra-se em uma fase lenta de recuperação. As economias emergentes lideram a recuperação da economia mundial graças a seus rápidos crescimentos, destacando-se especialmente o dinamismo da China. Apesar de a América Latina estar mais bem preparada que no passado, o efeito da crise financeira internacional foi muito maior do que o previsto.

A possibilidade que vários países da região tiveram para implementar políticas fiscais anticíclicas e relaxar a política monetária, além da rápida recuperação da China, indicam perspectivas moderadamente positivas para a região. Para que isto ocorra, um dos desafios das autoridades fiscais será implementar uma estratégia sustentável de endividamento a médio e longo prazo. Neste sentido, o papel de financiamento oficial multilateral será chave para substituir parcialmente os fluxos de financiamento privados, que continuarão restritos durante a etapa posterior à crise.

Um dos aspectos mais destacáveis de 2009 foi o importante papel anticíclico desempenhado pela CAF no contexto da crise internacional. A Corporação conseguiu aprovações recordes no valor de USD 9,171 milhões, o que representou um aumento de 15.4% em relação ao ano anterior.

4

OPERAÇÕES

Aprovações

Desembolsos

Carteira

Fundos de cooperação

Países acionistas

Em 2009, Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai continuaram o processo de capitalização em curso das ações subscritas em 2007 e 2008 para converterem-se em acionistas da Série A. Além disso, o Diretório fortaleceu seu apoio a CAF ao aprovar um aumento de capital de USD 2,500 milhões. Ambas as ações refletem a decisão de seus acionistas de transformar a Corporação em um banco de desenvolvimento latino-americano.

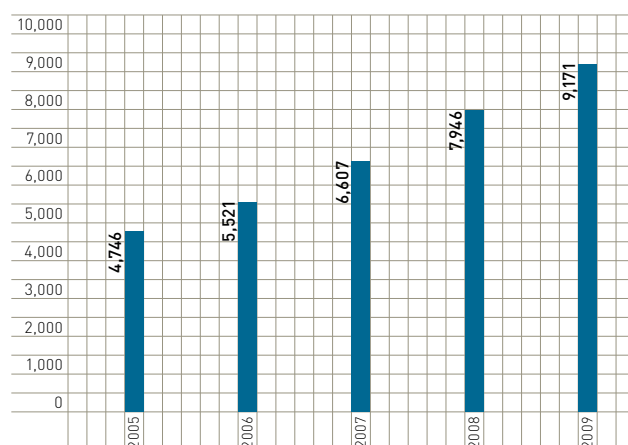
Um dos aspectos mais destacáveis do ano foi o importante papel anticíclico desempenhado pela CAF no contexto da crise internacional. Neste sentido, conseguiu aprovações recorde de USD 9,171 milhões e colocou à disposição de seus países acionistas aprovações de rápido desembolso e linhas de crédito contingente para estimular o crescimento econômico da região e responder oportunamente à crise financeira. Além disso, reforçou seu compromisso com os sistemas financeiros da região ao aumentar, de forma rápida, o volume de recursos para os setores público e privado, que representaram quase 55% das aprovações do ano. Dessa forma, apoiou os programas de investimento que fizeram parte da estratégia anticrise dos governos.

Da perspectiva setorial, a Corporação continuou apoiando áreas de interesse estratégico ao autorizar financiamento, principalmente, para a execução de projetos de infraestrutura e desenvolvimento social. As concessões para estes setores representaram mais de 40% das aprovações do ano.

Por outro lado, os fundos de cooperação administrados pela Corporação, em sua maioria reembolsáveis, foram direcionados a consolidar redes de colaboração e atender iniciativas centrais nas atividades relacionadas a estudos de pré-investimento; desenvolvimento de microfinanças; estímulo à competitividade; promoção da governabilidade democrática; desenvolvimento comunitário; promoção do esporte, música e resgate cultural e patrimonial; e o desenvolvimento sustentável no sentido amplo.

APROVAÇÕES

Em 2009, a CAF aprovou operações no valor de USD 9,171, cifra recorde que representa um aumento superior a 15.4% em relação ao ano anterior. Desta forma, consolida a tendência de crescimento do apoio financeiro a seus países acionistas assim como um papel anticíclico em um ano economicamente complexo.

Gráfico 1. **Aprovações 2005-2009** (em milhões de USD)

Aprovações por país

A crescente presença da CAF na América Latina resulta no aumento das operações na maioria dos países. Especificamente, destacam-se as aprovações para a Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai, que subscreveram ações para integrar a Série A. Ao somar as aprovações destes países às dos fundadores, o valor passa dos USD 8,833 milhões e representa 96,3% do total.

Em particular, destacam-se as aprovações a favor da Argentina, as quais tiveram aumento de 58% em relação ao aprovado em 2008; e do Paraguai, cujas aprovações passaram de USD 6 milhões em 2008 a USD 107 milhões, em 2009.

Quadro 1. **APROVAÇÕES POR PAÍS** (em milhões de USD)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2005-09
Argentina	257	580	204	411	649	2,100
Bolívia	523	397	275	560	511	2,266
Brasil	695	579	1,518	1,798	907	5,497
Colômbia	1,237	1,001	1,213	1,483	2,050	6,984
Costa Rica	2	25	128	120	10	285
Equador	815	1,024	1,089	604	873	4,405
México	5	10	-	10	65	91
Panamá	80	53	-	635	232	1,000
Paraguai	11	3	-	6	107	127
Perú	417	941	1,180	1,458	2,287	6,283
República Dominicana	-	-	-	75	129	204
Uruguai	70	20	115	601	590	1,396
Venezuela	627	842	816	72	627	2,984
Outros países	7	46	69	114	133	369
Total	4,746	5,521	6,607	7,946	9,171	33,991

Já as aprovações para outros países acionistas alcançaram USD 38 milhões, o que representa um crescimento de 9% em relação ao valor registrado em 2008. A CAF continuou apoiando iniciativas da República Dominicana, país que registrou um aumento de 72% em seu nível de aprovações em relação a 2008.

Aprovações por área estratégica

Da perspectiva setorial, a Corporação aprovou USD 2,916 milhões para a área de infraestrutura, em consonância com as prioridades estabelecidas nas agendas de desenvolvimento dos países, particularmente no âmbito energético e rodoviário. Estas aprovações representaram 32% do total, das quais 25.3% estiveram dirigidas a respaldar atividades de infraestrutura econômica e o restante, 6.5%, foi destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura de integração entre os países.

Cabe mencionar a aprovação de projetos como o Plano Federal de Transporte de Energia, na Argentina; a Via Dupla La Paz-Oruro e a Rodovia Zudáñez-Padilla e Monteagudo-Ipati, na Bolívia; o Túnel II Centenário – La Línea, na Colômbia; o Programa de Apoio ao Investimento Público no Setor Elétrico, no Equador; o Projeto Trem Elétrico Urbano de Lima, no Peru; o Programa de Investimento Público em Infraestrutura Rodoviária, no Uruguai; e o Projeto Termoelétrico Termozulia III, na Venezuela. O objetivo destas iniciativas é criar uma plataforma que permita o crescimento econômico necessário para aumentar a qualidade de vida da população ao promover condições favoráveis de competitividade e sustentabilidade na região.

Nesta mesma linha de ação, a Corporação participou da criação de um fundo de infraestrutura na Colômbia para atender ao importante déficit de projetos nesta área, uma proposta inovadora que conta com o respaldo do governo desse país, do BID e da CAF.

Fundo de Infraestrutura para a Colômbia

Em 2009, a CAF e o BID respaldaram e participaram da estruturação de um fundo de investimento de USD 500 milhões, o qual contará com aportes do Governo da Colômbia e de organismos multilaterais. O fundo será utilizado exclusivamente com critérios de rentabilidade e valor econômico, aplicando as melhores práticas internacionais, e participará no financiamento de infraestrutura público-privado mediante o aporte de capital nos projetos. Espera-se que esta iniciativa tenha um efeito catalítico em propostas similares que estimulem a participação de capitais privados e que contribua para diminuir o déficit de infraestrutura do país. Sua promoção permitirá canalizar de maneira eficiente o grande volume de poupança interna necessária para lidar com os fundos de pensão colombianos e outros investidores institucionais. O aporte da CAF foi de USD 40 milhões.

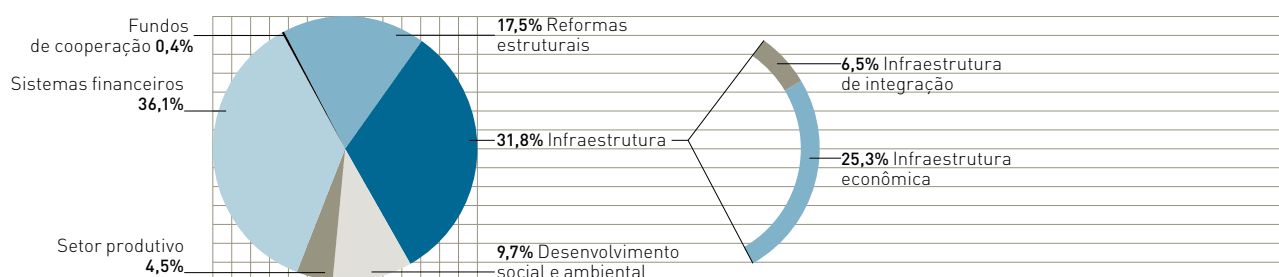
A CAF favoreceu o financiamento de operações que visam o desenvolvimento social e ambiental, ao fornecer recursos para a execução de projetos na área de serviços básicos, na construção de capital humano e social e na preservação do meio ambiente. As aprovações para estas áreas de interesse estratégico chegaram a USD 887 milhões, cifra que representa 9.7% do total aprovado durante o ano.

Os recursos foram destinados a operações tais como o Programa de Apoio ao Investimento Público no Setor de Água Potável e Saneamento e o Programa de Infraestrutura Universitária, na Argentina; o Projeto Mercado Atacado de Santa Cruz e a Linha de Crédito Contingente para Emergências Naturais, na Bolívia; a Facilidade Contingente ante Desastres Naturais, no Peru; o Programa de Apoio a Investimento Social e de Infraestrutura (PAISI), no Paraguai; o Programa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, na República Dominicana; e o Programa de Coleta, Tratamento e Sistema de Eliminação de Efluentes do Sistema Maldonado-Punto del Este, no Uruguai.

Além disso, a Corporação destinou USD 3,314 milhões para o setor produtivo através dos sistemas financeiros dos países da região, equivalentes a mais de 36% do total aprovado durante o ano. Estes recursos foram canalizados através de linhas de crédito de curto e médio prazo, assim como por financiamentos, com e sem garantia soberana, para bancos de desenvolvimento da região. Já as aprovações concedidas diretamente aos setores corporativos alcançaram USD 417 milhões e representaram 4.5% do total. Os recursos outorgados visam a promoção da competitividade e fortalecimento de empresas públicas e privadas da região, e respaldar às PMEs e as entidades microfinanceiras que beneficiam setores empresariais com limitações de acesso a serviços financeiros.

Na área de reformas estruturais, a CAF aprovou uma linha de crédito contingente para apoiar a estratégia de gestão de dívida pública do Peru, assim como uma operação vinculada a uma matriz de política, para contribuir com o Processo de Descentralização na Colômbia. Além disso, renovou as facilidades de crédito contingente a favor da Colômbia e Uruguai aprovado em 2008. As aprovações para este setor totalizaram USD 1,600 milhões ao final de 2009.

Gráfico 2. **Aprovações por área estratégica 2009**



Aprovações por prazo

Os empréstimos a longo prazo –com prazos maiores ou iguais a cinco anos–, concentram 59% das aprovações do ano. Desta forma, a CAF apoiou segmentos de financiamento não atendidos por outras fontes e participou de projetos de alto impacto no desenvolvimento sustentável dos países, mediante iniciativas tanto públicas como privadas.

Já as operações a curto e médio prazo concentram 41% das aprovações. Os recursos desta linha operacional foram destinados a financiar operações de comércio internacional e capital de giro que são executadas através dos sistemas financeiros para o desenvolvimento do setor produtivo.

Quadro 2. **APROVAÇÕES A PRAZO** (em milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009	2005-2009
Longo prazo	3,049	4,360	3,618	3,186	5,394	19,608
Médio prazo	876	952	46	38	269	2,181
Curto prazo	822	209	2,943	4,722	3,507	12,202
Total	4,746	5,521	6,607	7,946	9,171	33,991

Aprovações por tipo de risco

Em 2009, as aprovações da CAF para o setor público foram de USD 5,590 milhões, o que representou 61% das aprovações totais e um aumento de 67.2% em relação ao valor registrado no ano anterior. Uma das iniciativas da Corporação mais destacável do período foi o apoio aos seus países acionistas ao colocar a disposição linhas de crédito contingentes para fornecer financiamento em caso de dificuldades ao acesso de mercados financeiros internacionais. Além disso, concedeu empréstimos para a realização de programas anticrise enquadrados na estratégia dos governos, assim como linhas de crédito para bancos de desenvolvimento.

Operações inovadoras para o desenvolvimento do setor produtivo

A CAF estruturou, junto com o Banco de Crédito do Peru (BCP), um arrendamento financeiro a longo prazo de USD 162 milhões a favor da Cemento Andino, S.A. para aumentar a capacidade da produção de sua fábrica de cimento no departamento de Junín. A Corporação participou com a emissão de uma garantia parcial de crédito de até USD 50 milhões a favor do BCP. Este financiamento foi a maior operação de arrendamento financeiro no Peru, e a primeira na qual foi empregado o esquema de arrendamento participativo no país. A transação representou um importante impulso no desenvolvimento de projetos privados através de cofinanciamento entre entidades locais e multilaterais.

Além disso, a CAF construiu uma estrutura para a emissão de fianças junto a *American Home Assurance Company* (AHAC) e Odebrecht, S.A. de USD 100 milhões. Com isto, a Corporação garante parcialmente até 50% das fianças emitidas pela AHAC em nome da Odebrecht para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais da Odebrecht. Hoje, no âmbito mundial, a capacidade das empresas que operam na linha de fianças é menor que a demanda atual dos investimentos em infraestrutura. Esta situação representa um desafio para viabilizar importantes projetos para empresas tradicionais de grande magnitude, como a Odebrecht. A facilidade favorece a empresa que aumentar sua capacidade de obter fianças para o cumprimento de suas obrigações contratuais e ampliar seu potencial de negócios no Brasil e no exterior.

Por sua vez, as aprovações para a iniciativa privada representaram 32% do total (USD 3,580 milhões) e foram principalmente canalizadas através de setores financeiros e produtivos públicos e privados que demandaram recursos de curto prazo assim como financiamento direto para capital de giro, operações de comércio exterior e investimentos para ampliar a capacidade de produção de empresas públicas e privadas. Merece destaque o valor concedido à empresa pública ISAGEN, sem garantia soberana, de USD 140 milhões destinados ao cofinanciamento de um importante projeto de geração de energia elétrica na Colômbia.

Quadro 3. **APROVAÇÕES POR TIPO DE RISCO** (em milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009	2005-09
Soberano	2,473	3,791	2,984	3,343	5,590	18,182
Privado	2,273	1,730	3,622	4,603	3,580	15,808
Total	4,746	5,521	6,607	7,946	9,171	33,991

Apoio da CAF aos sistemas financeiros da região

Em 2009, os sistemas financeiros dos países acionistas demonstraram uma grande resistência aos efeitos da crise financeira internacional. Entre os fatores que explicam esta resistência vale a pena destacar a menor dependência dos sistemas a fontes externas de financiamento e a abundante liquidez disponível nos mercados locais. Ainda que a capacidade de crescimento do crédito nos países tenha sido afetada negativamente, os bancos foram capazes de manter um fluxo adequado às necessidades tanto do setor empresarial como do setor de consumo.

O papel dos bancos centrais na região foi fundamental para isolar os sistemas financeiros locais dos efeitos da crise. As medidas tomadas para assegurar a liquidez interna dos mercados financeiros, somada à credibilidade institucional dos bancos centrais dos países nos últimos anos, conseguiram manter a solidez dos sistemas financeiros e mantê-los alheios à contaminação sofrida em outras regiões do mundo.

Durante o ano, a CAF demonstrou seu compromisso com a estabilidade e solidez dos sistemas financeiros de seus países acionistas. Neste sentido, colocou à disposição dos setores público e privado importantes recursos para assegurar o fluxo de comércio exterior e apoiar a mitigação dos efeitos negativos de uma esperada escassez de financiamento internacional, assim como para aumentar o fluxo do financiamento em condições favoráveis para o contínuo apoio ao setor produtivo dos países. Isto se concretizou com operações de comércio exterior, créditos a médio e longo prazo para o financiamento de projetos do setor produtivo, empréstimos subordinados para respaldar o crescimento da atividade bancária e investimentos de capital acionário em fundos especializados em instituições financeiras.

DESEMBOLSOS

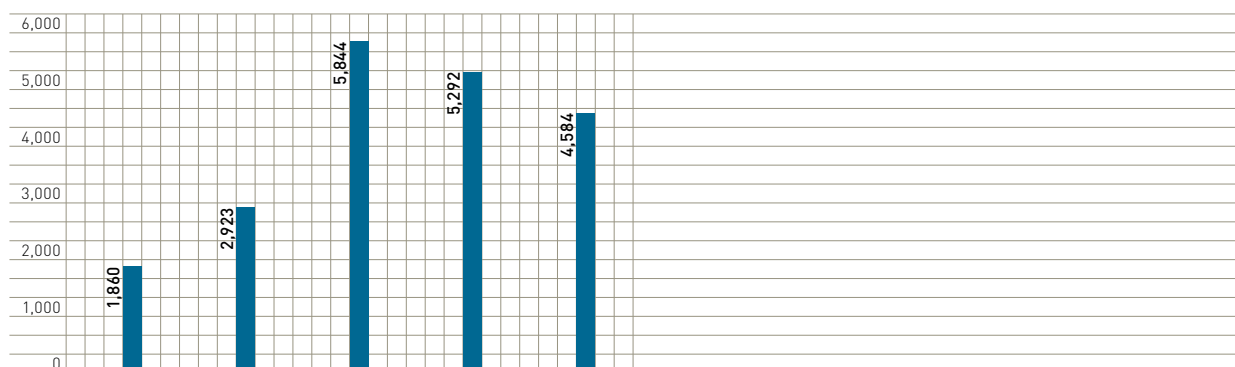
Em 2009, o valor desembolsado pela CAF foi de USD 4,584 milhões. Uma parte dos desembolsos do ano foi destinada a projetos de integração de desenvolvimento social, assim como a execução de projetos de investimento para melhorar a competitividade dos setores produtivos e respaldar os segmentos menos favorecidos da população, especialmente através da prestação de serviços básicos.

Além disso, parte importante do valor desembolsado teve como destino operações de rápido desembolso, principalmente de apoio orçamentário, tais como empréstimos setoriais de enfoque amplo e linhas de contingentes. Com este tipo de operações, a Corporação procura exercer um papel contracíclico e mitigar os efeitos da crise financeira na região.

quadro 4. **DESEMBOLSOS 2005-2009** (em milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009	2005-09
Argentina	34	64	333	294	492	1,217
Bolívia	198	175	197	444	216	1,230
Brasil	105	132	879	951	1,022	3,089
Colômbia	688	653	968	892	927	4,129
Costa Rica	12	19	8	86	24	148
Ecuador	340	504	1,416	443	290	2,993
Panamá	1	23	38	16	6	84
Paraguai	5	1	8	8	4	25
Peru	255	483	1,730	1,531	650	4,650
República Dominicana	-	-	-	55	20	75
Uruguai	4	11	62	170	377	623
Venezuela	208	845	127	260	412	1,852
Outros países	11	12	79	141	145	387
Total	1,860	2,923	5,844	5,292	4,584	20,502

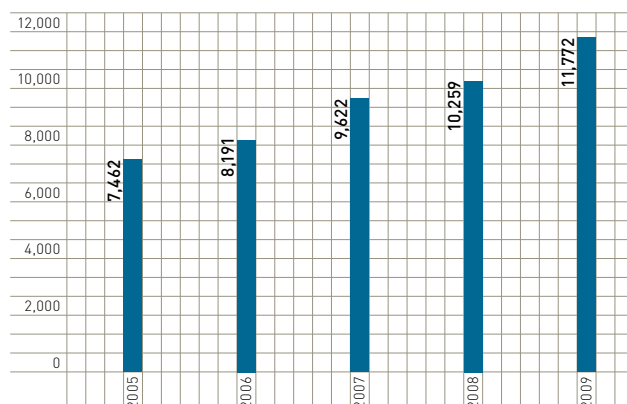
Gráfico 3. **Desembolsos 2005-2009** (em milhões de usd)



CARTEIRA

Em 2009, a carteira da CAF foi de USD 11,772 milhões, o que resultou em um aumento de 15% em relação ao valor registrado em 2008. Pelo sétimo ano consecutivo, o crescimento desta carteira marcou um novo recorde para a Corporação e manteve a tendência positiva de anos recentes.

Gráfico 4. **Carteira 2005-2009** (em milhões de USD)



Carteira por país

O crescimento da carteira em 2009 destacou a dinâmica econômica vivida pelos países da América Latina e evidencia a resposta da CAF frente à crescente demanda de recursos das economias da região.

Quadro 5. **CARTEIRA POR PAÍS** (em milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	34	98	421	693	1,157
Bolívia	989	1,031	1,048	1,110	1,166
Brasil	245	323	807	825	1,034
Colômbia	1,901	1,620	1,633	1,707	1,695
Costa Rica	11	25	22	107	126
Equador	1,231	1,371	2,150	2,018	2,052
Panamá	25	38	63	72	76
Paraguai	48	41	39	37	28
Peru	1,722	1,806	1,809	1,774	1,869
República Dominicana	-	-	-	55	75
Uruguai	24	31	62	232	582
Venezuela	1,135	1,724	1,470	1,535	1,765
Outros países	96	84	98	94	148
Total	7,462	8,191	9,622	10,259	11,772

Carteira por setor econômico

A contribuição para a construção de infraestrutura e o desenvolvimento social dos países é uma das principais linhas estratégicas da CAF. Neste sentido, os empréstimos outorgados aos setores de Transporte, Armazenagem e Comunicações, fornecimento de Eletricidade, Gás e Água, Educação, Serviços Sociais e de Saúde, chegaram a USD 8,326 milhões e representam mais de 70% da carteira do ano.

Quadro 6. **CARTEIRA POR SETOR ECONÔMICO** (em milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009
Infraestrutura agrícola	217	142	113	88	78
Exploração de minas e pedreiras	10	60	70	70	43
Indústria manufatureira	169	193	279	416	261
Fornecimento de eletricidade, gás e água	932	985	1,079	2,004	2,968
Transporte, armazenamento e comunicações	2,751	3,190	3,103	3,201	3,660
Banco comercial	493	431	1,512	1,457	1,500
Instituições de desenvolvimento	275	312	249	210	225
Educação, serviços sociais e de saúde	1,702	1,671	1,945	1,740	1,698
Outras atividades	914	1,206	1,272	1,075	1,339
Total	7,462	8,191	9,622	10,259	11,772

Já a carteira destinada ao setor de banco comercial e instituições de desenvolvimento foi de USD 1,725 milhões e representou 14.7% do total. Este volume da carteira correspondeu a ação anticíclica da CAF para o setor financeiro e do interesse da Corporação de apoiar a expansão do setor produtivo, especialmente no segmento de PMEs, como mecanismo fundamental de desenvolvimento da economia dos países da região.

Por último, em consonância com a importante agenda de desenvolvimento social destinada à promoção do bem-estar e diminuição da pobreza, em 2009, o setor de educação, serviços sociais e saúde concentraram mais de 14% da carteira de empréstimo (USD 1,698 milhões).

Carteira a prazo

Como nos anos anteriores, a CAF destinou a maior parte da carteira de empréstimo a operações de longo prazo, com a finalidade de contribuir com a criação de infraestrutura econômica e de desenvolvimento social. Desta forma, em 2009, a carteira de empréstimo a longo prazo foi de USD 10,101 milhões e representou 86% do total. Se considerarmos também a carteira a médio prazo e os investimentos de capital, o valor chega a USD 10,618 milhões e representa 90% do total. Assim, a Corporação contribui para satisfazer as necessidades de financiamento da região que de outra forma não seriam facilmente atendidas por outras fontes de financiamento.

Já a carteira de curto prazo foi de USD 1,154 milhões e representou 10% do total em 2009.

Quadro 7. **CARTEIRA POR PRAZO** (em milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009
Investimento de capital	115	93	74	75	85
Empréstimo	7,347	8,097	9,548	10,184	11,687
<i>Longo prazo</i>	<i>6,953</i>	<i>7,456</i>	<i>7,868</i>	<i>8,472</i>	<i>10,101</i>
<i>Médio prazo</i>	<i>55</i>	<i>189</i>	<i>377</i>	<i>660</i>	<i>432</i>
<i>Corto prazo</i>	<i>339</i>	<i>452</i>	<i>1,303</i>	<i>1,052</i>	<i>1,154</i>
Total	7,462	8,191	9,622	10,259	11,772

Carteira por tipo de risco

Uma das prioridades da CAF é satisfazer os requerimentos de crédito do setor público, como apoio aos países acionistas no financiamento de projetos de investimento público. Neste sentido, a carteira destinada a este setor foi de USD 8,782 milhões em 2009, e representou 75% do total. O valor reflete o esforço acumulado, produto da relação estreita da Corporação com seus acionistas-clientes, que se renova periodicamente em missões para identificar as prioridades das agendas de desenvolvimento dos países.

Quadro 8. **CARTEIRA POR TIPO DE RISCO** (en milhões de USD)

	2005	2006	2007	2008	2009
Soberano	6,601	7,072	7,249	7,543	8,782
Privado	861	1,118	2,373	2,716	2,990
Total	7,462	8,191	9,622	10,259	11,772

Já os beneficiários de empréstimos de risco da iniciativa privada concentram 25% da carteira, o que reafirma o compromisso da CAF em apoiar o crescimento do setor produtivo tanto público como privado, que resulta na melhora dos níveis de competitividade. Cabe destacar a aprovação de empréstimos a empresas públicas e governos subnacionais, sem garantia soberana, o que reflete a crescente força financeira e de gestão de alguns destes governos, resultado dos esforços para aprofundar a descentralização e melhorar a qualidade da gerência pública sub-nacional.

FUNDOS DE COOPERAÇÃO

A assistência via fundos de cooperação é parte dos serviços financeiros oferecidos pela Corporação a clientes de setores público e privado de seus países acionistas. A aprovação de fundos é uma importante ferramenta de apoio para as nações e permite: i) facilitar a realização de projetos de investimento; ii) criar capacidades e fomentar a autosustentabilidade de comunidades; iii) favorecer a competitividade de cadeias produtivas; iv) contribuir para a conservação do meio ambiente; e v) elevar o capital social e melhorar a capacidade de gestão de PMEs.

Quadro 9. **APROVAÇÕES POR MEIO DOS PRINCIPAIS FUNDOS DE COOPERAÇÃO ADMINISTRADOS PELA CAF** (en milhões de USD)

	2009
Fundo de Assistência Técnica (FAT)	12.9
Fundo de Desenvolvimento Humano (FONDESHU)	8.2
Fundo de Promoção de Projeto de Infraestrutura (PROINFRA)	9.5
Fundos Especiais para a Bolívia (FEB)*	1.1
Fundos Especiais para o Equador (FEE)	2.2
Fundo de Cooperação e Integração de Fronteira (COPIF)	0.7
Outros fundos**	2.6
Total	37.1

* Incluye los fondos asignados al Programa *Highly Indebted Poor Countries* (HIPC).

** Incluye los Fondos Españoles de Cooperación Técnica y el Fondo Andino de Conservación Energética (FACE).

Principais Fundos de Cooperação

Fundo de Assistência Técnica (FAT)

Centraliza a maior parte das fontes especiais de financiamento. Sua missão é dar apoio aos projetos e programas dos países acionistas.

Aprovações 2009: USD 12,9 milhões

Fundo de Desenvolvimento Humano (FONDESHU, na sigla em espanhol)

Oferece apoio financeiro para a execução de projetos comunitários produtivos, inovadores e de alto impacto dirigidos aos setores sociais mais vulneráveis.

Aprovações: USD 8,2 milhões

Fundo de Promoção de Projetos de Infraestrutura Sustentável (PROINFRA)

Destina recursos para financiar estudos de diagnósticos da problemática setorial, opções tecnológicas apropriadas e estudos de pré-investimentos de projetos de infraestrutura de integração, previamente priorizados pelos países. Os recursos se destinam a projetos que promovam a infraestrutura de integração regional incorporando mecanismos de financiamento inovadores.

Aprovações 2009: USD 9,5 milhões

Fundo Especial para Bolívia (FEB) e Fundo Especial para Equador (FEE)

Financiam a assistência técnica e atendem às prioridades econômicas destes países. Criados em 1998, ambos estão contemplados pelo Convênio Constitutivo da CAF.

Aprovações: USD 3,3 milhões

Fundo da Agência Canadense (ACDI) e Fundo Espanhol de Cooperação Técnica (FECT)

Constituem fontes financeiras para o desenvolvimento da região, prestando consultorias com empresas canadenses e espanholas. O Ministério de Economia da Espanha é o ente encarregado de dar seguimento às operações referentes à contribuição espanhola, enquanto a ACDI funciona nas embaixadas do Canadá em cada um dos países solicitantes.

Aprovações 2009: USD 1,8 milhões

Fundo Andino de Conservação Energética (FACE)

Aporta recursos para assessorias e capacitação na área de conservação das fontes energéticas dos países andinos.

Fundo Alemão ou *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW)

Destina recursos para assessorias em projetos de integração em regiões menos favorecidas dos países membros da CAF.

Aprovações 2009: USD 0,2 milhões

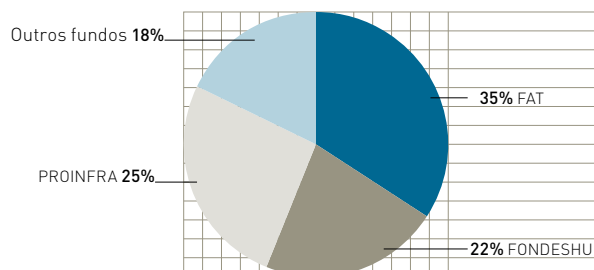
Fundo de Cooperação e Integração Fronteiriça (COPIF)

Apóia a identificação, preparação e execução de projetos de alto impacto que promovam o desenvolvimento humano sustentável nas regiões fronteiriças dos países membros. Contribui com o fortalecimento da cooperação, do diálogo, da confiança mútua e da integração fronteiriça, tanto em nível bilateral como multilateral.

Aprovações 2009: USD 0,7 milhões

Em 2009, as aprovações no âmbito dos fundos de cooperação atingiram USD 37,1 milhões. Deste total, a CAF destinou recursos para promover atividades direcionadas a melhorar a competitividade, fortalecer melhores práticas de governo corporativo, apoiar a agenda de políticas públicas na região e contribuir com a geração de conhecimentos que fomentem o desenvolvimento. Também apoiou o desenvolvimento de estudos de pré-investimento na área de infraestrutura econômica e de integração.

Gráfico 5. **Origem das aprovações por meio dos fundos de cooperação 2009**

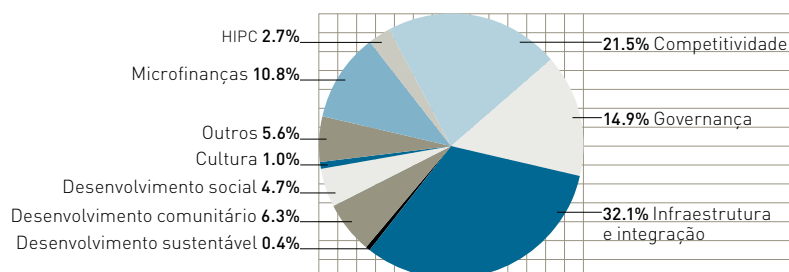


Em seu papel de apoio à institucionalidade da região, concedeu recursos com o objetivo de gerar potenciais para fortalecer a governabilidade democrática nos países e incrementar a coexistência cidadã mediante processos de diálogo e consenso.

Desta forma, fortaleceu sua ação em iniciativas de desenvolvimento comunitário ao apoiar a formação musical, esportiva, artesanato e de resgate patrimonial para os setores menos favorecidos da população.

Também liberou recursos de cooperação para apoiar atividades nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento social, destinados a acompanhar e catalisar o esforço dos países em projetos de água potável e saneamento, educação e saúde.

Gráfico 6. **Utilização das aprovações com fundos de cooperação 2009**



Fundos especiais

A CAF apóia projetos e iniciativas através de outros fundos de natureza distinta de cooperação. Entre eles, destacam-se o Fundo de Investimento e Desenvolvimento Empresarial (FIDE), o Fundo de Financiamento Compensatório (FFC) e o Programa Latino-americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC⁺⁺).

O FIDE apóia o processo de fortalecimento patrimonial das PMEs através de operações de capital, quase-capital e crédito. A CAF realiza estas atividades através de

parcerias com fundos de capital de risco, bancos, grandes indústrias e fundos de garantia que, por sua vez, fazem investimentos patrimoniais em PMEs da região.

Em 2009, a CAF destinou USD 3,4 milhões via FIDE, com o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento, constituir fundos de garantia, refinanciar carteiras de crédito, participar de esquemas de cofinanciamento e criar novos recursos de divisão de riscos com instituições financeiras de vários países.

Já o FFC promove a execução de projetos dirigidos a mitigar as diferenças regionais, favorecer populações marginais e propiciar a integração de infraestrutura regional. Com este fundo, a CAF destina recursos para reduzir o custo financeiro dos países em projetos que cumpram com os critérios de elegibilidade, sem afetar a rentabilidade da Corporação.

Em 2009, 16% do valor total aprovado é elegível ao subsídio do FFC. Este é o caso de projetos como o Mercado Atacado de Santa Cruz; a construção dos trechos das rodovias Tarabuco-Zudáñez-Padilla e Monteagudo-Ipati da rota nacional Diagonal Jaime Mendonza, na Bolívia; o Túnel II Centenário-La Línea, na Colômbia; o Programa de Enfoque de Amplo Desenvolvimento das Américas e Obras Emergentes nos Setores Populares do Município de Guayaquil, no Equador; o Programa de Apoio a Investimentos Sociais e de Infraestrutura (PAISI), no Paraguai; e o Programa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, na República Dominicana, entre outros. Ao fim do ano, 22% da carteira foi beneficiada por este fundo que, durante 2009, colaborou com USD 15,5 milhões em subsídios para o pagamento de juros sobre a carteira.

Por sua vez, o PLAC⁺ é uma iniciativa autosustentável cujo objetivo é apoiar as instituições e fortalecer os mecanismos nacionais para estimular o aproveitamento dos diferentes mercados de Gases de Efeito Estufa, mediante a identificação, desenvolvimento e financiamento de projetos de energias limpas e alternativas e de eficiência energética na América Latina.

Em 2009, o PLAC⁺ o fechou sete novos acordos de compra-venda de certificados de CO₂ que representam 2,2 milhões de toneladas adicionais de carbono, na Argentina, Bolívia, Colômbia, Honduras e México. Estes novos projetos estão nos setores de transporte coletivo, resíduos sólidos e geração de energia renovável. Além disso, fechou dois mandatos para o desenvolvimento de projetos adicionais. Os resultados de 2009 representam aproximadamente USD 34,5 milhões em contratos de compra-venda.

Uma iniciativa destacável em 2009 foi a criação do Programa Especial de Financiamento para Projetos de Energia Limpa (PROPEL), para ajudar na estruturação e financiamento de projetos de energia limpa e eficiência energética de pequena e média escala, cujos custos de investimento oscilem entre USD 3 milhões e USD 30 milhões. O programa busca: i) contribuir com a mitigação da problemática global de mudança climática e promover o uso de energia limpa e alternativa na América Latina, e ii) fortalecer a posição de liderança da CAF e do PLAC⁺ no mercado latino-americano.

Em 2009, a CAF reforçou seu compromisso com os sistemas financeiros da região ao aumentar, de forma diligente, o volume de recursos para os setores público e privado, o que representou 55% das aprovações do ano.

PAÍSES ACIONISTAS





ARGENTINA

O Programa de obras de integração entre a Argentina e Paraguai procedida pela Entidade Binacional Yacyretá inclui a reabilitação da infraestrutura rodoviária entre os países para adequá-la ao grande volume de tráfego que segue até a Ponte Internacional – interligação entre os dois países. Além disso, as obras contemplam a construção de espaços reservados a atividades recreativas.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações*	649	2,100
Risco soberano	532	1,852
Risco privado	117	248
Desembolsos	492	1,217
Risco soberano	451	1,163
Risco privado	41	54

Milhões de USD	2009
Carteira	1,157
Risco soberano	1,107
Risco privado	49

*Inclui aprovações catalíticas

Em 2009, a CAF aprovou operações para a Argentina no valor de USD 649 milhões. Deste total, 82% (USD 532 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 18% (USD 115 milhões) a operações de risco privado.

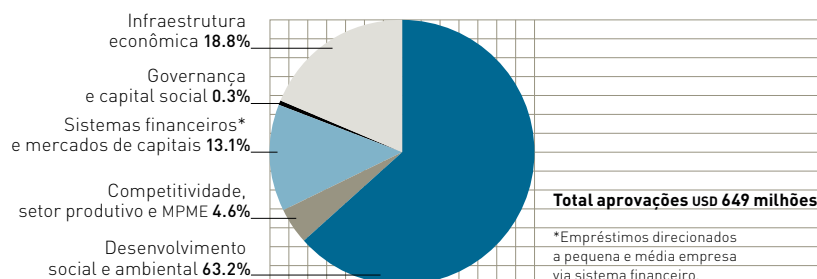
Merecem destaque as operações de USD 410 milhões na área de desenvolvimento social e ambiental, que representaram 63.2% do total. De fato, a CAF aprovou operações de grande impacto. Este é o caso do Programa de Obras Múltiplas em Municípios, destinado a melhorar a qualidade de vida e bem-estar de vários municípios do país. Além disso, aprovou o Programa de Apoio ao Setor de Água Potável e Saneamento, para financiar parcialmente o Plano de Expansão e Melhora dos Serviços de Água Potável e Esgoto da empresa Agua y Saneamientos Argentinos (AYSA), com duração até o ano 2020. O objetivo do plano é melhorar a cobertura de água potável e aumentar a rede de esgoto. O programa é desenvolvido em Buenos Aires e 17 municípios da Província de Buenos Aires.

Dessa forma, uma parte importante dos recursos foi destinada à execução de projetos de infraestrutura econômica e de integração, especificamente nos setores de energia e transporte. No setor de energia, a CAF aprovou projetos de grande impacto, como o Programa de Transmissão de Energia em distintas regiões do país, para financiar a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica. As obras que serão executadas incluem a construção, remodelação e ampliação de estações transformadoras e a construção de linhas de alta tensão de 132 KV.

A CAF continuou apoiando o setor financeiro por meio da liberação de linhas de crédito de curto, médio e longo prazo para o Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE) e o Banco de La Nación Argentina no valor de USD 35 milhões e USD 50 milhões, respectivamente. O financiamento será destinado a ampliações de plantas, compra de ativos fixos, capital de giro e comércio exterior de empresas corporativas e PMEs.

No setor corporativo privado, a CAF aprovou na Argentina um empréstimo de USD 30 milhões para a *Pan American Energy*, empresa petrolífera e de gás que opera na Argentina, Bolívia e Chile. Os recursos serão destinados a financiar o programa de investimentos da empresa, que prevê a perfuração de poços de petróleo e gás, reabilitação de poços e a expansão e construção de instalações.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA ARGENTINA 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República Argentina – Secretaria de Energia do Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços (MINPAN, na sigla em espanhol)	Programa de estudos no setor energético	Financiar estudos de pré-investimento para a estruturação de projetos no setor elétrico que serão executados nos próximos anos, de acordo com o planejamento do serviço elétrico.	38	15
República Argentina – Secretaria de Energia do Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços (MINPAN, na sigla em espanhol), via o Comitê de Administração do Fundo Fiduciário para o Transporte Elétrico Federal	Programa de abastecimento elétrico nas distintas regiões do país	Contribuir de maneira efetiva para o abastecimento elétrico nas distintas regiões do sistema elétrico argentino, através de várias obras que permitam mitigar os riscos enfrentados pela transmissão e fornecimento de energia elétrica.	84	15
República Argentina – Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços (MINPAN, na sigla em espanhol), via a Unidade de Coordenação de Programas e Projetos com Financiamento Externo (UCPyPFE, na sigla em espanhol), organismo descentralizado integrado ao ministério em questão.	Programa de obras múltiplas em municípios	Melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos habitantes de municípios através do financiamento pelo Estado de obras de infraestrutura com forte impacto social, que gerem igualdade e desenvolvimento regional. Sua execução está concentrada na região do Norte Grande conforme os indicadores de pobreza, indigência e carência de serviços de infraestrutura.	100	12
República Argentina – Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços (MINPAN, na sigla em espanhol), via a Unidade de Coordenação de Programas e Projetos com Financiamento Externo (UCPyPFE, na sigla em espanhol)	Programa de obras múltiplas em municípios	Apoiar o Governo da República Argentina a financiar projetos de obras de infraestrutura em universidades públicas nacionais nas diferentes províncias do país para melhorar a qualidade do Sistema Universitário Nacional.	35	12
República Argentina-Ministério de Economia e Finanças Públicas, via a empresa Água e Saneamentos Argentinos (AySA, na sigla em espanhol).	Programa de apoio ao investimento público no setor de água potável e saneamento	Financiar parcialmente o Plano de Expansão e Melhorias dos Serviços de Água Potável e Esgoto, previsto até o ano 2020, para melhorar a cobertura do serviço.	275	12
<i>Pan American Energy</i>	Empréstimo de investimento	Financiar o plano de investimentos da empresa em perfuração de poços de petróleo e gás e na construção de instalações.	30	Vários
Banco de la Nación Argentina	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	50	Vários
Banco BICE	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	35	Vários
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	2	
Total			649	



Infraestrutura

Financiamento do Estudo de um Sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) para Buenos Aires e Implementação de um Corredor Principal de USD 565,000 para apoiar tecnicamente o Governo da Cidade de Buenos Aires no desenvolvimento de estudos de concepção de implementação de uma rede de transporte coletivo BRT.

Apoio para a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento do Complexo Portuário de Barranqueras e de sua zona costeira, entre 2010 e 2020, no valor de USD 235,000.

Financiamento de estudos para avaliar o Projeto de Repotenciação da Central Elétrica El Embalse e melhorar o abastecimento de água potável para a população rural dispersa do leste de Tucumán, que convive com um fornecimento de água com alto teor de arsênico.

O Ministro de Economia e Finanças Públicas da Argentina, Amado Boudou, e o Presidente Executivo da CAF, Enrique García, assinaram convênio para aumentar o capital da Argentina na Corporação, no valor de USD 190 milhões. Somam-se a este valor os USD 543 milhões assinados em 2007. O Ministro do Planejamento, Julio De Vido, participou como testemunha de honra. Buenos Aires, 4 de novembro.

Competitividade

Realização do Seminário Desenvolvimento Econômico Local e Competitividade: Cidades e Regiões Globais, em Córdoba, em comemoração ao X aniversário do PAC. O evento foi organizado pela CAF junto com o Governo da Província de Córdoba, o COPEC, a Unidade de Vinculação Tecnológica de Córdoba (UVITEC) e a Bolsa de Valores.

O seminário deu enfoque às ferramentas de políticas públicas disponíveis aos governadores e prefeitos para promover mudanças institucionais e empresariais direcionadas a melhorar a competitividade de suas regiões e cidades.

Responsabilidade social

A CAF está iniciando um projeto de fortalecimento na escola de ofícios da Villa 21, em parceria com a Paróquia Nossa Senhora de Caacupé do Arcebispado de Buenos Aires, onde cerca de 500 jovens são capacitados em artes e ofícios durante todo ano. Esta é uma forma de gerar oportunidades de trabalho aos habitantes desta vila que vivem em situação de exclusão.

Desenvolvimento, com a Província de Tucumán, de um projeto de inclusão digital rural no norte, onde 14 escolas foram conectadas à Internet, beneficiando a cerca de 1.500 crianças.

Com este projeto de inclusão digital à Internet e de um programa de capacitação para as professoras, a CAF procura diminuir a falta de oportunidades das crianças que vivem nas zonas rurais.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ARGENTINA

Governança

Execução do Programa de Governança e Gestão Política com a *George Washington University*, em parceria com a Universidade de San Andrés e a Universidade Nacional de Rosário. Graduação de 154 participantes na primeira turma.

PME e microfinanças

Estruturação do fundo de capital de risco PYMAR, cujo objetivo é realizar investimentos de capital de PME nos setores de tecnologia de informação, turismo, biotecnologia, produção de equipamento médico, *outsourcing*, conteúdo de multimídia e nichos da indústria de alimentos.

Aprovação de investimento, via o fundo *Cap Venture en Bioscience*, empresa dedicada à produção de equipamento médico.

Apoio e participação no Fórum Anual da Rede Argentina de Microfinanças.

Meio Ambiente

Assinatura de um acordo de compra e venda de reduções de emissões de carbono (CER) com a empresa *Energía del Sur (EdS)* como parte da estratégia para mitigar o aquecimento global. Com este objetivo, a Central Térmica Patagonia, localizada em Comodoro Rivadavia, aumentou sua eficiência em operação ao utilizar gases residuais como fonte de energia.

Início da avaliação de um negócio que consiste na conversão do óleo usado nas cozinhas comerciais em biodiesel. Para o desenvolvimento deste empreendimento, a Corporação conta, como sócio estratégico, com o município de Bahia Blanca, localizado ao sul da província de Buenos Aires.

Em 2009, a CAF liberou cerca de USD 1.9 milhões para a Argentina na qualidade de fundo de cooperação. Estes recursos foram canalizados diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.



O presidente executivo da CAF, Enrique Garcia, em visita oficial à Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Buenos Aires, 8 de julho.





A CAF aprovou
financiamento para o
programa de investimento
da Pan American Energy,
a principal detentora de
reservas certificadas de
hidrocarbonetos do país.
Os recursos liberados
permitirão que a empres
a petrolífera e de gás
expanda suas operações.



BOLÍVIA

A construção da linha de Transmissão Elétrica Caranavi-Trinidad e subestações associadas, ao longo de 374 quilômetros, conecta os povoados de Yucumo, San Borja, San Ignacio de Moxos e Trinidad ao Sistema Interconectado Nacional (SIN). Este projeto, que integrará os sistemas isolados do norte boliviano ao SIN, levará eletricidade a mais de 22.840 famílias.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	511	2,266
Risco soberano	455	1,615
Risco privado	56	650
Desembolsos	216	1,230
Risco soberano	180	944
Risco privado	36	286

Milhões de USD	2009
Carteira	1,166
Risco soberano	1,020
Risco privado	146

Em 2009, a CAF aprovou operações para a Bolívia no valor de USD 511 milhões, dos quais 89% (USD 455 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 11% (USD 56 milhões) a operações de risco privado.

Merecem destaque as operações no valor de USD 368 milhões na área de infraestrutura econômica e de integração, que representaram 71.9% do total. A CAF aprovou USD 250 milhões para a construção da Via Dupla La Paz-Oruro, que é a maior operação outorgada a favor da Bolívia para o desenvolvimento de um projeto de infraestrutura. A iniciativa permitirá melhorar substancialmente as condições econômicas e o bem-estar da população ao melhorar o trânsito de pessoas e de mercadorias entre as principais cidades do país.

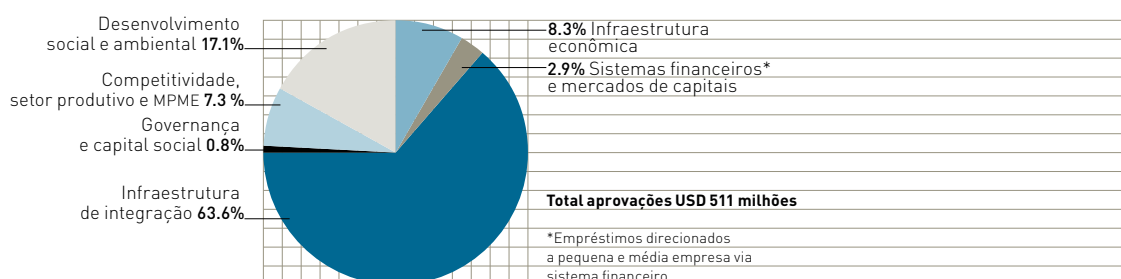
Também na área de infraestrutura, a Corporação aprovou empréstimo de USD 75 milhões para o financiamento da construção dos trechos rodoviários Tarabuco-Zudáñez-Padilla e Monteagudo-Ipati, que pertencem à rota denominada Diagonal Jaime Mendoza e que liga Oruro a Santa Cruz, passando por Chuquisaca e Potosí. Deste modo, aprovou um empréstimo de USD 43 milhões para o Programa Especial de Insumos para Projetos Rodoviários, destinado a concluir projetos em todo o país.

A CAF destinou 17.1% do total das operações aprovadas na área de desenvolvimento social e ambiental. Para isto, aprovou USD 75 milhões para a facilidade de financiamento contingente para o atendimento integral de emergências ocorridas por fenômenos naturais, cujo objetivo principal é apoiar a mitigação de riscos associados a desastres naturais, assim com reabilitar a infraestrutura afetada.

Além disso, aprovou recursos para a construção do novo Mercado Atacado de Santa Cruz, para modernizar o sistema de comercialização de produtos agrícolas e assim melhorar o acesso a alimentos de primeira necessidade e as condições de higiene e salubridade.

Também destinou 10.2% das aprovações totais (USD 52 milhões) para o setor produtivo e financeiro, dos quais USD 20 milhões foram destinados ao setor corporativo para apoiar investimentos de capital e comercialização de produtos. Dessa forma, USD 15 milhões foram direcionados a consolidar e fortalecer as PMEs pelo sistema financeiro, e USD 17 milhões ao setor de microfinanças mediante a liberação de linhas de crédito para financiar operações de comércio, capital de giro e projetos de investimento.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA BOLÍVIA 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
Estado Plurinacional da Bolívia, via Administradora Boliviana de Rodovias (ABC, na sigla em espanhol).	Construção dos trechos das rodovias Tarabuco-Zudañez-Padila e Monteagudo-Ipati, da rota nacional Diagonal Jaime Mendoza	Apoiar o Plano Rodoviário da Administradora Boliviana de Rodovias e dos projetos contemplados no Plano Nacional de Desenvolvimento Bolívia Produtiva, com a pavimentação de trechos da rodovia Diagonal Jaime Mendoza.	75	18
Estado Plurinacional da Bolívia, via Administradora Boliviana de Rodovias (ABC, na sigla em espanhol).	Via dupla La Paz-Oruro	Construir uma via entre as cidades de La Paz e Oruro adicional àquela existente, que incrementará a capacidade de serviço e resultará na melhoria da conectividade interna e externa do país.	250	18
Estado Plurinacional da Bolívia, via Administradora Boliviana de Rodovias (ABC, na sigla em espanhol) e o Governo Municipal de La Paz.	Programa especial de insumos para projetos rodoviários	Continuar com a execução de importantes obras rodoviárias no país que contribuem para o crescimento de atividades produtivas.	43	12
Estado Plurinacional da Bolívia, via Ministério de Planejamento do Desenvolvimento.	Facilidade de financiamento contingente para o atendimento integral de emergências ocorridas por fenômenos naturais	Fornecer atendimento imediato às cidades afetadas por desastres naturais e restituir seus serviços críticos.	75	18
Estado Plurinacional da Bolívia, via Ministério de Planejamento do Desenvolvimento, e o Governo Municipal de Santa Cruz de La Sierra.	Novo Mercado Atacado de Santa Cruz	Modernizar o sistema de comercialização de produtos alimentícios agrícolas e melhorar as condições de higiene e salubridade.	12	18
ADM, Sao	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	20	Vários
Banco Unión	Financiamento de comércio e capital de giro	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	5	Vários
Banco Nacional de Bolívia	Financiamento de comércio e capital de giro	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	10	Vários
Banco Solidario (BANCOSOL)	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento de pequenas e médias empresas	Financiar operações de capital de giro e aquisições de bens de capital para o desenvolvimento de microempresas.	7	Vários
FIE FFP	Linha de crédito rotativo não comprometido e garantia parcial de crédito	Financiar pequenas e microempresas.	5	Vários
Prodem FFP	Financiamento de comércio e capital de giro	Financiar pequenas e microempresas.	3	Vários
FFP Ecofuturo	Financiamento de comércio e capital de giro	Financiar pequenas e microempresas.	1	Vários
Crédito com Educação Rural (CRECER)	Financiamento de comércio e capital de giro	Financiar pequenas e microempresas.	2	Vários
Vários clientes	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	4	
Total			511	

Infraestrutura

Financiamento do estudo para o projeto e desenho final do Porto Seco de Oruro a ser executado pela Prefeitura deste departamento. O projeto tem como objetivo desenhar uma estratégia de desenvolvimento integral dos setores produtivos, comerciais e de serviços para o comércio nacional e internacional, com o estabelecimento de um centro de armazenamento, manipulação e distribuição de mercadorias de exportação e importação, e que conte com todos os serviços logísticos e de informação.

Assistência humanitária e gestão de desastre

Aprovação de uma doação para atender a epidemia de dengue no início do ano, em apoio ao Governo da Bolívia. A assistência deu-se por iniciativas de comunicação social e participação comunitária, vigilância epidemiológica e entomológica e apoio no atendimento integral dos pacientes.

Desenvolvimento social

Aprovação do Programa de Competências Educativas PROCE, a ser executado com o apoio da Universidade Privada do Valle (UNIVALLE), para melhorar as qualificações dos docentes de educação primária.

Apoio à promoção da cultura, música e arte:

- Apresentação da Orquestra Experimental de Instrumentos Nativos (OEIN) nos Festivais Klangspuren, na Áustria, e Transart, na Itália.
- Turnê de concertos barrocos em Buenos Aires como parte do Sistema de Corais e Orquestras de Santa Cruz (SICOR).
- Edição de catálogo do artista boliviano Arturo Borda.
- VI Bienal Internacional de Arte SIART 2009.
- Primeiro Encontro Ibero-americano de Arte Têxtil Indígena Nativo.

Setor produtivo e competitividade

Realização de diversas feiras de promoção de exportações, em destaque a XVII Feira Internacional de Agropecuária e de Indústrias Afins (AGROEXPO 2009), a Feira Expo Bicentário de La Paz, Expo Bolívia é Turismo, e EXPO-INDÚSTRIA 2009 de Cochabamba.

Programa de Apoio à Competitividade Desenvolvimento de clusters

- Segunda fase do projeto de Implementação de um Sistema de Melhoramento da Competitividade em 30 Organizações Turísticas das Cidades de Sucre e Potosí, para consolidar uma cultura de excelência, gestão de inovação e de trabalho em equipe nas empresas selecionadas.

Clima de negócios e desenvolvimento de capacidades locais

- Projeto de Desenvolvimento Turístico do Salar de Uyuni e Lagoas de Colores para concretizar uma estratégia que permita aproveitar adequadamente as possibilidades do turismo, corrigir os desequilíbrios e conservar os recursos.

- Programa de Melhoramento da Infraestrutura de Serviços Básicos do Circuito Turístico Salar de Uyuni para potencializar o desenvolvimento do Salar de Uyuni e suas áreas de influência, com o desenho de um plano de investimento para promover serviços básicos para as comunidades e empreendimentos turísticos da região.

Capacidade empreendedora

- Trabalho em conjunto com a Rede Bolívia Empreendedora para fortalecer o posicionamento do empreendedorismo na Bolívia, realizando o Terceiro Encontro Internacional da Cultura Empreendedora, na Semana Mundial de Empreendimento.

Governança

Realização de Intercâmbio de Experiências de Sucesso em Governança entre Cidades Capitais Andinas, cujo objetivo foi apoiar o Governo Municipal de La Paz no âmbito da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI).

Programa de Governança e Gestão Pública

Com a assinatura de um convênio com a Universidade do Valle, mais de 250 pessoas se graduaram em temas de descentralização e desenvolvimento municipal.

Programa de Liderança para a Transformação

Na quinta versão deste programa, 575 líderes foram capacitados em visão de país e valores cívico-democráticos.

Responsabilidade social

Realização do Plano Integral para o Melhoramento das Necessidades Básicas de Hogar Villegas, que teve como objetivo a construção de um depósito de água para atender a mais de 100 crianças abandonadas.

Continuação do projeto Disseminando Gás na Bolívia, Oruro, Camiri e Sucre. Com esta iniciativa, busca-se levar gás natural a 100 unidades educativas nas cidades mencionadas.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BOLÍVIA

Meio ambiente

Projeto de Recuperação de Solos e Aumento da Produtividade de Lã de Lhama e Alpaca no Município de Curahuara de Carangas, em conjunto com a *Strategies for International Development* (SID Bolívia).

Realização do Programa Promovendo Iniciativas Locais e Regionais de Conservação da Biodiversidade *in situ*, em conjunto com a Proteção do Meio Ambiente (PROMETA), em Tarija, que procura contribuir com a conservação e gestão da biodiversidade ao estabelecer uma área protegida e administrar a biodiversidade em um território indígena.

Realização do Programa Formiga em Populações Rurais, em conjunto com a Fundação para Reciclagem (FUNDARE), para geração de trabalho digno e sustentável para setores desfavorecidos.

Realização do Plano Florestal e Restauração da Biodiversidade no Município de La Paz, com o Governo Municipal de La Paz, que inclui a identificação de espécies nativas, a produção de mudas, o melhoramento de solo e a gestão de um programa de reflorestamento.

Contribuição com o projeto de Fortalecimento de Capacidades Técnicas para Inspetores e Fiscais Ambientais, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Biodiversidade e Mudança Climática, para fortalecer a gestão ambiental do país.

PLAC⁺e

Assinatura do acordo de compra de reduções de emissões de carbono entre a CAF e a Empresa Elétrica Guaracachi, resultado da conversão de turbinas de gás de ciclo aberto a ciclo combinado.

Durante a gestão de 2009, a CAF aprovou USD 3.8 milhões para a Bolívia na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos se canalizaram diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.



Com a presença do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, o Presidente Executivo da CAF, Enrique García, assinou um contrato de crédito para a execução do Programa de Água, Saneamento e Drenagem. La Paz, 28 de julho.





O Governo Municipal de La Paz e a CAF realizaram a corrida 3.600 La Paz, na qual participaram mais de 4.000 pessoas, para promover o esporte como ferramenta para a inclusão social. La Paz, 15 de novembro.





BRASIL

A CAF, em uma de suas maiores transações de contrato de empréstimo A/B, financia parcialmente o plano de investimento das Centrais Elétricas Brasileiras, S.A., empresa de interesse estratégico para o desenvolvimento do setor de energia do Brasil.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações*	907	5,497
Risco soberano	0	589
Risco privado	907	4,908
Desembolsos	1,022	3,089
Risco soberano	42	79
Risco privado	980	3,010

Milhões de USD	2009
Carteira	1,034
Risco soberano	128
Risco privado	906

*Inclui aprovações catalíticas

Brasil representa a América Latina nos grandes eventos esportivos

Programa de Apoio da CAF

A crescente relevância do Brasil no cenário mundial permitiu ao país converter-se na sede da XX Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Em segundo lugar, o país foi eleito como sede dos XXXI Jogos Olímpicos, a acontecer em 2016. Cabe ressaltar que será a primeira vez que um evento olímpico será realizado na América do Sul e a segunda vez em um país latino-americano. Nestas nomeações, o Brasil – uma das 10 maiores economias do mundo – representa os países em desenvolvimento da região.

Nesse contexto, a CAF anunciou seu apoio ao Governo do Brasil com o Programa de Apoio a Governos Municipais e Estaduais Sede da Copa Mundial de Futebol (PRAME COPA). A iniciativa foi realizada graças a gestão da CAF no Programa de Apoio a Governos Municipais (PRAM). O valor do programa é de USD 1,000 milhões e os recursos aprovados serão utilizados para financiar parcialmente projetos de transporte urbano, infraestrutura econômica e social, serviços básicos, meio ambiente e turismo sustentável, com empréstimos individuais para cada cidade ou estado sede.

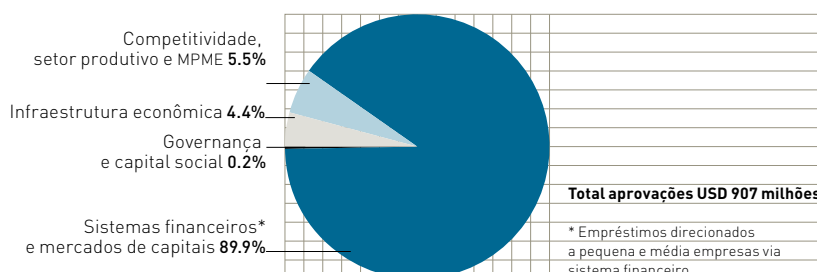


Em 2009, a CAF aprovou USD 907 milhões para o Brasil, que correspondem, em sua totalidade, a operações de risco privado.

Destacam-se as operações de USD 815 milhões na área de sistemas financeiros e mercados de capitais, que representaram 89.9% do total. A CAF apoiou significativamente a este setor com o objetivo de financiar projetos de investimento, operações de comércio exterior e capital de giro do setor produtivo para responder oportunamente à crise financeira e estimular o crescimento econômico.

Além disso, a Corporação destinou USD 90 milhões para o financiamento corporativo e bancos de investimento. Deste total, a Corporação destinou USD 40 milhões para a empresa ENERGYMP, S.A., para contribuir com o desenvolvimento de parques de geração de energia eólica no Brasil, e liberou USD 50 milhões para a Odebrecht, S.A. em uma linha de crédito para a emissão de garantias parciais de crédito e financiamento de operações de capital de giro de curto prazo. Desta forma, a CAF adquire um papel fundamental para cobrir a necessidade de novos fiadores para a execução de obras de relevância na região, particularmente no setor de infraestrutura.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA BRASIL 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
ENERGIMP, S.A.	Empréstimo corporativo de longo prazo	Financiar projetos de geração eólica.	40	15
Odebrecht, S.A.	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	50	Vários
Banco Itaú BBA	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	200	Vários
Bradesco	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	200	Vários
Banco do Brasil	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	200	Vários
Banco Santander Banespa, S.A.	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	125	Vários
HSBC Bank	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	50	Vários
Banco Industrial e Comercial, S.A. (BIC)	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	40	Vários
Vários clientes	Outras operações	Vários	2	
Total			907	



Viaduto Antônio de Andrade Simões, parte do Programa de Infraestrutura Urbana e Ambiental do Município de Manaus.

Acordos e convênios

Assinatura de um convênio de cooperação institucional com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para coordenar ações em projetos de interesse mútuo que estejam relacionados com a geração de conhecimento, a difusão de informação e estímulo ao intercâmbio intelectual entre os acadêmicos para a geração de políticas públicas.

Assinatura de um Acordo Básico de Cooperação com a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Nossa Caixa Desenvolvimento), para desenvolver iniciativas conjuntas tanto no setor privado como no público, nas áreas de saneamento básico, energias alternativas, resíduos sólidos e biocombustíveis.

Infraestrutura

Com recursos da PROINFRA, apoio à Prefeitura de Feira de Santana na elaboração dos estudos técnicos necessários para obter financiamento para a 2ª Etapa do Projeto de Integração Urbana da Feira de Santana.

Apoio à Prefeitura de Porto Alegre para a conclusão dos estudos de implementação do projeto de sistema de transporte coletivo tipo BRT Portais da Cidade.

Apoio e participação na Convenção Mundial de Mobilidade Sustentável na Renovação Urbana, realizada no Rio de Janeiro, onde foram discutidas possíveis soluções para os sistemas de transporte urbano nas grandes cidades da região.

Meio ambiente

Apoio à Prefeitura de Sorocaba na elaboração de um Plano Diretor Ambiental para o município.

Desenvolvimento social

Liberação de recursos para a Universidade de Campinas (UNICAMP) para apoiar a investigação científica sobre transferência de renda em municípios, o que inclui uma experiência prática no município de Santo Antônio de Pinhal.

Responsabilidade social

Liberação de recurso para o Instituto Verdescola para a ampliação do programa de inclusão social da Vila do Sahy, em São Sebastião, no Estado de São Paulo, e iniciar um programa piloto de educação ambiental com a comunidade, com a distribuição de material didático.

Integração regional

Liberação de recursos para o Centro de Desenvolvimento Tecnológico para a Integração de Fronteira do MERCOSUL e América Latina: Sebrae Paraná-Paraguai para apoiar os esforços de integração produtivo fronteiro do MERCOSUL, com a promoção do diálogo e a construção de alianças para a geração de oportunidades de emprego e renda.

Apoio à realização do Fórum de Autoridades Locais da Amazônia, no qual se discutiu o desenvolvimento local sustentável da região andina-amazônica pelo fomento da construção de políticas públicas compartilhadas, ambientalmente corretas, culturalmente plurais e economicamente direcionadas a atender às reais demandas da população andina-amazônica.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL

PME e microfinanças

Liberação de recursos de cooperação para a realização do Fórum Latino-americano e do Caribe de Finanças Rurais, que promoveu a reflexão e o diálogo sobre a dimensão recomendada de serviços financeiros rurais a favor da agricultura familiar, as economias camponesas no mercado globalizado, e crise financeira e alimentar.

Apoio à realização do I Fórum do Banco Central sobre Inclusão Financeira, onde foram realizadas palestras com especialistas sobre aspectos técnicos de microfinanças para identificar oportunidades para o desenvolvimento de um sistema financeiro sustentável e inclusivo.

Apoio à realização da Conferência da Associação Brasileira de *Venture Capital* e Investimento Privado (ABVCAP) 2009, Investimentos de Longo Prazo: Novos Tempos, Novas Idéias, Grandes Oportunidades, que envolveu investidores nacionais e internacionais, para compartilhar e difundir informação sobre a empresa de capital privado e *venture capital*.

Apoio à realização do XIII Fórum Ibero-americano de Sistemas de Garantias de Crédito, para a discussão e intercâmbio de experiências ibero-americanas para o fortalecimento do sistema de garantias de crédito.

Governo corporativo

Participação na IV Conferência Governo Corporativo, cujo tema foi o Governo Corporativo e o Papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento na Crise Financeira.

Em 2009, a CAF liberou USD 2 milhões para o Brasil na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos foram canalizados diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.



Com a presença do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente Executivo da CAF, Enrique García, assina convênio de capital de garantia de que o Brasil aportará a CAF como acionista da Série A. Brasil, 9 de março.





A execução do Programa de Infraestrutura Urbana e Ambiental de Manaus evita a ocupação irregular das margens do rio Mindu ao proporcionar novas moradias para as famílias que ocupavam a área. O programa inclui investimentos em aproximadamente 17 quilômetros do rio, em seu corredor ecológico, além de obras de micro drenagem e tratamento de costas em áreas de risco. Entre as obras de compensação ambiental estão redes sanitárias, pavimentação de ruas, plantio de árvores e vias de pedestres nos trechos que integram o projeto.





COLÔMBIA

O Túnel Segundo

Centenário-La Línea, que cruza a Cordilheira Central, conta com 8,8 quilômetros de comprimento, o que permitirá a integração da atividade econômica entre o oriente e o ocidente do país e reduzirá a distância e a duração das viagens entre o interior e o Porto de Buenaventura.

Estima-se que por este túnel passará, anualmente, 97% da carga entre estas duas grandes regiões da zona andina.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	2,050	6,984
Risco soberano	1,070	3,606
Risco privado	980	3,378
Desembolsos	927	4,129
Risco soberano	108	937
Risco privado	819	3,192

Milhões de USD	2009
Carteira	1,695
Risco soberano	988
Risco privado	707

Em 2009, a CAF aprovou operações para a Colômbia no valor de cerca de USD 2,050 milhões, dos quais 52.2% (USD 1,070 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 47.8% (USD 980 milhões) a operações de risco privado.

Na área da estabilidade macroeconômica e reformas estruturais, a Corporação aprovou USD 400 milhões para o Programa de Apoio à Descentralização na Colômbia, que contribui com os esforços do governo nacional no aprofundamento do processo de descentralização. Além disso, renovou a linha de crédito contingente não comprometida, no valor de USD 400 milhões, para facilitar o acesso da Nação a recursos em situações onde as condições dos mercados de capitais internacionais não permitam cumprir a estratégia de financiamento público.

Além disso, a CAF outorgou USD 508 milhões para a área de infraestrutura econômica e de integração, o que representou 24.8% do total aprovado durante o ano. Uma das operações mais importante do ano foi o financiamento do Projeto Túnel II Centenário-La Línea. A iniciativa consiste na construção de um túnel de 8,800 metros de comprimento e suas vias de acesso em um lugar conhecido como Paso de La Línea, ponto geográfico mais alto do corredor rodoviário Bogotá-Buenaventura, onde se conectam os principais centros produtivos do país com o Porto de Buenaventura, no Oceano Pacífico. Por este corredor, passam 30% da carga do comércio exterior da Colômbia.

Além disso, na área de sistemas financeiros e mercados de capitais, a Corporação destinou USD 690 milhões, que representaram 33.7% das aprovações do ano.

Já na área de financiamento corporativo, a CAF contribuiu para a estratégia do governo nacional de fortalecer o setor de minas, energia e hidrocarbonetos. Exemplo disto são as aprovações de créditos a longo prazo para a Termoflores, Termorubiales e ISAGEN.

Uma das iniciativas mais inovadoras do ano foi a criação do Fundo de Infraestrutura Colômbia, que conta com a participação do Governo da Colômbia e o apoio do BID e da CAF, no valor inicial de USD 500 milhões. A CAF aprovou USD 40 milhões para este Fundo, que tem a participação de capitais privados.

A Corporação também destinou USD 9 milhões para o financiamento de PMEs e entidades microfinanceiras.



APROVAÇÕES A FAVOR DA COLÔMBIA 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República da Colômbia -Ministério da Fazenda e Crédito Público	Programa de apoio ao proces- so de descentralização	Contribuir com os esforços do Governo Nacional na ampliação do processo de descentralização na Colômbia, via uma operação de apoio orçamentário para a execução de uma série de ações e implementação de reformas centrais.	400	12
República da Colômbia -Ministério da Fazenda e Crédito Público	Linha de crédito contingente não comprometida	Respaldar os esforços do Governo Nacional na execução da estratégia de gestão de dívida pública através da proteção de recursos contingentes em circunstâncias em que as condições do mercado de capitais não satisfaçam os objetivos de tal estratégia.	400	10
República da Colômbia -Instituto Nacional de Rodovias (INVIAS, na sigla em espanhol)	IIIRSA: Túnel da Linha- Principal	Financiar parte do projeto de construção de um túnel e suas vias de acesso no Paso de La Línea, ponto mais alto do corredor Bogotá-Buenaventura, o qual tem como objetivo cruzar a cordilheira central.	270	18
ISAGEN S.A.E.S.P.	Cofinanciamento de projeto elétrico	Financiar projetos de investimento da empresa.	140	13
Termoflores	Financiamento de projetos de investimento	Financiar a conversão de ciclo simples para ciclo combinado das plantas Flores II e III.	65	11
Termo Rubiales, S.A.	Financiamento de projetos de investimento	Financiar a construção de uma planta termoelétrica.	33	6
Fundo de Infraestrutura Ashmore Colômbia I (FCP)	Financiamento de projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e capital de giro.	40	n.a.
Bancoldex, Bancolombia S.A., Banco de Bogotá, Banco de Occidente, Bancolombia Panamá, Banco Davivienda S.A., Findeter, BBVA Colombia, Banco Santander	Linhas de crédito, emprésti- mos subordinados, partici- pações acionárias e garantias	Financiar operações de comércio exterior, projetos de investimento, cartas de crédito, capital de giro e investimentos em bens de capital.	690	Vários
FMM Bucaramanga, FMM Popayán, Fundación WWB Cali	Linhas de crédito, emprés- timos subordinados, inves- timento de capital, partici- pações acionárias e garantias	Financiar projetos de investimento e capital de giro para o desenvolvimento de pequenas e microempresas.	9	Vários
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	3	
Total			2,050	



Com a participação do presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, foi realizado em Cartagena o encerramento da quinta versão do Programa Liderança para a Transformação Colômbia. Cartagena, 20 de novembro.

Infraestrutura

Celebração de um convênio com a Secretaria Distrital de Mobilidade e o Instituto de Desenvolvimento Urbano (IDU) para a realização dos estudos técnicos, sociais, econômicos, financeiros e legais conducentes a determinar a viabilidade de um sistema de autopistas urbanas.

Apoio para a definição de um programa que permita otimizar as decisões de investimento dos municípios na rede rodoviária, com esquemas sustentáveis que incorporem a formulação de critérios de planificação, seleção e priorização de obras.

Realização de um workshop para compartilhar lições aprendidas na construção subterrânea de metrô, túneis rodoviários e obras em vários países do mundo.

Desenvolvimento social

Apoio para a elaboração de estudos técnicos do Macroprojeto de Habitação de Bucaramanga que consiste na construção de 10.000 unidades de habitação para a população de baixa renda, baseado em um modelo integral de habitação que garanta a provisão de serviços básicos aos habitantes, adequado urbanismo e um cenário ambientalmente sustentável.

Apoio à execução de uma avaliação de meio termo do Programa de Educação Técnica e Tecnologia, que permita estabelecer as bases para a avaliação de impacto do programa, a qualidade dos conteúdos educativos e as parcerias realizadas com o setor privado.

Apoio à identificação e execução de projetos de desenvolvimento social em comunidades indígenas de La Guajira, nos setores de educação, saúde, água potável e energia, e no desenho de esquemas de sustentabilidade para sua administração, operação e manutenção, como parte do programa de apoio no desenvolvimento social em fronteiras.

Competitividade

Programa de Apoio à Competitividade

Assinatura de um convênio com a Fundação Konrad Adenauer para apoiar a execução do Prêmio Empreender Paz.

Assinatura de um convênio com Incubar del Caribe para desenvolver um projeto de fortalecimento do Sistema Nacional de Incubação e Empreendimento, pela transferência tecnológica do modelo chileno que desenvolve a aceleração OCTANTIS.

Apoio técnico na realização da quarta edição da Grande Pesquisa PME, na Colômbia, e apoio ao concurso VENTURES.

Execução de projetos

Programa de Desenvolvimento de Fornecedores de Autopeças: Modelo de Gestão para a Competitividade; Desenvolvimento de Estratégia Competitiva sustentável para a Indústria Avícola, no Santander.

Métodos de Reinvenção Logística de Negócios da Agro-exportação do Projeto MERLIN e execução da última fase do projeto que estrutura o modelo de empreendimento do ENDEAVOR.

Programa do Governo Corporativo

Assinatura de um convênio com a Secretaria de Habitação de Bogotá para apoiar um processo de implementação de melhores práticas de transparência e gestão, que fortaleçam institucionalmente a entidade.

Execução de projeto com a Bolsa de Valores da Colômbia para apoiar os processos de implementação de Códigos de Boa Gestão em 20 empresas colombianas dos setores público e privado.

Governança

Programa de Governança e Gestão Política

Contribuição ao desenvolvimento de capacidades gerenciais e de liderança, tanto de funcionários públicos como da sociedade civil, para apoiar o desenvolvimento municipal.

Programa de Liderança para a Transformação

Realização da quinta versão deste programa na Colômbia, executado em parceria com a Escola Superior de Administração Pública (ESAP). Graduação de 970 pessoas provenientes de 23 centros de formação.

Programa Regional para a Atualização e Melhora da Gestão Local

Atendimento à Prefeitura de Tabio, no departamento de Cundinamarca, para a implementação de um Sistema de Informação Territorial (SIT) e a definição de ferramentas de gestão para otimizar a administração do município.

Responsabilidade social

Oportunidades locais

Articulação do projeto Computadores para a Paz em Medellín, em conjunto com a Fundação Atendimento à Infância (FAN, na sigla em espanhol) e a empresa privada Antioqueña, para fortalecer os processos de desenvolvimento

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COLÔMBIA

Em 2009, a CAF liberou USD 5.4 milhões para cooperação técnica para a Colômbia na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos foram canalizados diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.

Assinatura do Fundo de Infraestrutura Colombiana, iniciativa público-privada com participação do Governo da Colômbia, com o apoio do BID e da CAF.

integral de 800 crianças utilizando o computador e outras ferramentas tecnológicas.

Capacitação profissional

Articulação de trabalho com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), com Prefeituras e com Governos nas Escolas Oficinas de quatro municípios, para formar 400 jovens de baixa renda no domínio de ofícios e técnicas profissionais.

Alternativas de capacitação a 1.100 jovens de baixa renda na Cidade Bolívar e Cazucá, em Bogotá, com cursos técnicos em áreas como mecânica, panificação, confecção e informática, para facilitar a inserção no mercado de trabalho e social.

PME e microfinanças

Apoio à realização de eventos acadêmicos: Primeiro Congresso Latino-americano de Acesso a Serviços Financeiros, Cúpula Regional de Microcrédito, fortalecimento da microfinança colombiana e IV Fórum Latino-americano de Cooperativa.

Meio ambiente

Programa de Gestão de Risco de Desastres

Apoio à reunião de atores sociais, governos locais de fronteira e setor produtivo para o desenvolvimento de ações conjuntas no âmbito ambiental e desenvolvimento sustentável entre a Colômbia e Equador.

BioCAF

Apoio para o encontro de atores sociais, governos locais de fronteira e setor produtivo para o desenvolvimento de ações conjuntas de âmbito ambiental e desenvolvimento sustentável entre a Colômbia e Equador.

PLAC+e

Assinatura de dois novos contratos de compra e venda de reduções de gases de efeito estufa com os projetos: i) BRT-Transmetro (Barranquilla) e Biorgânicos de Otún (Pereira) –projeto inovador de aproveitamento de resíduos sólidos. Estes projetos representam aproximadamente 400 mil toneladas de dióxido de carbono que não serão emitidos na atmosfera. neladas de dióxido de carbono adicionales que no serán emitidas a la atmósfera.







Em parceria com a Fundação Juan Bosco Obrero, a CAF apóia a capacitação para o trabalho e o desenvolvimento humano de jovens, em Cazucá e Cidade Bolívar. O processo de formação busca inserir os participantes no setor produtivo do país.





EQUADOR

O projeto de fortalecimento do cluster de ortifruticultura busca melhorar a competitividade dos pequenos produtores agrícolas das províncias de Pichincha e Santo Domingo de Los Tsáchilas. Com capacitação, assistência técnica e desenvolvimento de um modelo de fornecimento com uma empresa líder, a iniciativa promove a participação dos produtores na cadeia de valor dos alimentos processados e comercializados.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	873	4,405
Risco soberano	669	3,195
Risco privado	204	1,210
Desembolsos	290	2,993
Risco soberano	137	1,984
Risco privado	153	1,009

Milhões de USD	2009
Carteira	2,052
Risco soberano	1,779
Risco privado	274

Em 2009, a CAF aprovou operações para o Equador no valor de USD 873 milhões, dos quais 76.6% (USD 669 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 23.4% (USD 204 milhões) a operações de risco privado.

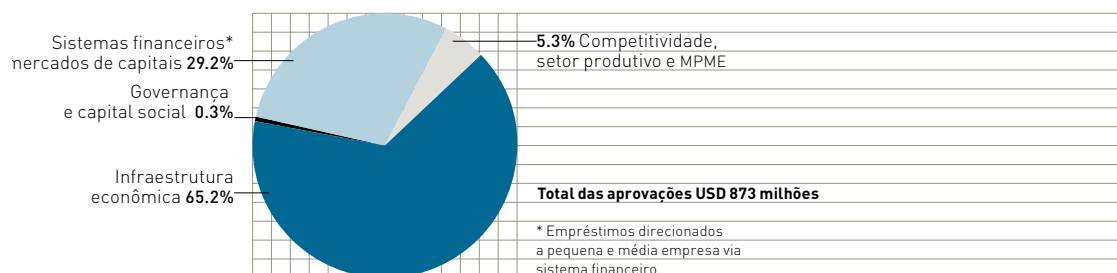
Merecem destaque as operações de USD 569 milhões na área de infraestrutura econômica, que representaram 65.2% do total. Os recursos serão para financiar o Programa de Obras Complementares para Projetos Rodoviários, executado pelo Ministério de Transporte e Obras Públicas, cujo objetivo é melhorar a circulação rodoviária e facilitar o transporte e intercâmbio de pessoas e bens nacional e internacional, mediante a execução de obras complementares em rodovias importantes, o que contribuirá com o desenvolvimento e incentivo econômico do país.

A CAF liberou recursos para o Programa de Apoio ao Investimento Público no Setor Elétrico para fortalecer o setor com projetos na área de geração, transmissão e distribuição, já em execução. O programa estuda o financiamento de seis projetos: três na área de geração, um na área de transmissão e dois na área de distribuição.

Além disso, a CAF aprovou um financiamento para o Município de Guayaquil para a execução do Projeto Intercambiador Avenida de las Américas e Obras Emergentes em Setores Populares do Município, parte do Plano de Melhorias da Infraestrutura Rodoviária realizado pelo município com o objetivo de implementar uma série de obras para melhorar as condições de tráfego da rede rodoviária da cidade. Com o projeto, espera-se diminuir o tempo de viagem, os custos operativos dos veículos, os índices de congestionamento, os acidentes de trânsito, o consumo de combustível e demais aspectos sócio-econômicos e ambientais de impacto na cidade. Sobre as obras emergentes, o objetivo principal é melhorar a condição de vida da população com a pavimentação das ruas nas regiões populares.

A CAF também aprovou USD 255 milhões para a área de sistemas financeiros e mercados de capital, destinados a estimular o crescimento econômico e responder à crise financeira. Do total aprovado durante o ano, USD 100 milhões foram destinados a operações de crédito para pequenos e médios empresários pela Corporação Financiera Nacional (CFN). Além disso, USD 8 milhões estão disponíveis para o desenvolvimento de MPMEs do país.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA EQUADOR 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República do Equador, via Ministério de Transporte e Obras Públicas	Programa de obras complementares a projetos rodoviários	Melhorar a circulação rodoviária mediante a execução de obras complementares em importantes estradas do país.	259	18
República do Equador, via Ministério de Eletricidade e Energia Renovável	Programa de apoio ao investimento público no setor elétrico	Realizar investimentos no setor elétrico para ampliar projetos na área de geração, transferência e distribuição.	250	12
Município de Guayaquil, Direção de Obras Públicas	Intercâmbio da Av. de Las Américas e obras emergentes em setores populares do município Guayaquil	Melhorar as condições de tráfego da rede rodoviária da cidade de Guayaquil com a construção de uma permuta rodoviária.	60	12
Processadora Nacional de Alimentos, C.A., (PRONACA)	Linha de crédito de curto prazo e empréstimo a médio prazo subordinado	Atender a requerimentos de capital de giro.	10	7
Corporação La Favorita, C.A.	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	15	Vários
Ecoeléctric	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	7	Vários
Nirsa	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	3	Vários
Novopan	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	3	Vários
Corporação Financiera Nacional (CFN)	Linha de crédito com garantia soberana	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	100	Vários
Produbanco, Banco del Pichincha, Banco de Guayaquil, Banco Bolivariano e Banco Internacional	Financiamento para comércio e capital de giro	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	155	Vários
Banco Procredit	Linha de crédito rotativo não comprometido e garantia parcial de crédito	Financiar pequenas e microempresas.	8	Vários
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	3	
Total			873	

Infraestrutura

Aprovação do Programa de Assistência Técnica em Pavimento Rígido e Misturas com Aditivo Hidráulico que apoiará o desenho, o monitoramento e o controle das obras rodoviárias construídas em pavimento rígido. O programa tem por objetivo fortalecer a capacidade do Ministério de Transporte e Obras Públicas, como o órgão superior da política rodoviária nacional.

Apoio aos municípios de Tena, Portoviejo e Loja e à Prefeitura de Chimborazo no fortalecimento da administração e gestão municipal, no levantamento de informação territorial e sobre catástrofes, assim como a realização de estudos para a execução de estradas e desenvolvimento urbano.

Desenvolvimento social

Execução de vários estudos e projetos de desenvolvimento social, entre os quais se destacam:

- Estudos do Plano de Sistematização e Desenvolvimento Sustentável da urbanização da cidade de Loja.
- Estudos para o Plano Diretor de Água Potável e Saneamento e Pluvial para a cidade de Riobamba.
- Projeto para o Sistema Integrado de Telemedicina nas províncias de Chimborazo e Cotacachi, que leva atendimento especializado de saúde aos setores indígenas menos favorecidos.

Competitividade

Programa de Apoio à Competitividade

Assinatura de um convênio com a Associação Equatoriana de Software (AESOFT) com o propósito de fortalecer as capacidades exportadoras das empresas do setor de serviços de *software* do país.

Início da segunda fase do projeto de implementação de um modelo de gestão para a competitividade no setor automobilístico equatoriano, com a assinatura de um convênio com a Câmara da Indústria Automobilística Equatoriana (CINAE).

Apoio ao fortalecimento do setor produtivo das PMEs e núcleos empresariais do país com a capacitação e realização de encontros com compradores internacionais, mediante a assinatura e execução de um convênio com a Federação Equatoriana de Exportadores (FEDEXPOR).

Execução do projeto de promoção de melhores práticas para o setor cooperativo, que faz parte de uma iniciativa regional financiada com recursos de cooperação espanhola.

Programa de Governo Corporativo

Início da fase de execução do projeto de criação da Unidade Acadêmica do Governo Corporativo, que reúne um importante grupo de instituições de educação superior no país, mediante convênio firmado com a Bolsa de Valores de Quito.

Assinatura de convênios de cooperação técnica com quatro empresas municipais dentro do âmbito do Programa de Implementação de Boas Práticas do Governo Corporativo em Empresas Públicas da região andina.

Governança

Programa de Governança e Gestão Política

Assinatura de convênios com a Pontifícia Universidade Católica do Equador e a Universidade Católica Santiago de Guayaquil, pelo sétimo ano consecutivo, a fim de capacitar os líderes dos governos locais e suas equipes de apoio. Capacitação de 220 participantes nos núcleos de Guayaquil, Quito e El Coca.

Programa de Liderança para a Transformação

Execução do programa em parceria com a Escola Superior Politécnica de Litoral (ESPOL). Graduação da terceira turma do programa, que contou com 541 novos líderes comprometidos com o fortalecimento da governabilidade democrática. Participação de 57 municípios em Azogues, Galápagos, Guayaquil, Manta e Quito.

Programa Regional para a Atualização e Melhora da Gestão Local

Manta e Ambato que oferece ferramentas que permitem com que elas sejam organizações mais eficientes.

Responsabilidade social

Execução do Programa de Ação Social pela Música com o fortalecimento de orquestras e corais da Organização Fé e Alegria.

Capacitação profissional e resgate patrimonial em três escolas técnicas em Cuenca, San Andrés e Quito, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECIDI) e outras instituições.

Capacitação profissional de 380 jovens no Centro do Jovem Trabalhador (CMT, na sigla em espanhol) e inserção no mercado de trabalho.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO EQUADOR

Meio ambiente Programação de Cidades e Indústrias Mais Limpas

Aprovação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional do Ministério do Ambiente para Gestão de Qualidade Ambiental com ênfase em áreas como mineração sustentável, mudança climática e saneamento ambiental.

Apoio ao Ministério do Ambiente para o desenho e formulação do projeto de melhoria de gestão sócio-ambiental da pequena e média mineradora em Ponce Enríquez, província de Azuay.

Estudos de avaliação ambiental e social estratégica das zonas de influência do projeto Complexo Refinaria e Petroquímica do Pacífico, em conjunto com o Ministério de Minas e Petróleo e o Ministério do Ambiente.

Programa de Gestão de Risco de Desastres

Apoio à Secretaria Técnica de Gestão de Risco, parte da Presidência da República, para o fortalecimento institucional, desenho e realização de mecanismos e instrumentos de política pública.

Programa BioCAF

Apoio para o desenvolvimento de uma agenda para o meio ambiente e a biodiversidade como ponto de encontro entre atores sociais da Colômbia e Equador, com a Fundação Natura Regional, financiado pelo Fundo de Cooperação para a Integração de Fronteira (COPIF).

Microfinanças

Apoio à organização do III Fórum CAF de Microfinanças, realizado em Quito. O fórum criou um espaço de discussão sobre o desenvolvimento das microfinanças da região.

Em 2009, a CAF outorgou cerca de USD 3.2 milhões ao Equador na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos foram canalizados diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.



O Presidente Executivo da CAF, Enrique García, em visita oficial ao Presidente do Equador, Rafael Correa. Durante a visita, García reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento do Equador. Quito, 22 de julho.





O sistema de Telemedicina disponível nas províncias de Chimborazo e Cotopaxi consiste na capacitação de mulheres campesinas como promotoras da saúde, utilizando tecnologias de informação e comunicação. O sistema amplia o acesso a saúde do setor indígena da região, reduzindo a mortalidade.



MIRAFLORES LOCKS
PANAMA CANAL
1913



PANAMÁ

A CAF financia a análise da construção de um túnel no Canal do Panamá para o estudo aerodinâmico das estruturas sujeitas à interação de diversos fluidos. Com esta operação, promove-se a investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem aos países acionistas posicionarem-se no cenário global.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	232	1,000
Risco soberano	210	577
Risco privado	22	423
Desembolsos	6	84
Risco soberano	6	83
Risco privado	0	1

Milhões de USD	2009
Carteira	76
Risco soberano	76
Risco privado	0

A ação da CAF no Panamá foi principalmente direcionada a fortalecer os sistemas financeiros e contribuir com as estratégias de mitigação de risco derivados da crise internacional.

Do total aprovado, USD 210 milhões foram direcionados ao Programa de Estímulo Financeiro (PEF), que será realizado pelo Banco Nacional do Panamá. A aprovação desta linha de crédito não comprometida tem por objetivo financiar operações de comércio exterior do país.

Além disso, a Corporação liberou USD 20 milhões para o Banco BBVA do Panamá para financiar operações de comércio e capital de giro.

APROVAÇÕES A FAVOR DA PANAMÁ 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
Banco Nacional de Panamá (BANCONAL)	Linha de crédito comprometida não rotativa com garantia da República do Panamá	Financiar operações de comércio exterior através da confirmação de cartas de crédito comercial para a importação de bens.	210	7
BBVA Panamá, S.A.	Linha de crédito rotativo não comprometido	Financiar operações de comércio e capital de giro.	20	
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	2	Vários
Total			232	

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANAMÁ

Em 2009, a CAF outorgou USD 2 milhões ao Panamá em qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos foram canalizados diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.

Infraestrutura

Apoio à fase de planejamento e análise de viabilidade técnica para o estabelecimento de um mecanismo de transporte público coletivo para a Cidade do Panamá, de execução da Secretaria do Metrô do Panamá.

Apoio à Unidade Coordenadora do Programa de Mobilidade Urbana da Autoridade de Transporte e Trânsito Terrestre (ATTT).

Projeto de Modernização do Sistema Postal, cujo objetivo é melhorar os serviços postais do país para deixá-lo mais competitivo do ponto de vista de serviço, desenvolvimento tecnológico, eficiência administrativa e desenvolvimento operacional e financeiro.

Apoio à Autoridade da Aeronáutica Civil, em sua primeira fase, para realizar estudos de localização de um aeroporto internacional na região central do Panamá, que determinarão sua factibilidade inicial do ponto de vista econômico, financeiro e técnico.

Competitividade

Apoio à realização do IV Fórum de Competitividade, organizado pelo Centro Nacional de Competitividade, anualmente, que discute e analisa o setor público e privado do Panamá para identificar os obstáculos que limitam a competitividade do país e planejar as ações e plano de trabalho para superá-los.

Governança Corporativa

Execução de três painéis durante os Workshops de Governança Corporativa para promover, conscientizar e transmitir conhecimentos sobre as boas práticas de governança corporativa que permitam as empresas no Panamá a ganhar competitividade.

Governança

Início do Programa de Governança e Gestão Política com a assinatura de um convênio com a Universidade do Panamá. Este programa é realizado desde 2001, em parceria com a *George Washington University* e universidades locais em toda a região.





Com a participação do Presidente da República do Panamá, Ricardo Martinelli, o Presidente Executivo da CAF, Enrique García, e o Ministro de Economia e Finanças, Alberto Vallarino, formalizam o aumento de capital do Panamá em USD 55 milhões. Cidade do Panamá, 28 de outubro.





PARAGUAI

As obras rodoviárias e recreativas ao redor da Ponte Internacional Encarnación-Posadas permitirão aliviar os problemas de trânsito causados pelo alto grau de urbanização.

As obras fazem parte do financiamento aprovado pela CAF para a Entidade Binacional Yacyretá.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	107	127
Risco soberano	85	95
Risco privado	22	32
Desembolsos	4	25
Risco soberano	2	16
Risco privado	2	9

Milhões de USD	2009
Carteira	28
Risco soberano	24
Risco privado	4

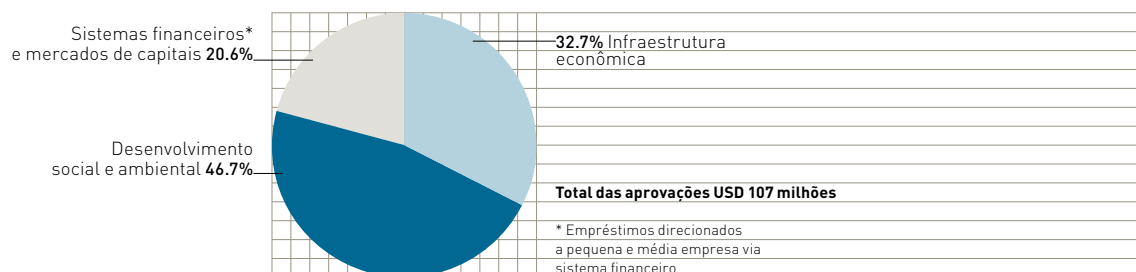
Em 2009, a CAF aprovou operações para o Paraguai no valor de USD 107 milhões, dos quais 79.4% (USD 85 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 20.6% (USD 22 milhões) a operações de risco privado.

A Corporação liberou USD 85 milhões para o Programa de Apoio a Investimentos Sociais e de Infraestrutura (PAISI), cujo objetivo é promover a reação econômica mediante a execução de um conjunto de programas de investimentos nos setores agrícola, habitação, educação e infraestrutura de alto impacto econômico e social. A operação faz parte do Plano de Gestão de Governo do Paraguai, parte do Plano Anti-crise contra o cenário financeiro internacional.

Além disso, a CAF continuou apoiando o setor financeiro do país ao destinar USD 22 milhões para o financiamento de projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro. Os recursos aprovados têm por objetivo estimular o crescimento econômico e permitir uma resposta oportuna à crise financeira.

Na área de PME e microfinanças, a Corporação aprovou um investimento patrimonial de USD 500,000 no Visión Banco SAECA, instituição especializada em microfinanças que recentemente mudou de financeira a banco. Além disso, a CAF aumentou a linha de crédito da instituição em USD 2 milhões para fortalecer sua ação no setor de microempresariado do país e renovou a linha de crédito do Banco Regional em USD 5 milhões, instituição financeira especializada no atendimento de pequena empresa.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA PARAGUAI 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República do Paraguai, via Ministério da Fazenda.	Programa de Apoio a Investimentos Sociais e de Infraestrutura (PAISI)	Contribuir com a gestão do Governo, especificamente com o Plano Anticrise, ao apoiar a reação econômica do país com a execução de programas de investimento social e de infraestrutura com elevado impacto social.	85	12
Banco Regional	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	5	Vários
BBVA Paraguai	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	15	
Visión Banco, S.A.	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar parcialmente o plano de investimento.	2	10
Total			107	





Com a presença do Presidente da República, Fernando Lugo, o Presidente Executivo da CAF, Enrique García, e o Ministro da Fazenda do Paraguai, Dionisio Borda, assinaram um contrato de empréstimo para a República do Paraguai de USD 85 milhões, destinados à execução do Programa de Apoio a Investimentos Sociais e de Infraestrutura. La Asunción, 23 de julho.





PERU

O Projeto de Irrigação e Hidroenergético

Olmos contempla o aproveitamento dos recursos hídricos dos rios Olmos, Huancabamba, Tabaconas e Manchara, na encosta do Atlântico, para a ampliação da fronteira agrícola com a irrigação de terras não cultivadas na encosta do Pacífico.

Millones USD	2009	2005-2009
Aprovações	2,287	6,283
Risco soberano	1,300	2,868
Risco privado	987	3,415
Desembolsos	650	4,650
Risco soberano	280	1,111
Risco privado	370	3,539

Millones USD	2009
Carteira	1,869
Risco soberano	1,327
Risco privado	542

Em 2009, a CAF aprovou operações para o Peru no valor de USD 2,287 milhões, dos quais 56.8% (USD 1,300 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 43.2% (USD 987 milhões) a operações de risco privado.

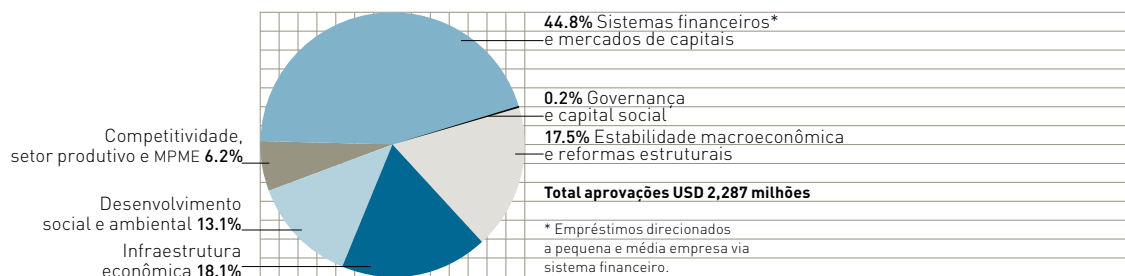
Na área de infraestrutura econômica, a Corporação destinou recursos principalmente para o setor de transporte. Merece destaque o financiamento parcial, no valor de USD 300 milhões, do projeto Trem Elétrico Urbano de Lima, que irá construir e colocar em operação a Linha 1 –que ligará Villa El Salvador à estação Grau–, após a reabilitação da infraestrutura existente entre Villa El Salvador e a estação Atocongo e a construção de nova infraestrutura ligando Atocongo a Grau. O projeto faz parte de um Plano Integral de longo prazo, cujo objetivo é oferecer um sistema de transporte urbano coletivo para as cidades de Lima e Callao.

A CAF também destinou USD 300 milhões das aprovações para a área de desenvolvimento social e ambiental pela facilidade de financiamento contingente para desastres naturais, destinada a canalizar recursos de forma oportuna para o atendimento integral de emergências ocorridas por fenômenos naturais. Diante do decreto de emergência, os recursos desta linha podem realizar atividades de atendimento primário de danos, restituição provisória de serviços críticos como consequência das perdas de capital físico, natural e social que possam ser ocasionados pela emergência natural em questão.

Ainda para o setor corporativo e financeiro, a Corporação aprovou mais de USD 1,200 milhões, principalmente via linhas de crédito para bancos de desenvolvimento (COFIDE), bancos comerciais e instituições microfinanceiras. Para o setor corporativo, destacam-se operações como o cofinanciamento, no valor de USD 50 milhões, para a concessão do projeto Rede Rodoviária N°4, que unirá os departamentos de Lima, Ancash e La Libertad, com a construção de 356 km de estrada, e o financiamento de longo prazo para a Maple Etanol, de USD 65 milhões, para o desenvolvimento de um complexo agroindustrial de produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar.

Na área de estabilidade macroeconômica, levando em conta seu papel anticíclico em um ano de crise, a Corporação aprovou uma linha de crédito contingente de USD 400 milhões, com o objetivo de respaldar os esforços do Governo Nacional na execução de sua estratégia de dívida pública mediante um instrumento preventivo de financiamento que provê recursos financeiros ao país, em caso de não ter acesso a mercados de capital em condições consistentes com os objetivos de tal estratégia. Este instrumento se enquadra no plano de contingência para mitigar riscos derivados da crise financeira nos mercados internacionais.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA PERU 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República do Peru, via Ministério de Economia e Finanças (MEF)	Linha de crédito contingente Peru	Respaldar os esforços do Governo Nacional na execução de sua estratégia de dívida pública como parte de um plano de contingência para mitigar os riscos derivados da crise financeira.	400	10
República do Peru, via Ministério de Transportes e Comunicação e Autoridade Autônoma do Sistema Elétrico de Transporte Coletivo de Lima e Callao	Trem elétrico urbano, trecho Vila El Salvador-Avenida Grau	Executar a primeira etapa do Plano de Trânsito para a cidade de Lima. Esta obra permitirá diminuir os custos de transporte para a população ao reduzir a duração das viagens e aumentar a eficiência do transporte urbano.	300	18
República do Peru, via Ministério de Economia e Finanças (MEF)	Facilidade de financiamento contingente para o atendimento integral de emergências ocorridas por fenômenos naturais	Financiar o atendimento integral de emergências ocorridas por fenômenos naturais.	300	18
Refinaria La Pampila	Capital de giro e comércio exterior	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	50	Vários
Sociedade Concessionária Autoestrada do Norte, S.A.C.	Financiar a concessão da Rede Rodoviária N° 4 (Pativilca-Casma-Chimbote-Trujillo)	Construir, manter e explorar a Rede Rodoviária N° 4.	50	10
Maple Etanol	Empréstimo não soberano de longo prazo	Desenvolver um complexo agroindustrial para a produção de cana-de-açúcar, com o objetivo de produzir etanol (fonte alternativa de energia).	65	12,5
Cemento Andino	Garantia parcial de crédito	Adquirir e instalar maquinário e equipamento mecânico para a ampliação da capacidade da fábrica.	50	8
Banco de Crédito de Peru, BBVA Banco Continental, COFIDE, COFIDE/MEF-Garantía Soberana, ScotiaBank Peru y Banco Internacional del Peru (Interbank)	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	1,000	Vários
Banco Interamericano de Finanzas (BIF), Microempresa S.A.-Mibanco Caja Municipal de Ahorro y Crédito de Arequipa, Caja Municipal de Ahorro y Crédito de Cusco; Financiera Edificar, Financiera Crear Arequipa, Caja Municipal de Ahorro y Crédito de Tacna y Financiera Confianza	Financiamento de comércio e capital de giro e projetos de investimento de pequenas e microempresas	Financiar pequenas e microempresas.	68	Vários
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	5	
Total			2,287	



O Presidente Executivo da CAF, Enrique García, o Diretor Regional da Organização Internacional do Trabalho para a América Latina e Caribe, Jean Maninat, assinaram um acordo para mitigar os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho. Lima, 20 de agosto.



XXVI Copa CAF da Amizade, organizada pela Academia Esportiva Cantolao e CAF. Lima e El Callao, 26 de janeiro e 1º de fevereiro.

Infraestrutura

Financiamento parcial de assessorias e estudos necessários para a execução de um projeto de energia eólica na cidade de Piura e no Porto de Paita, no Noroeste do Peru.

Apoio ao Ministério de Transporte e Comunicações na contratação de uma consultoria para a elaboração do Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental do Projeto do Sistema Elétrico de Transporte Coletivo de Lima-Callao.

Apoio ao Ministério de Economia e Finanças para o acompanhamento e avaliação do II Programa de Investimentos Sociais e de Infraestrutura contra a Pobreza.

Desenvolvimento social

Apoio ao Ministério da Fazenda, Construção e Saneamento para ampliar o alcance dos sistemas de informação, e capacitação de recursos humanos do Escritório Geral de Estatística e Informática em temas de informática.

Execução do projeto Ensinar a Jogar – *Right to Play* em 20 escolas de zonas rurais de Cusco e Lambayeque, como apoio comunitário às regiões onde a CAF financia obras de infraestrutura.

Competitividade

Realização, em conjunto com o Ministério de Economia e Finanças, de um programa de assistência para a modernização da gestão fiscal do Estado e política fiscal, dentro do processo de descentralização.

Otimização da gestão de serviços e processos do Estado para o comércio exterior: Gui-chê Único Portuário, em conjunto com o Ministério de Comércio Exterior e Turismo.

Apoio ao Programa Inclusivo de Desenvolvimento Empresarial Rural que a Corporação Financeira para o Desenvolvimento (COFIDE) promove para a criação de Cooperativas de Poupança e Crédito.

Desenvolvimento do Setor de Aquicultura na Costa do Sul do Peru, que inclui estudos de diagnósticos e desenvolvimento de cadeias produtivas com o Ministério de Pesca do PRODUCE.

Contribuição com o projeto de Desenvolvimento de Fornecedores da Cadeia Agroalimentar da região de Junín.

Desenvolvimento de Capacidades Produtivas e de Gestão dos Produtores de Alpaca de Quispichis, Cusco, com o Fundo das Américas.

Programa de Governança Corporativa

Realização do programa de diagnóstico e implementação de melhores práticas de governança corporativa para Empresas de Propriedade Estatal em Petróleo do Peru, ELECTROPERU, Banco de la Nación e SEDAPAL.

Governança

Programa de Governança e Gestão Política

Execução do VII Programa de Governança e Gestão Política com a Pontifícia Universidade Católica do Peru.

Programa de Liderança para a Transformação

Capacitação de representantes de organizações sociais, culturais, indígenas, campestres, sindicalistas e associações de micro e pequenos empresários.

Programa Regional para a Atualização e Melhora da Gestão Local (PRAMEG)

Participação do Município de Jesús María, no norte de Lima, após os programas pilotos realizados no ano anterior.

Responsabilidade social

Programa Ação Social pela Música

Apoio ao Instituto Nacional de Cultura no lançamento do Sistema Nacional de Orquestra Infantil e Juvenil do Peru.

Oportunidades locais

Aprovação do projeto Energia para a Vida, parte do convênio de cooperação entre a CAF e *Ashmore Energy International AEI*/Distribuidora de Gás Natural Calidda.

Vocações produtivas locais

Capacitação de 3.280 homens e mulheres locais em costura, computação, gastronomia, comércio de produtos agrícolas e criação de gado; e realização de 21 empreendimentos produtivos locais, na zona de influência do Corredor Rodoviário Interoceânico Sul.

Capacitação de 418 homens e mulheres em costura, computação, gastronomia e confeitaria; e encaminhamento de nove empreendimentos produtivos locais.

Capacitação de 988 operários locais em operação de máquinas pesadas e ofícios especializados de construção.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PERU

Meio ambiente

Apoio ao Ministério de Economia e Finanças e ao Ministério do Ambiente para a elaboração da II Etapa do Programa para a Gestão Social e Ambiental dos Impactos Indiretos no Corredor Rodoviário Interoceânico Sul.

Apoio para a elaboração do Estudo de Disponibilidade Hídrica Integral para a Gestão da Água no Sistema Hídrico do Rio Huancabamba, fonte de água para o projeto Olmos.

Fortalecimento do Programa de Prevenção contra o Fenômeno EL Nino, do Governo do Peru.

PLAC**e

Primeiro programa de compra de carbono da CAF no Peru, que consiste na redução de gases de efeito estufa a partir de um sistema de gestão de resíduos animais nas operações de alimentação de animais confinados na granja La Calera, localizada em Chinchá.

Apoio ao projeto de redução de emissões de gás metano na planta de tratamento de águas residuais de Carapongo, em Lima.

Assinatura de um acordo de desenvolvimento do projeto Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com a empresa SEDAPAL, de Lima. Estima-se que o projeto tem o potencial de produzir 115.000 certificados de carbono, que serão vendidos no mercado internacional.

Em 2009, a CAF outorgou USD 5 milhões ao Peru na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos se canalizarão diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.



Durante a reunião com o Presidente do Peru, Alan García, o Presidente da CAF, Enrique García, retificou a disposição da Corporação em continuar seu apoio ao financiamento do desenvolvimento do país. Lima, junho.





O projeto Aliança pela Arte Nativa de Cusco envolve 10 associações de mulheres tecedoras artesanais, estabelecidas no Corredor Rodoviário Interoceânico Sul. O objetivo é fortalecer a capacidade produtiva e de articulação da população com o mercado.





URUGUAI

O Programa de Investimento Público em Infraestrutura Rodoviária do Uruguai prevê obras de reconstrução e reabilitação de rodovias das redes primárias e secundárias do país, além de obras de manutenção de serviço e tarefas de segurança rodoviária. Uma das obras principais é a ampliação da segunda pista do anel perimetral de Montevideú.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	590	1,396
Risco soberano	590	1,395
Risco privado	0	1
Desembolsos	377	623
Risco soberano	377	623
Risco privado	0	0

Milhões de USD	2009
Carteira	582
Risco soberano	582
Risco privado	0

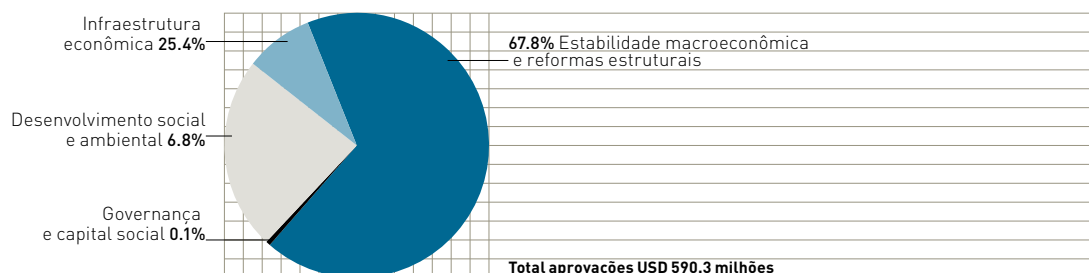
Em 2009, a CAF continuou apoiando o desenvolvimento da infraestrutura econômica do país ao aprovar, para a Corporação Nacional para o Desenvolvimento (CND), USD 100 milhões para o Programa de Investimento Público em Infraestrutura Rodoviária IV, com garantia da República. Esta operação tem como organismo executor a Corporação Rodoviária do Uruguai (CVU) e representa a quarta de uma série de operações que a Corporação vem financiando neste setor. Além disso, faz parte do programa de investimento público em setores prioritários enquadrados nas políticas anticíclicas implementadas pelo Governo, com o objetivo de mitigar os efeitos da crise econômica internacional. O programa consiste em três componentes: obras de reconstrução e reabilitação, obras de manutenção de serviços e segurança rodoviária, e obras de construção a nível nacional.

Além disso, a CAF continuou apoiando o Programa de Fortalecimento do Sistema Elétrico Nacional, com a renovação de uma linha de crédito de USD 50 milhões para a Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas (UTE), com o objetivo de aumentar a capacidade de geração de energia elétrica no país. O programa busca minimizar a probabilidade de racionamento a médio e longo prazo, assim como reduzir o custo de energia.

Na área de desenvolvimento social, a CAF outorgou um empréstimo de USD 40 milhões à Administração de Obras Sanitárias do Estado (OSE), com garantia da República, para o Projeto de Tratamento e Disposição Final de Efluentes do Sistema Maldonado-Punta del Este. O objetivo é promover o desenvolvimento social, econômico e turístico do departamento Maldonado, mediante a melhora das condições sanitárias e ambientais da capital e da zona turística de Punta del Este. O projeto consiste na construção, expansão e otimização da infraestrutura de coleta, tratamento e disposição final dos efluentes de esgoto.

Na área de estabilidade macroeconômica e reformas estruturais, a Corporação aprovou a renovação de uma linha de crédito contingente não comprometida, cujo objetivo é respaldar os esforços do Ministério de Economia e Finanças na execução da estratégia de gestão da dívida pública. Desta forma, a Corporação garante recursos nas circunstâncias nas quais as condições do mercado de capitais não satisfaçam os objetivos de financiamento da República.

Aprovações por área estratégica 2009



APROVAÇÕES A FAVOR DA URUGUAI 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República Oriental do Uruguai, via Corporação Nacional para o Desenvolvimento (CND) e Corporação Rodoviária do Uruguai (CVU, na sigla em espanhol) como executor	Programa de investimento público em infraestrutura rodoviária	Melhorar a qualidade do serviço rodoviário nacional e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e para a integração, através da recuperação e ampliação da malha rodoviária do país.	100	10
República Oriental do Uruguai, via Ministério de Economia e Finanças e Administração de Obras Sanitárias do Estado (OSE) como executor	Projeto de tratamento e disposição final de afluentes do Sistema Maldonado-Punta do Leste	Melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento social, econômico e turístico do Departamento Maldonado, mediante a melhoria das condições sanitárias e ambientais da cidade capital.	40	9
República Oriental do Uruguai, via Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas (UTE)	Linha de crédito rotativo e não comprometido	Apoiar o Programa de Fortalecimento do Sistema Elétrico Nacional, com a renovação da linha de crédito para capital de giro.	50	15
República Oriental do Uruguai, via Ministério de Economia e Finanças	Linha de crédito contingente	Respaldar os esforços do Governo Nacional na execução de sua estratégia de gestão de dívida pública, mediante um instrumento preventivo de financiamento que provê recursos financeiros no caso de não ter acesso aos mercados de capitais internacionais.	400	18
Vários beneficiários	Outras operações com	Vários	0.3	
Total			590.3	

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO URUGUAI

Infraestrutura e desenvolvimento social

Incorporação do componente de desenvolvimento sócio-produtivo pelo projeto Sistema de produção sustentável para as famílias produtoras de Montevidéu rural, no âmbito do Programa de Investimento Público em Infraestrutura Rodoviária, que prevê a construção do anel rodoviário de Montevidéu.

A iniciativa permitirá identificar os agrossistemas mais importantes e seus pontos críticos para desenhar e implementar ações de melhora na sustentabilidade dos recursos e aumentar a produção de alguns tipos de hortaliças, feno e leite de cabra.

Competitividade

Aprovação de uma iniciativa de desenvolvimento produtivo local no departamento de Canelones, cujo objetivo é gerar um modelo produtivo e identificar e priorizar ações para atrair investimento e promover a instalação de empreendimentos industriais que demandem mão de obra disponível na região.

O Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vasquez, e o Presidente Executivo da CAF, Enrique García.



Em 2009, a CAF outorgou USD 300,000 ao Uruguai na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos se canalizaram diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.





Com a aprovação de recursos para o Programa de Investimento Público em Infraestrutura Rodoviária do Uruguai, a CAF apóia os planos de investimento público a curto prazo definidos pelo governo do país para melhorar a qualidade de serviço aos usuários da infraestrutura rodoviária nacional.





VENEZUELA

O Complexo Termoelétrico Rafael Urdaneta busca gerar energia elétrica em três plantas térmicas para atender à crescente demanda da região ocidental do estado de Zulia. O projeto aproveitará a tecnologia de ciclo combinado, que permite gerar eletricidade sem a utilização de combustíveis fósseis.

Milhões de USD	2009	2005-2009
Aprovações	627	2,984
Risco soberano	600	2,346
Risco privado	27	638
Desembolsos	412	1,852
Risco soberano	410	1,815
Risco privado	2	37

Milhões de USD	2009
Carteira	1,765
Risco soberano	1,765
Risco privado	0

Em 2009, a CAF aprovou operações para a Venezuela no valor de USD 627 milhões, das quais 95.7% (USD 600 milhões) correspondem a operações de risco soberano e 4.3% (USD 27 milhões) a operações de risco privado.

Destaca-se especialmente a aprovação de USD 600 milhões para a construção da terceira planta da Central Termoelétrica Termozulia, considerado um projeto estratégico que, com a geração de 470MW adicionais, permitirá levar energia a aproximadamente 90,000 habitações do estado de Zulia, e cobrirá o crescimento da demanda. Com a tecnologia de ciclo combinado, a planta poderá utilizar o gás natural como combustível, o que permitirá poupar combustível líquido que pode ser exportado. A construção da planta gerará cerca de 1,500 empregos.

O projeto é parte dos investimentos realizados pelo Governo Nacional para melhorar a capacidade de geração elétrica do país e satisfazer a demanda projetada pelo sistema interconectado nacional com melhores condições de segurança, especialmente enquanto termina a execução de novos projetos hidroenergéticos, tais como a Central Hidroelétrica Manuel Piar-Tocoma, no rio Caroní, também financiado parcialmente pela CAF.

Dessa forma, a Corporação continuou apoiando projetos importantes para o país, tanto no setor de infraestrutura como no de desenvolvimento social. Este é o caso da construção da Central Hidroelétrica Manuel Piar, que busca usar de forma eficiente as ramificações do rio Caroní no Estado Bolívar; do Programa de Investimento em Água Potável e Saneamento, cujo objetivo é assegurar a disponibilidade, qualidade, continuidade e sustentabilidade dos serviços de água potável e saneamento de diferentes zonas urbanas; do Projeto Nacional de Gestão e Conservação Ambiental (PRONGECA), para melhorar as condições ambientais através de laboratórios regionais de análise de qualidade ambiental e da otimização da gestão ambiental local; e do Programa de Investimento Operacionais do Metrô de Caracas, entre outros.

Destaca-se também o apoio financeiro ao Sistema Yacambú-Quíbor: Infraestrutura, Conservação da Bacia do Rio Yacambú e o Desenvolvimento do Vale de Quíbor, no qual a CAF participa desde 1998, com mais de USD 200 milhões dos aproximadamente USD 600 milhões investidos pelo Governo venezuelano no projeto. O objetivo é fomentar o desenvolvimento agrícola no estado de Lara mediante o aproveitamento da água do rio Yacambú que, depois da construção de um reservatório de armazenamento, será transferida por um túnel que atravessa a cordilheira andina até o Vale de Quíbor. Além disso, contribuirá com o fornecimento de água potável para a cidade de Barquisimeto.

A CAF destinou recursos ao setor financeiro venezuelano, com uma linha de crédito para o Banco Mercantil no valor de USD 25 milhões, destinada principalmente a financiar capital de giro via operações de curto prazo.

APROVAÇÕES A FAVOR DA VENEZUELA 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
República Bolivariana da Venezuela, via C.A. Energia Elétrica da Venezuela (ENELVEN, na sigla em espanhol), filial da CORPOELEC	Projeto Termoelétrico Termozulia III	Aumentar a confiança e autonomia do Sistema Elétrico do Ocidente mediante a geração de 470 MW de potência na região ocidental do Estado Zulia, e aproveitar o uso da tecnologia de ciclo combinado, que permite gerar eletricidade adicional sem a utilização de combustíveis fósseis para o ciclo de turbo a vapor.	600	18
Banco Mercantil	Financiamento de comércio, capital de giro e projetos de investimento	Financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior e capital de giro.	25	Vários
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Outras operações com recursos de cooperação.	1,6	
Total			626,6	



Promoção da denominação de origem no exterior do Ron Premium Venezuelano.

Infraestrutura

Apoio ao Estudo Ambiental Biológico do Projeto Termoelétrico Termozulia III, no valor de USD 45,000, para determinar o impacto das águas de resfriamento do complexo termoelétrico sobre sua área de influência dentro do Lago de Maracaibo, para determinar o sistema de refrigeração mais adequado para o projeto Termozulia III.

Desenvolvimento social

Novo apoio técnico ao MPPAT para a preparação dos resultados do Censo, no que se inclui o aproveitamento dos dados para o desenho de um sistema de estatísticas agrícolas contínuas e a elaboração de um informe técnico para sua publicação, além de apresentação de um workshop de alcance regional.

Apoio à Fundação Habitação Popular no desenvolvimento do Programa de Melhoria de Habitação em bairros de Caracas e Miranda, para fomentar esquemas de organização comunitária e autogestão em zonas urbanas marginais da capital venezuelana e facilitar o financiamento via o capital semente para melhorar a moradia de mais de 200 famílias.

Realização, junto à Universidade Central da Venezuela, de workshops sobre jogos, boas práticas e lições aprendidas na implementação da Lei de Serviço Comunitário do Estudante de Educação Superior.

Responsabilidade social

Programa de Ação Social para a Música

Apoio à turnê pela Europa e Estados Unidos da Orquestra Sinfônica da Juventude Venezuelana Simon Bolívar. A turnê incluiu a realização de 11 concertos sob a direção do Maestro Gustavo Dudamel, nas cidades de Houston, Washington, Chicago, Londres, Madri, Valencia, San Sebastián, Barcelona e Lisboa.

Aprovação da convocatória, junto com a Fundação do Estado para o Sistema Nacional das Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela (FESNOJIV), de um concurso nacional de arquitetura para o desenvolvimento do Complexo Internacional de Ação Social para a Música Simón Bolívar, em Caracas. O concurso busca a melhor proposta arquitetônica para um futuro eixo musical que complementará o Centro de Ação Social para Música, sede atual das orquestras juvenis.

Capacitação profissional e resgate patrimonial

Continuação da capacitação profissional de jovens, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID). Este projeto capacitou jovens em situação de risco social em ofícios básicos e resgate patrimonial. A Corporação apoiou a capacitação de jovens na Escola de Ofício La Guaira, pelo acordo com a Prefeitura de Vargas e a Escola de Ofício de Coro.

Aporte ao Prêmio de Literatura Ibero-americana Arturo Uslar Pietri, que premiará à melhor obra literária da região em 2010.

Meio ambiente

Apoio ao Diagnóstico de Soluções para o Manejo Integral de Dejetos Sólidos nos municípios de Guicaipuro, Los Salias, Carrizal, Sucre, Plaza e Zamora, do estado de Miranda. O projeto tem como objetivo propor alternativas para diminuir os dejetos sólidos, os riscos para a saúde e os impactos ambientais e contribuir com a implementação do Plano de Manejo Integral e Sustentável de Resíduos e Dejetos Sólidos.

Apoio à Restauração Florestal das Bacias Norte e Oeste do Golfo de Paria, no estado de Sucre, com o objetivo de instaurar um programa de restauração ecológica em lugares estratégicos da região, que contribuam com o melhoramento de suas condições sócio-ambientais.

Competitividade

Programa Apoio à Competitividade

Apoio para a Oficina de Simplificação de Trâmites Administrativos e Guichê Único: Ferramentas de Gestão Municipal para Potenciais PMEs, com o objetivo de fortalecer as capacidades técnicas dos governos locais.

Apoio na realização do XV Encontro Anual de Competitividade na Venezuela, direcionado a fortalecer as capacidades empresariais no país e divulgar casos de sucesso, além de contribuir com a impressão do livro Êxito Venezuelano.



Entrega dos resultados da terceira edição do Programa Regional para a Atualização e Melhora da Gestão Local (PRAMEG). Caracas, 28 de agosto.

Apoio na realização de três eventos sobre Turismo, PME e inclusão social na Península do Paraguaná, relacionados ao fortalecimento do modelo de gestão das redes sócio-comunitárias de prestadoras de serviços turísticos, promovidos pelo CORPOTULIPA, para contribuir com a sustentabilidade das redes pela transferência de conhecimento aos atores relevantes do setor.

Contribuição para a Construção de Capacidades Regionais na Identificação e Promoção de Projetos de Investimento com o fortalecimento institucional e descentralização da promoção de investimentos na Venezuela.

Governança

Programa de Governança e Gestão Política

Assinatura de um convênio com a Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), pelo sétimo ano consecutivo, a fim de capacitar líderes de governos locais e suas equipes de apoio. Capacitação de 188 participantes.

Programa de Liderança para a Transformação

Graduação de mais de 500 pessoas de distintos estados na terceira promoção do Programa, que é executado em parceria com o Instituto Universitário de Gestão e Tecnologia (IUGT).

Programa Regional para a Atualização e Melhora da Gestão Local

Execução do programa com as prefeituras de Girardot, El Hatillo, Lechería, Sucre e Naguanagua, que tem o objetivo de fornecer ferramentas que possibilitem as prefeituras a serem organizações mais eficientes.



OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA VENEZUELA

Em 2009, a CAF outorgou USD 1.6 milhões para a Venezuela na qualidade de fundos de cooperação. Estes recursos se canalizaram diretamente aos beneficiários ou aos diversos programas especiais desenvolvidos pela Corporação.

O Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frias, visita um dos projetos de geração elétrica no país.





A CAF promove o posicionamento do Ron Premium Venezuelano a nível global, com uma maior promoção de sua denominação de origem no exterior e de uma maior integração com os atores que participam da cadeia de valor. Assim, contribui para a promoção deste produto ao gerar sinergias através de uma atividade promotora e associativa da indústria venezuelana.

Em 2009, as aprovações da CAF para a Costa Rica, México e República Dominicana ficaram em USD 338 milhões. A carteira chegou a USD 349 milhões –um aumento de 36.3% em relação a 2008. A Corporação outorgou recursos principalmente para potencializar a produtividade e competitividade destes países, via operações direcionadas tanto aos setores produtivos como financeiros.

Além disso, outorgou fundos de cooperação não reembolsáveis de até USD 15.5 milhões, direcionados ao financiamento de estudos, assessorias, capacitação técnica e apoio a eventos.

Também Portugal ingressou como acionista, transformando-se no segundo país da União Européia membro da CAF.

COSTA RICA

Em 2009, a CAF aprovou USD 11 milhões para a Costa Rica para dar assistência aos setores financeiros e produtivos. A Corporação continuou apoiando o setor de MPME ao outorgar USD 10 milhões para uma linha de crédito para o Banco Improsa; USD 1 milhão para a Financeira DESIFYN; assim como um investimento patrimonial no Fideicomiso CIS que busca promover a atividade empreendedora no país.

A Corporação destinou recursos de cooperação para a área de competitividade para promover o Fórum Regional de Empreendimentos e Inovação, que tratou de temas como estratégias e políticas para a inovação, fomento de empreendimento e criação de novas empresas na região.

Além disso, apoiou o Projeto de Simplificação e Digitalização da Informação de Trâmites Chaves de Instituições Governamentais, que faz parte do Programa Nacional de Competitividade e Melhora Regulatória. O objetivo é otimizar os serviços e processos das instituições do Estado relacionadas ao comércio exterior e ao desenvolvimento dos negócios.

ESPAÑA

Em 2009, a CAF aprofundou a agenda de atividades na Europa ao incluir ações institucionais, financeiras, e de integração com os meios de comunicação e com os grêmios de produção tanto nacionais como subnacionais. Estas ações se expandiram a outros países da União Européia de interesses especiais pela relação com a América Latina.

A CAF teve uma presença permanente na participação e organização de eventos, assim como no estabelecimento de acordos e convênios com instituições. Destaca-se sua participação com declarações e comentários nas reuniões com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) em Luxemburgo; as reuniões com a Comissão Européia em Bruxelas; a Assembléia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) em Paris; o *Steering Committee* de G-Nexid (*Global Network of Ex-Im Banks and Development Institutions*) em Kiev, Ucrânia; a Assembléia Parlamentar Euro-Latino-americana (EUROLAT) em Madri; o fórum organizado pelo Instituto para a Promoção e Desenvolvimento na América Latina (IPDAL) em Lisboa; o *IV Meeting Anual do Global Network of Ex-Im Banks and Development Finance Institutions (G-NEXID)* em Genebra; o Encontro de Economistas Latino-americanos no Santander, na Espanha, sobre a análise da crise, organizado pela CAF e pela Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB); a Assembléia da FAO sobre Segurança Alimentar em Roma; o Fórum Anual de Latibex; e a Conferência Anual do Clube de Madri. Além disso, a CAF assinou importantes convênios com a CEDDET, a Fundação Carolina, e Metrópolis Global e administrou a assinatura da MDU com a Comissão Européia para 2010.

Reunião do Presidente Executivo da CAF, Enrique García, e a Ministra de Economia da Espanha, Elena Salgado. Madri, 16 de outubro.



A CAF também continuou promovendo e gerando negócios e projetos, especialmente nas áreas de infraestrutura e energias alternativas, direcionados aos países acionistas, assim como aprofundou o desenho de novos produtos e parcerias com instituições financeiras da Europa

MÉXICO

Em 2009, a CAF aprovou USD 65 milhões para o México. Deste valor, USD 50 milhões foram destinados a uma garantia parcial de crédito para a titularização de ingressos do Instituto da Función Registral, parte do Governo do Estado do México. O objetivo foi apoiar uma emissão de títulos de valores garantidos pela CAF, para que assim ela obtivesse o grau de investimento.

Na área de infraestrutura, com recursos da PROINFRA, a Corporação respaldou o Desenvolvimento dos Sistemas de Transporte Público das Cidades de Chihuahua e Leon, para apoiar a criação de um organismo público de transporte em Chihuahua, e realizar estudos para a concepção de um sistema de transporte escolar em Leon.

PORTUGAL

Em 30 de novembro, Portugal se tornou acionista da CAF ao assinar o acordo para subscrever EUR 15 milhões ao capital ordinário da Corporação e EUR 60 milhões ao capital de garantia. A assinatura foi realizada durante a XIX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, em Estoril.

REPÚBLICA DOMINICANA

Em 2009, a CAF aprovou USD 129 milhões para a República Dominicana. Deste total, 62% foram direcionados a área de desenvolvimento social para realizar o Projeto de Desenvolvimento Humano e Habitacional e reduzir o déficit habitacional que afronta o país, em uma iniciativa para melhorar a qualidade de vida de 7.800 famílias de baixa renda que inclui o desenvolvimento de infraestrutura social complementar.

Além disso, a Corporação assinou USD 48 milhões pelo setor privado em duas operações. A primeira operação foi direcionada a financiar parcialmente o plano de investimento do Boulevard turístico do Atlântico, que consiste na reabilitação de 99 Km de vias já existentes e na construção de 24 Km de novas vias, entre a Cidade de Nagua e a Península de Samaná, além da construção de uma nova estação de pedágio. A segunda operação foi direcionada ao desenvolvimento de um *Network Access Point* no Parque Cibernético de Santo Domingo, pela empresa *Network Access Point del Caribe, S.A.*

Com recursos de cooperação, a CAF respaldou iniciativas para aumentar a competitividade, especificamente com a liberação de USD 88,000 para a Aceleradora de Empresas de San Cristóbal, com o objetivo de fortalecer as capacidades de gestão da primeira aceleradora de empresas do país. Também continuou apoiando a Fundação ADOPEM na capacitação de jovens em risco de exclusão social e na oferta de oportunidades de formação e desenvolvimento em profissões técnicas.



Com a presença de honra da Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet, o Presidente Executivo da CAF, Enrique García, assinou um importante convênio que facilita o futuro desenvolvimento de atividades da CAF no Chile. Santiago, 15 de julho.



Assinatura do Acordo entre a CAF e Portugal, pelo Presidente Executivo da CAF, Enrique García, e o Ministro de Estado e Finanças de Portugal, Fernando Teixeira dos Santos. Estoril, 30 de novembro.



República Dominicana assina um aumento de capital na CAF. Na assinatura, o Diretor Representante da Corporação no Panamá, Rubén Ramírez, e o Secretário de Estado da Fazenda, Vicente Bengoa Albizu. 26 de novembro.

APROVAÇÕES A FAVOR DE OUTROS PAÍSES ACIONISTAS 2009 (em milhões de USD)

Cliente/Executor	Operação	Objetivo	Valor	Prazo (anos)
Costa Rica			10.3	
Banco Improsa	Financiamento para comércio e capital de giro	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	10	Até 3 anos
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	0.3	
México			65.3	
Promotora de Infra-estrutura Registral, S.A.	Garantia parcial de crédito para a titularização de ingressos do Instituto da Función Registral do Estado do México	Apoiar a emissão de títulos de valores.	50	Até 20 anos
Banco Compartamos	Financiamento de comércio e capital de giro	Financiar operações de comércio exterior, capital de giro e investimentos em bens de capital.	10	Até 3 anos
Ignia Fund I, LP	Participação acionária	Fornecer financiamento para pequenas e médias empresas.	5	
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários.	0.3	
República Dominicana			129.1	
República Dominicana, via Secretaria de Estado da Fazenda-Instituto Nacional de Habitação	Programa de Desenvolvimento Urbano e Habitação	Melhorar a qualidade de habitação e reduzir a vulnerabilidade ante as ameaças naturais de uma cidade de mais de 18.500 habitantes de baixa renda, mediante a execução do programa.	80	15
Boulevard Turístico do Atlântico	Empréstimo corporativo de longo prazo	Financiar parcialmente o plano de investimentos da empresa.	41.5	10
Network Access Point del Caribe, S.A.	NAP do Caribe	Financiar o desenvolvimento de um <i>Network Access Point</i> no Parque Cibernético de Santo Domingo.	6	9
Vários beneficiários	Outras operações com recursos de cooperação	Vários.	1.6	
Multinacional			133.3	
Banco Latinoamericano del Comercio Exterior, S.A. (BLADEX)	Linha de crédito rotativa comprometido	Financiar operações de comércio exterior e capital de giro.	100	Vários
Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura, S.A. (CIFI)	Linha de crédito rotativa não comprometido e empréstimos a médio prazo	Financiar projetos de infraestrutura na América Latina e no Caribe.	20	Vários
Vários clientes	Outras operações com recursos de cooperação	Vários	13.3	
Total			338	

Agenda de infraestrutura

- Programa de Energia Sustentável
- Programa GeoSUL
- Programa de Apoio às Tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF)
- Observatório de Mobilidade Urbana (OMU)
- Programa Portos de Primeira
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento e à Integração de Fronteiras (PADIF)

Agenda de desenvolvimento social

- Programa Integrado de Água
- Programa Integral de Desenvolvimento Urbano
- Programa de Melhora da Qualidade Educacional
- Programa de Apoio ao Investimento Social
- Programa de Governança

5

AGENDA CAF PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E PROGRAMAS ESPECIAIS EM APOIO À SUA MISSÃO

Agenda de sustentabilidade social

- Programa de Desenvolvimento Integral Comunitário
- Programa de Ação Social pela Música
- Programa de Ação Social pelo Esporte

Agenda ambiental

- Programa de Biodiversidade (BioCAF)
- Programa Latino-americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e)
- Programa para a Gestão de Riscos de Desastres
- Programa de Desenvolvimento Sustentável em Instituições Financeiras

Agenda de competitividade, inserção internacional e políticas públicas

- Programa de Apoio à Competitividade (PAC)
- Acesso ao financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)
- Programa de Governança Corporativa
- Programa de Apoio a Maior Inserção Internacional
- Programa de Apoio a Investigação

AGENDA CAF DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A Agenda de Desenvolvimento Integral proposta pela CAF visa atingir um crescimento alto, contínuo, sustentável e de qualidade: *alto* para começar a corrigir a brecha de desenvolvimento em relação aos países de alta renda e compensar pelo crescimento populacional; *contínuo* para evitar que o crescimento seja errático e volátil, como foi nas últimas décadas, e para assegurar a continuidade do progresso econômico e do bem-estar social; *sustentável* em suas dimensões ambientais e sociais, para assegurar a viabilidade intergeracional de capital natural, respeitar a diversidade cultural e sustentar a governabilidade democrática na região; e de *qualidade*, o que implica que o crescimento deve ser inclusivo e beneficiar a maior proporção da população de uma forma igualitária, a favor dos segmentos menos favorecidos, de forma que reduza a desigualdade e a pobreza da região.

Para alcançar estes objetivos, o crescimento deve se basear na preservação dos avanços alcançados na estabilidade macroeconômica, na melhora de eficiência microeconômica e no incentivo a iniciativas que promovam a igualdade, inclusão social e redução da pobreza. Estas condições são indispensáveis para enfrentar com coerência e clareza os desafios e problemas coletivos da região.

Além disso, para conseguir um crescimento econômico contínuo é preciso ser cada vez menos dependente das condições variáveis do cenário econômico internacional e deve-se sustentar na transformação das economias para melhorar a produtividade e agregar valor às vantagens comparativas nacionais. Melhorar a produtividade requer aumentar o investimento em todas as formas de capital: humano, social, natural, físico, produtivo, tecnológico e financeiro, já que a única forma de aumentar a produtividade é por meio de uma maior disponibilidade e qualidade das diversas formas de capital. Isto também aumenta a competitividade e permite uma inserção internacional mais efetiva e de melhor qualidade.

Esta visão integrada é produto de um importante programa de investigação e difusão de conhecimento em temas de desenvolvimento e políticas públicas, sustentado tanto no esforço intelectual da própria Corporação como nos processos de interlocução com os setores público, privado e acadêmico da América Latina. Isto resultou em um conjunto de atividades complementares à gestão financeira e de negócios da CAF, alinhadas com seus objetivos estratégicos e direcionados para apoiar e fortalecer institucionalmente seus acionistas.

Os programas especiais apresentados na continuação recorrem a diversas iniciativas da Agenda CAF para o Desenvolvimento Integral, organizada com base em quatro componentes de interesse estratégico: infraestrutura; desenvolvimento social; meio ambiente; e competitividade, inserção internacional e políticas públicas.

Em 2009, a CAF reiterou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a integração regional, avançando nas diretrizes estratégicas que fundamentam a Agenda de Desenvolvimento Integral proposta pela Corporação. Um dos insumos fundamentais para a atualização dessas diretrizes é a evolução dos processos de integração da região, que inspirou a modificação do Convênio Constitutivo da CAF para permitir a incorporação de outros países latino-americanos como acionistas da Série A.



Corredor Rodoviário Interoceânico Sul. Peru.

A CAF se consolidou como um organismo de apoio técnico especializado no planejamento, preparação, avaliação, supervisão e assessoria técnica em projetos complexos de investimento em infraestrutura.

AGENDA DE INFRAESTRUTURA

A ação da CAF em infraestrutura foi direcionada principalmente para melhorar as condições de acesso e articulação territorial nos países acionistas, assim como integrar os territórios em escala regional. Uma segunda dimensão que emerge cada vez com maior peso é o desenvolvimento da plataforma de infraestrutura básica nas cidades da região. Por meio destas dimensões, a Agenda de Infraestrutura da CAF faz parte tanto da agenda de crescimento econômico e inserção internacional dos países, como da agenda de desenvolvimento social e erradicação da pobreza.

Neste sentido, a Corporação trabalha na busca de mecanismos novos de financiamento para os projetos de investimento público e privado, apoiando com assessoria especializada e recursos de cooperação técnica o desenho, preparação e estruturação de novos projetos. Este trabalho inclui a coordenação com outros organismos financeiros para ações de cofinanciamento.

Além disso, realiza um conjunto de ações com a finalidade de fortalecer institucionalmente os organismos e entes públicos de planejamento, execução e manutenção de infraestrutura. Para isso, a CAF consolidou-se como um organismo de apoio técnico especializado em planejamento, preparação, avaliação, supervisão e assessoria técnica em projetos complexos de investimento em infraestrutura. Este é o caso, especialmente, de temas em engenharia rodoviária, processos de contratação, projetos de transporte urbano, e geração e transmissão de energia. Em 2009, a CAF ampliou a cobertura de programas setoriais em alguns países acionistas, se posicionando como a principal instituição de apoio à formulação e preparação de projetos de investimento em infraestrutura na região. Neste trabalho, o Fundo de Promoção de Projetos de Infraestrutura Sustentável (PROINFRA) tem um papel especial, com USD 50 milhões destinados para o financiamento concessional de estudos de pré-investimento.

Para suprir as carências detectadas em disponibilidade de informação de qualidade, confiável e atualizada no setor de transporte e mobilidade na região, a Corporação colocou em curso o Observatório de Mobilidade Urbana (OMU) para a América Latina e Caribe. Uma das atividades iniciais do programa foi a análise de 15 áreas metropolitanas, de nove países da região. A elaboração do Banco de Dados 2007-2008, foi concluído em 2009, e os resultados desta iniciativa já estão sendo difundidos em fóruns relevantes.

Da mesma forma, a Corporação desenvolveu uma nova linha de trabalho sobre aplicação de tecnologias de informação e comunicações. O programa de apoio a tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF) ajuda os países da região a enfrentar os desafios da sociedade de informação e do desenvolvimento sustentável no século XXI. As ações da TICAF são desenvolvidas em sinergia com as de infraestrutura em transporte e energia, ao abordar a noção de rodovias com fibra. Isto consiste na con-

Projetos de integração física financiados pela CAF na América Latina (em milhões de USD)

		Aporte da CAF	Total investimento
EIXO ANDINO			
1	Colômbia: Corredor Rodoviário Buenaventura-Bogotá	447.0	1,116.6
2	Equador: Conexão Amazônica com Colômbia e Peru (Rodovia Troncal do Oriente)	93.8	152.7
3	Equador: Projeto Ponte sobre o Rio Babahoyo	123.0	133.9
4	Peru: Reabilitação da Ferrovia Huancayo-Huancavelica	14.9	18.8
5	Venezuela: Conexão ferroviária de Caracas com a Rede Nacional	360.0	1,932.0
6	Venezuela: Apoio à navegação comercial no Eixo Fluvial Orinoco-Apure	10.0	14.3
EIXO DO ESCUDO GUAYANÉS			
7	Brasil: Interconexão Rodoviária Venezuela-Brasil	86.0	168.0
8	Brasil: Interconexão Elétrica Venezuela-Brasil	86.0	210.9
9	Venezuela: Estudos Ferrovias Cidade Guayana-Maturín-estado Sucre	2.6	2.6
10	Venezuela: Estudos Rodovias Cidade Guayana (Venezuela)-Georgetown (Guyana)	0.8	0.8
EIXO DO AMAZONAS			
11	Equador: Conexão Transandina Central	33.7	54.5
12	Equador: Corredor Transandino do Sul	70.0	110.2
13	Equador: Porto de transferência internacional de carga no Porto de Manta	35.0	525.0
14	Peru: Corredor Rodoviário Amazonas Norte	110.0	328.0
15	Peru: Pré-investimento na região de fronteira com Equador	5.3	8.7
16	Peru: Corredor Amazonas Central (trecho Tingo María-Aguaytía-Pucallpa)	3.5	13.6
EIXO PERU-BRASIL-BOLÍVIA			
17	Bolívia: Rodovia Guayaramerín-Riberalta	42.0	45.5
18	Brasil: Programa Rodoviário de Integração, estado de Rondônia	56.4	134.2
19	Peru: Corredor Rodoviário Interoceânico Sul (trechos 2, 3 e 4) e garantias para estruturação privada	804.5	1,615.0
EIXO INTEROCEÂNICO CENTRAL			
20	Bolívia: Corredor Rodoviário de Integração Bolívia-Chile	138.9	246.0
21	Bolívia: Via Dupla La Paz-Oruro	250.0	265.1
22	Bolívia: Corredor Rodoviário de Integração Santa Cruz-Puerto Suárez (trechos 3, 4 e 5)	280.0	585.5
23	Bolívia: Corredor Rodoviário de Integração Bolívia-Argentina	314.0	642.0
24	Bolívia: Corredor Rodoviário de Integração Bolívia-Paraguai	135.0	285.6
25	Bolívia: Programa rodoviário o "Y" de Integração	70.0	102.4
26	Bolívia: Reabilitação rodoviária La Guardia-Comarapa	21.0	34.7
27	Bolívia/Brasil: Gasoduto Bolívia-Brasil	215.0	2,055.0
28	Bolívia: Programa de Apoio ao Setor de Transporte PAST IV	22.4	32.3
29	Bolívia: Gasoduto Transredes	88.0	262.8
30	Peru: Corredor Rodoviário de Integração Bolívia-Peru	48.9	176.6
EIXO MERCOSUL-CHILE			
31	Argentina/Brasil: Centro de Fronteira Paso de los Libres-Uruguiana	10.0	10.0
32	Argentina: Corredor Buenos Aires-Santiago (alternativa rodoviária Lagoa La Picasa)	10.0	10.0
33	Argentina: Corredor Buenos Aires-Santiago (alternativa ferroviária Lagoa La Picasa)	35.0	50.0
34	Argentina: Corredor Buenos Aires-Santiago (acesso ao Paso Pehuenche, RN40 e RN 145)	106.7	188.1
35	Argentina: Interconexão Elétrica Santa María-Rodríguez	400.0	635.0
36	Argentina: Interconexão Elétrica Comahue-Cuyo	200.0	414.0
37	Argentina: Programa de Obras Rodoviárias de Integração entre Argentina e Paraguai	110.0	182.0
38	Brasil: Programa de Integração Regional-Fase I. Estado de Santa Catarina	32.6	65.5
39	Uruguai: Megaconcessão das principais rodovias de conexão entre Argentina e Brasil	25.0	136.5
40	Uruguai: Programa de Infraestrutura Rodoviária Fase II e III	140.0	615.4
41	Uruguai: Programa de Investimento Público em Infraestrutura Rodoviária	100.0	141.7
42	Uruguai: Programa de Fortalecimento do Sistema Elétrico Nacional	150.0	621.0
43	Uruguai: Projeto Central Térmico Punta del Tigre	28.0	165.4
EIXO DE CAPRICÓRNIO			
44	Argentina: Pavimentação RN81	90.2	126.2
45	Argentina: Acesso ao Paso de Jama (Argentina-Chile)	54.0	54.0
46	Argentina: Estudos para reabilitação da Ferrovia Jujuy-La Quiaca	1.0	1.0
47	Bolívia: Programa Rodovia Tarija-Bermejo	74.8	200.0
48	Paraguai: Reabilitação e pavimentação dos corredores de integração RN10 e RN11 e obras complementares	19.5	41.9
EIXO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ			
49	Estudos para o melhoramento da navegabilidade, gestão institucional e esquema financeiro de operação da Hidrovia (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai)	0.9	1.1
50	Argentina: Programa de obras Ferroviárias de Integração entre Argentina e Paraguai Mesoamérica	100.0	166.0
MESOAMÉRICA			
51	Costa Rica: Programa de Investimento no Corredor Atlântico	60.0	80.2
52	Panamá: Programa de reabilitação e melhorias rodoviárias	80.0	125.6
53	Panamá: Ponte Binacional sobre o Rio Sixaola	5.5	13.4
54	Panamá: Autoridade do Canal do Panamá, programa de expansão	300.0	5,250.0
	Outros	210.0	812.0
	Total	6,310.9	21,379.3



Este mapa foi elaborado pela CAF em caráter exclusivamente ilustrativo. Portanto, as fronteiras, cores, denominações ou outra informação ilustrada não implica em nenhum juízo sobre a situação jurídica de algum território, nem em reconhecimento de fronteiras por parte da Instituição.

tenção de custos de construção e operação, ao incluir canos de fibra ótica ao longo das estradas ou linhas elétricas financiadas pela CAF. Desta forma, oferece aos assentamentos mais afastados não só recursos de estradas e luz elétrica, mas também a conectividade capaz de oferecer acesso universal à informação digital.

Por meio da TICAF, a Corporação também iniciou projetos pilotos em telemedicina e educação a distância em zonas rurais da Bolívia e Equador, com resultados muito positivos, contribuindo na melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias de baixa renda na serra andina.

Programa de Energia Sustentável

Este programa, iniciado em 2009, tem como objetivo manter o diálogo sobre a problemática energética com os países acionistas para identificar barreiras e oportunidades para incentivar o desenvolvimento de sistemas energéticos sustentáveis, incluindo o uso de energias renováveis.

Os temas que a Corporação apóia são:

- Análise e avaliação compreensiva dos marcos regulatórios, econômicos e técnicos, associados ao desenvolvimento e implementação de projetos energéticos nacionais ou binacionais.
- Desenvolvimento de estudos sobre a matriz energética de longo prazo e de oficinas com atores relevantes ao país para a discussão das propostas.
- Formulação e elaboração de políticas energéticas de integração.
- Análise e avaliação da incorporação de novas fontes de energia.
- Identificação e preparação de projetos de investimento para o desenvolvimento do setor.
- Desenvolvimento de programas de ampliação da cobertura elétrica mediante mecanismos que incorporem soluções pragmáticas para as comunidades isoladas.
- Fortalecimento institucional da gestão setorial.
- Elaboração de documentos de análise setorial.
- Estudos e avaliações para a incorporação de energias limpas e alternativas nos sistemas energéticos.

Em 2009, a CAF completou um levantamento sistemático de informação sobre a situação do setor energético nos países acionistas, o que permite fazer análises comparativas sobre oportunidades e desafios para o desenvolvimento do setor em cada país.

Programa GeoSUL

O planejamento de infraestrutura física para a integração e desenvolvimento da América Latina requer acesso adequado a informação espacial integrada, georeferenciada e padronizada. A CAF desenvolveu o sistema de informação geográfica Condor, lançado em 2000, como a primeira ferramenta informática direcionada a identificar e prevenir os principais impactos ambientais e sociais associados a grandes projetos de infraestrutura na região andina.

Apartir de 2007, com a Iniciativa IIRSA, a CAF passou a desenvolver o programa GeoSUL, formando uma rede descentralizada de instituições responsáveis por gerar e manter informações geográficas para a tomada de decisões estratégicas na região. Esta rede reúne os institutos geográficos nacionais, ministérios de infraestrutura, plane-

jamento e ambiente, e universidades e instituições regionais de pesquisa. O GeoSUL inclui um Serviço Regional de Mapa da América do Sul, que disponibiliza ao público mais de 40 mapas interativos da região com informação geográfica sobre todos os projetos da Carteira IIRSA. Desenvolvido em sociedade com o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) e com o apoio técnico do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS, na sigla em inglês), o GeoSUL já possibilita serviços básicos de informação, antes de seu lançamento oficial, no início de 2010.

Programa de Apoio a Tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF)

O programa TICAF acompanha os países da região na preparação para enfrentar os desafios da sociedade de informação e do desenvolvimento sustentável no século XXI, fazendo o maior uso possível de novas tecnologias de informação e comunicações (TIC). Estas tecnologias têm a capacidade excepcional de transformar a percepção de distância e tempo, aproximando comunidades e mercados distantes e facilitando a articulação de atores diversos e a integração regional.

Para tal finalidade, a TICAF realiza um levantamento sistemático de informação sobre as infraestruturas de TIC disponíveis, assim como de aplicações e indústrias de software que estão sendo criadas na região, para contribuir com o seu desenvolvimento e internacionalização.

O programa TICAF permite identificar novas oportunidades de negócios em tecnologias de ponta no setor de telecomunicações, desenvolvidas por países em desenvolvimento, tais como a tecnologia de desenho e operação de satélite e as tecnologias de radares, apoiando os países financeiramente e tecnicamente para enfrentar as barreiras de inserção a mercados regionais.

Em sinergia com as infraestruturas de transporte e de energia, o TICAF introduz o conceito de estradas com fibra, que consiste em aproveitar o princípio de contenção de custos de construção e operação ao incluir os tubos de fibra ótica em toda estrada ou linha elétrica, reduzindo assim o custo de provisão de serviços TIC (voz, internet e televisão digital) para as populações mais isoladas.

Para alcançar a meta de disponibilizar acesso universal a todos, o TICAF iniciou projetos pilotos de telemedicina e educação a distância, em zonas rurais na Bolívia e Equador, com resultados muito positivos, melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias da região andina. O programa cumpre com o desafio de apoiar os países acionistas a enfrentar com sucesso o século XXI fazendo uso estratégico das novas tecnologias de informação e comunicação.

Observatório de Mobilidade Urbana (OMU)

Para suprir as carências detectadas na disponibilidade de informação de qualidade, confiável e atualizada do setor de transporte e mobilidade na região, a CAF colocou em curso o Observatório de Mobilidade Urbana (OMU) para América Latina e Caribe, que teve início com a análise de 15 áreas metropolitanas de nove países da região.

Em 2008, foram definidos os indicadores técnicos utilizados pelo Observatório, e se avançou na compilação e depuração de dados para as primeiras 14 cidades selecio-

nadas. Em 2009, culminou na elaboração do Banco de Dados 2007-2008 e a CAF trabalhou no desenvolvimento de mecanismos para sua difusão. Além disso, foi elaborado o primeiro informe do OMU e está em preparação o livro Mobilidade Urbana na América Latina e Caribe, publicações que oferecerão um amplo panorama das características e condições de mobilidade das áreas metropolitanas analisadas. Em 2010, espera-se publicar e difundir os resultados e análises até hoje obtidos, desenvolver estudos sobre temas centrais, avaliar e consolidar as atividades realizadas, e analisar e disponibilizar a incorporação de novas cidades e indicadores.

Estes esforços buscam colocar a serviço da região uma visão mais ampla dos processos de mobilidade urbana nas áreas estudadas e elevar a qualidade do diálogo de políticas setoriais com governos, para permitir e melhorar a tomada de decisões sobre a organização dos serviços de transporte e sobre novos investimentos.

Para realizar este programa, a CAF estabeleceu parcerias estratégicas com instituições de pesquisa sobre transporte urbano na região, como a Associação Latino-americana de Transporte Público (ALATPU), o Centro de Transporte Sustentável do México (CTS) e a Associação Nacional de Transporte Público do Brasil (ANTP).

O Observatório de Mobilidade Urbana é um instrumento analítico que permitirá:

- Melhorar a capacidade de gestão e formulação e acompanhamento de políticas de transporte urbano por parte de organismos locais de decisão, investimento, produção e controle social.
- Promover troca de informação e boas práticas entre sistemas e cidades.
- Guiar os debates e permitir a participação ativa dos atores relevantes.

Programa Portos de Primeira

O Programa Portos de Primeira visa o melhoramento da qualidade dos serviços portuários como um elemento estratégico de apoio à integração regional e ao desenvolvimento da competitividade dos setores produtivos exportadores. O programa está baseado em três pilares:

- Os trabalhos prévios da CAF sobre logística, competitividade e transporte.
- Os trabalhos de planejamento territorial da Iniciativa IIRSA.
- O modelo de gestão portuária da Marca de Garantia aplicada com sucesso no porto de Valencia.

Em sua primeira fase, o programa trabalhou com os cinco portos andinos de maior tráfego de contêineres: Cartagena e Buenaventura, na Colômbia; Guayaquil, no Equador; El Callao, no Peru; e Puerto Cabello, na Venezuela.

Em cada porto foram realizados estudos de diagnósticos e foram criados Conselhos de Qualidade formados por representantes de todos os grêmios e coletivos da comunidade portuária, com a finalidade de direcionar o trabalho de engenharia dos processos críticos. Esta fase foi finalizada em 2007, dando início à fase seguinte, sem precedentes na região, com a criação da Associação Latino-americana de Qualidade Portuária (ALCP, na sigla em espanhol), entidade sem fins lucrativos que é titular da Marca de Garantia em toda a região e provê o marco institucional para o funcionamento contínuo deste esquema de gestão portuária.

A ALCP oferece garantias específicas de qualidade de serviço aos clientes de cada porto que obtém a certificação. Estas garantias atuam como incentivos para a melhoria contínua dos processos de manejo de mercadorias e embarcações utilizadas pelos portos. A ALCP funciona por meio de capítulos nacionais em cada país, que servem de respaldo para a operação dos portos afiliados.

Os benefícios deste processo ficaram evidentes por meio das melhoras efetuadas nos procedimentos críticos de cada porto. Por meio da ALCP, o programa se encontra agora em fase de expansão para incorporar outros portos da região.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento e à Integração de Fronteiras (PADIF)

A CAF promove uma visão estratégica de integração de fronteiras que permite seus países acionistas realizar o planejamento adequado e articular programas e projetos para melhorar o aproveitamento do potencial compartilhado, das oportunidades de cooperação e do fortalecimento do diálogo bilateral e multilateral nas regiões de fronteira comum.

Por meio do PADIF, a Corporação estimula mais de 25 iniciativas para o desenho e realização de Planos Binacionais de Desenvolvimento e Integração de Fronteira e de criação de Zonas de Integração de Fronteira (ZIF), assim como políticas subregionais dos países da UNASUL, da CAN e do MERCOSUL, concebidas para promover a organização territorial, o planejamento e priorização de projetos em matéria de integração física, econômica e produtiva, a promoção do desenvolvimento humano sustentável e o fortalecimento institucional e de teor comunitário, que fomenta o diálogo e a cooperação nas regiões de fronteira.

Estas iniciativas foram concebidas com recursos de cooperação técnica não reembolsável do Fundo de Cooperação e Integração de Fronteira (COPIF), criado recentemente pela CAF.



Financiamento de infraestrutura educacional. Colômbia.

A CAF incorpora as dimensões social e ambiental como eixos transversais que impulsionam a adoção de serviços sociais básicos sustentáveis, principalmente aos setores mais pobres e marginalizados da sociedade.

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Buscando promover o desenvolvimento sustentável regional, a CAF estabeleceu, como uma de suas prioridades estratégicas, incentivar a sustentabilidade social e ambiental de suas intervenções. É por isto que, além de contribuir com o financiamento de projetos, programas e empreendimentos de alto impacto social, suas intervenções têm ênfase na necessidade de trabalhar no fortalecimento institucional dos setores sociais, na geração de parcerias e acordos entre os diversos atores, e no aprofundamento de análise e soluções da problemática social e ambiental da região.

Esta estratégia de desenvolvimento integral sustentável busca:

- Incorporar as dimensões social e ambiental como eixos transversais que impulsionem a adoção de serviços sociais básicos sustentáveis, principalmente aos setores mais pobres e marginalizados da sociedade.
- Contribuir com o desenvolvimento de capital humano ao promover o acesso igualitário a educação e saúde de qualidade.
- Preservar e promover o desenvolvimento comunitário e cultural da região.
- Promover a criação de oportunidades de emprego produtivo e de qualidade para os grupos mais vulneráveis da sociedade.

As ações de apoio aos países são estruturadas por meio dos seguintes programas de conteúdo social integral.

Programa Integrado de Água

A CAF respalda os esforços realizados pelos países da região para assegurar que toda a população tenha acesso a serviços adequados de água potável e saneamento. Para alcançar este objetivo, é importante consolidar uma visão integrada de manejo dos recursos hídricos, melhorar a qualidade e eficiência dos planos de investimento, promover o fortalecimento institucional do setor e acompanhar a liderança política dos governos.

Com base nestes princípios, a estratégia da CAF para o setor de água e saneamento está centrada em apoiar seus países acionistas na estruturação e financiamento de programas e projetos sustentáveis de investimento, com alto impacto social e ambiental, direcionados a alcançar três objetivos principais: i) propiciar uma adequada gestão do recurso hídrico, desde sua geração e conservação, até sua utilização; ii) facilitar a expansão da cobertura dos serviços de água potável, esgoto e tratamento de água residual, com ênfase nas populações mais vulneráveis; iii) promover o fortalecimento institucional e regulatório do setor, e melhorar a gestão, a transparência e o desempenho das empresas ou entidades operadoras dos serviços.

Como parte do Programa Integrado de Água, a Corporação impulsiona projetos de irrigação e desenvolvimento rural que permitam pequenos produtores e residentes do campo a melhorar suas condições de vida, parte de um enfoque de desenvolvimento territorial integrado.

Para alcançar um efeito catalítico dos benefícios esperados destas intervenções, a CAF valoriza as parcerias estratégicas com outros organismos internacionais que atuam na região e trabalha em estreita coordenação, cooperação e complementaridade com eles.

Programa Integral de Desenvolvimento Humano

Com o objetivo de melhorar a qualidade e as condições de habitação da população de zonas urbanas marginais, a CAF apóia seus países acionistas por meio de um programa integral de desenvolvimento urbano que inclui desenhos urbanos consistentes com o plano de organização territorial da zona selecionada e contempla investimentos relacionados à construção de habitações, instalações de saneamento básico (água e esgoto), canalização de água de chuva, instalação de serviços de energia e telefonia, pavimentação de rodovias de acesso, desenho e construção de zonas públicas, como parques ou instalações poliesportiva, postos de saúde, e construção de centros educacionais.

Programa de Melhora da Qualidade Educacional

Com a premissa de que a educação de qualidade é um dos instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento de capital humano, já que aumenta a competitividade dos trabalhadores e da igualdade social, a CAF dá ênfase a programas e projetos focados em alternativas de educação superior, como educação técnica e tecnológica e em programas de melhoramento de infraestrutura social.

Assim, a Corporação oferece aos países acionistas um programa que visa fortalecer a educação superior técnica e tecnológica, mediante o melhoramento de sua oferta, qualidade e pertinência, para que atendam às novas demandas do setor produtivo por mudanças tecnológicas e por conta da globalização. De forma complementar, a CAF promove a geração e recuperação de infraestrutura educacional em resposta às novas necessidades de educação, e permite o desenvolvimento pleno das capacidades dos atores educativos ao financiar estudos técnicos de factibilidade e ao apoiar as diversas modalidades de financiamento para infraestrutura social.

Programa de Apoio ao Investimento Social

A Corporação contribui para o financiamento dos Planos de Desenvolvimento dos países membros mediante a liberação de empréstimos de longo prazo para seus governos, destinados a garantir a execução de projetos de investimento público em diversas áreas econômicas e sociais, contribuindo para a diminuição da pobreza e para a melhora da qualidade de vida da população.

GOVERNANÇA

A CAF promove a governança por meio de diversas iniciativas, cujo objetivo é gerar espaços potenciais para fortalecer a democracia e aumentar a coexistência da cidadania.

Programa de Governança e Gestão Política

O objetivo deste programa é oferecer uma perspectiva integral dos problemas de desenvolvimento econômico e social, e a capacidade de materializar esta visão em um âmbito articulado de ação que leve em conta elementos técnicos, de negociação, e de

viabilidade política, econômica e social. A iniciativa é executada em parceria com a George Washington University e universidades locais desde 2001. Em 2009, o número de graduados na Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela passou de 8.700. O Panamá adotou o programa em parceria com a Universidade do Panamá.

O programa é considerado único, já que leva o conhecimento e a experiência ao local de trabalho do funcionário, e atende as demandas dos municípios e províncias, combinando a parte teórica e acadêmica com a realidade prática dos municípios. A capacitação tem duração de seis meses e as classes são realizadas de modo semi-presencial. O início e o fim do programa são realizados simultaneamente em oito países.

Programa de Liderança para a Transformação

A CAF continuou incentivando a execução deste programa pioneiro –por sua fórmula e inovação– pela entidade que o financia. As atividades tiveram início em 2003, buscando um maior posicionamento do líder como verdadeira ferramenta para impulsionar o desenvolvimento moderno e contínuo dos povos da região.

A capacitação dos líderes compreende desde uma aprendizagem geral, que serve para fortalecer a reivindicação dos valores democráticos, até temas competentes aos campos públicos e privados, perseguindo assim a mobilização efetiva de recursos que permitam enfrentar as exigências das situações. Em 2009, 15.900 líderes foram capacitados na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

O programa é uma demonstração de investimento social com impacto evidente. A capacitação integral dos líderes, que inclui formação de valores, tem uma duração de seis meses.

Programa Regional para a Atualização e Melhora da Gestão Local (PRAMEG)

O PRAMEG visa levar a diante o processo de modernização do censo em municípios dos países andinos, com a finalidade de gerar organizações mais eficientes, com capacidade de planejar, gerir, aumentar suas rendas e coordenar suas atuações para obter recursos que assegurem uma maior eficácia na prestação de serviços e no atendimento às necessidades dos cidadãos. Em 2009, a Corporação cobriu um total de 30 prefeituras, em cinco países andinos.

Ao finalizar os estudos de diagnóstico, é realizada uma oficina com os Prefeitos de cada município na Sede da CAF, e, neste encontro, realiza-se a entrega formal a cada um dos prefeitos das propostas de modernização do censo.

As prefeituras atendidas até 2009 pelo programa foram: Tiquipaya, El Torno, Tarija, Warnes, Trinidad, Sucre e Oruro, na Bolívia; Tabio, Cundinamarca, Floridablanca, Barrancabermeja, Armenia e Manizales, na Colômbia; Santa Rosa, Loja, Porto Viejo, Machala, Ambato e Manta, no Equador; Tacna, Jesús María, Lince, Breña, Trujillo e Piura, no Peru; e Girardot, El Hatillo, Lechería, Sucre e Naguanagua, na Venezuela.



Programa CAF de Ação Social pela Música

A CAF contribui com a consolidação e implementação de uma agenda de desenvolvimento integral, por meio do fortalecimento de capacidades sócio-produtivas, do aprofundamento do tecido social e da preservação e promoção da cultura como veículo de inclusão social.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Programa de Desenvolvimento Integral Comunitário

A CAF estimula o desenvolvimento de projetos que contribuam com a melhora da qualidade de vida dos beneficiários, criando oportunidades de desenvolvimento mediante a inserção produtiva e o desenvolvimento integral do indivíduo, com um enfoque de criação de capital social e promoção de responsabilidade Social Corporativa. Estes projetos devem harmonizar os componentes de apoio sócio-produtivos com outros pilares do desenvolvimento humano, tais como a cultura, a educação, a saúde e o esporte. Os principais beneficiários deste programa são as comunidades e produtores excluídos do modelo sócio-econômico formal, que se encontram na base da pirâmide social, com especial ênfase em populações localizadas em regiões ao redor de projetos financiados pela CAF.

Componente produtivo. Apóia-se a comunidades na geração de renda sustentável por meio de capacitação e assistência técnica, adoção de recursos produtivos (insumos, equipamentos, entre outros) e o fortalecimento das organizações produtivas.

Componente social. Promove o desenvolvimento de iniciativas de saúde (prevenção de doenças e planejamento familiar) e o resgate de crianças e jovens em situação de risco por meio do esporte, educação e capacitação profissional. Incorporam-se elementos de fortalecimento da organização comunitária para apoiá-las em sua efetiva autogestão de planejamento estratégico, manejo de recursos, desenho e implementação de projetos, entre outras iniciativas.

Componente cultural. Centra-se no apoio ao fortalecimento, resgate e desenvolvimento do acervo cultural e patrimonial da região.

Programa de Ação Social pela Música

O Programa de Ação Social pela Música foi um dos investimentos em Responsabilidade Social mais importante da CAF nos últimos 10 anos. A música, por sua capacidade de potencializar a aptidão intelectual, física, emocional, espiritual e expressiva do indivíduo, é universalmente reconhecida como uma ferramenta ideal de educação. Dirigido principalmente a crianças e jovens com recursos escassos, o programa é uma excelente ferramenta de resgate social acompanhado de uma formação humana que exalta os valores mais nobres da pessoa e incide no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

As atividades que integram o programa são: o Conservatório Andino Itinerante (capacitação orquestral), as Vozes Andinas em Coro (capacitação coral), a Oficina Itinerante Andina de Luthería, e transversalmente a cada um deles, a Formação de Formadores, direcionado a capacitar futuros professores locais que gerem um efeito multiplicador e contínuo.

Programa de Ação Social pelo Esporte

Por meio deste programa pretende-se canalizar e desenvolver o esporte como ferramenta de prevenção e resgate de crianças e jovens em situação de risco social. A partir da formação e capacitação esportiva de crianças, jovens, treinadores e juízes locais fomentam-se valores de solidariedade, disciplina, responsabilidade, respeito, ética e trabalho em equipe, que contribui com a criação de consciência cidadã e educação integral.

A CAF está comprometida com a diminuição da pobreza e com a redução da desigualdade na região, e, especialmente, em seus países acionistas. Neste sentido, contribui com a consolidação e implementação de uma agenda de desenvolvimento integral, por meio do fortalecimento de capacidades sócio-produtivas, do aprofundamento do tecido social e da preservação e promoção da cultura como veículo de inclusão social, especialmente em comunidades excluídas, em parceria com sócios e operadores para fortalecer as redes existentes de capital social.



Projeto de Energia Eólica. Jamaica.

A estratégia ambiental da CAF apóia os países acionistas na conservação e no uso sustentável de sua biodiversidade, seus recursos naturais e seus ecossistemas.

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

A CAF vem desenvolvendo, ao longo de sua trajetória, uma clara estratégia ambiental direcionada a dois objetivos fundamentais: i) gerar e melhorar de forma permanente os marcos, espaços e processos que garantam à Corporação uma gestão ambiental e social responsável e ii) apoiar os países acionistas na conservação e uso sustentável de sua biodiversidade, seus recursos naturais e seus ecossistemas.

Neste contexto, a CAF continuou seu processo de fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental e Social de Operações, o qual, por meio do desenvolvimento e melhoramento contínuo de seus critérios, metodologias e instrumentos, garante a sustentabilidade ambiental e responsabilidade social das operações financiadas pela Corporação.

Dentro de seus compromissos de responsabilidade ambiental e social, a CAF finalizou seu Plano Institucional de Gestão Ambiental (PIGA) e concretizou sua primeira medição de emissão de carbono, com a finalidade de compensar as emissões geradas por sua atividade, CAF-ZERO.

Também estendeu o apoio financeiro para o fortalecimento e promoção do setor ambiental nos países da região, por meio de: novos produtos financeiros para o atendimento de emergências derivadas de fenômenos naturais; importantes investimentos no controle, recuperação e compensação ambiental e social na área de influência das operações financiadas; e apoio financeiro a um grande número de projetos de cooperação técnica. Por meio de seus programas estratégicos em meio ambiente, a CAF trabalha e apóia seus países acionistas nas áreas de biodiversidade, mudança climática (mitigação e adaptação), gestão de risco de desastres e promoção do desenvolvimento sustentável em instituições financeiras.

Programa de Biodiversidade (BioCAF)

Com o Programa de Biodiversidade (BioCAF), a Corporação promove a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas, dos recursos naturais e genéticos, e da biodiversidade. Para isto, foca-se em três linhas estratégicas de trabalho:

- Promover iniciativas de conservação de ecossistemas e espécies na região.
- Promover os mecanismos de compensação e pagamento por serviços ambientais para a conservação dos ecossistemas que geram tais serviços.
- Impulsionar o desenvolvimento do mercado da biodiversidade e dos recursos genéticos, por meio do biocomércio e da biotecnologia.

Programa Latino-americano de Carbono, Energia Limpas e Alternativas (PLAC+e)

Com o programa Latino-Americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e), do novo Programa de Financiamento de Pequenos Projetos de Energias Limpas (PROPEL) e da Linha de Financiamento CAF-KfW, a CAF contribui com a mitigação da problemática global de mudanças climáticas e promove o uso de energias

limpas e alternativas na América Latina, como um aporte ao desenvolvimento sustentável da região.

Por meio destes programas, a CAF fixou as seguintes linhas principais de trabalho no desenvolvimento de sua missão:

- Promover e participar ativamente do desenvolvimento de mercados de redução de emissões e captura de Gases de Efeito Estufa (GEE)
- Apoiar a identificação, desenvolvimento e financiamento de projetos de GEE, energias limpas, alternativas e de eficiência energética na América Latina.
- Fortalecer as instituições e os mecanismos nacionais para estimular e consolidar os diferentes mercados de GEE, energias limpas e alternativas.

Em 2009, por meio do PLAC⁺⁺, a CAF assinou sete novos acordos de compra e venda, que representam 2,2 milhões de toneladas adicionais de CO₂ em cinco países da região (Argentina, Bolívia, Colômbia, México e Honduras). Estes novos projetos são nos setores de transporte coletivo, resíduos sólidos e geração de energia renovável. Além disso, a Corporação assinou dois mandatos para o desenvolvimento de projetos. No total, os resultados de 2009 representam aproximadamente USD 34.5 milhões de ingressos futuros para os projetos, por sua redução de emissões de carbono, apresentados no quadro a seguir.

Comprador	Toneladas	USD*
Espanha	2,183,078	28,984,290
Holanda	292,212	3,787,068
Desenvolvimento de projetos por parte da CAF	115,000	1,738,800
Total	2,590,290	34,510,158

Fonte. PLAC⁺⁺, janeiro de 2010. *Estimativa em USD realizada pela CAF.

Programa para a Gestão de Riscos de Desastres Naturais

O Programa para a Gestão de Riscos de Desastres Naturais tem como objetivo apoiar a prevenção, mitigação e atendimento dos impactos sócio-econômicos e ambientais associados a desastres ocorridos por fenômenos e mudanças nos sistemas naturais.

Este programa definiu como linhas de ação apoiar os projetos e atividades relacionadas com:

- Gestão de risco e diminuição de vulnerabilidade relacionada ao Fenômeno El Niño.
- Atendimento contingente diante a desastres.
- Prevenção de riscos do ponto de vista municipal.

Promoção ao Desenvolvimento Sustentável em Instituições Financeiras

Por meio desta linha de trabalho, a CAF busca fomentar e internalizar os princípios e práticas de gestão ambiental nos setores financeiros da região. Dentro de seus objetivos de longo prazo, o programa procura, a partir de uma agenda conjunta de trabalho com os atores locais e com as instituições financeiras sócias e clientes da CAF, a incorporação de mudanças no sistema financeiro que incentivem a adoção de gestão ambiental nas práticas financeiras e no desenvolvimento de uma estratégia de capacitação e difusão, de forma tal que as entidades consigam diminuir riscos, reduzir

custos operacionais e criar novas oportunidades de negócios a partir da incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável em sua gestão.

Em 2009, a Corporação realizou a Oficina de Avaliação e Administração de Riscos Ambientais e Sociais nos Processos de Crédito no Panamá, assim como a primeira versão do Programa de Capacitação Virtual em Ecoeficiência Empresarial.



Modelo de gestão para a competitividade no setor automobilístico. Equador.

A CAF contribui com o fortalecimento da produtividade e da competitividade na região, com vistas a consolidar o desenvolvimento sustentável das economias da América Latina.

AGENDA DE COMPETITIVIDADE, INSERÇÃO INTERNACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A CAF desenvolve atividades para promover o desenvolvimento de capital produtivo e humano, fortalecer a competitividade das nações, promover o desenvolvimento da microempresa e outros setores com limitações de acesso a capital, apoiar o fortalecimento da institucionalidade governamental, contribuir com a construção de consensos em torno de políticas públicas, e apoiar os processos de integração econômica e de inserção econômica internacional.

Programa de Apoio à Competitividade (PAC)

Em 2009, por meio de seu Programa de Apoio à Competitividade (PAC), a CAF contribuiu para fortalecer a produtividade e a competitividade na região, com vistas a consolidar o desenvolvimento sustentável das economias na América Latina. Perseguindo a criação de vantagens competitivas, o PAC procura promover a capacidade empreendedora, colaborar com o melhoramento do ambiente de negócios e fortalecer o desenvolvimento de *clusters* produtivos e comerciais. A CAF realiza seus objetivos por meio de assistência técnica e financeira não reembolsável a projetos específicos na América Latina. O programa incentiva o trabalho conjunto de governo, setor privado e comunidade acadêmica, e identifica os fatores que sustentam e limitam a competitividade em cada país, selecionando e apoiando projetos de alto impacto no bem-estar e desenvolvimento.

Além disso, o PAC continuou ampliando seu alcance geográfico na região, identificando novas oportunidades e incentivando a formulação de projetos de alto impacto na Argentina, Costa Rica, Panamá, República Dominicana e Uruguai.

Em relação ao desenvolvimento de *clusters* e fortalecimento das capacidades produtivas e comerciais, o PAC na Bolívia promoveu a implementação de um sistema de melhora de qualidade contínua em 30 empresas turísticas, localizadas nas cidades de Sucre e Potosí, ao desenvolver a segunda fase de um processo estruturado de mudança nos sistemas de gestão. Também focou na definição e realização de um Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável para o conjunto formado pelo Salar de Uyui e as Lagoas de Colores, como ponto turístico para o mercado internacional e nacional. O fortalecimento das capacidades competitivas das cadeias produtivas bolivianas foi uma prioridade para o programa durante 2009, ao realizar o Programa de Negócios Inclusivos para Micro e Pequenos Produtores, incorporando segmentos populacionais de baixa renda como fornecedores de grandes empresas nos setores selecionados.

Também juntou esforços para apoiar a estratégia de transformação produtiva na Colômbia, com o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho público-privado para desenvolver setores de classe mundial com alto potencial para a criação de empregos.

Para contribuir com o fortalecimento das capacidades competitivas no Equador, o PAC fechou um convênio com a Associação Equatoriana de Software (AESOFT) para

promover o desenvolvimento do potencial exportador do setor de software no país, mediante o fortalecimento das relações comerciais entre empresas desenvolvedoras do Equador e do Uruguai, que busca facilitar a troca de experiências entre instituições e agentes de apoio ao setor relacionadas a tecnologia e inovação. O papel do programa foi fundamental para o fortalecimento das vantagens competitivas e da sustentabilidade do setor automobilístico equatoriano, com a assinatura do segundo convênio com a Câmara da Indústria Automobilística Equatoriana (CINAE) para a implementação de um Modelo de Gestão para a Competitividade. O modelo integra as ferramentas de Global Manufacturing System (GMS), da General Motors, e permite aos fornecedores selecionados no país a entrar no painel mundial de fornecedores do setor automobilístico.

Além disso, o programa visa a promoção de uma estratégia de inserção internacional do setor de móveis de madeira e derivados, mediante o apoio ao setor exportador equatoriano de PME para sua inserção no mercado europeu. Isto foi realizado mediante a implementação de um esquema de negócios inclusivos de microempresários carpinteiros de Guayaquil com a empresa líder no mercado latino-americano de madeira.

Como parte de sua contribuição para a transformação produtiva no Peru, o PAC promove a competitividade regional mediante a identificação, seleção e capacitação de 50 PME da região de Junín, para impulsionar o desenvolvimento de padrões de qualidade como fornecedores em escala subnacional e nacional. Além disso, o programa busca apoiar o setor turístico peruano por meio da promoção do projeto piloto Magdalena de Cao –iniciativa para incentivar o turismo sustentável e o desenvolvimento econômico territorial. Da mesma forma, promove também o desenvolvimento de *cluster* têxtil peruano, mediante a implementação de práticas de Comércio Justo.

Na Venezuela, o PAC promoveu o desenvolvimento do setor turístico nacional, com a realização do evento Turismo, PME e inclusão social, na Península de Paraguaná, para o fortalecimento do modelo de gestão das redes sócio-comunitárias de prestadores de serviços turísticos.

Além disso, a Corporação promoveu o fortalecimento de centros de inovação tecnológica na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela para contribuir com a melhoria nos sistemas de investigação e desenvolvimento e fortalecer a relação entre a academia e a indústria na América Latina. A promoção e difusão do evento Cooperativismo na Bolívia, Equador e Venezuela é um reflexo dos esforços do PAC para desenvolver conhecimentos no setor de cooperativas, fomentar o desenvolvimento de novos aportes conceituais e diagnóstico da situação das cooperativas na região, e promover a adoção de melhores práticas internacionais.

Em relação ao melhoramento do ambiente de negócios, o PAC concentrou esforços na promoção e implementação de reformas de simplificação administrativa para atingir maiores níveis de competitividade e promover o investimento na região. Neste sentido, realizou iniciativas de simplificação de trâmites no Equador e realizou o seminário Alcançando Competitividade: Aprender, Inovar, Associar para consolidar esforços para a difusão de conhecimento e promoção de melhores práticas em ambiente de negócios.

O Programa também promoveu iniciativas para o melhoramento do ambiente de negócios no Peru, mediante a otimização da gestão de serviços e processos do Estado para trâmites chaves de comércio exterior.

Já o PAC na Colômbia concentrou-se na promoção da transferência de conhecimento técnico especializado e integral para profissionais do direito em temas relacionados com o mundo da arbitragem internacional. Na Venezuela, promoveu o fortalecimento institucional e a descentralização da promoção de investimento, enquanto apoiou a pequena e média indústria no fortalecimento das capacidades técnicas dos governos locais. Por meio da Oficina de Simplificação de Trâmites Administrativos e Guichê Único: Ferramentas de Gestão Municipal, o Programa promoveu a implementação de melhores práticas nacionais e internacionais sobre a simplificação de trâmites administrativos e gestão de projetos.

Sobre o fortalecimento da capacidade empreendedora, o PAC promoveu, nos últimos anos, o fortalecimento de incubadoras e pré-incubadoras, além da criação de concursos de idéias inovadoras e planos de negócios. Também estabeleceu redes universitárias de atendimento ao empreendedor, assim como desenhou um plano de capacitação virtual e presencial de empreendimentos. Exemplo disto foi a celebração do concurso Business in Development Peru, para a identificação de empreendedores com iniciativas de alto potencial, por meio do qual oferece assessoria técnica e inserção nas redes de investidores e organizadores de financiamento. Também realizou o desenvolvimento do projeto piloto para estabelecer um ecossistema de incubação na Colômbia, mediante a transferência tecnológica das melhores práticas chilenas de aceleração empresarial. Também promoveu o XV Encontro Anual da Competitividade, na Venezuela, para a divulgação de casos de sucesso com o cofinanciamento para a impressão do livro *Éxito Venezuelano*.

A publicação de PACompetir –boletim bimestral do programa– teve um importante papel de difusão de trabalho do PAC, como a criação e atualização periódica do portal na página Web. Em novembro, comemorou-se, na cidade de Córdoba, Argentina, o X aniversário do PAC, com a realização do encontro Desenvolvimento Econômico Regional e Competitividade e com a publicação do *e-book* que reúne os esforços e o impacto do programa na América Latina durante os últimos 10 anos.

Outros eventos que contaram com a participação do PAC foram o Terceiro Fórum de Competitividade das Américas, o Latin American Cities Conferences, eventos de Cooperação Internacional na América Latina e Caribe, o IV Fórum Nacional de Competitividade do Panamá, a XI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo Empresarial Andino, e a Semana Mundial do Empreendimento: Terceiro Encontro Internacional da Cultura Empreendedora.

ACESSO AO FINANCIAMENTO PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são uma parte importantíssima de nossas economias. A grande maioria das empresas privadas latino-americanas são MPME e geram, em média, mais da metade do emprego e cerca da metade dos pro-

duto da região. Contudo, apesar de sua grande relevância, as MPMEs têm limitações de acesso ao financiamento.

As ações da CAF são guiadas por sua Agenda Integral de Desenvolvimento, que promove um desenvolvimento econômico igualitário que preserve um equilíbrio entre as dimensões sociais e ambientais e as econômicas e financeiras do progresso. O apoio ao crescimento da MPME é, precisamente, uma forma de alcançar o crescimento econômico da qualidade desejada. Por isto, um dos objetivos estratégicos da CAF é a promoção do acesso ao financiamento de setores com limitações de acesso a capital. Este objetivo é alcançado por meio de uma ampla gama de operações de crédito, investimento, garantia e cooperação técnica, desenhadas na medida das necessidades específicas dos clientes e das circunstâncias particulares de cada país, direcionadas a satisfazer as deficiências dos mercados.

A CAF financia a MPME, de forma indireta, por meio de parceria com entidades de diferentes tipos, como bancos de desenvolvimento, instituições financeiras, entidades microfinanceiras, sistemas de garantias de crédito, fundos de capital de risco e organismos oficiais.

As operações de financiamento para este setor se agrupam em várias linhas de ação:

- Financiamento integral às instituições microfinanceiras.
- Investimento em fundos de capital de risco para PME.
- Refinanciamento e cofinanciamento de sistemas de garantias de crédito.
- Mecanismos de cofinanciamento e riscos compartilhados com instituições financeiras.
- Financiamento por meio de instituições públicas.
- Desenvolvimento de mecanismos alternativos de financiamento (como *factoring* e financiamento de cadeias produtivas, entre outras)

Programa de Governança Corporativa

Em 2009, o Programa de Governança Corporativa da CAF concentrou esforços para impulsionar a adoção de Boas Práticas de Governança Corporativa e fazer recomendações de política e de ações, mediante o desenvolvimento de aportes conceituais e ferramentas. Além disso, enfocou a difusão e realização de projetos pilotos de implementação destas diretrizes em diferentes organizações empresariais, estabelecendo procedimentos de trabalho coordenado e a implementação de melhores práticas em empresas de propriedade do Estado (EPE) e PME na região.

A Corporação também geriu projetos para a implementação de Boas Práticas de Governança Corporativa com financiamento de cooperação técnica espanhola na Bolívia, Equador e Peru.

No trabalho em conjunto com a CEPAL, a Corporação elaborou um estudo sobre a relação entre a boa governança corporativa e o desenvolvimento econômico, analisando fatores que estimulam o financiamento e investimento na América Latina.

No desenvolvimento pontual de seus projetos nos países acionistas, o Programa de Governança Corporativa desenvolveu as seguintes atividades: i) na Colômbia, assinou um convênio com a Secretaria Distrital da Fazenda de Bogotá para promover o

fortalecimento institucional da gestão pública por meio da implementação das Melhores Práticas de Transparência e Boa Governança; ii) no Peru, promoveu o desenvolvimento de projetos pilotos no setor de aquicultura da costa sul e executou programas de diagnóstico e implementação de Melhores Práticas de Governança Corporativa no setor financeiro e em empresas dos setores básicos; iii) no Panamá, realizou três workshops sobre Governança Corporativa para promover, conscientizar e transferir conhecimento em relação a Boas Práticas de Governança Corporativa que promovam a sustentabilidade do parque empresarial deste país e melhore o posicionamento do programa na região; e iv) na Venezuela, em conjunto com a Associação Venezuelana de Executivos (AVE), realizou o Programa Nacional em Governança Corporativa, com o objetivo de alcançar fortalecimento metodológico, capacitação e desenvolvimento técnico para gerar redes de especialistas em governança corporativa (consultores especializados e diretores independentes). A difusão dos resultados e a estruturação das diretrizes de Boa Governança Corporativa para o segmento de PME e empresas familiares venezuelanas foi um projeto central do programa em 2009 e espera-se sua publicação no início de 2010.

É importante ressaltar que a CAF integra o grupo de trabalho de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFI, na sigla em inglês), que visa continuar com a implementação da Declaração Conjunta sobre Governança Corporativa, assinada em 2007 por 31 DFI. Como parte dessas atividades, a Corporação coordenou a realização da IV Conferência Anual de Instituições Financeiras de Desenvolvimento sobre Governança Corporativa, no Rio de Janeiro, Brasil, com o objetivo de definir o papel das instituições financeiras de desenvolvimento ante a crise global, por meio da promoção de Boas Práticas de Governança Corporativa como veículo para fazer frente à conjuntura internacional.

Programa de Apoio a Investigação

O Programa de Apoio a Investigação (PAI) da CAF apoia pesquisadores na região, tanto na execução como na divulgação de suas iniciativas. A Corporação se beneficia com o desenvolvimento de temas de interesse para sua agenda e participa no debate sobre assuntos relevantes relacionados ao desenvolvimento econômico e social da América Latina. Os resultados das pesquisas são discutidos em workshops organizados durante o ano, e são utilizadas como insumos ao Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) preparado anualmente. Além disso, algumas destas pesquisas foram publicadas na revista técnica *Perspectiva*, editada pela CAF.

Nesta linha, em 25 e 26 de maio de 2009, foi realizado um seminário, em Lima, sobre o desenvolvimento local, onde foi apresentada uma série de trabalhos comissionados para o Relatório de Economia e Desenvolvimento 2010.

Em 2009, a Corporação difundiu as principais conclusões e lições do Relatório de Economia e Desenvolvimento 2009: "Caminhos para o futuro: Gestão de infraestrutura na América Latina", em apresentações realizadas em La Paz, Bogotá, Quito, Lima e Caracas. O relatório também foi apresentado em seminários especializados no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no *Brookings Institute*, em Washington, D.C., no 45º Colóquio Anual do Instituto para o Desenvolvimento Empresarial da Argentina (IDEA), no Mar de Prata; na VII Convenção Internacional de Economia, realiza-

da pela Universidade Peruana de Ciências Aplicadas, em Lima; e no Fórum Crise Financeira e Comércio: para uma Resposta Integral Regional da América Latina e Caribe, organizada pela SELA e a UNCTAD, em Caracas.

Em 2009, a CAF continuou também com o trabalho de difusão do Relatório de Economia e Desenvolvimento 2007-2008: "Oportunidades na América Latina: para uma melhor política social", com apresentações na Universidade Católica do Equador, em Quito; e em um seminário organizado pela Conferência Interamericana de Segurança Social, em San Salvador.

Outro instrumento de apoio a pesquisa é a convocatória pública realizada anualmente para que pesquisadores da região apresentem propostas de trabalho relacionadas a temas de interesse da CAF. Na oitava edição desta convocatória, foram selecionadas quatro propostas sobre recursos naturais e desenvolvimento. Os trabalhos foram direcionados a examinar o papel dos recursos naturais no desempenho fiscal, na formação do estado e, em geral, no desenvolvimento econômico dos países. Estes aspectos são importantes para a compreensão do desenvolvimento econômico de países com abundância de recursos naturais.

Dois dos trabalhos deste grupo foram apresentados em uma sessão sobre recursos naturais e desenvolvimento organizada pela CAF, na XIV Reunião Anual da LACEA, realizada em Buenos Aires, em outubro de 2009, organizada pela Universidade Torcuato Di Tella. Neste fórum, no qual a CAF participa ativamente, reúnem-se anualmente os principais pesquisadores e acadêmicos da região. Na edição de 2009, além de um painel com os trabalhos da convocatória, foram apresentados alguns dos temas do Relatório de Economia e Desenvolvimento 2010, sobre o desenvolvimento local.

Outro seminário de investigação promovido pela CAF, via PAI, foi a reunião da Rede de Comércio Internacional e Crescimento (TIGN, na sigla em inglês), realizada pela Cidade do México, em 4 e 5 de dezembro. A conferência foi organizada pelo Colégio de México e reuniu oito trabalhos sobre comércio internacional e integração de professores e pesquisadores da América Latina.

Outra das atividades de pesquisa realizadas pela CAF em 2009 foi a contratação de uma pesquisa sobre acesso, qualidade e percepção de satisfação com os serviços de infraestrutura na América Latina, realizada pela consultoria IPSOS. A pesquisa foi realizada com uma mostra representativa de indivíduos, em 23 cidades da região, e seus resultados foram utilizados como insumo para a edição de RED 2010 sobre desenvolvimento local.

Programa de Apoio a Maior Inserção Internacional

A CAF tem o compromisso de apoiar seus países acionistas em processos de maior inserção internacional. Como parte do cumprimento deste papel, a Corporação apoiou ativamente seus membros ao lhes proporcionar assessoria estratégica em recentes negociações comerciais, incluindo um TLC com os Estados Unidos e Acordos Associativos com a UE.

No caso das negociações entre a UE e os países andinos, em 2009, a CAF recebeu solicitações de negociadores locais para apoiar as áreas específicas, incluindo indicadores geográficos, medidas sanitárias e fitossanitárias e desenvolvimento sustentável. As negociações foram realizadas mediante a organização de pequenos seminários informais com negociadores e especialistas, propiciando a discussão de temas de especial interesse para os negociadores.





Em 2009, a CAF fortaleceu seu compromisso e apoio aos processos de integração regional em curso, ao passo que respaldava o fortalecimento de recentes iniciativas de integração.

6

PROMOÇÃO REGIONAL E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

A presença da CAF
nos principais encontros
regionais

Seminários e eventos

Difusão de
conhecimento



V Cúpula das Américas e II Fórum Hemisférico do Setor Privado. Puerto España, Trinidad e Tobago, 15 a 19 de abril.



XXXVII Cúpula Presidencial do MERCOSUL. Assunção, Paraguai, 23 e 24 de julho.



Cúpula Extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. San Carlos de Bariloche, Argentina, 28 de julho.



III Cúpula da UNASUL. Quito, Equador, 10 de agosto.

A PRESENÇA DA CAF NOS PRINCIPAIS ENCONTROS REGIONAIS

Em 2009, a CAF fortaleceu seu compromisso e apoio aos processos de integração regional em curso, ao passo que respaldava o fortalecimento de recentes iniciativas de integração. Com a definição e execução de programas de trabalho com os distintos organismos e fórum existentes, a Corporação contribuiu com a implementação das agendas subregionais, regionais e hemisféricas de integração e acordos. Desta forma, durante o ano, a CAF se consolidou como uma importante ponte para o fortalecimento da integração entre América Latina e Europa.

A presença permanente de alto nível nos principais encontros regionais e biregionais impulsionou a participação ativa da Corporação na consolidação de projetos prioritários nas agendas de integração de seus países acionistas. Neste sentido, a CAF promoveu ações concretas principalmente em matéria de integração de infraestrutura física regional e de mercados energéticos, de integração financeira e produtiva, de diversificação e fortalecimento de MPME. A Corporação também impulsionou projetos regionais específicos para a redução da desigualdade e para o desenvolvimento ambiental, social, educativo e cultural, assim como apoiou múltiplos programas de integração de fronteira.

Destaca-se a participação ativa da CAF na Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago; no Grupo de Trabalho Conjunto para as Cúpulas das Américas e no âmbito da Assembléia Geral da OEA em Honduras; nos encontros de trabalho da CAN; nas reuniões de Cúpulas de Chefes de Estado do MERCOSUL em Assunção, Paraguai, e Montevideú, Uruguai; na Cúpula do Projeto Mesoamérica, em Guanacaste, Costa Rica; nas reuniões ministeriais da União de Nações Sul-americanas e na Cúpula da UNASUL em Quito, Equador; na Cúpula de Ministros de Relações Exteriores e Comércio Exterior Caminhos para a Prosperidade das Américas, em San Salvador; na Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo em Estoril, Portugal; assim como nas Cúpulas Ministeriais do Grupo Rio e América Latina sobre Integração e Desenvolvimento em Montego Bay, Jamaica.

Com um enfoque multidimensional, integral e de convergência, a CAF desenvolveu, em 2009, programas de trabalho e cooperação em parceria com distintos organismos e secretarias de integração regional, entre os quais cabe citar os projetos com a OEA; a Secretaria Geral da CAN; o Parlamento Andino; o Organismo Andino em Saúde de Convênio Hipólito Unanue; a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL; o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL; a Secretaria Pro Tempore da Cúpula das Américas, do MERCOSUL, da UNASUL, do Fórum de países ARCO e da Iniciativa Mesoamericana; a ALADI; o Tratado de Cooperação Amazônica; a Associação de Estados do Caribe e a Secretaria Geral Ibero-americana.

SEMINÁRIOS E EVENTOS

A organização de seminários, fóruns e eventos tem por objetivo contribuir com o posicionamento regional e internacional da CAF. Nesta linha de ação, a Corporação organizou e participou nos seguintes eventos:

Fórum Europa-América Latina-Estados Unidos. Madri, Espanha, 14 e 15 de janeiro. Organizado pelo SEGIB, o Diálogo Interamericano e o Real Instituto Elcano, abordou os desafios enfrentados pela América Latina e Caribe, as respostas dos governos ante a conjuntura internacional e as políticas dos Estados Unidos e Europa para a América Latina.

Fórum Internacional de Economia sobre a América Latina e Caribe. Paris, França, 26 de janeiro. Organizado pela OCDE, o Ministério de Economia, Indústria e Desenvolvimento, o BID e o UBIFRANCE, reuniu representantes do setor público e privado para avaliar as perspectivas macroeconômicas, o papel das políticas fiscais para o desenvolvimento, as relações de negócios transatlânticos e o crescimento das multinacionais na América Latina.

Seminário América Latina na Crise Global. Londres, Reino Unido, 29 de janeiro. A CAF participou do seminário *Latin America in the Global Crisis*, organizado em conjunto com *the City of London*, *Latin Finance* e *Canning House*, no qual foram discutidos temas relevantes na atualidade para a América Latina.

V Conferência Internacional do ABC sobre Europa e América Latina. Madri, Espanha, 23 e 24 de fevereiro. Organizada pela Fundação Euroamérica, o jornal ABC e o BBVA, reuniu personalidades da América e Europa para analisar e debater assuntos econômicos, políticos e sociais para desenvolver suas relações.

Reunião Extraordinária de Ministros de Finanças da Ibero-américa. Porto, Portugal, 2 de março. Concentrou medidas contra a atual conjuntura global e analisou os principais temas de discussão para a Cúpula do G-20 com uma perspectiva ibero-americana.

IV Encontro sobre a Agenda Social da Democracia para a América Latina. São Paulo, Brasil, 6 e 7 de março. Organizado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Global para o Desenvolvimento e Democracia, contou com a participação de ex-chefes de Estado da região. O objetivo foi elaborar uma agenda social que incorpore estratégias e ações para beneficiar os grupos mais pobres, com metas específicas a serem cumpridas nos próximos 20 anos, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Debate América Latina: desafios econômicos e políticos. Medellín, Colômbia, 31 de março. A CAF, em conjunto com a *Latin Finance* e o BBVA, organizou a 50ª Assembléia Anual de Governadores do BID, um café-da-manhã e debate sobre os principais desafios econômicos e políticas da região. O encontro foi uma plataforma de discussão sobre o cenário e suas perspectivas.



Debate América Latina: desafios econômicos e políticos. Medellín, Colômbia, 31 de março.

Fórum Emerging Markets. Bogotá, Colômbia, 1 a 3 de abril. Organizado pela *Emerging Markets Forum* e pelo Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, abordou temas prioritários para os mercados emergentes e possíveis respostas em matéria econômica, política e social.

V Cúpula das Américas e II Fórum Hemisférico do Setor Privado. Puerto España, Trinidad e Tobago, 15 a 19 de abril. Destacou a importância de uma maior integração regional, os desafios em matéria de energia e mudanças climáticas e a necessidade de um maior investimento em infraestrutura na América Latina.

Primeiro Fórum Nacional para a Competitividade e Desenvolvimento Produtivo. Santo Domingo, República Dominicana, 28 e 29 de abril. Organizado pelo Conselho Nacional de Competitividade do Governo Dominicano, avaliou os objetivos alcançados pelo Plano Nacional de Competitividade Sistemática, assim como novas propostas para impulsionar a competitividade.

XXXIX Assembléia Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Ilhas Turcos e Caicos, 27 e 28 de maio. A CAF participou desta Assembléia, que contou com a presença dos líderes governamentais e empresariais do setor financeiro do Caribe.

Carbon Expo 2009. Barcelona, Espanha, 27 e 29 de maio. Sexto encontro que foi ponto de reunião para cerca de 3.000 visitantes de 111 países, com a finalidade de conhecer as tendências de mercado e as negociações internacionais dos atores que operam a indústria de carbono.

15ª edição da Conferência de Montreal. Montreal, Canadá, 8 a 11 de junho. Organizada pelo Fórum Econômico Internacional das Américas/Conferência de Montreal, promoveu o intercâmbio de informação e a discussão aberta entre líderes mundiais dos setores político e financeiro sobre como se adaptar à nova ordem mundial de forma mais eficiente.

Simpósio das Américas sobre Energia e Clima. Lima, Peru, 15 e 16 de junho. Organizado pelo Instituto das Américas, reuniu os gestores de políticas públicas, representantes de organismos internacionais e de empresas privadas, com a finalidade de discutir as possíveis áreas de cooperação nos assuntos mais críticos do setor energético. Além disso, analisou os grandes desafios enfrentados pelo continente em relação às mudanças climáticas, em especial sobre os acordos da Cúpula das Américas, realizada em Trinidad e Tobago.

IV Fórum Latino-americano de Carbono. Panamá, 24 e 26 de junho. Reuniu atores vinculados ao mercado de carbono na América Latina. Donos e desenvolvedores de projetos, oficinas nacionais de MDL, agências de promoção de investimento, agências de MDL governamentais, assim como intermediários e prestadores de serviços tiveram a oportunidade de atualizarem-se em aspectos importantes sobre mudanças climáticas, o MDL e o mercado de carbono.



Fórum *Emerging Markets*. Bogotá, Colômbia, 1 a 3 de abril.

Mesa Redonda As Dimensões Políticas da Crise Econômica Mundial: Uma perspectiva Latino-americana. Santiago do Chile, Chile, 13 de julho. Organizada pelo Clube de Madri, foi realizada com o objetivo de refletir sobre as consequências da crise mundial e seu impacto político na América Latina.

III Fórum Microfinanças da CAF. Quito, Equador, 20 e 21 de julho. Reuniu representantes do setor de microfinanças da América Latina e especialistas nacionais e internacionais, com o objetivo de debater sobre os desafios enfrentados pelas instituições microfinanceiras na crise mundial.

XI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Acordo de Tuxtla. Guanacaste, Costa Rica, 27 e 29 de julho. Contou com a participação de importantes líderes da Mesoamérica, com a perspectiva de impulsionar a integração regional, o diálogo e acordos políticos.

XIII Conferência Anual sobre o Comércio e Investimento nas Américas. Washington, D.C., 9 e 10 de setembro. Organizada pela CAF, pela OEA e pelo Diálogo Interamericano, permitiu debater sobre os temas mais importantes nas relações hemisféricas. O evento promoveu um valioso intercâmbio de idéias de alto nível sobre a visão do processo econômico e político do hemisfério e sobre os desafios que os países da América Latina enfrentam na atual conjuntura global.

Fórum de Investidores América Latina-China. Pequim, China, 23 e 24 de setembro. Contou com a participação de um significativo número de empresários, banqueiros, investidores, representantes governamentais, acadêmicos e meios de comunicação. A participação da CAF teve um significado especial pelo importante papel da China no cenário econômico e financeiro internacional e sua contribuição para a mitigação dos efeitos da crise global.

Terceiro Fórum de Competitividade das Américas. Santiago, Chile, 27 e 29 de setembro. Procurou fortalecer o diálogo entre os representantes do setor público e privado da região, promover o debate sobre temas da atualidade e dividir experiências de sucesso na implementação de boas práticas de competitividade.

X Fórum de Biarritz. Quito, Equador, 30 de setembro a 2 de outubro. No âmbito do processo de fortalecimento das relações Europa-América Latina, analisou o impacto social da crise, a nova arquitetura econômica e financeira, as novas tecnologias e desenvolvimento social, o acesso a água potável para todos e os desafios energéticos, entre outros.

Towards a Hemispheric Partnership: The United States, Latin America and Climate Change on the Road to Copenhagen. The Brookings Institution. Washington, D.C., Estados Unidos, 14 e 15 de outubro. Com base na parceria estratégica entre a CAF e Brookings, foi organizada uma mesa redonda com a participação de ministros de Meio Ambiente da região, líderes dos Estados Unidos e especialistas no assunto –entre os quais estavam representantes da Corporação. A reunião promoveu a discussão sobre o impacto das mudanças climáticas e temas centrais no âmbito de desenvolvimento enfrentados pelas nações da América Latina e Caribe, em preparação

XIII Conferência Anual sobre Comércio e Investimento nas Américas. Washington, D.C., 9 e 10 de setembro.



Fórum de Investimentos América Latina-China. Pequim, China, 23 e 24 de setembro.

Palestra do presidente executivo da CAF, Enrique García, na qual destacou a importância da parceria entre as instituições. *The Brookings Institution.*

Washington, D.C., Estados Unidos, 14 e 15 de outubro.



para a conferência sobre mudanças climáticas da ONU, em Copenhague. Além disso, abordou temas como o papel dos Estados Unidos nas negociações de mudanças climáticas, a relevância da América Latina na mitigação dos efeitos adversos no meio ambiente e os mecanismos comerciais e não comerciais em temas de adaptação.

X Aniversário do Programa de Apoio à Competitividade. Córdoba, Argentina, 5 de novembro. A CAF comemorou o décimo aniversário do PAC com o evento Desenvolvimento Econômico Local e Competitividade: Cidades e Regiões Globais.

V Reunião Ministerial do Fórum do Arco do Pacífico Latino-americano. Puerto Vallarta, México, 23 e 24 de novembro. O evento foi de grande utilidade para a ampliação de cooperação entre as nações da América Latina e da Ásia Pacífico. Contou com a participação dos ministros dos países membros do Arco do Pacífico, assim como de representantes de instituições multilaterais como a CAF.

XIX Cúpula Ibero-americana. Estoril, Portugal, 30 de novembro a 1º de dezembro. A CAF esteve presente nesta cúpula que reuniu os Chefes de Estado e de Governo da América Latina, Espanha e Portugal, que teve como tema *Inovação e Conhecimento*.

IV Conferência Nacional Itália-América Latina e Caribe. Milão, Itália, 2 e 3 de dezembro. Principal fórum italiano de reflexão sobre as relações com América Latina e Caribe. Foi organizada pelo Ministério de Relações Exteriores da Itália, pela Região de Lombardia, pelo Instituto Ítalo Latino-americano, pela Rede Ítalo Latino-americana, pela Câmara de Comércio de Milão e pelo Centro de Estudos Políticos Internacionais. Os temas centrais da conferência foram a integração e os instrumentos necessários para enfrentar os desafios da globalização.



IV Conferência Nacional Itália-América Latina e Caribe. Milão, Itália, 2-3 de dezembro.



Assinatura de memorando de entendimento com o Banco Europeu de Investimentos. Luxemburgo. 13 de janeiro.

A CAF e o Banco Europeu de Investimentos (BEI) assinaram um Memorando de Entendimento com a finalidade de elaborar oportunidades conjuntas de apoio ao desenvolvimento econômico, financeiro e comercial, e promover os investimentos europeus nos países acionistas da CAF, assim como o intercâmbio de informação entre as instituições.



Assinatura de acordo com a Agência Francesa de Desenvolvimento. Paris, França. 27 de Janeiro.

Com um Memorando de Entendimento assinado entre a CAF e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), as instituições se comprometeram a trabalhar de forma conjunta e coordenada para o desenvolvimento sustentável, a integração biregional e a proteção dos bens públicos mundiais, em particular em mudança climática, biodiversidade e epidemias. Na fotografia, assinatura do convênio com a União Internacional de Advogados.



Assinatura de memorando de entendimento com a Associação de Empresários de São Petersburgo. Federação Russa. 14 de outubro.

Com o objetivo de dinamizar os investimentos, o comércio e a cooperação biregional, a CAF e o Banco Nacional de Desenvolvimento (*Vnesheconombank*) assinaram um memorando de entendimento para trocar informação, e avaliar e elaborar projetos de investimento e comércio entre São Petersburgo e América Latina. A visita à Federação Russa levou em conta a configuração do novo cenário econômico e financeiro internacional, o importante papel desempenhado pelos BRICS na economia mundial e o compromisso da CAF em apoiar os países na abertura de novos horizontes na Rússia.

Assinatura de acordo com a Região da Lombardia. Milão, Itália. 2 de dezembro.

A CAF e a Região da Lombardia assinaram um acordo de coordenação e cooperação em assuntos de interesse comum para fortalecer a relação entre os países latino-americanos acionistas da Corporação e a Europa.



Assinatura de acordo estratégico de cooperação com Woodrow Wilson International Center. Washington D.C., Estados Unidos. 10 de dezembro.

Com o compromisso de desenvolver ações conjuntas para gerar e difundir novos conhecimentos como ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico e social da América Latina, a CAF e *Woodrow Wilson International Center* assinaram um acordo de cooperação. Durante a assinatura, foi destacada a importância deste acordo para assegurar uma presença ativa da CAF na geração e difusão de conhecimento, com vistas na constituição de uma ferramenta fundamental para o desenho de estratégias de desenvolvimento.



DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

As publicações da CAF apóiam a execução da Agenda de Desenvolvimento Integral desempenhadas pela Corporação na região. Os títulos descritos abaixo foram publicados em 2009.

Desafios das microfinanças em tempos de crise.

III Fórum de Microfinanças da CAF

Apresenta os resultados do terceiro encontro de microfinanças organizado pela CAF, realizado em Quito, Equador, centrado em entender o panorama internacional e da América Latina, para antecipar os possíveis conflitos financeiros que limitem o fluxo de verba aos aparatos produtivos.



Data de publicação:
dezembro de 2009

ISBN:
978-980-6810-53-2
Formato: 23x16 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 66

Os grandes desafios do jornalismo. Coleção Jornalistas Século XXI

Relata os desafios enfrentados no exercício do jornalismo no início do século XXI. A publicação recorre à opinião de importantes figuras do jornalismo latino-americano, que planejam as situações e as transformações do ofício e apresentam os desafios, as consequências e os dilemas encontrados na prática do jornalismo. Aborda os novos paradigmas do jornalismo de investigação na era digital, o futuro dos jornais impressos, o papel do jornalismo nas crises políticas e sociais e os desafios da globalização da informação.



Data de publicação:
dezembro de 2009
ISBN: 980-12-0876-7
Formato: 21x21 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 92

Planejamento e gestão urbana e sua incidência nos serviços de água potável e saneamento. Casos: Peru e Venezuela

Expõe a contribuição do planejamento e gestão urbana para vencer os desafios de aumentar a cobertura e qualidade dos serviços de água potável e saneamento, e melhorar as condições de vida dos habitantes em situação de pobreza localizados em áreas informais.

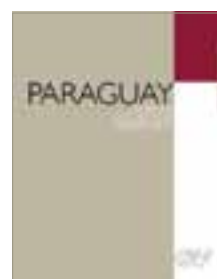


Data de publicação:
dezembro de 2009.

ISBN:
978-980-6810-51-8
Formato: 27x21 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 180

Paraguai. Análise do setor de transporte

Contém uma breve descrição e análise do setor de transporte no Paraguai, com o objetivo de apresentar seus pontos fortes e fracos, identificar as políticas de gestão de curto e médio prazo, examinar o marco institucional do setor e conhecer as principais cadeias logísticas. Além disso, faz referência à participação do país na Iniciativa para a Integração Regional Sul-americana (IIRSA).



Data de publicação:
dezembro de 2009

ISBN:
978-980-6810-49-5
Formato: 27x21 cm.
Digital
Nº de páginas: 54

Infraestrutura pública e participação privada: conceitos e experiências na América e Espanha

Esboça a importância da infraestrutura como um instrumento de coesão econômica e social, de articulação do território, de integração espacial e de melhora na acessibilidade. Redesenha os efeitos das fases de construção e expõe as redes de infraestrutura existentes na Europa e América do Sul, e os desafios do financiamento deste setor e seus modelos. Culmina na apresentação de projetos de infraestrutura em concessão na Espanha e algumas experiências na América.



Data de publicação:
dezembro de 2009

ISBN:
978-980-6810-47-1
Formato: 27x21 cm.
Impresso e digital

Uruguai. Análise do setor de transporte

Examina o setor de transporte do Uruguai, tanto de carga como de passageiros, em seus diferentes pontos: rodoviária, ferroviária, transporte por água e transporte aéreo. Em cada um dos modos analisa a infraestrutura, as operações, o marco institucional e regulatório e as fontes de financiamento.

Café grão de ouro de Biscucuy

Um programa de desenvolvimento local com porte internacional

Descreve um projeto da Venezuela para redimensionar o cultivo de café e dar ênfase a todos os aspectos envolvidos para melhorar sua qualidade. Introduce práticas de outros países produtores de café da região, como Colômbia, Costa Rica, México e Brasil.

Programa de Apoio à Competitividade: uma contribuição para a transformação produtiva da América Latina

Documenta os avanços promovidos pelo Programa de Apoio à Competitividade (PAC), desenvolvido pela CAF já há 10 anos, na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Durante esta década, a Corporação trabalhou com mais de 470 instituições públicas e privadas e colocou em curso mais de 150 projetos no continente, nos quais promoveu acordos associativos público-privados para desenhar e implementar reformas baseadas em diagnósticos compartilhados. Além disso, apresenta um diagnóstico das esferas que devem ser o centro de atenção dos países durante a próxima década.

Microscópio global sobre o cenário de negócios para as microfinanças

Apresenta o estudo piloto sobre o cenário de negócios para o setor de microfinanças em 55 países do mundo, elaborado pela *Economist Intelligence Unit*. O relatório compara países e regiões em três categorias: marco regulatório, clima de investimento e desenvolvimento institucional. A edição deste ano inclui países da Ásia, África, Europa e Oriente Médio.

Perspectivas. Análise de temas críticos para o desenvolvimento sustentável. Vol. 7 Nº 1

Introduce alguns dos temas que serão apresentados no Relatório de Economia e Desenvolvimento 2010 sobre o desenvolvimento local e o papel da descentralização. Os temas abordados neste número estão focados no papel da descentralização fiscal na melhora da provisão de serviços públicos e na análise de dois casos concretos na Colômbia e no Peru.



Data de publicação:
dezembro de 2009
ISBN: 978-980-6810-49-5
Formato: 27x21 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 54



Data de publicação:
dezembro de 2009
ISBN: 978-980-6810-52-5
Formato: 27,5x25 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 120



Data de publicação:
novembro de 2009
ISBN: 978-980-6810-50-1
Formato: 21x21 cm.
Digital
Nº de páginas: 120



Data de publicação:
outubro de 2009
Formato: 27x21 cm.
Digital
Nº de páginas: 72
Coeditado com:
BID e IFC



Data de publicação:
junho de 2009
ISSN: 1690-6268
Formato: 23x16 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 116

Perspectivas. Análise de temas críticos para o desenvolvimento sustentável. Vol. 7 N° 2

Os temas abordados neste número estão focados na descentralização e desenvolvimento local e regional; na abertura comercial, na integração econômica e nas disparidades regionais. Também aborda os serviços locais, infraestrutura e transporte: dimensão, escala, rede e instituições de governança; e a coordenação interjurisdicional para a administração dos recursos naturais no Brasil.



Data de publicação:
dezembro de 2009
ISSN: 1690-6268
Formato: 23x16 cm.
Impresso e digital
N° de páginas: 116

Observatório de Mobilidade Urbana para a América Latina. Informação para melhores políticas e melhores cidades

Apresenta o primeiro Observatório de Mobilidade Urbana (OMU) latino-americano, para 15 das principais cidades da região. Traz informação relevante para o desenho de políticas públicas eficazes e para a gestão efetiva dos sistemas de transporte público das cidades.

A publicação complementa o apoio técnico e financeiro que a CAF oferece aos governos da região para a concepção, desenho e implementação de projetos de investimento para o desenvolvimento de sistemas de transporte urbano.



Data de publicação:
novembro de 2009
Formato: 27x21 cm.
Impresso
N° de páginas: 24

Comércio internacional de eletricidade. Designação da renda de transações internacionais de eletricidade. Notas Técnicas de Energia N° 1

Primeira edição de documentos de trabalho sobre energia publicada pela CAF. Apresenta recomendações de política regulatória para o manejo e distribuição da renda de congestión originadas no comércio internacional de eletricidade entre a Colômbia e Equador. Além disso, levanta a necessidade de desenhar um programa de interconexões internacionais para os países andinos, assim como realizar estudos de factibilidade, e discutir e aprovar novos modelos para regulamentar as transações internacionais de eletricidade.



Data de publicação:
agosto de 2009
Formato: 27x21 cm.
Digital
N° de páginas: 70

Sistema de manejo de riscos ambientais. Um enfoque prático

Recorre a experiências de curso de capacitação virtual na Análise de Riscos Ambientais e Sociais. A publicação pretende se converter em uma ferramenta para abordar, com um enfoque sistemático, a gestão de riscos ambientais mais relevantes associados aos empreendimentos que as instituições financeiras apóiam na região.



Data de publicação:
junho de 2009
Formato: 27x21 cm.
Impresso e digital
N° de páginas: 44

Guia da Ecorota Sumaco

Compila os dados de interesse para os vilarejos de uma das regiões com as maiores biodiversidade do mundo, o Parque Nacional Sumaco Napo Galeras e a Reserva de Biosfera Sumaco, que apresentam atrativos naturais e culturais de valor excepcional, tanto no destino como ao longo da rota que parte de Quito. Entretanto, ambos os lugares estão ameaçados por pressões internas e externas, que incluem a exploração de petróleo, a expansão da fronteira agrícola e pecuária, o desmatamento, a caça e o tráfico de animais.



Data de publicação:
setembro de 2009
ISBN: 978-9942-02-552-4
Formato: 27x21 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 72
Idioma: espanhol/inglês
Coeditado com: Centro
de Geologia, Vulcanologia
e Geodinâmica
da Universidade San
Francisco de Quito e
Green Consulting

Pobreza e precariedade urbana na América Latina e Caribe.

Situação atual e financiamento de políticas e programas

Analisa a situação atual da pobreza e da precariedade urbana no conjunto de países da América Latina e no Caribe. Identifica os avanços alcançados e os desafios pendentes. Este estudo, realizado pela CEPAL e pela CAF, é importante para a sistematização de uma série de propostas de políticas, instrumentos de investimento e financiamento sustentável de projetos e intervenções para a superação desta problemática regional.



Data de publicação:
janeiro de 2009
Formato: 27,5x21,5 cm.
Impresso e digital
Nº de páginas: 132
Coeditado com: CEPAL



No marco do CXXXVI Diretório e XII Assembléia Extraordinária de Acionistas, a CAF inaugurou a Praça das Bandeiras, em 8 de dezembro.

GESTÃO ORGANIZACIONAL INTERNA

A CAF continuou o processo de expansão regional com a abertura de seus escritórios em Buenos Aires e Cidade do Panamá e com a incorporação da República de Portugal como acionista.

Em 2009, a Corporação passou por uma série de atualizações organizacionais, como a criação da Vice-presidência de Estratégias de Desenvolvimento e Políticas (VEDPP) –produto da redistribuição de funções e processos da antiga Vice-presidência de Sistemas Financeiros (VSF) e do Escritório de Políticas Públicas e Competitividade (OPPC). Além disso, o setor privado ficou sob uma mesma coordenação com a criação da Vice-presidência do Setor Corporativo e Financeiro (VSCF) –antiga Vice-presidência de Financiamento Corporativo e Banco de Investimento (VFCBI).

A CAF continuou o processo de expansão regional com a abertura dos escritórios em Buenos Aires e Cidade do Panamá, e com a incorporação da República do Paraguai como acionista da Série A e da República de Portugal como acionista da Série C.

A gestão de recursos humanos esteve particularmente focada na iniciativa de fortalecimento da cultura de serviço por meio do programa corporativo As Pessoas Primeiro, no qual mais de 85% dos funcionários participaram de um workshop de 16 horas. Também foi realizada uma sessão especial com a direção, que contou com a participação do Presidente Executivo.

Outros esforços foram direcionados para a reformulação do Programa de Desenvolvimento (PRODES), que teve uma terceira geração contratada, e para a inserção da primeira geração em áreas de negócio da instituição, além da ampliação da oferta de capacitação pela Universidade Virtual CAF (UVCAF), do aumento na diversidade de nacionalidades no quadro de funcionários -produto de novas contratações-, e da atualização de benefícios sócio-econômicos em resposta a tendências de mercado.

Em matéria de tecnologias da informação, a Corporação continuou desenvolvendo uma série de iniciativas, entre as quais vale destacar a otimização dos processos de *trading*, a adoção do sistema *Portfolio Management System* pela Tesouraria, a implementação de *Wireless* no edifício Sede e o fortalecimento da plataforma tecnológica para apoiar o Plano de Continuidade de Negócios (PCCN) e o Plano de Recuperação de Desastres (PRD).

A respeito de comunicação interna, foram desenhadas e executadas diversas campanhas, principalmente vinculadas a temas de recursos humanos e tecnologias, e foram lançados dois novos serviços de acompanhamento de notícias. Com relação à comunicação externa, o conteúdo e a apresentação de diferentes seções da página Web corporativa foram aprimorados.

A Corporação também modernizou e melhorou a infraestrutura do edifício Sede com a incorporação de facilidades de multimídia na Sala de Treinamento II, com reformas no auditório Antonio José de Sucre e com a remodelação da praça da bandeira dos países acionistas.



7

TEMA

ESPECIAL:

DISPARIDADES
REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO LOCAL.
PARA UM NOVO
PROTAGONISMO
DAS CIDADES E
REGIÕES



DISPARIDADES REGIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL. PARA UM NOVO PROTAGONISMO DAS CIDADES E REGIÕES

A sexta edição do Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED), chamado *Disparidades regionais e desenvolvimento econômico local: para um novo protagonismo das cidades e regiões*, busca contribuir com a análise dos fatores que afetam o desenvolvimento local e regional, assim como identificar opções de políticas públicas que, com uma forte participação dos governos e instituições subnacionais, tanto no desenho como na execução, permitam compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento balanceado dos territórios no interior dos países. Este relatório especial contém uma breve discussão dos principais temas abordados na publicação.

O objetivo do relatório é ressaltar o papel dos governos locais e regionais em moldar instituições e políticas para o desenvolvimento de seus territórios. A proximidade com os atores do processo produtivo e com as famílias diretamente beneficiadas pelos serviços públicos locais permite aos governos locais obter informação e capacidade de gerar acordos e consensos que podem transformar o processo de tomada de decisões públicas em muito mais eficiente e potencializar a resposta dos setores privados envolvidos. Neste sentido, o aprofundamento dos processos de descentralização ocorrido na América Latina, nos últimos 20 anos, aumentou o espaço dos governos subnacionais para estruturar estratégias de desenvolvimento local e regional.

A evidência sobre os padrões de desenvolvimento territorial mostra a existência de importantes disparidades nos níveis de produção, lucro e bem-estar no interior dos países. Com exceção de alguns indicadores básicos de bem-estar (por exemplo, analfabetismo ou mortalidade infantil), estas falhas não mostram uma tendência definida de redução com o tempo. Por outro lado, observam-se casos de territórios e cidades-região que obtiveram sucesso no fomento da produtividade de suas empresas e indústrias e na qualidade de vida de seus habitantes. Em geral, este êxito foi menos associado a fatores exógenos da localização e região (clima, recursos naturais, proximidade de rodovias, entre outros). Outros fatores, de tipo endógeno, foram mais relevantes. Em particular, observa-se um esforço a nível local para melhorar a qualidade da mão de obra e educação da população (reserva de capital humano), para atrair investimento de empresas e indústrias pelo fomento de *clusters* e cadeias produtivas, tudo fortalecido pelo desenvolvimento de instituições e políticas públicas que não só provêm infraestrutura econômica e social como também facilitam o intercâmbio de idéias, a participação da população e a transparência na tomada de decisões coletivas.

A análise dessas experiências apresentadas ao longo do livro sugere que uma boa estratégia de desenvolvimento local deve ser integral, isto é, atuar sobre todos os determinantes e, por sua vez, focar-se no território. É por isto que os governos subnacionais têm um papel primordial em seu desenho e gestão. Este papel não é necessariamente limitado pelas competências formais em matéria de gasto, impostos e regulamentação que o regime de descentralização tenha determinado, ainda que,

obviamente, possa condicionar alguns de seus resultados. Neste sentido, a gestão do desenvolvimento local envolve promover a realização de um diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre as potencialidades presentes e futuras de uma cidade ou região. Este processo de gestão de desenvolvimento local demanda uma forte liderança e capacidade de interação entre distintos membros da comunidade.

EVIDÊNCIA SOBRE AS DISPARIDADES NA PRODUÇÃO, RENDA E QUALIDADE DE VIDA NOS TERRITÓRIOS SUBNACIONAIS

É um fato documentado empiricamente que o crescimento da renda per capita dos países está acompanhado pelo processo de concentração da atividade econômica no território (Banco Mundial, 2009). De fato, uma das primeiras etapas no processo de desenvolvimento é a migração desde zonas rurais a cidades, o que implica em um crescente grau de urbanização das economias. Na América Latina, este processo de urbanização já está consolidado em uma série de países e, por sua vez, mostra uma forte concentração em algumas poucas cidades (ver Quadro 1). Neste sentido, a maioria das nações com alto grau de urbanização na cidade mais importante tem uma participação de cerca de ou superior a 30% do total da população urbana.

Quadro 1. **CONCENTRAÇÃO URBANA NA AMÉRICA LATINA**

Países	População urbana (milhões)		População urbana / População total (%)		População na cidade maior*	
	1990	2006	1990	2006	1990	2005
Argentina	28.3	35.3	87	90	37	36
Bolívia	3.7	6.0	56	65	29	26
Brasil	111.8	160.3	75	85	13	12
Chile	11.0	14.4	83	88	42	40
Colômbia	24.0	33.3	69	73	20	24
Costa Rica	1.6	2.7	21	62	47	46
Equador	5.7	8.4	55	63	28	29
El Salvador	2.5	4.1	49	60	39	38
Guatemala	3.7	6.2	41	48	22	16
Haití	2.1	3.7	30	39	54	59
Honduras	2.0	3.3	40	47	29	29
Jamaica	1.2	1.4	49	53	n.d.	n.d.
México	60.3	79.5	73	76	25	25
Nicaragua	2.2	3.3	53	59	33	36
Panamá	1.3	2.4	54	72	65	53
Paraguai	2.1	3.6	49	59	45	54
Peru	15.0	20.1	69	73	39	36
Trinidad y Tobago	0.1	0.2	9	13	100	100
Uruguai	2.8	3.1	89	92	46	42
Venezuela, RB	16.6	25.3	84	94	17	12

* porcentagem do total da população urbana.

Fonte: Banco Mundial (2008).

Este padrão de concentração da população em algumas poucas regiões está correlacionado com a concentração ali observada na geração de empregos e atividade econômica. A Figura 1 (ver p.176-179) mostra mapas com a participação no PIB (quanto mais escuro, maior a participação) e a população total (quanto maior o tamanho do quadrado, maior a participação na população total) por regiões (estados ou províncias) em oito países selecionados da América Latina. Claramente, a geografia econômica destas nações não mostra muita homogeneidade territorial. No mesmo país convivem áreas escassamente povoadas e com uma participação muito pequena na riqueza total com regiões onde se produz valores superiores a 40% dos bens e serviços de toda a economia e onde se concentra entre um terço e metade da população total do país. Esse é o caso, por exemplo, da província de Buenos Aires, na Argentina, com 43% do PIB Nacional e 41% da população, ou também da Região Metropolitana de Santiago, no Chile, com 46% do PIB e 41% da população.

Algo similar ocorre no Peru, onde a região de Lima tem participações de 50% na produção de bens e serviços e 30% no total de habitantes do país. Como se observa na Figura 1, existe certo grau de correlação espacial nestes indicadores de concentração; por exemplo, no caso do Brasil e Peru, a concentração da atividade econômica e a população ocorre, respectivamente, na faixa costeira do Atlântico e Pacífico. Na Colômbia, isto acontece nos departamentos de Cundinamarca, Antioquia e outros limítrofes no centro e no norte do país. Isto sugere que existem fatores geográficos (clima, características geológicas e de solo, acesso a rodovias, entre outros) que explicam a maior ou menor sorte dos territórios em termo de desenvolvimento relativo. De todas as formas, também é claro que, na igualdade destas condições exógenas, certos territórios mostram muito mais desenvolvimento que outros, o que sugere que acionar outros fatores de tipo *endógeno* (capital humano, instituições, entre outros) é também muito relevante para explicar o desenvolvimento subnacional.

Um aspecto importante para se analisar é se estas disparidades no tamanho econômico das regiões e cidades estão correlacionadas com indicadores de renda e bem-estar das populações localizadas em distintas regiões. A Figura 1 mostra também o valor do PIB per capita regional (em dólares norte-americanos corrigidos pela paridade de poder de compra) para algumas das entidades territoriais nos distintos países. Observam-se fortes diferenças. Por exemplo, no caso da Argentina, o PIB per capita médio corresponde à província de Buenos Aires (cerca de USD 10,000 no ano de 2000) é quatro vezes superior ao de Santiago del Estero (USD 2,500 no mesmo ano), uma das províncias mais pobre localizada a noroeste do país. A mesma relação ocorre no Brasil entre os estados de São Paulo (aproximadamente USD 13,700 em 2005) e Maranhão (USD 3,200), estado localizado no nordeste brasileiro. No Peru, a região de Lima (aproximadamente USD 10,600 em 2005), na costa do pacífico, tem um PIB per capita mais de cinco vezes superior que Apurímac (aproximadamente USD 1,700), ao sul do país, na zona de serra.

As disparidades existentes a nível de atividade econômica e renda, em parte, refletem em diferenças em outros indicadores que afetam o bem-estar e a qualidade de vida como o analfabetismo, mortalidade infantil ou expectativa de vida. O Quadro 2 (p.180) mostra os coeficientes de correlação calculados para um grupo de seis países, utilizando as observações das entidades subnacionais. É interessante que quase to-

Figura 1.

**DISPARIDADES REGIONAIS
NO TAMANHO DAS
ECONOMIAS SUBNACIONAIS**

Números: PIB per capita (USD PPP)

Tamanho do quadrado: População regional/População total

Cores de fundo: PIB regional/PIB total (em porcentagem)

(15.55)

(10.15)

(5.10)

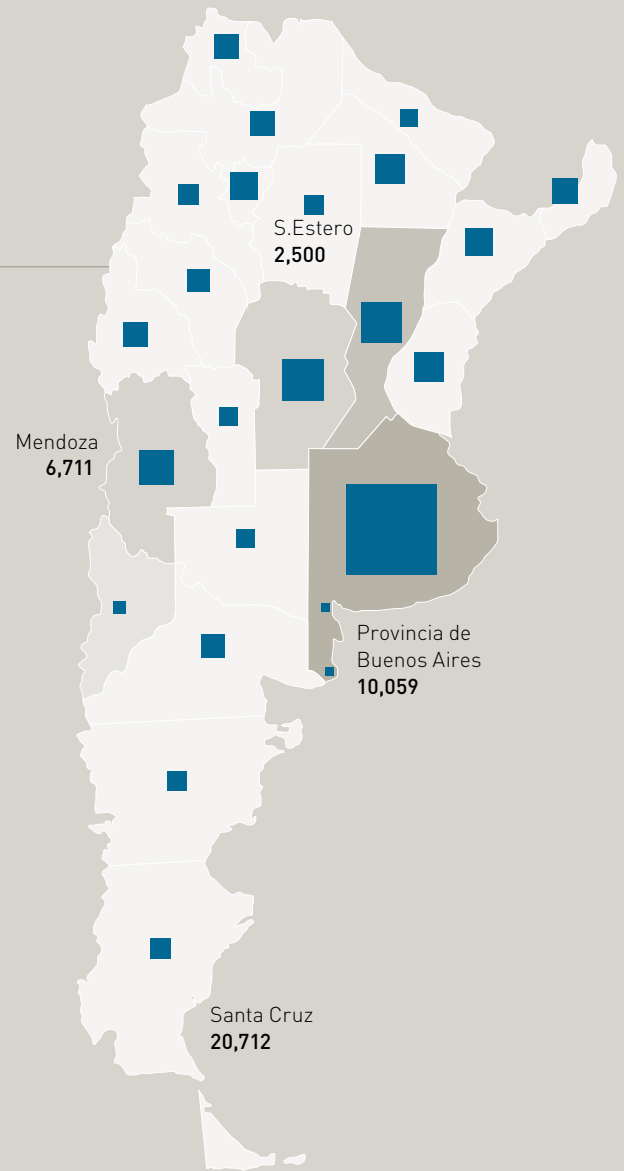
(3.5)

(0.3)

Fonte: Organismos oficiais, cálculos próprios.

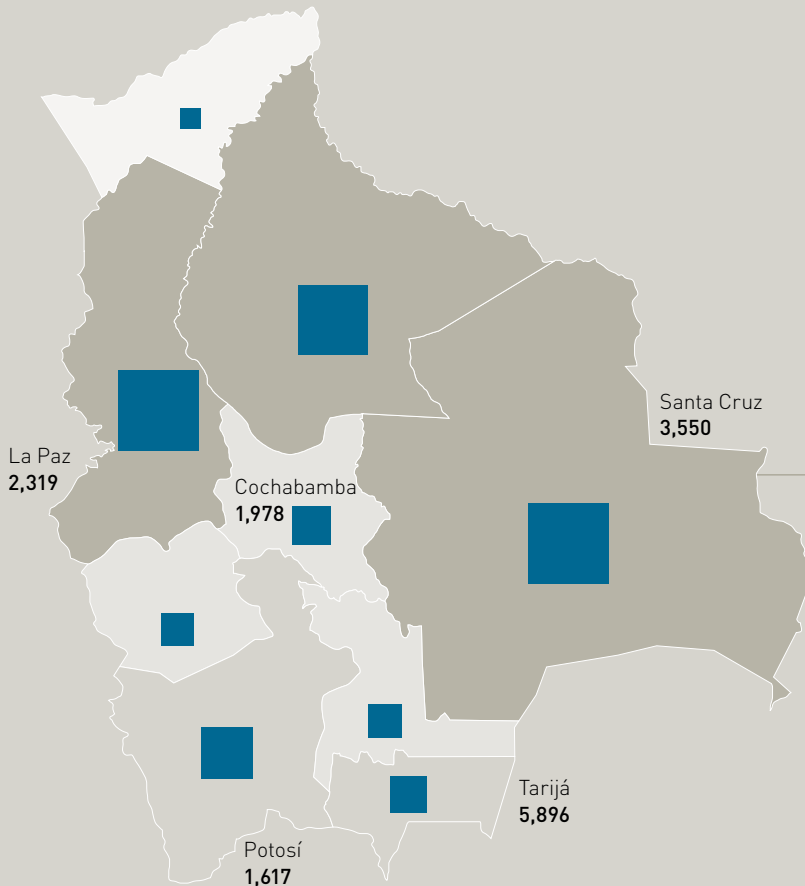
Argentina

PIBpc regional ano 2000



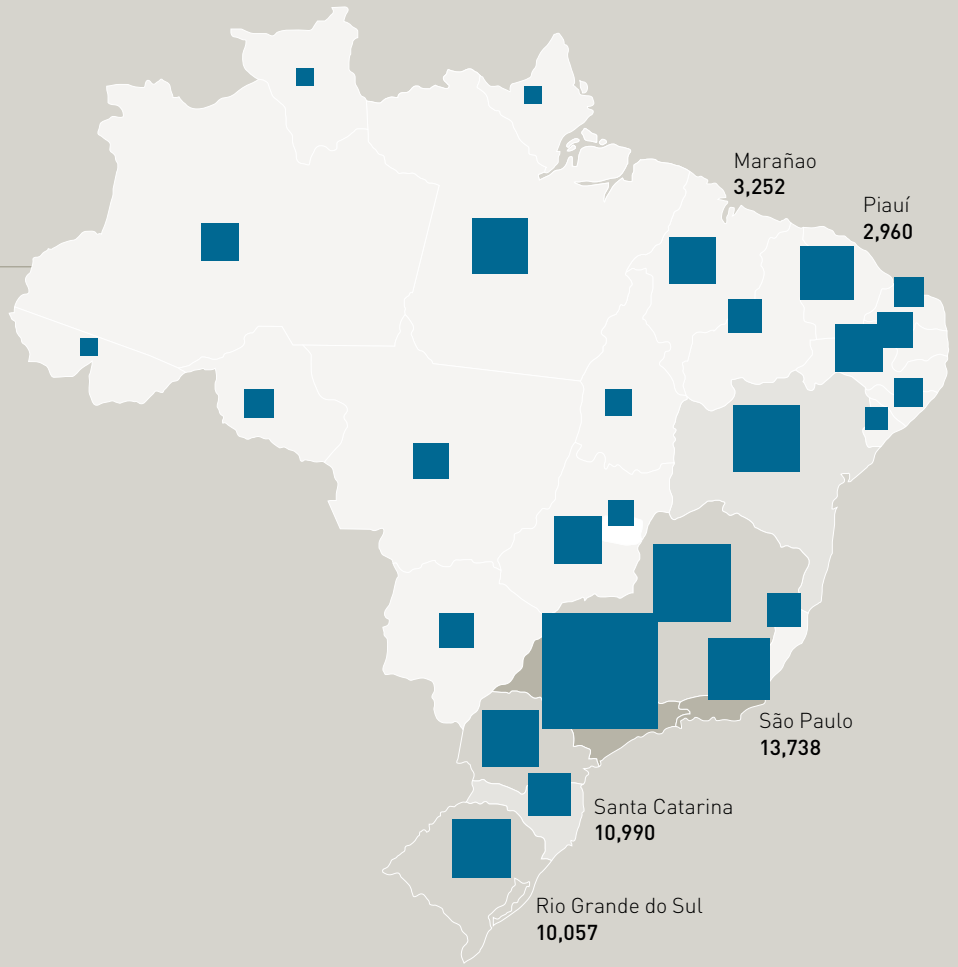
Bolívia

PIBpc regional ano 2006



Brasil

PBIpc regional ano 2006



Colombia

PBIpc regional ano 2006

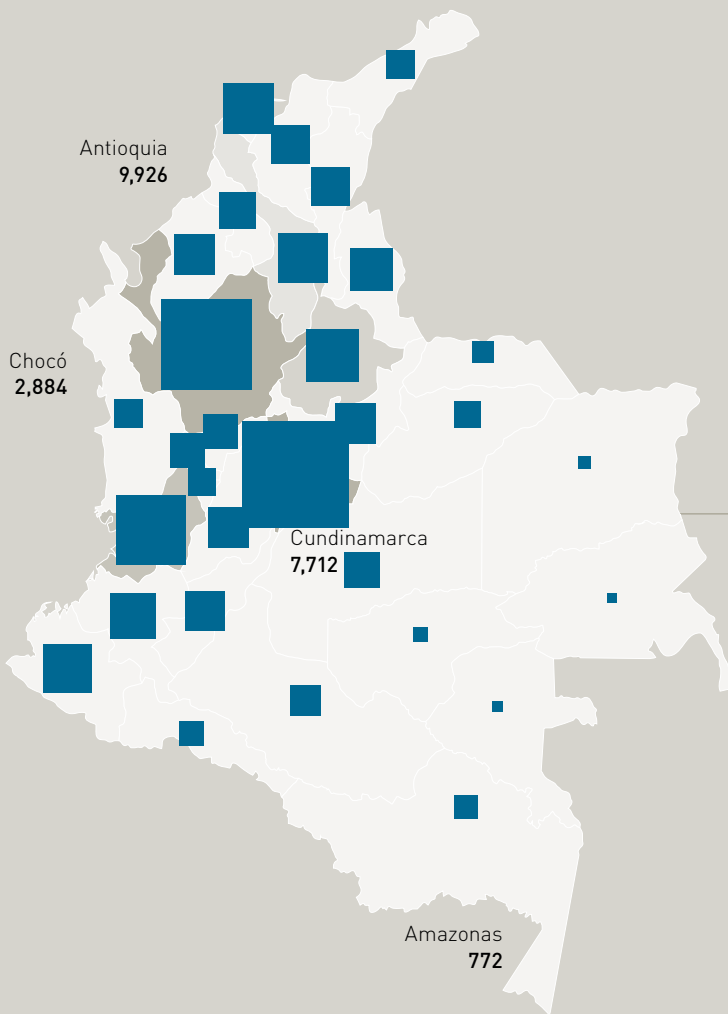


Figura 1. (continuação).

**DISPARIDADES REGIONAIS
NO TAMANHO DAS
ECONOMIAS SUBNACIONAIS**

Números: PIB per capita (USD PPP)

Tamanho do quadrado: População regional/População total

Cores de fundo: PIB regional/PIB total (em porcentagem)

(15.55]

(10.15]

(5.10]

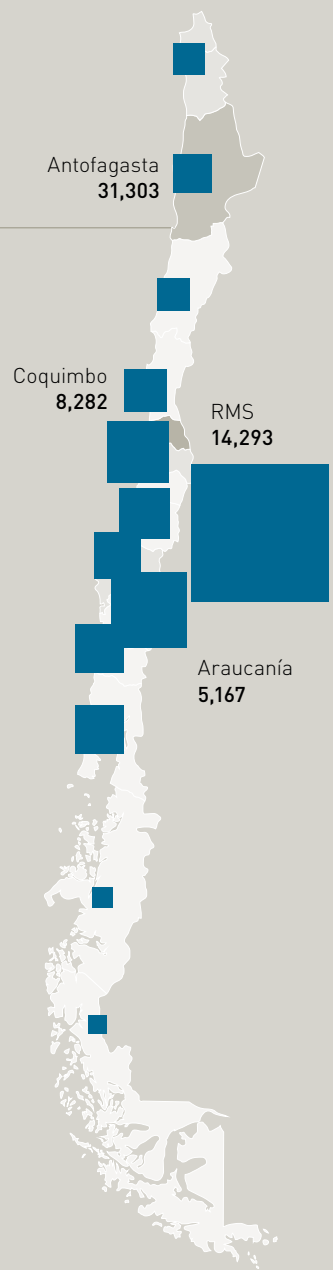
(3.5]

[0.3]

Fonte: Organismos oficiais, cálculos próprios.

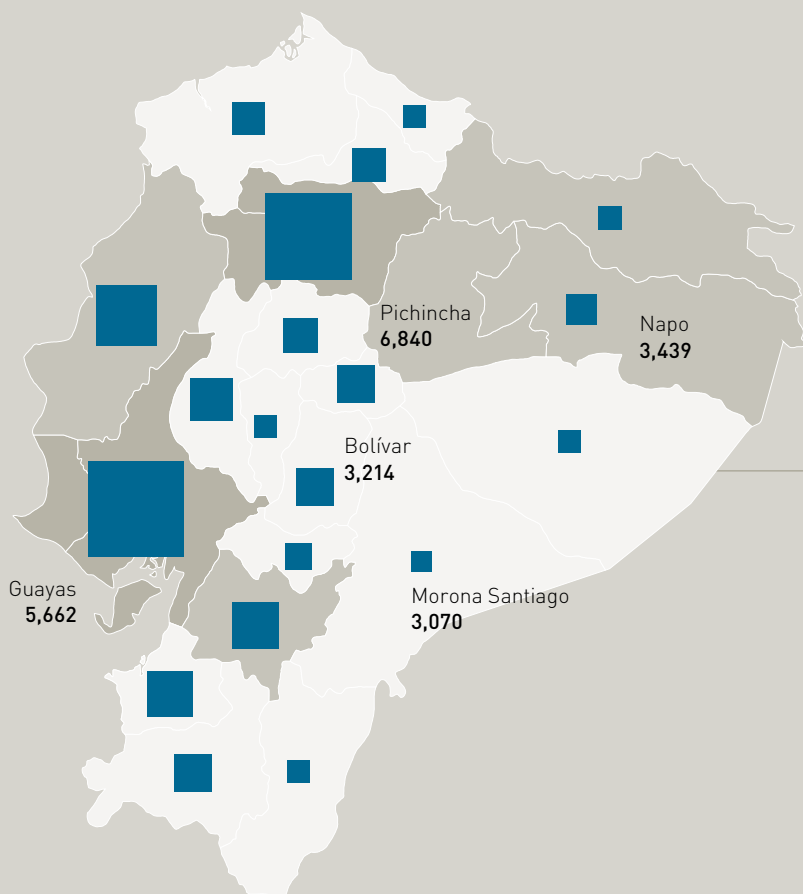
Chile

PBIpc regional ano 2006



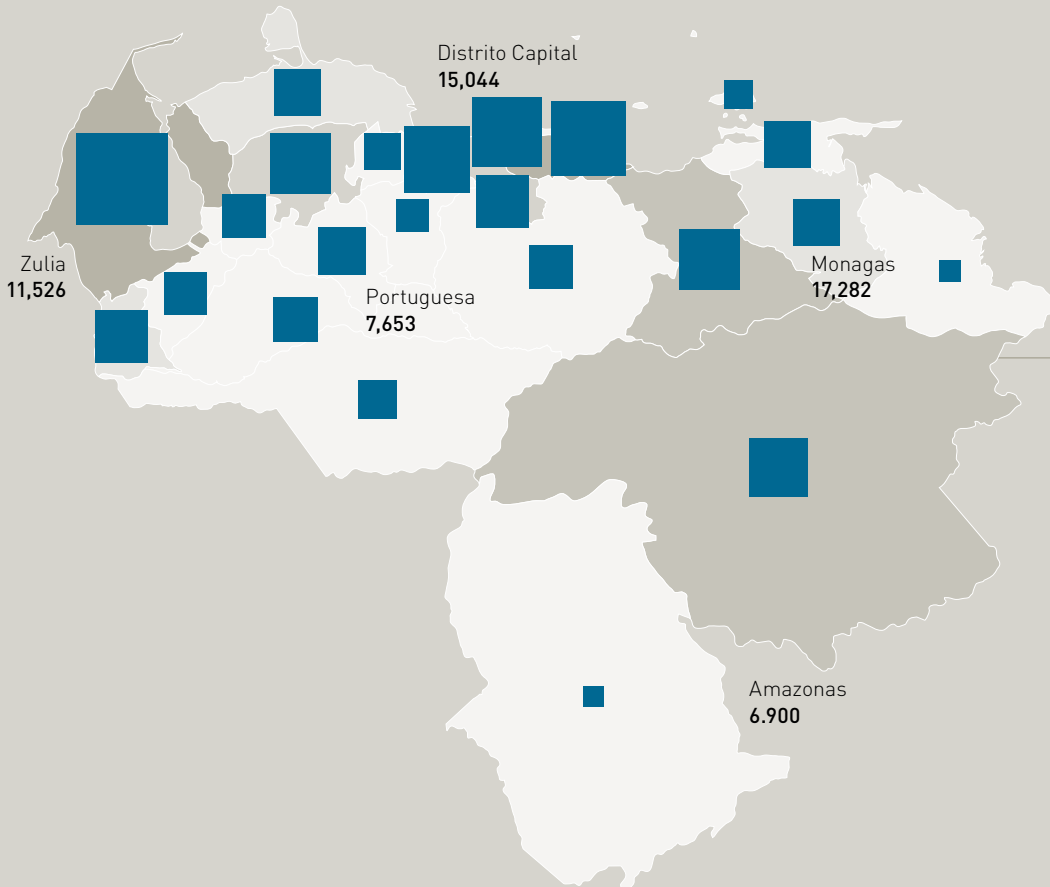
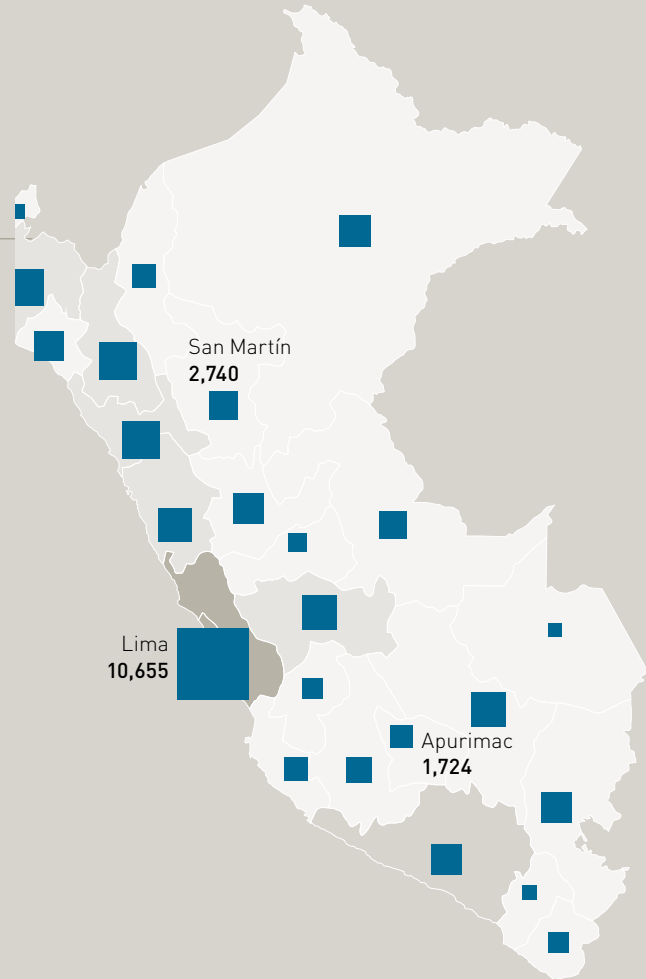
Equador

PBIpc regional ano 2006



Peru

PBIpc regional ano 2006



Venezuela

PBIpc regional ano 2007

das estas correlações são significativas a 5% e o sinal sugere que os estados com maior renda são também os que tendem a ter melhores indicadores de bem-estar (menor analfabetismo e mortalidade infantil e maior expectativa de vida).

Quadro 2. **CORRELAÇÃO DO PIB PER CAPITA
E VARIÁVEIS DE DESENVOLVIMENTO PARA PAÍSES DA MOSTRA**

País	Analfabetismo-PIB per capita	Mortalidade infantil-PIB per capita	Expectativa de vida-PIB per capita
Argentina	-0.5488*	-0.4497*	0.1770
Bolivia	-0.7005*	-0.6161*	0.6425*
Brasil	-0.7058*	-0.5930*	0.7092*
Chile	-0.6267*	-0.3537	-0.2700
Colombia	-0.7238*	-0.1811	0.2263
Perú	-0.5617*	-0.6091*	0.6362*

* indica que a correlação é significativa a 5%.
Fonte: organismos oficiais, cálculos próprios.

Esta evidência é preocupante no sentido de que se as disparidades observadas no nível do PIB per capita e atividade econômica por região são reproduzidas nos indicadores de bem-estar e de acesso a serviços básicos, logo, o lugar ou região de nascimento de uma pessoa poderia condicionar, de forma persistente, seu nível de vida futura. Neste sentido, poderia ocorrer, por exemplo, que pessoas nascidas em regiões pobres enfrentariam dificuldades em conseguir melhores trabalhos ou níveis superiores de educação (acesso a universidade) ainda que migrando a outros estados ou cidades mais desenvolvidos pelo simples fato de ter recebido uma educação deficiente em seu estado de origem.

Da análise de evidência apresentada anteriormente podemos concluir que a existência de disparidades na atividade econômica e na geração de riqueza no interior dos países é um fator característico na América Latina. Essas diferenças, em parte, resultam em disparidades em níveis de qualidade de vida e bem-estar básico (saúde e educação) entre cidades. O relatório mostra que algumas destas disparidades em bem-estar tenderam a se reduzir com o tempo, mas isso nem sempre ocorre quando se trata de serviços menos básicos (por exemplo, qualidade da educação secundária), onde as tecnologias de produção são mais complexas e requerem insumos e gestão local para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços. Isto é válido não só para os serviços que afetam a qualidade de vida das famílias de forma direta, senão também naqueles associados à atividade produtiva (infraestrutura, inovação, entre outros). É por isto que os governos subnacionais poderiam ter um papel potencialmente muito relevante para promover o desenvolvimento nas cidades e regiões. O desafio é, contudo, analisar quais são os fatores que determinam uma boa gestão local, que permita reduzir os diferenciais de produção, renda e qualidade de vida no interior dos países. Um esforço na identificação destes fatores e sua interação será desenvolvido a seguir.

AS TRÊS FONTES PRINCIPAIS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: CAPITAL HUMANO, ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO, E INSTITUIÇÕES

Um marco conceitual que tente capturar, de forma simples os fatores que explicam as diferenças nos níveis de desenvolvimento subnacional deve começar assinalando possíveis diferenças nas adoções de fatores entre regiões e cidades, começando por aqueles que estão fixos no território, como presença de recursos naturais, o clima e outros acidentes geográficos que determinam o acesso e conectividade com outras regiões e cidades (por exemplo, proximidade a rodovias).

Ainda que estes fatores sejam muito relevantes na determinação da riqueza, não são variáveis que podem se acumular *endogenamente* via decisões de poupança das famílias ou de investimento das empresas, ou, ainda, se fomentarem com políticas públicas. Isto reduz sua centralidade na hora de explicar as disparidades regionais, especialmente, quando a ênfase é nas políticas que podem ser incentivadas pelos níveis subnacionais de governo para impulsionar o desenvolvimento local.

Isto nos leva a considerar fatores que possam ser modificados a partir de decisões próprias nas comunidades e que tenham uma incidência fundamental no desenvolvimento de longo prazo. Neste sentido, a teoria do crescimento econômico enfatizou o papel da acumulação de conhecimento que permite que outros fatores de produção (como o trabalho e capital físico) sejam cada vez mais produtivos. Uma boa parte deste conhecimento encontra-se incorporado na mão de obra que pode ter distintos níveis de educação e capacitação. Do ponto de vista de uma cidade ou região, o capital humano pode se acumular via políticas educacionais ou programas de treinamento de mão de obra já existente no lugar, ou, também, via fluxos migratórios, que são muito mais intensos no interior dos países e entre cidades que em caso internacional. A acumulação de capital humano poderia ser objeto de renda via efeitos externos, já que o conhecimento pode se recombinar e reutilizar de muitas formas diferentes, o que tende a ter um impacto positivo cada vez maior sobre a produtividades (Romer, 1990).

A aplicação do conceito de capital humano em regiões, junto com a possibilidade de que existam externalidades, levou pesquisadores como Lucas (1988) a afirmar que pessoas altamente qualificadas se concentram em regiões para ficarem próximas a outras pessoas altamente qualificadas, já que isto aumenta sua produtividade. Esse processo de *derrame e conhecimento* que se produziria no contexto urbano deu lugar à noção de *cidades criativas e cidades baseadas em amenidades* (Florida, 2002; Glaeser *et al.* 2001). O interessante desse enfoque é que estas são histórias de desenvolvimento econômico regional e local incentivado pelo capital humano. No âmbito das cidades criativas, a especialização é conduzida pela atração (aqui vemos o componente migratório na determinação do capital humano em uma cidade) dos trabalhadores criativos, cuja característica principal é, geralmente, alto nível de educação. Diz-se que, por sua vez, estes trabalhadores altamente qualificados se concentram nestes lugares devido a amenidade da *tolerância*, que é gerada devido a *diversidade* típica destes lugares.

Um segundo determinante de desenvolvimento regional e local tem a ver com as economias de aglomeração e especialização que estão por trás das decisões de lo-

calização das empresas. Estas decisões de localização determinam fluxos de investimento e acumulação de capital físico nas cidades, o que expande a produção e a renda regional. Claramente, dada à alta mobilidade (ex ante, ou seja, antes de se investir) de capital, esses investimentos não dependem de poupanças ou recursos disponíveis na região ou cidade per se, senão dos fluxos de investimento disponíveis em todo o país, o que inclui fundos provenientes de terceiros países.

Agora, quando se quer indagar sobre a direção que as decisões de localização e investimento das empresas têm no território, um primeiro enfoque muito tradicional (também chamado *neoclássico*) é supor que existem *retornos decrescentes de capital*, motivo pelo qual em regiões e cidades com baixa adoção de capital já instalado o rendimento de novos investimentos será mais alto que naquelas mais desenvolvidas; isso pelo simples fato de que as primeiras terão mais oportunidades de expandir a produção de certos produtos por ter menos competência e a demanda de certos produtos e serviços estar menos coberta. Como se vê, esse tipo de raciocínio sugere que deveria se produzir um processo de convergência entre regiões e cidades onde aquelas mais atrasadas cresceriam mais rápido (mais empresas se instalariam e investiriam) comparadas com aquelas inicialmente mais desenvolvidas. Como se viu na seção anterior, isto não é precisamente a evidência que se encontra quando se analisa o desenvolvimento regional subnacional para uma mostra de países na América Latina. Ao contrário, observa-se certa tendência na concentração da produção e renda em certas regiões.

Para explicar este padrão de concentração espacial da produção, do emprego e da aparente falta de convergência nos níveis de renda per capita subnacionais se requer então levantar o suposto neoclássico de rendimentos decrescentes em capital e na troca postular que, dentro de certa categoria, pode haver benefícios de aglomeração ou concentração da produção no território. Isto é precisamente o que postula o enfoque da chamada *nova geografia econômica* (Krugman, 1991).

Sobre esse ponto de vista, a decisão das empresas de concentrar sua produção geograficamente e de se instalar junto a outras empresas do mesmo setor ou setores relacionados baseia-se na existência de economias de escala (internas à empresa e internas à indústria), diminuição de custo de transporte e de comércio de abastecimento a vários mercados de distinto tamanho e externalidades tecnológicas existentes (Duranton y Puga, 2004; Rosenthal y Strange, 2001).

Como resposta ao aproveitamento das economias de escala e diminuição de custos de transporte, tanto de ter acesso a insumos como a venda final, as empresas têm incentivos ao concentrar a produção em poucas cidades próximas de outras empresas e/ou centros de consumo. Se essas economias de aglomeração se dão em sua maioria no interior das empresas e da indústria, a concentração da atividade econômica leva a uma especialização produtiva das regiões em poucos setores.

Entretanto, existem também economias de aglomeração e externalidades intersetoriais, e a concentração territorial poderia ser acompanhada de certa diversificação dos padrões de produção. De qualquer forma, a concentração espacial da produção está associada a aumentos da produtividade e aumento de renda nos territórios onde

tal produção está inserida. Vemos como esta lógica leva à conclusão inversa do enfoque neoclássico. Como consequência do aproveitamento de economias ou lucro de aglomeração, as regiões que receberam mais investimento são aquelas onde já existe certo nível mínimo de empresas instaladas e nível de produção e renda. Portanto, além de debilitar o argumento de convergência, esse enfoque sugere que o desenvolvimento das regiões e a localização e concentração da produção possa estar sujeita a um problema de coordenação entre as empresas (ou de *equilíbrios múltiplos*) onde qualquer localização é tão boa como outra; o *único* requisito é que um bom número de empresas e investimentos decida conjuntamente se instalar no mesmo território.

Finalmente, um terceiro determinante do desenvolvimento econômico local são as instituições, já que elas não somente afetam a produtividade dos fatores já existentes e empregados na produção de bens e serviços em uma cidade, senão também os incentivos que determinam sua acumulação e sua localização (Rodrik *et al.*, 2004; cf. Glaeser *et al.*, 2004; Acemoglu, *et al.*, 2004). Entende-se por *instituições* a uma ampla gama de elementos que incorporam desde o modo em que as regras formais das instituições públicas afetam a atividade econômica (regulamentações, impostos, provisão de bens públicos e infraestrutura, entre outros), como a outros mecanismos, muitas vezes mais informais, mediante os quais as agências governamentais e os grupos e indivíduos do setor privado trabalham reciprocamente para moldar as regras e os recursos da economia (North, 2005).

No contexto local e regional, um aspecto chave da estrutura institucional formal é o grau de descentralização e o tamanho das unidades territoriais, nas quais a política pública é decidida. Isso afeta a estrutura de custos de prover bens públicos locais (serviços educacionais, infraestrutura, entre outros) podendo-se ser capaz de dar uma espécie de disjunção entre, por um lado, os ganhos de uma maior proximidade entre a administração e os beneficiários (melhor focalização a necessidades locais e maior controle) e, por outro lado, os custos de desperdício de economia de escala e/ou falta de capacidades.

Contudo, além das regras e políticas formais que determinam o grau de descentralização, há evidência que assinala que existe uma institucionalidade mais informal que determina o grau de participação de uma sociedade nas decisões públicas, a capacidade de cooperação público-privada, a confiança e a liderança local que são cruciais para capturar as vantagens de ser o *primeiro a mudar*. As cidades exitosas se caracterizam por ter instituições que permitem superar problemas como o comportamento rentista dos grupos de interesse ou de comportamento de concorrência desleal. Rodrik (2007) mostra que os argumentos institucionalistas podem ajudar a explicar porque algumas regiões atraem certas atividades e também porque estas regiões conseguem melhores transações em seus processos de desenvolvimento.

De fato, existem exemplos de casos nos quais uma atividade potencialmente lucrativa não foi explorada por falta de um ambiente institucional que pudesse diminuir as atitudes de risco, a capacidade empreendedora, as redes de atores e outras dimensões de *não transações ou contextuais* de ação coletiva em uma região (Mokyr, 1990; North, 2005).

PRINCIPAIS MENSAGENS DO RELATÓRIO

Como foi mencionado na introdução, a mensagem central deste relatório é que os governos regionais e locais podem ter um papel muito ativo no desenho e realização de políticas de desenvolvimento econômico no contexto de forte interação e cooperação com os setores produtivos privados e outros representantes da comunidade.

Esta conclusão de política surge de um diagnóstico onde se descreve como as forças da aglomeração e especialização produtiva junto a acumulação de capital humano e os fatores institucionais explicam as diferenças nos níveis de atividade econômica e bem-estar entre regiões e cidades. Estes últimos fatores referidos ao capital humano e às instituições são particularmente importantes quando a produção de bens e serviços (tanto privados como públicos) utiliza tecnologias de produção relativamente complexas que requerem o uso de insumos públicos locais (por exemplo, infraestrutura de transporte; planejamento de médio prazo; capacidade de coordenar iniciativas com o setor privado, entre outros).

A mensagem que surge dessa análise é que a interação dessas forças é um processo complexo onde existe uma mútua interdependência. Uma determinada estrutura produtiva afeta os incentivos a migração de trabalhadores e a acumulação de capacidades e de recursos humanos nas regiões e também molda de alguma forma as instituições locais. Não obstante, através de diversas intervenções os governos subnacionais podem melhorar as capacidades e produtividade da mão de obra em seus territórios; isto, por sua vez, afetará a capacidade de criar novas instituições que sirvam para melhorar o processo de tomadas de decisões públicas e a cooperação com o setor privado. Ao mesmo tempo, há espaço para que o setor público local promova melhorias institucionais que incentivem a acumulação de capital humano e melhorias produtivas ao fomentar um ambiente de confiança e de cooperação público-privada.

Este marco conceitual sobre os determinantes do desenvolvimento local sugere que uma estratégia de sucesso deve ser integral, isto é, atuar sobre todos os determinantes e, por sua vez, focar-se no território. É por isso que os governos locais têm um papel primordial em seu desenho e gestão. Este papel não necessariamente é limitado pelos poderes formais em matéria de gasto, impostos e regulamentos que o regime de descentralização tenha determinado ainda que, obviamente, possa condicionar alguns de seus resultados.

Neste sentido, a gestão do desenvolvimento local envolve promover a realização de um diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre as potencialidades presentes e futuras de uma cidade ou região. Nesse diagnóstico devem ser analisadas as oportunidades e ameaças que surgem do contexto exterior nacional e internacional. Um segundo passo é fazer com que os atores locais, tanto públicos como privados, tomem consciência desse diagnóstico e das oportunidades e ameaças que dele surgem. Em terceiro lugar, a partir desse diagnóstico devem-se acordar objetivos, ações e iniciativas de política, as quais devem ter reflexo em planos estratégicos a médio e longo prazo. Finalmente, devem se executar e desenvolver as iniciativas e avaliar seus resultados. Como podemos ver, todo este processo de gestão de desenvolvimento local demanda uma forte liderança e capacidade de interação entre distintos membros da

comunidade. Em outras palavras, o desenvolvimento local não é atingido com a maximização da discricionariedade para o manejo de políticas (algo que os governos subnacionais dificilmente conseguem), mas de ser capaz de acordar tais políticas e iniciativas e gerenciar para que elas se implementem pelos atores relevantes.

Em última instância, o que faz uma cidade ou região mais ou menos competitiva é a presença desta institucionalidade branda integrada por assembleias de cidadãos, associações de vizinhos, câmaras empresariais, centros de estudo, centros culturais, entre outros, que facilita a interrelação entre distintos interesses e possibilita a expressão das demandas e liberação de informação, além de gerar instâncias de cooperação e geração de confiança. A nível local, a possibilidade de gerar este tecido institucional se vê favorecido pela proximidade física entre os diversos atores. A existência desta institucionalidade permite que o processo de tomada de decisões públicas seja muito mais eficaz e possa responder com êxito tanto a ameaças como a oportunidades geradas com a mudança tecnológica e tendências na economia nacional e internacional.

Como conclusão, podemos dizer que os governos locais potencialmente têm um papel muito importante na articulação de políticas e iniciativas que melhorem a produtividade e a qualidade de vida nos espaços subnacionais. A melhoria da baixa renda e de outras variáveis que afetam a qualidade de vida requer a produção de bens e serviços, tanto público como privado, cuja tecnologia requer o uso de insumos locais, como capital humano e instituições que não possam prover-se facilmente desde o nível central do governo. A proximidade com os atores do processo produtivo, e com as famílias que diretamente se beneficiam dos serviços, permite aos governos subnacionais obterem informação e capacidade de gerar acordos e consensos que os permitem ser muito mais eficientes e facilitam o processo de tomadas de decisão e potencializam a resposta dos setores privados envolvidos.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., Johnson, S. y Robinson, J. (2004). *Institutions as the Fundamental Cause of Long-run Growth*. National Bureau of Economic Research Working Paper N° 10.481.
- Banco Mundial (2009). *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*.
- Duranton, G. y Puga, D. (2004). "Micro-foundations of Urban Agglomeration Economies". En *Handbook of Regional and Urban Economics*, Vol. 4, Henderson, V. y Thisse, J. (eds). Amsterdam: North-Holland.
- Florida, R. (2002). *The Economic Geography of Talent*. Annals of the American Association of Geographers. Vol. 92 N°4, pp. 743-755.
- Glaeser, E., Kolko, J. y Saiz, A. (2001). *Consumer City*. Journal of Economic Geography, Vol. 1, pp. 27-50.
- Glaeser, E., LaPorta, R., Lopez-de-Silanes, F. y Shleifer, A. (2004). *Do Institutions Cause Growth?* Journal of Economic Growth, Vol. 9, N° 3.
- Krugman, P. (1991): "Increasing Returns and Economic Geography". Quarterly Journal of Economics, Vol. 110, N° 4, noviembre.
- Lucas, R. (1988). *On the Mechanics of Economic Development*. Journal of Monetary Economics, Vol. 22 pp. 3-42.
- Mokyr (1990). *The level of riches*. New York: Oxford University Press.
- North, D. (2005). *Institutions and the process of economic change*. Management International. ABI/Inform Global. Primavera, Vol. 9, N°3, p.1-7.
- Rodrik, D. (2007). *One economics, many recipes*. Princeton: Princeton University Press.
- Rodrik, D., Subramanian, A. y Trebbi, F. (2004). *Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development*. Journal of Economic Growth, Vol. 9, N°2, pp.131-165.
- Romer, P. (1990). *Endogenous Technological Change*. Journal of Political Economy, Vol. 98 N° 5.
- Rosenthal, S. y Strange, W. (2001). *The Determinants of Agglomeration*. Journal of Urban Economics, Vol. 50, pp. 191-229.





8

COMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Resumo das
demonstrações
financeiras

Carteira de empréstimos

Ativos líquidos

Financiamento

Capital

Administração de
ativos e passivos

Em 2009, as agências de qualificação mantiveram o reconhecimento na qualidade de crédito e na relevância adquirida pela CAF como um dos principais organismos multilaterais na região. Neste sentido, *Fitch Ratings*, *Japan Credit Ratings*, *Moody's Investors Service*, e *Standard & Poor's* ratificaram as qualificações da CAF para dívida de curto e longo prazo, como se pode observar no Quadro 1. Além disso, vale mencionar que a Agência *Standard & Poor's* revisou sua perspectiva para a qualificação de crédito a longo prazo da CAF, de *negativa a estável*.

As decisões das agências confirmam a Corporação como o emissor frequente latino-americano com as mais altas qualificações de risco. É o resultado da solidez e estabilidade operacional, da prudência no manejo de políticas de crédito, da independência com que desenvolve suas operações e do apoio que a instituição sempre recebeu de seus países acionistas.

Quadro 1. **QUALIFICAÇÕES DE RISCO**

	Longo prazo	Curto prazo
<i>Fitch Ratings</i>	A+	F1
<i>Japan Credit Rating Agency</i>	AA-	-
<i>Moody's Investors Service</i>	A1	P-1
<i>Standard & Poor's</i>	A+	A-1

Em 2009, a CAF se reafirmou como a fonte mais importante de financiamento multilateral para seus países fundadores e se converteu em um importante fornecedor de financiamento aos países acionistas da América Latina e Caribe ao aprovar um valor recorde de operações, no valor de USD 9,171 milhões, e de desembolsos de USD 4,584 milhões, principalmente destinados ao financiamento de projetos a médio e longo prazo.

Um dos fatos mais relevantes de 2009 foi a aprovação, de forma unânime e em tempo recorde, por parte do Diretório da CAF, de um novo aumento de USD 2,500 milhões de capital integralizado da Corporação. Este aumento responde à necessidade de fortalecer o patrimônio do organismo para fazer frente à substancial demanda de empréstimos tida durante a crise econômica mundial e para potencializar a capacidade da CAF em apoiar o desenvolvimento da região a longo prazo. Este novo aumento, somado aos USD 1,500 milhões que já se encontram em processo de aporte por parte de novos países membros, resultará em um total de USD 4 milhões de aportes de capital pela Corporação, no decorrer dos próximos anos. Além disso, diversos países acionistas subscreveram em 2009 um valor agregado de cerca de USD 300 milhões de capital de garantia.

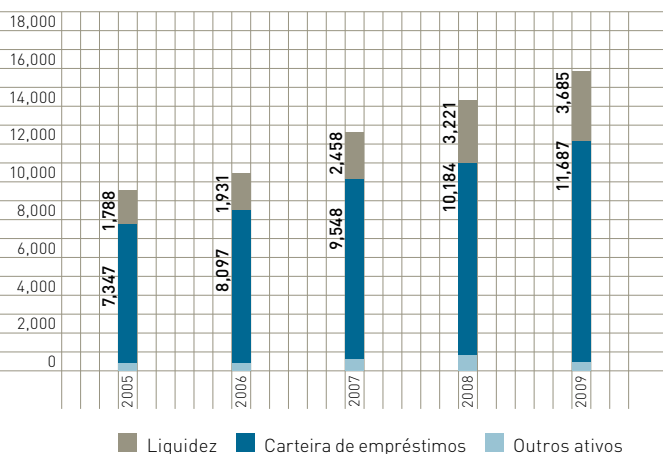
O lucro líquido em 2009 foi de USD 235 milhões, o que representa uma queda de USD 77 milhões em comparação a 2008, por conta principalmente da queda na taxa LIBOR que vem ocorrendo nos últimos anos, e que, em 2009, chegou a níveis historicamente baixos. Além disso, em 2009 não ocorreram ingressos extraordinários, principalmente por conta do reverso de provisões, que ocorreram em anos recentes. Contudo, cabe destacar que o principal indicador de rentabilidade, Retorno sobre Patrimônio (ROE), ficou em 4.7%, acima dos *benchmarks* tradicionais de rendimento tais como a taxa LIBOR de seis meses e o rendimento dos títulos do Tesouro norte-americano de 10 anos (1.2% e 3.2%, em média, respectivamente).

Por outro lado, em 2009 a CAF realizou emissões de bônus no valor aproximado de USD 1,300 milhões, destacando-se uma emissão sem precedentes no mercado norte-americano de USD 1,000 milhões, a maior emissão realizada na história da Corporação. Da mesma forma, a CAF manteve uma presença importante nos mercados de curto prazo, por conta da captação de depósitos a prazo e do uso contínuo dos programas de papéis comerciais no mercado norte-americano e europeu, assim como o programa de notas promissórias registrado na Espanha.

Gráfico 1. **Balanço geral**

Em 31 de dezembro de cada ano (em milhões de USD)

Ativos



Passivos e patrimônio

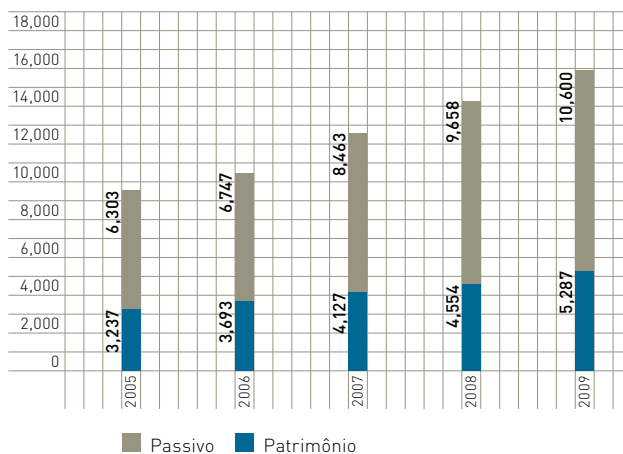
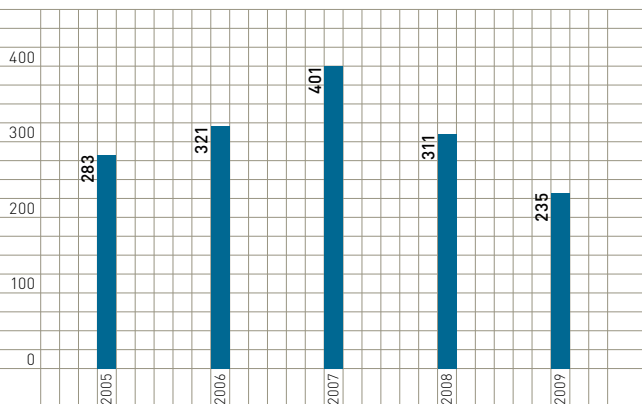


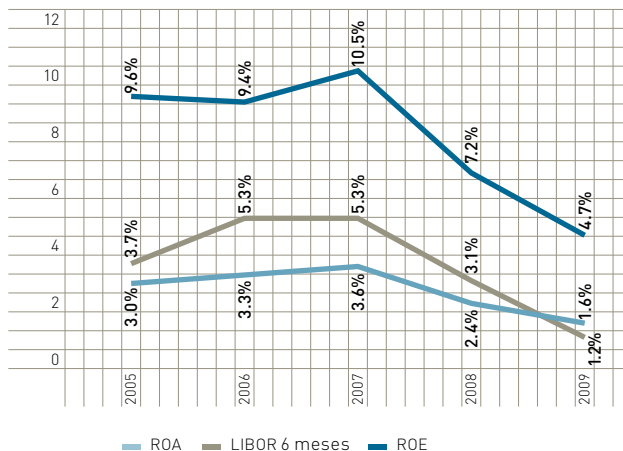
Gráfico 2. **Lucro líquido e rentabilidade**

Para o período finalizado em 31 de dezembro de cada ano

Lucro líquido (em milhões de USD)



Indicadores de Rentabilidade



RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante a presente gestão, os ativos produtivos – liquidez e carteira – cresceram a um ritmo superior a 15%. Em 31 de dezembro de 2009, o total de ativos chegou a USD 15,887 milhões, o que representou um aumento de 12% em relação a 2008 (Gráfico 1), devido ao aumento da carteira de créditos e da carteira de liquidez. A carteira de empréstimos fechou em USD 11,687 milhões, o que representou um aumento de 15% em relação ao ano anterior. O outro componente principal dos ativos é a liquidez, que totalizou USD 3,685 milhões, o equivalente a 23% do total de ativos e a 35% do total de endividamento.

Em 31 de dezembro, o patrimônio total da CAF era de USD 5,287 milhões e o lucro chegou a USD 235 milhões. Em 2009, o patrimônio total representou 33% do total de ativos e 41.7% dos ativos ponderados pelo risco, segundo a metodologia estabelecida no Acordo de Basilea II. O lucro líquido chegou a USD 235 milhões em 2009 e respondeu primordialmente ao crescimento da carteira de empréstimos. Entretanto, este resultado foi menor que o obtido em 2008 devido à redução de ingressos financeiros derivados da queda das taxas de juros internacionais.

O Retorno sobre o Patrimônio (ROE) diminuiu 4.7% em 2009, em comparação aos 7.2% observados em 2008, mas seguiu acima do índice de referência estabelecido pela taxa LIBOR a seis meses (Gráfico 2). Dessa forma, o Retorno sobre Ativos (ROA) para o ano foi de 1.6%.

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

A carteira de empréstimos foi de USD 11,687 milhões em 2009, o que representa um aumento de 15% em relação aos USD 10,184 milhões registrados no ano anterior.

A distribuição da carteira de empréstimo manteve uma maior concentração no financiamento de projetos no setor público, que representou 79% do total da carteira em 31 de dezembro de 2009. Da perspectiva de distribuição da carteira por países, Equador teve a maior exposição, com 17.4% do total da carteira de empréstimo, seguido pelo Peru, com 15.9%, Venezuela, com 15%, Colômbia, com 14.4%, e Bolívia, com 9.9%. A exposição dos países acionistas da Série C aumentou a 27.4% do total. Cabe ressaltar a crescente importância da atividade de crédito com os países acionistas da CAF que estão em vias de se converterem em membros plenos, como a Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai. Este grupo de acionistas recebeu 27% do financiamento aprovado em 2009, o que significa uma importante diversificação da carteira no curto e médio prazo.

O limite estabelecido pela política da CAF é de uma exposição máxima de 30% da carteira total em um único país. O financiamento de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento social e ambiental constitui uma das principais atividades da CAF e, ao final de 2009, representaram conjuntamente 71% da carteira de empréstimos.

A carteira de empréstimo manteve sua excelente qualidade de crédito (Quadro 2), apesar do deterioramento do cenário financeiro internacional. Ao fim de 2009, não existiam empréstimos não recebidos e a provisão para possíveis perdas de carteira chegou a USD 144 milhões ou 1.23% da carteira de créditos. Em 2009, não houve write-off.

Quadro 2. **QUALIDADE DA CARTEIRA** (em milhões de USD)

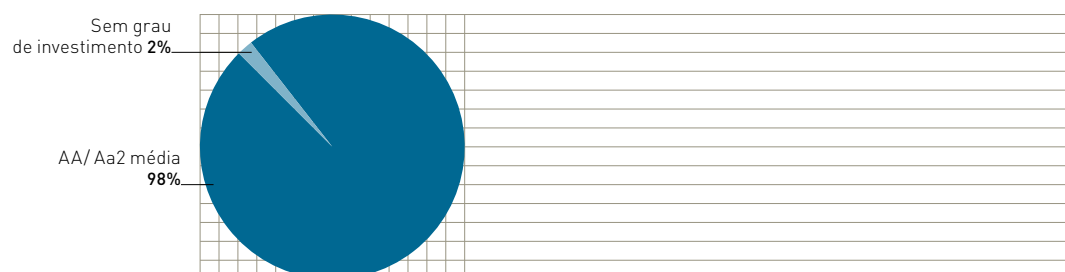
	2005	2006	2007	2008	2009
Empréstimos em atraso	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0
Empréstimos não recebidos	1.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Provisão para possíveis perdas de carteira	161.6	188.6	168.3	143.2	143.9
Porcentagem de empréstimos em atraso	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Porcentagem de empréstimos não recebidos	0.02%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Porcentagem da provisão para possíveis perdas	2.20%	2.33%	1.76%	1.41%	1.23%

ATIVOS LÍQUIDOS

Apesar da crise financeira internacional de 2008 e 2009, que teve um impacto negativo sobre a valorização da maior parte dos instrumentos financeiros, a carteira de liquidez da CAF teve novamente resultados satisfatórios graças às políticas conservadoras estabelecidas.

Em 31 de dezembro de 2009, os ativos líquidos totalizaram USD 3,685 milhões, valor equivalente a 23% dos ativos totais e 35% do endividamento da Corporação. A carteira de investimentos se caracterizou por sua curta duração – média de 0.25 anos– e por sua excelente qualidade de crédito (Gráfico 3): 97.7% foram qualificados, em média, como AA/Aa2 e 2.3% não possuíam grau de investimento. As políticas da CAF requerem que ao menos 80% dos ativos líquidos se mantenham em instrumentos com grau de investimento e com qualificações de crédito de ao menos A-/A3.

Gráfico 3. **Ativos líquidos** em 31 de dezembro de 2009



FINANCIAMENTO

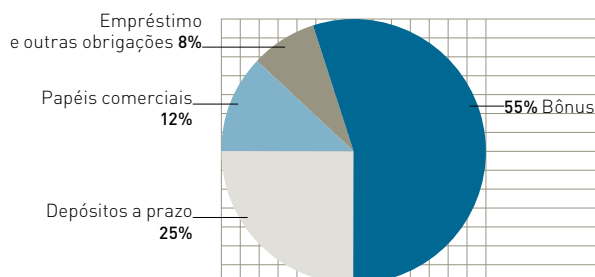
Em 2009, as emissões de bônus chegaram a USD 1,300 milhões, destacando-se uma emissão sem precedentes no mercado norte-americano de USD 1,000 milhões, a maior emissão realizada na história da Corporação. Esta emissão refletiu que a CAF, ainda que no difícil cenário da crise financeira, está consolidada como um emissor confiável. Por outro lado, a CAF emitiu JPY 10,000 milhões (equivalentes a USD 111 milhões) em bônus no mercado japonês, por meio de uma emissão privada. Nos mercados locais, teve destaque uma emissão de títulos negociáveis na Colômbia, no total de COP 240 bilhões (equivalente a USD 95 milhões), assim como uma emissão no mercado peruano de quase PEN 145 milhões (cerca de USD 50 milhões) – a maior emissão de bônus no mercado peruano nos últimos 14 meses.

É importante mencionar a contratação contínua de passivos de curto prazo, apesar do cenário financeiro internacional adverso. Os programas de Papéis Comerciais mantidos pela Corporação nos mercados norte-americano e europeu, no valor de USD 1,000 milhões cada um, permaneceram ativos com captações na ordem de USD 4,381 milhões durante o ano, conseguindo manter as margens de captação em níveis adequados. Além disso, os Depósitos a Prazo recebidos mantiveram sua importância como uma fonte estável e competitiva de recursos, superando USD 2,600 milhões no ano.

Em 31 de dezembro de 2009, 74% do endividamento da CAF tiveram origem nos mercados internacionais de capital. As emissões de bônus representavam a principal fonte de recursos, com 55% do financiamento (Gráfico 4). Além disso, observou-se um crescimento importante nos depósitos recebidos de investidores institucionais da região, representando 25% do total de endividamento, 12% a papéis comerciais e outros empréstimos a curto prazo e 8% em empréstimos e linhas de crédito a médio e longo prazo. A CAF mantém relações de longa data com os mais importantes bancos internacionais, com instituições oficiais de todo o mundo e com outras instituições financeiras multilaterais.

O detalhe das emissões de 2009 pode ser observado no Quadro 3.

Gráfico 4. **Composição do passivo** em 31 de dezembro de 2009



Quadro 3. **EMISSÃO DE TÍTULOS EM 2009**

Data	Mercado	Valor em moeda original (em milhões)	Equivalente em milhões de USD
Emissão de bônus			
Janeiro	Euro-Yen	JPY 10,000	112
Abril	Colombiano	COP 111,980	44
Abril	Colombiano	COP 127,500	51
Junho	Yankee	USD 1,000	1,000
Outubro	Peruano	PEN 144.25	50
Total 2009			1,257
Total 1993-2009			10,519
Programas de emissão de curto prazo			
	Papéis comerciais (USA)	USD 1,000	1,000
	Papéis comerciais (Europa)	USD 1,000	1,000
	Notas promissórias (Espanha)		EUR 500

CAPITAL

Como parte do papel catalisador e anticíclico da Corporação na região, a alta demanda de empréstimos gerada por parte dos países membros e o compromisso em apoiar o desenvolvimento da região a longo prazo, em agosto de 2009, o Diretório aprovou um novo aumento de capital de USD 2,500 milhões. Este aumento de capital será integralizado entre os anos 2010 e 2017, e projeta-se que para o final do período mencionado o capital total da CAF duplique seu valor atual, o que facilitará o crescimento das operações de financiamento, enquanto preservará a solidez financeira da Corporação.

Em 2009, a CAF recebeu novos aportes de capital dos países acionistas no valor de USD 568.3 milhões. Em sua maioria, estes aportes derivam dos novos aumentos de capital subscritos em 2007 pelos cinco países acionistas da Série C que estão em processo de conversão a membros plenos da Corporação (Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai), no total de USD 1,500 milhões, e pagadores de cotas anuais até 2014. No término do ano, o patrimônio passava de USD 5,300 milhões, 16% superior ao valor registrado ao final de 2008. Este aumento no patrimônio derivou tanto das contribuições de capital como dos lucros.

Favorecidos pelo aumento do patrimônio, os indicadores de capitalização se mantiveram dentro dos níveis estabelecidos pela política da Corporação (Quadro 4).

Quadro 4. **INDICADORES DE CAPITALIZAÇÃO**

	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira/Patrimônio (vezes) ¹	2.4	2.4	2.4	2.3	2.3
Dívida/Patrimônio (vezes) ²	1.8	1.8	2.0	2.1	2.0
Capital/Ativos ajustados por risco (BIS) ³	40.6%	41.1%	36.3%*	38.4%*	41.7%*

¹ Segundo o Convênio Constitutivo da CAF, o limite de exposição deverá ser menor ou igual a 4,0.

² Segundo o Convênio Constitutivo da CAF, o limite de endividamento deverá ser menor ou igual a 3,5.

³ Segundo políticas do Diretório da CAF, o nível de capitalização deverá ser maior ou igual a 30%.

* índice a partir de 2007, calculado de acordo com a nova metodologia de Basilea II.

ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Tanto as atividades de crédito como as de financiamento realizados pela CAF no desempenho de suas funções são executadas principalmente em dólares norte-americanos e com taxas flutuantes, com o que se mitigam os riscos cambiários e de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2009, mais de 99.8% dos ativos e 99.3% dos passivos estavam denominados em dólares norte-americanos depois de *swaps*, enquanto 99.1% dos empréstimos e 98.6% dos passivos financeiros estavam baseados na taxa LIBOR de seis meses depois de *swaps*. As transações que não estão denominadas em dólares norte-americanos nem baseadas na taxa LIBOR de seis meses são convertidas por meio de *swaps* a estes termos. O nível de *swaps* chegou a USD 5,358 milhões em 2009. A política da CAF estabelece que as contrapartes de *swaps* estejam qualificadas ao menos como A+/A1 ou que possuam um acordo de garantia. A Corporação não realiza atividades de intermediação de instrumentos derivativos. Estes instrumentos são utilizados unicamente para propósitos de cobertura.

CAF busca manter uma relação conservadora entre o prazo médio de seus ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2009, a vida média de seus ativos era de 4.6 anos e de seus passivos de 3.7 anos.

9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Relatório da Administração
sobre a Efetividade dos Controles
Internos Relacionados à Preparação
das Informações Financeiras**

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre o Relatório da Administração
sobre a Efetividade dos Controles
Internos Relacionados à Preparação
das Informações Financeiras**

Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Corporación Andina de Fomento (CAF) ("CAF" ou "Corporação") é responsável por estabelecer e manter controles internos efetivos sobre a preparação das informações financeiras da Corporação. A Administração avaliou os controles internos da Corporação sobre a preparação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2009, com base nos critérios de efetividade dos controles internos determinados pela Estrutura Integrada de Controles Internos (*Internal Control - Integrated Framework*) do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - "COSO"*).

Os controles internos sobre a preparação das informações financeiras da Corporação são realizados pelos responsáveis pela governança corporativa, pela administração e por demais pessoas designadas para prover um nível de segurança razoável quanto à preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Os controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras incluem aquelas políticas e procedimentos que (1) se referem à manutenção de registros que, com detalhe razoável, reflitam com exatidão e adequação as transações e disposição dos ativos da entidade; (2) forneçam segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e que recebimentos e gastos da entidade vêm sendo feitos somente de acordo com autorizações da Administração e daqueles encarregados de governança; e (3) forneçam segurança razoável sobre a prevenção, detecção oportuna e correção de aquisições, uso ou alienação de ativos da entidade não autorizados, que possam ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A Gerência avaliou a efetividade dos controles internos da CAF sobre a preparação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2009. Com base nessa avaliação, a Gerência da CAF concluiu que os controles internos da CAF sobre a preparação das informações financeiras eram efetivos em 31 de dezembro de 2009.

Há limitações inerentes na efetividade de qualquer sistema de controles internos, incluindo a possibilidade de erro humano, de descumprimento ou de desrespeito aos controles. Assim sendo, mesmo um controle interno efetivo somente pode prover segurança razoável sobre a preparação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, devido a mudanças circunstanciais, a efetividade do controle interno pode variar no decorrer do tempo.

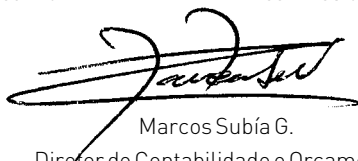
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram auditadas por uma Auditoria Independente, a qual também emitiu um relatório de certificação com respeito à declaração da Administração sobre a efetividade dos controles internos relacionados à preparação das informações financeiras. O relatório de certificação, que foi incluído neste documento, expressa uma opinião sem ressalvas quanto à declaração da Administração sobre a efetividade dos controles internos relacionados à preparação das informações financeiras da CAF em 31 de dezembro de 2009.



L. Enrique García
Presidente Ejecutivo



Hugo Sarmiento K.
Vice-Presidente Corporativo de Finanzas



Marcos Subía G.
Diretor de Contabilidad e Orçamento

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À PREPARAÇÃO
DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Corporación Andina de Fomento (CAF):

Examinamos a declaração da Administração, incluída no *Relatório da Administração sobre a Efetividade dos Controles Internos Relacionados à Preparação das Informações Financeiras*, de que a Corporación Andina de Fomento (CAF) mantinha controles internos efetivos relativos à preparação de informações financeiras em 31 de dezembro de 2009, com base nos critérios estabelecidos na Estrutura Integrada de Controles Internos (*Internal Control - Integrated Framework*) do *Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - "COSO"*). A Administração da CAF é responsável pela manutenção de controles internos efetivos relacionados à preparação das informações financeiras, como também pela declaração da efetividade dos controles internos relacionados à preparação das informações financeiras, incluída no relatório da *Administração sobre a Efetividade dos Controles Internos Relacionados à Preparação das Informações Financeiras*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre a afirmação da Administração com base em nosso exame.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas do Instituto Norte Americano dos Auditores Independentes (American Institute of Certified Public Accountants). Essas normas requerem que uma auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável sobre se os controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras são efetivos em todos os aspectos materiais. Nossa auditoria incluiu a obtenção de um entendimento dos controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras, avaliar o risco de existência de fraqueza material, e execução de teste e avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos, com base na avaliação do risco. Nosso exame também incluiu a realização de outros procedimentos que consideramos necessários de acordo com as circunstâncias. Acreditamos que nosso exame fornece uma base razoável para emitirmos nossa opinião.

Os controles internos de uma entidade sobre os procedimentos relacionados à preparação das informações financeiras são um processo executado pelos encarregados de governança e gestão e por outras pessoas, definidos para fornecer segurança razoável quanto à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Os controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras incluem aquelas políticas e procedimentos que (1) se referem à manutenção de registros que, com detalhe razoável, reflitam com exatidão e adequação as transações e disposição dos ativos da entidade; (2) forneçam segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e que recebimentos e gastos da entidade vêm sendo feitos somente de acordo com autorizações da Administração e daqueles encarregados de governança; e (3) forneçam segurança razoável sobre a prevenção, detecção oportuna e correção de aquisições, uso ou alienação de ativos da entidade não autorizados que possam ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre o processo de preparação das informações financeiras podem não evitar ou detectar e corrigir erros. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles se tornem inadequados, devido a mudanças circunstanciais, ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se deteriore.

Em nossa opinião, a afirmação da Administração de que a Corporación Andina de Fomento (CAF) manteve controles internos efetivos sobre o processo de preparação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2009 está razoavelmente expressada, em todos os aspectos materiais, com base nos critérios estabelecidos na Estrutura Integrada de Controles Internos (*Internal Control - Integrated Framework*) do *Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - "COSO"*).

Auditamos também, em conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América, o balanço da Corporación Andina de Fomento (CAF), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, e nosso parecer, datado de 29 de janeiro de 2010, não contém ressalva.

29 de janeiro de 2010
Caracas, Venezuela

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Corporación Andina de Fomento (CAF):

Examinamos o balanço patrimonial da Corporación Andina de Fomento (CAF), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data. Estas demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Corporación. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer, datado de 13 de fevereiro de 2009, não contém ressalvas.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras e verificar se elas estão isentas de erros materiais. Uma auditoria inclui a verificação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras. Uma auditoria também inclui a avaliação dos princípios utilizados e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossa auditoria proporciona uma base razoável para sustentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corporación Andina de Fomento (CAF) em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

Também examinamos, de acordo com as normas de certificação estabelecidas pelo American Institute of Certified Public Accountants, a afirmação da Administração da CAF de que manteve controles internos efetivos sobre o processo de preparação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2009, com base nos critérios estabelecidos na Estrutura Integrada de Controles Internos (*Internal Control - Integrated Framework*) do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - "COSO"*) e nosso parecer, datado de 29 de janeiro de 2010, não contém ressalva.



29 de janeiro de 2010
Caracas, Venezuela

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Notes	2009	2008
ATIVOS EXPLICATIVAS			
Caixa e bancos		29,906	152,801
Depósitos em bancos	2	1,237,863	1,333,635
Títulos e valores mobiliários:			
Negociáveis	3 e 18	2,214,254	1,577,752
Outros investimentos	2	203,361	156,380
Carteira de créditos (incluindo US\$61.458 e US\$21.829 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, ao valor justo)	4 e 18	11,686,689	10,184,068
Menos comissões sobre empréstimos, líquido dos custos		56,125	51,359
Menos provisões para perdas em carteira de créditos	4	143,911	143,167
Empréstimos, líquidos		11,486,653	9,989,542
Investimentos de capital	5	85,482	75,066
Juros e comissões a receber		135,705	195,237
Derivativos	17 e 18	436,745	676,186
Imobilizado, líquido	6	28,074	24,049
Outros ativos	7	29,026	31,373
Total do ativo		<u>15,887,069</u>	<u>14,212,021</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO			
Depósitos	8	2,650,706	2,773,119
Papéis comerciais	9	1,265,417	663,934
Adiantamento e empréstimos de curto prazo		-	138,495
Títulos (incluindo US\$5.588.862 e US\$4.930.784 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, ao valor justo)	10 e 18	5,699,219	5,146,814
Empréstimos e outras obrigações (incluindo US\$137.555 em 31 de dezembro de 2009 ao valor justo)	11 e 18	788,467	684,023
Juros acumulados		98,093	138,004
Derivativos	17 e 18	45,136	59,022
Despesas acumuladas e outros passivos	12	53,227	54,697
Total do passivo		<u>10,600,265</u>	<u>9,658,108</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital integralizado (capital autorizado US\$10.000 milhões)		2,485,645	2,176,430
Superávit de capital		539,222	280,255
Reservas de lucros		2,027,228	1,785,754
Lucros acumulados		234,709	311,474
Total do patrimônio líquido		<u>5,286,804</u>	<u>4,553,913</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>15,887,069</u>	<u>14,212,021</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Notes	2009	2008
Receitas financeiras			
Empréstimos	1(f)	398,737	549,139
Investimento e depósitos em bancos	1(e) e 3	67,318	67,983
Comissões sobre empréstimos	1(f)	17,798	35,258
Total das receitas financeiras		483,853	652,380
Despesas financeiras			
Depósitos		14,413	55,721
Papéis comerciais		7,187	29,028
Adiantamentos e empréstimos de curto prazo		1,011	10,779
Títulos		139,614	193,054
Empréstimos e outras obrigações		16,094	34,172
Comissões		10,406	5,173
Total das despesas financeiras		188,725	327,927
Receita financeira líquida		295,128	324,453
Crédito a provisão para possíveis perdas com empréstimos	4	(1,656)	(22,970)
Receita financeira líquida, depois de provisão para possíveis perdas com empréstimos		296,784	347,423
Receitas não financeiras			
Outras comissões		3,319	1,741
Dividendos e equivalência patrimonial de investidas		9,596	6,487
Outras receitas		1,082	1,303
Total receitas não financeiras		13,997	9,531
Despesas não financeiras			
Despesas administrativas		62,562	56,482
Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas	5	-	1,157
Outras despesas		147	1,324
Total despesas não financeiras		62,709	58,963
Resultado líquido antes do efeito de "hedges" avaliados ao valor justo		248,072	297,991
Varição no valor justo de "hedges"		(13,363)	13,483
Lucro líquido		234,709	311,474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Notas Explicativas	Capital integralizado	Superávit de capital	Reservas			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva geral	Artigo 42 dos estatutos	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2007		2,014,750	234,355	1,189,931	287,474	1,477,405	400,799	4,127,309
Aumento de capital	14	81,160	126,420	-	-	-	-	207,580
Aumento de capital com dividendo em ações	14	80,520	(80,520)	-	-	-	-	-
Lucro líquido	14	-	-	-	-	-	311,474	311,474
Apropriação de reserva geral	14	-	-	268,249	-	268,249	(268,249)	-
Apropriação de reserva segundo o artigo 42 dos estatutos	14	-	-	-	40,100	40,100	(40,100)	-
Distribuição para os fundos dos acionistas	15	-	-	-	-	-	(92,450)	(92,450)
Balances at December 31, 2008		2,176,430	280,255	1,458,180	327,574	1,785,754	311,474	4,553,913
Aumento de capital	14	209,135	359,047	-	-	-	-	568,182
Aumento de capital com dividendo em ações	14	100,080	(100,080)	-	-	-	-	-
Lucro líquido	14	-	-	-	-	-	234,709	234,709
Apropriação de reserva geral	14	-	-	210,335	-	210,335	(210,335)	-
Apropriação de reserva segundo o artigo 42 dos estatutos	14	-	-	-	31,139	31,139	(31,139)	-
Distribuição para os fundos dos acionistas	15	-	-	-	-	-	(70,000)	(70,000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		2,485,645	539,222	1,668,515	358,713	2,027,228	234,709	5,286,804

See accompanying notes to the financial statements

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Notas Explicativas	2009	2008
Caixa aplicado nas atividades operacionais			
Lucro líquido		234,709	311,474
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa utilizado nas atividades operacionais -			
Perdas não realizadas de títulos mantidos para negociação	3	2,924	10,955
Amortização de comissões sobre empréstimos, líquida dos custos de captação		(8,148)	(11,952)
Carteira de crédito	4	(1,656)	(22,970)
Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas	5	-	1,157
Equivalência patrimonial		(9,129)	(4,208)
Amortização de encargos diferidos		1,864	1,668
Depreciação do imobilizado	6	1,659	3,094
Provisão para indenizações e benefícios de funcionários		7,162	6,151
Provisão para fundo dos empregados		1,366	1,416
Variações líquidas nos ativos e passivos operacionais			
Indenizações pagas ou adiantadas		(5,352)	(3,603)
Fundo dos empregados pago ou adiantado		(717)	(48)
Títulos negociáveis, líquidos	3	(518,558)	(707,166)
Juros e comissões a receber		59,532	36,273
Outros ativos		15,030	(15,290)
Juros acumulados a pagar		(39,911)	(15,934)
Despesas acumuladas a pagar e outros passivos		(3,929)	(1,068)
Total de ajustes e variações dos ativos e passivos operacionais		(497,863)	(721,525)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(263,154)	(410,051)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento			
Aquisição de títulos mantidos até o vencimento	3	-	(3,583,769)
Resgate de títulos mantidos até o vencimento	3	-	4,683,570
Compra de valores mobiliários com compromisso de revenda		-	36,400
Aquisição de outros investimentos	2	(903,182)	(448,120)
Resgate de outros títulos	2	856,201	401,608
Empréstimos originados e liquidados, líquido	4	(1,480,678)	(620,459)
Alienação de investimentos	5	(1,287)	2,302
Aquisição de imobilizado	6	(5,684)	(3,327)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(1,534,630)	468,205
Saldo a transferir		(1,797,784)	58,154

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Notas Explicativas	2009	2008
Transferido		1,797,784	58,154
Caixa gerado pelas atividades de financiamento			
Aumento líquido dos depósitos		(122,413)	1,252,072
Aumento (diminuição) líquido nos papéis comerciais		607,023	(225,405)
Obtenção de adiantamentos e empréstimos de curto prazo		91,295	487,304
Pagamento de adiantamentos e empréstimos de curto prazo		(240,168)	(735,018)
Emissão de títulos de dívida	10	1,256,876	626,298
Pagamento de títulos de dívida	10	(618,567)	(296,575)
Obtenção de empréstimos e outras obrigações	11	254,637	53,664
Pagamento de empréstimos e outras obrigações	11	(147,748)	(177,948)
Distribuição aos fundos dos acionistas	15	(70,000)	(92,450)
Aumento de capital	14	568,182	207,580
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		1,579,117	1,099,522
Aumento (diminuição) líquido em efetivo e equivalentes de efetivo		(218,667)	1,157,676
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1,486,436	328,760
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1,267,769	1,486,436
Representados por			
Caixa		29,906	152,801
Depósitos em bancos		1,237,863	1,333,635
		1,267,769	1,486,436
Divulgações adicionais			
Juros pagos durante o ano		216,958	343,443
Atividades financeiras sem reflexo no caixa			
Variação nos instrumentos financeiros ativos		(239,441)	239,601
Variação nos instrumentos financeiros passivos		(13,886)	50,891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008
(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

1. POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Descrição dos Negócios – A Corporación Andina de Fomento (“CAF” ou “Corporação”) iniciou suas operações em 8 de junho de 1970, estabelecida nos termos do direito internacional público e se rege pelas disposições de seus estatutos. Os países acionistas das Séries “A” e “B” são: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e da Série “C” são: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai. Além disso, há 14 bancos que são acionistas da Série “B”. A Corporação tem a sua sede em Caracas, Venezuela.

O objetivo da Corporação é apoiar o desenvolvimento sustentável e a integração econômica na América Latina e no Caribe, ajudando os países acionistas a tornar suas economias diversificadas, competitivas e mais sensíveis às necessidades sociais.

A Corporação oferece serviços financeiros e afins aos governos, instituições públicas e privadas, corporações e associações em participação dos países acionistas. A atividade principal da Corporação é a de outorgar créditos de curto, médio e longo prazo para execução de projetos, capital de trabalho, financiamento de atividades de comércio internacional dos países acionistas, entre eles mesmos ou com outros mercados. Adicionalmente, a CAF maneja e supervisa os fundos de cooperação de outros países e organizações, geralmente não reembolsáveis, destinados a financiamento de programas conjuntos com organizações doadoras, o qual está alinhado com as políticas e estratégias da Corporação.

A Corporação levanta fundos para as operações dentro e fora de seus países acionistas.

b. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e a moeda funcional é o dólar norte-americano.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, a Administração é obrigada a fazer estimativas e pressupostos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos na data do balanço e relatar os montantes de receitas e despesas durante o período reportado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Alguns valores das demonstrações financeiras de 2008 foram reclassificados para conformidade com a apresentação do exercício atual.

c. Transações denominadas em Moeda Estrangeira – as transações em moedas diversas do dólar dos Estados Unidos da América são apresentadas utilizando os tipos de câmbio do mercado internacional em vigor para as datas das operações. Os saldos em moeda estrangeira são atualizados de acordo com o tipo de câmbio em vigor a data do exercício. Os lucros ou perdas em câmbio denominados em moedas diversas do dólar dos Estados Unidos da América são incluídos no demonstrativo de lucros e perdas, junto dos respectivos efeitos de cobertura, e não são significativos.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa são definidos como dinheiro em caixa e bancos e depósitos de curto prazo com vencimento inicial de três meses ou menos.

e. Títulos e Valores Mobiliários – A Corporação classifica seus investimentos em títulos de dívida em uma das duas categorias: para negociação ou mantidos até o vencimento. Títulos para negociação são adquiridos e mantidos principalmente com a finalidade de serem vendidos no curto prazo. Mantidos até o vencimento são os títulos para os quais a Corporação tem a capacidade e a intenção de manter até o vencimento.

Títulos para negociação são contabilizados pelo valor justo. Ganhos e perdas em títulos para negociação estão incluídos na receita de juros de investimentos e depósitos em bancos, na demonstração do resultado.

Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, ajustado por amortização ou acréscimo de prêmios ou descontos. A diminuição do valor de mercado de títulos mantidos até o ven-

cimento, abaixo do custo, considerada diferente de um efeito temporal, resulta em uma redução do valor contábil. A perda é lançada ao resultado e uma nova base de custo para o título é estabelecida. Prêmios e descontos são amortizados ou acrescidos ao longo da vida do título mantido até o vencimento como um ajuste ao rendimento usando o método do juro efetivo.

Dividendos e juros são reconhecidos quando recebidos e ganhos, respectivamente.

f. Carteira de Créditos – A Corporação concede empréstimos de curto, médio e longo prazos para financiar projetos, capital de giro, atividades comerciais e estudos de viabilidade de investimento nos seus países membros. Os empréstimos são apresentados pelo valor pendente de pagamento, ajustado por baixas efetuadas, menos provisão para possíveis perdas e comissões de empréstimo, líquidas dos custos de originação. Os juros são calculados sobre o saldo do principal não pago. As comissões de empréstimos, líquidas de certos custos diretos de originação, são diferidas e reconhecidas como um ajuste do rendimento do empréstimo relacionado usando o método de juros e comissões e são apresentadas como comissões de empréstimo na demonstração do resultado.

O acréscimo de juros sobre empréstimos é descontinuado no momento em que a mora para empréstimos ao setor privado é de 90 dias (180 dias para empréstimos ao setor público), a menos que o empréstimo esteja garantido e em processo de cobrança.

Todos os juros vencidos e não recebidos referentes aos empréstimos sobre os quais não há reconhecimento de juros incorridos ou aos empréstimos provisionados são revertidos contra a receita de juros. Os juros sobre esses empréstimos são contabilizados em regime de caixa até o retorno ao regime de competência. Os empréstimos retornam ao regime de competência quando o principal e os juros devidos contratualmente são liquidados e há segurança razoável de que os pagamentos futuros serão efetuados.

Os empréstimos sobre os quais não há reconhecimento de juros têm seu valor de recuperação ajustado. Os fatores considerados pela Administração na determinação do ajuste incluem status dos pagamentos, valor da garantia e probabilidade de recebimento do principal e dos juros quando vencidos.

A CAF estabeleceu uma série de políticas de exposição de risco, incluindo limites por país e grupo econômico, a fim de evitar a concentração de risco na sua carteira de empréstimos.

g. Investimentos – A CAF participa com investimentos de capital em empresas e fundos de investimento em setores estratégicos, com vistas a promover o desenvolvimento dessas empresas e sua participação nos mercados de valores mobiliários e servir como um agente catalisador na atração de recursos para os países acionistas.

Investimentos de capital são contabilizados usando o método da equivalência patrimonial ou ao custo. Se a Corporação tem a capacidade de exercer influência significativa sobre as políticas operacional e financeira da investida, e geralmente a existência de ao menos 20% de participação no capital presume essa capacidade, os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do investimento em ações é ajustado para a parte proporcional da Corporação em ganhos ou perdas, dividendos recebidos e outras operações da empresa investida.

A diminuição no valor de mercado de qualquer investimento de capital contabilizado pelo método de participação patrimonial ou ao custo, que seja considerado diferente de um efeito temporal, resulta numa redução do custo. A deterioração é descontada dos resultados e se estabelece uma nova base de custo para o investimento.

h. Provisão para Perdas – A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível o qual a Corporação acredita ser adequado, mas não excessivo, para absorver prováveis perdas inerentes à carteira de crédito na data das demonstrações financeiras. A provisão para perdas com empréstimos, em geral, é estabelecida pela Corporação com base na avaliação de risco individual dos financiamentos de longo prazo em moeda estrangeira dos países devedores, que é atribuído pelas agências internacionais de classificação de risco na data da preparação de demonstrações financeiras. Essa taxa de risco-país considera uma probabilidade de inadimplência. Devido ao status de credor privilegiado da Corporação e tendo em conta as imunidades e os privilégios a ela conferidos por seus países membros, que são estabelecidos no estatuto da Corporação, em leis e outros acordos semelhantes, um fator que reflete uma menor probabilidade de inadimplência - geralmente equivalente a uma melhor avaliação de risco - é usado.

Uma provisão específica é estabelecida pela Corporação para os empréstimos que requeiram ajuste de seu montante. Um empréstimo é considerado para ser ajustado quando, com base em informações atualmente disponíveis e eventos, existe a probabilidade de que a CAF não irá recuperar o montante total de principal e juros, conforme os termos do contrato de empréstimo original. O ajuste dos empréstimos é determinado empréstimo por empréstimo com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo.

Operações de crédito são baixadas contra a provisão quando a Administração acredita que a impossibilidade de cobrança de um saldo de empréstimo é confirmada. As recuperações subsequentes, se houver, são creditadas à provisão.

i. Imobilizado – líquido – O ativo imobilizado está demonstrado ao custo menos a depreciação acumulada. As despesas para manutenção e reparos são debitadas diretamente na demonstração do resultado do exercício, melhorias e renovações são capitalizadas. A depreciação é calculada pelo método linear e registrada na demonstração do resultado durante a vida útil estimada dos bens.

Durante 2009, com base nos planos de expansão das operações correspondentes aos ativos operacionais, a gerência da CAF realizou uma análise sobre a vida útil designada a esses ativos. Como resultado desta verificação, a gerência decidiu atualizar de maneira prospectiva a vida útil de certos ativos, gerando um aumento imaterial nos resultados do período.

Os ativos se classificam de acordo com a sua vida útil estimada na seguinte forma:

	2009	2008
Imóveis	30 anos	15 anos
Benfeitorias	15 anos	5 anos
Móveis e utensílios	2 a 10 anos	2 a 5 anos
Veículos	5 anos	5 anos

j. Ativos Intangíveis – Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com o método linear durante a vida útil estimada pela CAF. A vida útil estimada desses ativos é de dois a cinco anos.

k. Obrigações e Empréstimos – As emissões de dívida de médio e longo prazo, cujo objetivo é fornecer recursos financeiros necessários para financiar as operações da CAF, são registradas nas contas de Títulos. Os empréstimos incluem aquelas obrigações com instituições financeiras locais ou estrangeiras e bancos comerciais, os quais são registrados usualmente ao custo.

Dependendo do risco das obrigações objeto do "hedge", estas são registradas ao valor justo, conforme descrito:

- As transações de cobertura de moeda ou moeda e taxa (cross-currency hedge) são reconhecidas pelo seu valor justo, como previsto pelo SFAS 159 (codificado em ASC 825).
- Títulos denominados em dólares dos Estados Unidos, cujo risco de cobertura seja apenas a taxa de juros, são reconhecidos com base no método abreviado (shortcut method), estabelecido no SFAS 133 (codificado em ASC 815-20-25-102).

Os ganhos ou as perdas resultantes de alterações no valor justo desses passivos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Operações relativas a recompra parcial de emissões de obrigações resultam na baixa dos passivos relacionados. A diferença entre o preço de recompra e o custo de liquidação da dívida líquida é reconhecida como lucro ou prejuízo do período.

l. Provisão para Indenizações Trabalhistas – A provisão para indenizações trabalhistas compreende todas as responsabilidades relacionadas com os direitos dos trabalhadores de acordo com a política de funcionários da CAF e a Lei do Trabalho da República Bolivariana da Venezuela.

Nos termos da atual Lei do Trabalho, os empregados têm direito a indenização de cinco dias de salário por mês, até um total de 60 dias por ano de serviço. Indenizações trabalhistas são asseguradas desde que o empregado complete 3 meses de serviço contínuo. A partir do segundo ano de serviço, os empregados ganham um salário adicional de 2 dias por ano de serviço (ou fração de 1 ano superior a 6 meses),

cumulativo até o máximo de 30 dias de salário. Benefícios de cessação são registrados nos registros contábeis da CAF e os juros, em montantes devidos aos trabalhadores, são pagos.

No caso de demissão sem justa causa ou cessação involuntária, os empregados têm direito a uma indenização adicional de um mês de salário por ano de serviço até o máximo de 150 dias.

m. Plano de Pensão – A Corporação criou, em março de 2005, um plano de pensões de benefício definido (“Plano”), obrigatório para todos os novos empregados a partir da data de implementação do Plano e facultativo para todos os outros empregados. O Plano é de contribuição e os benefícios são baseados em anos de serviço e salário médio do trabalhador para os três anos consecutivos de serviço com o salário mais alto. Essas contribuições são revisadas periodicamente pela CAF com base em pressupostos atuariais.

n. Instrumentos Derivativos e Atividades de “Hedge” – Todos os derivativos são reconhecidos no balanço pelo seu valor justo. Na data em que o contrato derivativo é celebrado, a Corporação designa o derivativo tanto como um “hedge” de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido quanto de um compromisso firme não reconhecido (“hedge” de valor justo), uma cobertura para uma transação prevista ou a variabilidade dos fluxos de caixa a serem recebidos ou pagos relacionados com um ativo ou passivo reconhecido (“hedge” de fluxo de caixa), ou o valor justo de uma cobertura de moeda estrangeira ou de um fluxo de caixa (“hedge” de moeda estrangeira). A Corporação formaliza os documentos e os relacionamentos entre os instrumentos de “hedge” e os itens cobertos, bem como o seu objetivo de gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de “hedge”.

Esse processo inclui a conexão de todos os derivativos que sejam designados como valor justo, fluxo de caixa ou “hedge” de moeda estrangeira de ativos específicos e passivos no balanço patrimonial ou compromissos firmes ou operações específicas previstas. A Corporação também avalia formalmente, tanto no início da cobertura quanto de forma contínua, se os derivativos utilizados em operações de “hedge” são altamente efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa dos itens cobertos. Quando é determinado que um derivativo não é altamente efetivo como um “hedge” ou que deixou de ser um “hedge” altamente efetivo, a Corporação descontinua a política para contabilização do “hedge” prospectivamente.

Mudanças no valor justo de um derivativo altamente efetivo e que seja designado e qualificado como “hedge” de valor justo, juntamente com a perda ou o ganho no ativo ou no passivo coberto ou compromisso firme não reconhecido do item coberto que é atribuível ao risco coberto, são contabilizadas no resultado. Mudanças no valor justo de um derivativo altamente efetivo e que seja designado e qualificado como um “hedge” de fluxo de caixa são registradas em outros resultados abrangentes, até que o rendimento seja afetado pela variabilidade nos fluxos de caixa do item coberto designado. Mudanças no valor justo dos derivativos altamente efetivos como “hedge” e que são designados e qualificados como “hedge” de moeda estrangeira são registrados em receitas ou outras receitas abrangentes, dependendo se a operação de “hedge” é um “hedge” de valor justo ou de fluxo de caixa.

A Corporação descontinua a contabilização da cobertura quando for definido que o instrumento derivativo já não é efetivo para compensar as mudanças no valor razoável ou nos fluxos de efetivo do instrumento coberto, o instrumento derivativo vence ou é vendido, é eliminado ou utilizado; o instrumento derivativo deixa de ser designado como instrumento de cobertura porque é pouco provável que uma transação projetada aconteça, um compromisso firme de cobertura já não abrange a definição de um compromisso firme, ou a gerência determina que a designação do instrumento derivativo como instrumento de cobertura já não é apropriada.

Quando a contabilidade de cobertura é descontinuada porque se determina que o derivativo não se qualifica como “hedge” de valor justo efetivo, a Corporação continua a registrar os derivativos no balanço pelo seu valor justo e não mais ajusta ao ativo ou passivo coberto por mudanças no valor justo. O ajuste do valor escriturado do ativo ou passivo coberto é contabilizado da mesma forma que os outros componentes do valor escriturado desse ativo ou passivo. Quando a contabilização de “hedge” é interrompida porque o item coberto já não satisfaz a definição de um compromisso firme, a Corporação continua a registrar os derivativos no balanço pelo seu valor justo, eliminando qualquer ativo ou passivo que foi registrado em conformidade com o reconhecimento do compromisso firme no balanço e reconhece qualquer ganho ou perda. Quando a contabilidade de cobertura é descontinuada porque é provável que uma transação prevista não ocorra, a Corporação continua a registrar os derivativos no balanço pelo seu valor justo e os ganhos e as perdas acumuladas em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado. Em todas as situações em que a contabilidade de cobertura é descontinuada, a Corporação continua a registrar o derivativo pelo seu valor justo no balanço patrimonial e reconhece qualquer alteração no seu valor justo nos resultados.

o. Adoção do SFAS N° 157 (codificado em ASC 820) – Mensurações a valor justo (Fair Value Measurements) –

A Corporação adotou o SFAS N° 157 (codificado em ASC 820) - Mensuração a Valor Justo, a partir de 1º de janeiro de 2008, que define o valor justo, expande os requisitos de publicação em torno do valor justo e especifica uma hierarquia das técnicas de avaliação com base em se os dados utilizados na avaliação são observáveis ou não observáveis. Dados observáveis refletem informações de mercado obtidas a partir de fontes independentes, enquanto os dados não observáveis refletem pressupostos da companhia sobre o mercado para determinar o melhor preço desses instrumentos. Esses dois tipos de dados criam a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos nos mercados ativos.
- Nível 2 - Preços para instrumentos similares em mercados ativos, preços de cotização para produtos idênticos ou similares nos mercados que não são ativos, e as valorizações provenientes de modelos, nos quais toda a informação significativa e os impulsores significativos de valor são observáveis em mercados ativos.
- Nível 3 - Avaliações derivadas de técnicas de avaliação em que um ou mais dados ou determinadores de valor significativo não são observáveis.

Essa hierarquia requer que a Corporação utilize informações de mercado observáveis, quando disponíveis, e minimize o uso de dados não observáveis na determinação do valor justo.

Quando disponíveis, a Corporação utiliza normalmente preços cotados de mercado para determinar o valor justo e classifica esses itens no Nível 1. Em alguns casos, se um preço de mercado não está disponível, a Corporação usa alternativas aceitáveis para calcular o valor justo para esses instrumentos, caso em que os itens são classificados no Nível 2. Se os preços cotados de mercado não estão disponíveis, o valor justo é baseado em técnicas de avaliação desenvolvidas internamente. Os itens cujo valor justo é determinado por esse procedimento são classificados no Nível 3.

p. Adoção do SFAS N° 159 (codificado em ASC 825) – A opção de valor justo para ativos financeiros e passivos financeiros (The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities) –

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu o SFAS N° 159 "Opção de Valor Justo para Ativos e Passivos Financeiros, incluindo uma alteração do SFAS N° 115" (SFAS 159 Declaração N° 115, ASC 320). O ASC 825 permite que as entidades escolham a medida de certos instrumentos financeiros, garantia e contratos de seguro pelo valor justo de um contrato e inclui a apresentação de demonstrações financeiras e requisitos de divulgação de ativos e passivos reportados pelo valor justo, como consequência da eleição. O ASC 825 é efetivo a partir do início do primeiro ano de uma entidade fiscal que tenha se iniciado após 15 de novembro de 2007. A Administração da Corporação decidiu aplicar o ASC 825 para transações de "Hedge" de moeda e taxa (cross currency hedge) a partir de 1º de janeiro de 2009, tendo que não gerou nenhum efeito significativo nas demonstrações financeiras da Corporação. As mudanças na opção do valor justo são incluídas em perdas e ganhos.

q. Notas Explicativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos e atividades de cobertura –

Em 19 de março de 2008, o FASB emitiu o SFAS N° 161 (codificação ASC 815) - Divulgações sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de "Hedge", uma alteração do SFAS N° 133 (codificado em ASC 815). O SFAS N° 161 muda os requisitos de divulgação de instrumentos derivativos e atividades de "hedging". As disposições do SFAS N° 161 são efetivas para as demonstrações financeiras emitidas para exercícios e períodos intercalares com início após 15 de novembro de 2008, com a adoção antecipada encorajada.

Em 12 de setembro de 2008, o FASB emitiu "Staff Position" N° 133-1 (codificado em ASC 815) e o FIN 45-4 (codificado em ASC 460), Divulgações sobre Derivativos de Crédito e certas garantias: a alteração e a clarificação da data efetiva do SFAS N° 161 (codificado em ASC 815). Esse pronunciamento procura melhorar as divulgações sobre os derivativos de crédito, exigindo mais informações sobre os potenciais efeitos adversos das mudanças no risco de crédito sobre posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa dos vendedores de derivativos de crédito.

r. Garantias – A CAF fornece garantias para empréstimos concedidos a favor de projetos situados dentro de um país membro que são realizados por entidades privadas. A CAF pode oferecer garantias de contratos de crédito privado ou garantias públicas de obrigações de emitentes de valores mobiliários de terceiros. A CAF geralmente oferece garantias parciais de crédito com a intenção de que financiadores privados ou credores titulares de valores mobiliários dividam o risco junto com ela. A responsabilidade da CAF é geralmente limitada ao pagamento do montante da garantia em caso de não-cumprimento pelo cliente.

s. Pronunciamentos Contábeis Recentes – Em 29 de junho de 2009, o FASB emitiu o Pronunciamento Nº 168 (codificado em ASC 105), que aprovou o FASB Accounting Standards Codification (“Codificação”) como a única fonte de autoridade não governamental de US GAAP. A Codificação é efetiva para períodos intermediários ou anuais encerrados após 15 de setembro de 2009. Todas as normas contábeis existentes foram substituídas e toda a literatura de contabilidade não incluída na Codificação será desconsiderada. A adoção do ASC 105 não teve impacto na condição financeira da CAF ou no resultado de suas operações. Todas as referências de contabilidade no âmbito deste relatório estão em conformidade com a nova Codificação.

Em 22 de maio de 2009, o FASB emitiu a Pronunciamento Nº 164 (codificada em ASC 958), cujo objetivo é melhorar a “relevância, a fidelidade de representação e a comparabilidade” das informações financeiras de uma entidade sem fins lucrativos “sobre a associação com uma ou mais entidades sem fins lucrativos ou negócios”. O ASC 958 (Pronunciamento Nº 164) é efetivo prospectivamente para as fusões que ocorrerem durante ou após o começo do primeiro exercício que começar em ou após 15 de dezembro de 2009, e para as aquisições que ocorrerem durante ou após o começo do primeiro exercício com início em ou após 15 de dezembro de 2009. A adoção antecipada é proibida. Esse pronunciamento não vai afetar os resultados financeiros da CAF.

Em 28 de maio de 2009, o FASB emitiu a Pronunciamento Nº 165 (codificada em ASC 855), que fornece orientações sobre a apreciação dos eventos subsequentes. A nova orientação representa a inclusão de orientações sobre os acontecimentos posteriores na literatura de contabilidade e é dirigida especificamente para a Administração, uma vez que esta é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de uma entidade. A Administração deve realizar esta avaliação para demonstrações financeiras de períodos interinos ou anuais. A nova orientação é efetiva, prospectivamente, para períodos intermediários e anuais encerrados após 15 de junho de 2009. Essa instrução não prejudicou os resultados financeiros da CAF.

Em 12 de junho de 2009, o FASB emitiu a Pronunciamento Nº 166 (codificada em ASC 860), que altera a orientação de desreconhecimento em ASC 860. O Pronunciamento Nº 166 reflete a resposta do Conselho para temas que entidades têm encontrado na aplicação ASC 860. Além disso, o Pronunciamento 166 endereça preocupações expressas pela SEC, membros do Congresso, e usuários das demonstrações financeiras sobre as contabilizações e divulgações exigidas pelo ASC 860, na esteira da crise das hipotecas subprime e a deterioração nos mercados de crédito globais. O Conselho considera que as alterações vão melhorar a contabilização de transferências de ativos financeiros. A Instrução 166 é eficaz para as transferências de ativos financeiros ocorridas após o início do primeiro ano de uma entidade fiscal que se inicia após 15 de novembro de 2009 (portanto, empresas com exercício social coincidente com calendário civil devem adotá-lo em 1º de janeiro de 2010). A adoção antecipada é proibida. Essa instrução não vai afetar os resultados financeiros da CAF.

Em 4 de dezembro de 2009, o FASB emitiu proposta de Atualização de Norma de Contabilidade (ASU, em sua sigla em inglês) que poderá adiar indefinidamente a data efetiva do Pronunciamento Nº 167 para reportar o interesse de uma empresa em entidades que têm todos os atributos descritos no ASC 946-10-15-2 ou para a qual sua indústria pratica emitir demonstrações financeiras de acordo com a ASC 946. O FASB também concordou em alterar a forma como um tomador de decisão ou prestador de serviço determina se sua taxa é a taxa de juros variável de acordo com o parágrafo B22 da Interpretação nº 46 (R), alterada pela Instrução 167. Comentários sobre a proposta ASU são devidos até 6 de janeiro de 2010.

Além disso, o FASB aprovou alterações relacionadas à mensuração do valor justo, divulgações e outros além dos impedimentos não temporários, à luz da recente emissão de FSP FAS 157-4 (ASC 820-10), FSP FAS 115-2 e 124-2 (ASC 320-10-35), e FSP FAS 107-1 e APB 28-1 (ASC 825-10-50) e FAS 132 (R) -1.

2. DEPÓSITOS EM BANCOS

Depósitos em bancos com vencimento em até três meses ou menos, e incluem o seguinte:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Dólares dos Estados Unidos	1,236,045	1,286,602
Outras moedas	1,818	47,033
	<u>1,237,863</u>	<u>1,333,635</u>

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os depósitos vencidos em 90 dias ou mais são informados nos balanços como outros investimentos.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Negociáveis (Trading)

Os valores mobiliários negociáveis são apresentados da seguinte forma:

	Saldo	Média de vencimento (anos)	Média de rendimento (%)
Em 31 de dezembro de 2009 -			
Notas do Tesouro dos Estados Unidos	36,046	0.89	4.09
Títulos de entidades governamentais e não-governamentais dos Estados Unidos	43,382	3.47	8.01
Instituições financeiras e títulos corporativos (incluem papéis comerciais de US\$1,008,186 e certificados de depósito de US\$571,264)	2,134,826	0.73	0.62
	<u>2,214,254</u>	<u>2.13</u>	<u>2.13</u>
Em 31 de dezembro de 2008 -			
Notas do Tesouro dos Estados Unidos	7,070	8.18	4.21
Títulos de entidades governamentais e não-governamentais dos Estados Unidos	336,165	0.46	1.94
Instituições financeiras e títulos corporativos (incluem papéis comerciais de US\$353,076 e certificados de depósito de US\$244,197)	1,234,517	0.89	6.11
	<u>1,577,752</u>	<u>0.83</u>	<u>5.25</u>

Os títulos negociáveis incluem perdas líquidas não realizadas de US\$ 2,924 e US\$ 10,955 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente.

Os ganhos líquidos realizados de títulos negociáveis de US\$ 26,542 e US\$19,911 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, são incluídos na demonstração do resultado na linha Investimentos e depósitos em bancos.

A CAF coloca seus investimentos de curto prazo em diversas instituições financeiras e limita o valor de risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a CAF não possui concentrações significativas de risco de crédito. O total de títulos negociáveis inclui US\$ 17,165 e US\$ 36,121 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, em outras moedas.

4. CARTEIRA DE CRÉDITOS

Incluem empréstimos de curto, médio e longo prazos para financiar projetos, capital de giro e atividades comerciais. A maioria dos contratos de empréstimo tem sido inscrita com os países acionistas das Séries "A" e "B" ou com instituições privadas ou empresas desses países.

A carteira de créditos se resume da seguinte maneira:

	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2009 -							
Empréstimos	1,157,668	1,688,710	2,051,732	1,864,529	1,765,088	3,152,384	11,680,111
Ajustes a valor justo das atividades de "hedge"							6,578
Saldo de empréstimos							<u>11,686,689</u>
Em 31 de dezembro de 2008 -							
Empréstimos	1,102,063	1,705,282	2,017,638	1,769,725	1,535,146	2,052,253	10,182,107
Ajustes a valor justo das atividades e "hedge"							1,961
Saldo de empréstimos							<u>10,184,068</u>

Ajustes a valor justo para o valor contábil dos empréstimos representam ajustes ao valor contábil das operações designadas pelo valor justo de cobertura dos "hedges" relacionados.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os empréstimos em outras moedas foram concedidos pelo equivalente a US\$35,771 e US\$24,211, respectivamente, principalmente em novos soles peruanos e pesos colombianos. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os empréstimos incluíam taxa de juros fixa de US\$72,097 e US\$ 49,697, respectivamente.

A composição da carteira de empréstimos e o rendimento médio dos empréstimos desembolsados e pendentes estão resumidos da seguinte maneira:

	31 de dezembro			
	2009		2008	
	Saldo	Média rendimento (%)	Saldo	Média rendimento (%)
Empréstimos	11,680,111	2.59	10,182,107	4.97

Empréstimos por segmento de indústria:

	31 de dezembro			
	2009	%	2008	%
Agricultura, caça e silvicultura	78,116	1	91,098	1
Exploração de minas e pedreiras	43,000	1	70,000	1
Manufatureira	261,378	2	415,682	4
Fornecimento de energia, gás e água	2,960,953	25	2,001,991	20
Transporte, armazenagem e comunicações	3,660,135	31	3,200,520	31
Bancos comerciais	1,500,080	13	1,456,687	14
Bancos de desenvolvimento	138,465	1	135,037	1
Programas sociais e outros programas de infraestrutura	3,031,127	26	2,802,229	28
Outras atividades	6,857	0	8,863	0
	11,680,111	100	10,182,107	100

Vencimento dos empréstimos:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Vencimentos remanescentes -		
Menos de um ano	2,277,403	2,209,408
Entre um e dois anos	1,088,676	970,560
Entre dois e três anos	1,126,905	962,227
Entre três e quatro anos	1,078,578	938,324
Entre quatro e cinco anos	943,399	899,844
Mais de cinco anos	5,165,150	4,201,744
	11,680,111	10,182,107

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, todos os empréstimos estavam registrados como vigentes.

Compra de Carteira de Créditos

Durante 2009, a CAF realizou operações relacionadas com a aquisição de empréstimos no montante de US\$65,000.

Venda de Carteira de Créditos

Durante 2008, a Corporação recebeu recursos de bancos comerciais no valor de US\$50,000, para os empréstimos que foram vendidos pela Corporação aos bancos sem recurso. Essas participações são administradas pela Corporação em nome dos participantes.

A/B Empréstimos

A Corporação administra participações em empréstimos fornecidos aos clientes e assume o risco de crédito apenas para essa parcela do empréstimo de propriedade da Corporação. No fim do ano 2008, a Corporação administrou empréstimos dessa natureza em que outras instituições financeiras proveram fundos no valor de US\$450,000.

Provisão para possíveis perdas de crédito

Movimentação da provisão para perdas:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Saldo inicial	143,167	168,257
Crédito no resultado das operações	(1,656)	(22,970)
Recuperações	2,400	1,880
Perdas definitivas de crédito	-	(4,000)
Saldo final	143,911	143,167

5. INVESTIMENTOS

Os investimentos, que não têm valor de mercado, são os seguintes:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Investimentos diretos avaliados ao custo	9,184	9,262
Investimentos diretos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	31,077	32,153
Fundos de investimento avaliados ao custo	23,764	16,688
Fundos de investimento avaliados pelo método de equivalência patrimonial	21,457	16,963
	85,482	75,066

A Corporação registrou perda referente ao valor recuperável dos ativos de US\$1,157 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, relativa a investimentos registrados ao custo.

6. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

Imobilizado por grupo de ativos:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Terrenos	16,650	14,069
Imóveis	20,412	18,856
Benfeitorias a imóveis	15,010	15,400
Móveis e utensílios	11,842	10,591
Veículos	472	450
	64,386	59,366
Menos depreciação acumulada	36,312	35,317
	28,074	24,049

7. OUTROS ATIVOS

Outros ativos por grupo:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Ativos intangíveis, líquidos	6,024	5,616
Diferidos, líquidos	19,701	23,227
Outros ativos	3,301	2,530
	29,026	31,373

8. DEPÓSITOS

Os depósitos recebidos pela Corporação de US\$2,650,706 em 31 de dezembro de 2009 têm vencimento em 2010 (US\$2,773,119 em 31 de dezembro de 2008 - vencimento em 2009). Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as taxas de juros dos depósitos variaram de 0.10% a 2.06% e de 0.10% a 4.50%, respectivamente. Os depósitos totais incluem US\$27,460 e US\$46,882, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, em outras moedas.

9. PAPÉIS COMERCIAIS

Os papéis comerciais da Corporação de US\$1,265,417, em 31 de dezembro de 2009 têm vencimento em 2010 (US\$663,934 em 31 de dezembro de 2008 - vencimento em 2009). Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as taxas de juros variaram de 0.12% a 1.89% e de 0.47% a 3.12%, respectivamente. O total inclui US\$69,502, em 31 de dezembro de 2008, em outras moedas.

10. TÍTULOS DE RENDA FIXA

O detalhamento dos títulos é o seguinte:

	31 de dezembro					
	2009			2008		
	Saldo do principal		Custo médio ponderado, depois do swaps (%) (Final do ano)	Saldo do principal		Custo médio ponderado, depois do swaps (%) (Final do ano)
Ao valor original da taxa de câmbio	À taxa corrente de câmbio	Ao valor original da taxa de câmbio		À taxa corrente de câmbio		
Dólares dos Estados Unidos	3,427,798	3,427,798	2.79	2,582,094	2,582,094	3.94
Euros	369,357	412,268	0.92	711,723	904,765	3.35
Ienes	448,359	540,272	1.73	336,402	441,258	2.48
Pesos colombianos	305,353	369,563	2.37	210,434	229,798	3.46
Bolívares venezuelanos	209,302	209,302	-0.53	209,302	209,566	1.77
Franco suíços	193,836	192,456	2.64	194,903	187,908	4.84
Pesos mexicanos	145,223	119,002	1.16	145,223	111,925	3.47
Novos soles peruanos	125,748	135,795	1.43	75,748	79,121	3.49
Libras esterlinas	63,440	64,993	3.07	63,410	58,555	5.11
	<u>5,288,416</u>	<u>5,471,449</u>		<u>4,529,239</u>	<u>4,804,990</u>	
Ajustes a valor justo das atividades de "hedge"		227,770			341,824	
Saldo dos títulos		<u>5,699,219</u>			<u>5,146,814</u>	

Ajustes ao valor justo para o valor contábil dos títulos representam ajustes para o valor contábil das transações designadas ao valor justo dos "hedges".

Vencimento dos títulos:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Vencimento remanescente -		
Menos de um ano	447,047	476,052
Entre um e dois anos	767,904	447,419
Entre dois e três anos	739,021	762,124
Entre três e quatro anos	749,721	751,255
Entre quatro e cinco anos	204,074	760,680
Mais de cinco anos	2,380,949	1,331,709
	<u>5,288,416</u>	<u>4,529,239</u>

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a taxa de juros fixa dos títulos de renda fixa montava a US\$4,426,606 e US\$3,548,769, respectivamente, dos quais US\$935,936 e US\$1,106,203, respectivamente, são denominados em ienes, euros, libras esterlinas, franco suíços, pesos colombianos e novos soles peruanos.

11. EMPRÉSTIMOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Uma análise de empréstimos e outras obrigações e seu custo médio ponderado é como segue:

	31 de dezembro					
	2009			2008		
	Saldo do principal		Custo médio ponderado, depois do swaps (%) (Final do ano)	Saldo do principal		Custo médio ponderado, depois do swaps (%) (Final do ano)
Ao valor original da taxa de câmbio	À taxa corrente de câmbio	Ao valor original da taxa de câmbio		À taxa corrente de câmbio		
Dólares dos Estados Unidos	775,360	775,360	0.98	678,204	678,204	3.27
Novos soles peruanos (à taxa corrente)	13,891	13,891	7.24	4,300	4,300	8.18
Outras moedas (à taxa corrente)	1,661	1,661	-	1,519	1,519	-
	<u>790,912</u>	<u>790,912</u>		<u>684,023</u>	<u>684,023</u>	
Ajustes a valor justo das atividades de "hedge"		[2,445]			-	
Empréstimos e outras obrigações		<u>788,467</u>			<u>684,023</u>	

Ajustes do valor justo para o valor contábil de empréstimos e outras obrigações representam ajustes ao valor contábil das operações designadas pelo valor justo de atividades de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, existem empréstimos e outras obrigações a taxas de juros fixas por US\$20,582 e US\$11,342, respectivamente.

Empréstimos e outras obrigações, por vencimentos remanescentes, são resumidos a seguir:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Vencimento remanescente -		
Menos que um ano	128,936	147,881
Entre um e dois anos	142,046	120,589
Entre dois e três anos	108,598	132,268
Entre três e quatro anos	90,593	50,649
Entre quatro e cinco anos	56,832	85,101
Mais de cinco anos	263,907	147,535
	<u>790,912</u>	<u>684,023</u>

Alguns acordos de empréstimos contêm cláusulas restritivas condicionando à utilização dos fundos para fins específicos ou projetos.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, existiam créditos aprovados e não utilizados nos valores de US\$117,300 e US\$122,500, respectivamente.

12. DESPESAS ACUMULADAS E OUTROS PASSIVOS

Resumo de despesas acumuladas e outros passivos:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Provisão para indenização de funcionários, benefícios e planos	48,139	51,145
Outros passivos	5,088	3,552
	<u>53,227</u>	<u>54,697</u>

13. PLANO DE PENÇÕES

A Corporação criou, em março de 2005, um plano de pensões de benefício definido ("o Plano"), que é obrigatório para todos os novos empregados a partir da data de sua implementação e facultativo para todos os outros empregados. O Plano é de contribuição e os benefícios são baseados em anos de serviço e salário médio do trabalhador para os três anos consecutivos de serviço com o salário mais alto. Os empregados fazem contribuições mensais ao Plano iguais a 7% de seu salário. Voluntários participantes devem contribuir para o Plano de certos benefícios retidos. Em 31 de dezembro de 2009, o Plano tinha 173 participantes.

A data de medição utilizada para determinar os benefícios de previdência é 31 de dezembro de cada ano.

Obrigações com o plano de pensão e ativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 são como segue:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Obrigações com plano de pensão	2,060	1,219
Ativos	<u>2,060</u>	<u>1,219</u>

A média ponderada das premissas atuariais usadas para determinar o custo dos benefícios líquidos do Plano desde seu início até o 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é a seguinte:

Taxa de desconto	4%
Taxa de retorno de longo prazo esperada dos ativos do Plano	4%
Taxa de aumento de salários	3%

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Autorizado

O capital autorizado da Corporação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 monta a US\$10.000.000, distribuído entre as ações das Séries "A", "B" e "C".

Capital de Garantia

O pagamento do capital subscrito de garantia será exigível, conforme necessário, com aprovação prévia do Conselho de Administração, a fim de cumprir as obrigações financeiras da Corporação, quando os recursos internos forem insuficientes.

Ações

As ações da Corporação são classificadas como segue:

Ações Série "A": subscritas por governos ou instituições do setor público, entidades semipúblicas ou privadas, com finalidade social ou pública de: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Essas ações garantem o direito de representação no Conselho da Corporação de um diretor principal e um diretor suplente por ação. As ações Série "A" têm valor nominal de US\$1,200.

Ações Série "B": subscritas por governos ou instituições do setor público, entidades semipúblicas ou privadas e bancos comerciais de: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Essas ações garantem o direito de representação no Conselho da Corporação de um diretor principal e um diretor suplente. Além disso, os bancos comerciais têm direito a um diretor principal e um diretor suplente no Conselho. As ações Série "B" têm valor nominal de US\$5.

Ações Série "C": subscritas por entidades legais ou indivíduos pertencentes a outros países além de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Essas ações preveem a representação no Conselho de Diretores da Corporação de dois diretores principais e respectivos suplentes, eleitos pelos detentores dessas ações. As ações Série "C" têm valor nominal de US\$5.

A seguir, detalhe do movimento do capital subscrito e pago durante os anos findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	Número de ações			Montantes			
	Série "A"	Série "B"	Série "C"	Série "A"	Série "B"	Série "C"	Total
Em 31 de dezembro de 2007	5	351,546	50,204	6,000	1,757,730	251,020	2,014,750
Dividendo em ações	-	14,103	2,001	-	70,515	10,005	80,520
Aumento de capital	-	622	15,610	-	3,110	78,050	81,160
Em 31 de dezembro de 2008	5	366,271	67,815	6,000	1,831,355	339,075	2,176,430
Dividendo em ações	-	15,972	4,044	-	79,860	20,220	100,080
Aumento de capital	-	583	41,244	-	2,915	206,220	209,135
Em 31 de dezembro de 2009	5	382,826	113,103	6,000	1,914,130	565,515	2,485,645

O capital social integralizado é detido como segue em 31 de dezembro de 2009:

Acionista	Número de ações			Montantes			
	Série "A"	Série "B"	Série "C"	Série "A"	Série "B"	Série "C"	Total
Bolívia	1	30.131	-	1.200	150.655	-	151.855
Colômbia	1	107.453	-	1.200	537.265	-	538.465
Equador	1	30.377	-	1.200	151.885	-	153.085
Peru	1	107.280	-	1.200	536.400	-	537.600
Venezuela	1	107.278	-	1.200	536.390	-	537.590
Argentina	-	-	34.149	-	-	170.745	170.745
Brasil	-	-	31.341	-	-	156.705	156.705
Chile	-	-	4.461	-	-	22.305	22.305
Costa Rica	-	-	2.649	-	-	13.245	13.245
Espanha	-	-	12.572	-	-	62.860	62.860
Jamaica	-	-	147	-	-	735	735
México	-	-	3.796	-	-	18.980	18.980
Panamá	-	-	6.009	-	-	30.045	30.045
Paraguai	-	-	2.531	-	-	12.655	12.655
República Dominicana	-	-	4.699	-	-	23.495	23.495
Trindade & Tobago	-	-	307	-	-	1.535	1.535
Uruguai	-	-	10.442	-	-	52.210	52.210
Bancos comerciais	-	307	-	-	1.535	-	1.535
	5	382.826	113.103	6.000	1.914.130	565.515	2.485.645

Em 31 de dezembro de 2009, a distribuição do capital subscrito e não integralizado e do capital de garantia está apresentada como segue:

Acionista	Capital subscrito e ainda devido				Capital de garantia			
	Série "B"		Série "C"		Série "B"		Série "C"	
	Número de ações	Montante	Número de ações	Montante	Número de ações	Montante	Número de ações	Montante
Bolívia	-	-	-	-	14,400	72,000	-	-
Colômbia	838	4,190	-	-	50,400	252,000	-	-
Equador	-	-	-	-	14,400	72,000	-	-
Peru	-	-	-	-	50,400	252,000	-	-
Venezuela	-	-	-	-	50,400	252,000	-	-
Argentina	-	-	17,273	86,365	-	-	-	-
Brasil	-	-	17,623	88,115	-	-	25,200	126,000
Chile	-	-	-	-	-	-	800	4,000
Espanha	-	-	-	-	-	-	40,000	200,000
México	-	-	-	-	-	-	1,600	8,000
Panamá	-	-	8,481	42,405	-	-	-	-
Paraguai	-	-	12,296	61,480	-	-	-	-
Trindade & Tobago	-	-	283	1,415	-	-	-	-
Uruguai	-	-	8,115	40,575	-	-	7,200	36,000
	838	4,190	64,071	320,355	180,000	900,000	74,800	374,000

Acionista	Número de ações			Montantes			
	Série "A"	Série "B"	Série "C"	Série "A"	Série "B"	Série "C"	Total
Bolívia	1	28,866	-	1,200	144,330	-	145,530
Colômbia	1	102,420	-	1,200	512,100	-	513,300
Equador	1	29,102	-	1,200	145,510	-	146,710
Peru	1	102,801	-	1,200	514,005	-	515,205
Venezuela	1	102,799	-	1,200	513,995	-	515,195
Argentina	-	-	17,481	-	-	87,405	87,405
Brasil	-	-	13,020	-	-	65,100	65,100
Chile	-	-	4,276	-	-	21,380	21,380
Costa Rica	-	-	2,539	-	-	12,695	12,695
Espanha	-	-	12,049	-	-	60,245	60,245
Jamaica	-	-	141	-	-	705	705
México	-	-	3,638	-	-	18,190	18,190
Panamá	-	-	3,566	-	-	17,830	17,830
Paraguai	-	-	1,410	-	-	7,050	7,050
República Dominicana	-	-	3,448	-	-	17,240	17,240
Trindade & Tobago	-	-	160	-	-	800	800
Uruguai	-	-	6,087	-	-	30,435	30,435
Bancos comerciais	-	283	-	-	1,415	-	1,415
	5	366,271	67,815	6,000	1,831,355	339,075	2,176,430

Em 31 de dezembro de 2008, a distribuição do capital subscrito e não integralizado e do capital de garantia está apresentada como segue:

Accionista	Capital subscrito e ainda devido				Capital de garantia			
	Série "B"		Série "C"		Série "B"		Série "C"	
	Número de ações	Montante	Número de ações	Montante	Número de ações	Montante	Número de ações	Montante
Bolívia	-	-	-	-	14,400	72,000	-	-
Colômbia	-	-	-	-	50,400	252,000	-	-
Equador	-	-	-	-	14,400	72,000	-	-
Peru	-	-	-	-	50,400	252,000	-	-
Venezuela	-	-	-	-	50,400	252,000	-	-
Argentina	-	-	33,182	165,910	-	-	-	-
Brasil	-	-	35,378	176,890	-	-	-	-
Chile	-	-	-	-	-	-	800	4,000
Espanha	-	-	-	-	-	-	40,000	200,000
México	-	-	-	-	-	-	1,600	8,000
Panamá	-	-	10,769	53,845	-	-	-	-
Dominican Republic	-	-	1,102	5,510	-	-	-	-
Uruguai	-	-	8,333	41,665	-	-	-	-
	-	-	88,764	443,820	180,000	900,000	42,400	212,000

Reserva Geral

A reserva geral foi criada para cobrir possíveis contingências. Os acionistas decidiram aumentar a reserva para US\$210,335 e US\$268,249 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, pelas apropriações do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente.

Reservas nos Termos do Artigo 42 dos Estatutos

Os estatutos da Corporação estabelecem que pelo menos 10% do lucro líquido anual deve ser atribuído a um fundo de reserva até que o fundo monte a 50% do capital subscrito. Atribuições adicionais para cada ano poderão ser aprovadas pelos acionistas. Nas reuniões dos acionistas realizadas em março de 2009 e de 2008, foi autorizado o aumento da reserva para US\$31,139 e US\$40,100, da renda líquida dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente.

15. DISTRIBUIÇÃO DE UTILIDADES AOS FUNDOS DOS ACIONISTAS

A Assembléia distribuiu uma parte dos lucros líquidos a fundos especiais, criados para promover a co-operação técnica, o desenvolvimento humano sustentável e a gestão de fundos para alívio da pobreza nos países acionistas.

Em março de 2009 e de 2008, os acionistas concordaram em distribuir US\$70,000 e US\$92,450, a partir de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente, aos fundos dos acionistas.

16. ISENÇÕES FISCAIS

A Corporação está isenta de todos os impostos sobre a renda, imóveis e outros bens. Também é isenta de responsabilidade quanto ao pagamento, à retenção ou à cobrança de qualquer outro imposto ou taxa.

17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE "HEDGE"

A Corporação procura compatibilizar os vencimentos de suas obrigações com os vencimentos de sua carteira de empréstimos. A Corporação utiliza instrumentos financeiros derivativos para reduzir a exposição ao risco de taxa de juros e ao risco cambial. A Corporação não mantém nem emite instrumentos financeiros derivativos para fins comerciais ou especulativos.

Com o uso de instrumentos financeiros derivativos para "hedge" de exposições a mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio, a Corporação se expõe ao risco de crédito e ao risco de mercado. O risco de crédito é a falha da contraparte em cumprir os termos do contrato de derivativo. Quando o valor justo de um contrato de derivativo é positivo, a contraparte deve à Corporação, o que cria risco de crédito para a Corporação. Quando o valor justo de um contrato de derivativo é negativo, a Corporação deve

à contraparte e, portanto, não há risco de crédito. A Corporação minimiza o risco de crédito em instrumentos derivativos por realizar transações com contrapartes de alta qualidade, cujo "rating" de crédito é "A" ou superior.

O risco de mercado associado à taxa de juros e risco cambial é gerido pela troca de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros fixas e denominados em moeda estrangeira em instrumentos de taxa de juros flutuantes em dólares dos Estados Unidos. A Corporação contrata instrumentos derivativos com características de risco de mercado que se espera mudar na forma que irá compensar a mudança econômica no valor dos empréstimos, dos títulos e de outras obrigações especificamente identificados. Os contratos de derivativos realizados pela Corporação consistem em taxa de juros e de moedas e são designados como "hedge" de valor justo de empréstimos especificamente identificados, títulos ou empréstimos e outras obrigações com taxas de juros fixas ou exposição cambial a outras moedas diferentes ao dólar dos estados Unidos.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal e os valores razoáveis dos "swaps" de taxas de juros e dos "swaps" de moeda em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	Valor nominal		Valor justo	
	Swap de taxa de juros	Swap de moedas	Derivativos ativos	Derivativos passivos
Em 31 de dezembro de 2009 -				
Títulos	3,302,318	-	169,932	-
Títulos	-	1,860,619	266,813	38,371
Empréstimos	-	21,880	-	4,107
Empréstimos	33,000	-	-	213
Empréstimos e outras obrigações	140,000	-	-	2,445
	<u>3,475,318</u>	<u>1,882,499</u>	<u>436,745</u>	<u>45,136</u>
Em 31 de dezembro de 2008 -				
Títulos	2,367,000	-	279,104	-
Títulos	-	1,946,207	389,762	46,964
Outros investimentos	-	13,815	1,284	-
Empréstimos	-	19,868	396	1,680
Debêntures	-	64,128	5,640	-
Adiantamentos e empréstimos de curto prazo	-	114,621	-	10,378
	<u>2,367,000</u>	<u>2,158,639</u>	<u>676,186</u>	<u>59,022</u>

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, todos os derivativos da Corporação que foram designados em relacionamento de cobertura foram considerados como "hedge" a valor justo. A mudança no valor justo desses instrumentos derivativos e a alteração no valor justo do elemento coberto atribuível ao risco coberto são incluídas na demonstração do resultado do exercício.

18. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

O SFAS Nº 157 (codificado em ASC 820) estabelece uma única definição de valor, estabelece um quadro para a mensuração do valor justo e oferece uma estrutura hierarquizada de divulgação de ativos e passivos avaliados ao valor justo. A adoção do ASC 820 não teve nenhum impacto na posição financeira da Corporação nem no resultado de suas operações. A seguir estão apresentadas informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos registrados no balanço da Corporação pelo seu valor justo em uma base regular e os ativos e passivos registrados no balanço da Corporação pelo seu valor justo em uma base não recorrente.

Determinação do Valor Justo

Na seção seguinte estão descritas as metodologias de avaliação utilizadas pela Corporação para medir distintos instrumentos financeiros pelo valor justo, incluindo uma indicação do nível na hierarquia de valor justo em que cada instrumento é geralmente classificado. Sempre que necessário, a descrição inclui detalhes dos modelos de avaliação e os fatores-chave para esses modelos, bem como quaisquer pressupostos significativos.

Quando disponíveis, a Corporação geralmente utiliza preços cotados de mercado para determinar o valor justo e classifica as respectivas operações no Nível 1. Em alguns casos, se um preço de mercado não está disponível, a Corporação usa expedientes práticos aceitáveis (tais como matriz de fixação de preços) para calcular o valor justo, caso em que as operações são classificados no Nível 2.

Se os preços cotados de mercado não estiverem disponíveis, o valor justo é baseado em técnicas de avaliação desenvolvidas internamente que utilizam, sempre que possível, fontes baseadas no mercado atual ou fonte independente de parâmetros de mercados tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc. Itens valorizados usando essas técnicas de avaliação desenvolvidas internamente são classificados de acordo com nível mais baixo de informação ou do valor indutor que seja significativo para a avaliação. Assim, um item pode ser classificado no Nível 3, embora possa haver alguns dados que sejam facilmente observáveis.

Quando disponíveis, a Corporação também poderá fazer uso de preços cotados para a atividade comercial recente em posições com as mesmas características ou características similares às que estão sendo avaliadas. A frequência e o tamanho das operações e o montante das margens entre os preços de compra e venda estão entre os fatores considerados na determinação da liquidez dos mercados e da importância de preços observados a partir desses mercados. Se os preços relevantes e observáveis estiverem disponíveis, essas avaliações são classificadas como Nível 2. Se os preços não estiverem disponíveis, outras técnicas de avaliação devem ser utilizadas e os itens classificados como de Nível 3.

- *Valores mobiliários negociáveis:* a Corporação utiliza os preços de cotação de mercado para determinar o valor razoável dos valores comerciais e aquelas transações são classificadas no Nível 1 da hierarquia de valor razoável. Os valores negociáveis incluem investimentos em obrigações do tesouro dos Estados Unidos, ações corporativas, obrigações de instituições financeiras e corporativas privadas.
- *Carteira de créditos:* O valor justo de empréstimos de taxa fixa, que são cobertos com operações de derivativos, é determinado através da taxa atual de juros variável para empréstimos semelhantes. Operações de crédito são classificadas no Nível 2 da hierarquia de valor justo.
- *Derivativos ativos e passivos:* As operações com derivativos contratados e designados pela Corporação como "hedge" dos riscos relacionados a taxas de juros, taxas de câmbio ou ambas para operações registradas como ativos ou passivos financeiros são apresentadas ao valor justo. Nesses casos, o valor justo é calculado utilizando-se dos preços de mercado dados pelas contrapartes. As operações com derivativos são classificadas no Nível 2 da hierarquia de valor justo.
- *Títulos, empréstimos e outras obrigações:* Para títulos emitidos e empréstimos de médio e longo prazo da Corporação que são cobertos com operações de derivativos, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação interna, como desconto dos fluxos de caixa esperados, usando taxas de desconto apropriadas para o prazo aplicável, refletindo a flutuação das variáveis de "hedge", como juros e câmbio. Essas operações são geralmente classificadas no Nível 2 da hierarquia do valor justo em virtude da observação de dados importantes para o modelo.

Instrumentos Mensurados pelo Valor Justo em Base Recorrente

Nas tabelas a seguir estão apresentados cada um dos níveis hierárquicos de valor justo dos ativos e passivos da Corporação mensurados pelo valor justo em base recorrente em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo líquido
Em 31 de dezembro de 2009 -				
Ativos -				
Títulos e valores mobiliários negociáveis	2,214,254	-	-	2,214,254
Carteira de créditos	-	61,458	-	61,458
Instrumentos derivativos	-	436,745	-	436,745
	<u>2,214,254</u>	<u>498,203</u>	<u>-</u>	<u>2,712,457</u>
Passivos -				
Títulos	-	5,588,862	-	5,588,862
Empréstimos e outras obrigações	-	137,555	-	137,555
Instrumentos derivativos	-	45,136	-	45,136
	<u>-</u>	<u>5,771,553</u>	<u>-</u>	<u>5,771,553</u>
Em 31 de dezembro de 2008 -				
Ativos -				
Títulos e valores mobiliários negociáveis	1,577,752	-	-	1,577,752
Carteira de créditos	-	21,829	-	21,829
Instrumentos derivativos	-	676,186	-	676,186
	<u>1,577,752</u>	<u>698,015</u>	<u>-</u>	<u>2,275,767</u>
Passivos -				
Títulos	-	4,930,784	-	4,930,784
Instrumentos derivativos	-	59,022	-	59,022
	<u>-</u>	<u>4,989,806</u>	<u>-</u>	<u>4,989,806</u>

Instrumentos Avaliados ao Valor Justo em Base Não Recorrente

Os investimentos de capital inicialmente registrados ao custo são mensurados pelo valor justo em base não recorrente e, portanto, não estão incluídas nas tabelas anteriores. Os investimentos de capital com um custo de US\$32,948 e US\$25,950 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, foram baixados a seu valor justo de US\$32,948 e US\$24,793, respectivamente, resultando em uma depreciação de US\$1,157 durante 2008, que foi incluída na demonstração do resultado. Tais investimentos são classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. O valor justo dos investimentos de capital é determinado com base na análise financeira das investidas ou fundos de investimento.

19. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com o SFAS N° 107 (codificado em ASC 825), a Corporação também estimou o valor justo de todos os instrumentos financeiros no seu balanço, incluindo os instrumentos financeiros avaliados ao custo, conforme apresentado na tabela adiante. As estimativas de valor justo, os métodos e os pressupostos estabelecidos a seguir para os instrumentos financeiros da Corporação são feitos apenas para cumprir as exigências do SFAS N° 107 (codificado em ASC 820) e devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras.

A seguir, um resumo do valor contábil e do valor justo estimado dos instrumentos financeiros da Corporação, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	31 de dezembro			
	2009		2008	
	Saldo contábil	Valor razoável	Saldo contábil	Valor razoável
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	29,906	29,906	152,801	152,801
Depósitos em bancos	1,237,863	1,237,863	1,333,635	1,333,635
Valores mobiliários negociáveis	2,214,254	2,214,254	1,577,752	1,577,752
Outros investimentos	203,361	203,361	156,380	156,380
Carteira de créditos, líquida	11,486,653	11,492,618	9,989,542	9,996,394
Investimentos	85,482	85,482	75,066	75,066
Juros e comissões a receber	135,705	135,705	195,237	195,237
Instrumentos derivativos	436,745	436,745	676,186	676,186
Passivos financeiros				
Depósitos	2,650,706	2,650,706	2,773,119	2,773,119
Papéis comerciais	1,265,417	1,265,417	663,934	663,934
Adiantamentos e empréstimos de curto prazo	-	-	138,495	138,495
Títulos	5,699,219	5,701,764	5,146,814	5,209,957
Empréstimos e outras obrigações	788,467	789,463	684,023	684,619
Instrumentos derivativos	45,136	45,136	59,022	59,022
Juros acumulados a pagar	98,093	98,093	138,004	138,004

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados pelo valor justo conforme o SFAS N° 157 (codificado em ASC 820):

- *Caixa e bancos, depósitos em bancos, juros e comissões a receber, outros investimentos, depósitos, papéis comerciais, adiantamentos e empréstimos de curto prazo e juros a pagar:* Os valores contábeis aproximam-se do valor justo devido ao curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- *Carteira de créditos:* A Corporação é uma das poucas instituições que oferecem empréstimos para o desenvolvimento dos países acionistas. Um mercado secundário não existe para o tipo de empréstimos concedidos pela Corporação. Como as taxas de empréstimos são a taxa variável e os compromissos de empréstimo são repostos em base semestral, o valor contábil, ajustado para risco de crédito, foi determinado como a melhor estimativa do valor justo. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa é determinado usando a atual taxa de juros variável para empréstimos semelhantes.
- *Investimento de capital:* O valor justo dos investimentos de capital é determinado com base nas demonstrações financeiras das investidas ou fundos, ou com base em uma análise financeira da situação das investidas.

Para informações adicionais sobre a determinação do valor justo da Corporação, incluindo instrumentos contabilizados pelo valor justo conforme o SFAS N° 157 (codificado em ASC 820), ver nota explicativa N° 18.

20. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Compromissos e contingências incluem:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Contratos de crédito subscritos	3,056,384	2,610,482
Linhas de crédito	2,535,552	2,756,182
Cartas de crédito	2,241	10,508
Garantias	183,211	148,859

Esses compromissos e contingências resultam do curso normal dos negócios da Corporação e estão relacionados principalmente aos empréstimos e equivalentes de empréstimo aprovados ou autorizados para desembolso.

No curso normal de seus negócios, a Corporação assumiu compromissos para conceder créditos; esses instrumentos financeiros são registrados como compromissos assumidos com a assinatura do contrato correspondente e são registrados nas demonstrações financeiras quando os desembolsos são feitos.

Os contratos para concessão de crédito têm datas fixas de vencimento e em alguns casos terminam sem que haja desembolsos. Também com base na experiência, uma parte dos desembolsos é feita até dois anos após a assinatura do contrato. Por tanto, o valor total do compromisso não representa, obrigatoriamente, necessidades de fluxos de caixa futuro.

No caso de linhas de crédito não serem utilizadas, a Corporação não incorre em nenhum custo adicional.

Vencimento das garantias:

	31 de dezembro	
	2009	2008
Menos de um ano	51,000	-
Mais de cinco anos	132,211	148,859
	183,211	148,859

As garantias resultam do curso normal dos negócios da Corporação e geralmente assumem a forma de garantias parciais para os clientes da CAF, como um reforço de crédito para as suas responsabilidades, bem como garantias a terceiros em nome dos clientes da Corporação.

21. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS

A CAF, como uma instituição financeira multilateral, atua como gestor de fundos para vários projetos financiados por terceiros e pelos próprios acionistas da CAF. Esses fundos de acionistas são financiados através de distribuições, feitas a cada ano pelos acionistas, da renda líquida da CAF do ano anterior. As demonstrações financeiras dos fundos são anualmente auditadas por firmas de auditores independentes.

Em conexão com as operações realizadas pelos fundos, a responsabilidade financeira da CAF é limitada ao saldo do fundo, menos os compromissos contraídos. Visto que a CAF não mantém interesse residual nesses fundos, não é esperada a geração de benefícios econômicos para distribuição futura. Esses fundos não fazem parte das contas da CAF.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os ativos líquidos dos fundos administrados montam US\$374,17 milhões e US\$350,06 milhões, respectivamente.

22. TRADUÇÃO EM PORTUGUÊS

Estas demonstrações financeiras foram emitidas originalmente em espanhol e traduzidas em português e são apresentadas com base em princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO

Assembléia de Acionistas¹

A Assembléia de Acionistas é o órgão supremo da CAF e pode se reunir em sessão Ordinária – uma vez por ano, dentro dos noventa dias seguintes ao término do exercício anual – ou Extraordinária, de acordo com o material em questão. A Assembléia é composta pelos acionistas das séries A, B e C. A Assembléia aprova o informe anual do Diretório, as demonstrações financeiras devidamente auditadas e determina o destino dos lucros aferidos pela CAF. Além disso, elege os membros do Diretório de acordo com as normas previstas no Convênio Constitutivo, designa os auditores externos e toma conhecimento de qualquer outro assunto que lhe seja submetido.

Diretório²

O Diretório é composto pelos representantes dos acionistas das séries A, B e C. Ele estabelece as políticas da CAF, nomeia o Presidente Executivo, aprova as operações de crédito, o orçamento anual de gastos, outorga garantias ou investimentos e qualquer outra operação que esteja dentro dos objetivos da CAF. A aprovação de certas operações é delegada ao Comitê Executivo ou ao Presidente Executivo, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Diretório.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo foi criado pelo Diretório em 1971. É integrado por diretores designados pelos acionistas das séries A, B e C e presidido pelo Presidente Executivo. Corresponde ao Comitê Executivo decidir a aprovação de operações financeiras que não excedam os limites estabelecidos pelo Diretório.

Comitê de Auditoria³

O Comitê de Auditoria foi criado pelo Diretório em julho de 1996. É integrado pelo Presidente do Diretório, que o preside, assim como por diretores eleitos pelo Diretório, por um período de dois anos, e pelo Presidente Executivo da CAF. É função deste Comitê recomendar a seleção e contratação de auditores externos; tomar conhecimento de seu plano anual de trabalho; revisar o informe anual e as demonstrações financeiras da Instituição, com o respectivo parecer dos auditores externos, antes de serem apresentados ao Diretório e à Assembléia de Acionistas; tomar conhecimento dos informes apresentados pela Auditoria Interna sobre os principais assuntos relacionados à vigência da estrutura do sistema de controle interno e tomar conhecimento do programa anual para a administração e controle de risco de carteira e investimentos e do informe anual de execução desse programa.

Presidente Executivo

O Presidente Executivo é o representante legal da CAF. Exerce a direção geral e a administração da Instituição e tem sob sua responsabilidade todo assunto que não esteja especificamente confiado a algum outro órgão. Além disso, é o responsável por aprovar os planos estratégicos para países e setores, as estruturas e os processos institucionais que correspondam a seu nível de autoridade e as operações financeiras realizadas pela CAF nos valores dentro do limite delegado pelo Diretório. Conta com um Conselho Consultivo integrado por especialistas da comunidade econômica, financeira e de negócios da região, cuja principal função é apoiar o Presidente Executivo na análise dos objetivos estratégicos da CAF. O Presidente Executivo permanece nesta função por cinco anos, podendo ser reeleito.

¹ Em 17 de março de 2009 foi realizada a XL reunião da Assembléia Ordinária de Acionistas e a XII Assembléia Extraordinária de Acionistas.

² Em 2009 foram realizadas três reuniões de Diretório:
17 de março (CXXXIV Diretório);
18 de agosto (CXXXV Diretório)
e 8 de dezembro (CXXXVI Diretório).

³ Em 16 de março de 2009 foi realizado o XVI Comitê de Auditoria.

COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO

(em 31 de dezembro de 2009)

Presidente do Diretório (período 2009-2010)¹

Alí Rodríguez Araque

Ministro do Poder Popular para Economia e Finanças

AÇÕES SÉRIE A

Bolívia

Titular: Noel Aguirre Ledezma

Ministro de Planejamento do Desenvolvimento

Suplente: Javier Fernández Vargas

Vice-ministro de Investimento Público e

Financiamento Externo

Colômbia

Titular: Oscar Iván Zuluaga

Ministro da Fazenda e Crédito Público

Suplente: Luis Guillermo Plata

Ministro de Comércio, Indústria e Turismo

Equador

Titular: Camilo Samán Salem

Presidente do Diretório da Corporação

Financiera Nacional

Suplente: Xavier Abad Vícuña

Ministro de Indústrias e Produtividade

Peru

Titular: Mercedes Aráoz Fernández

Ministra de Economia e Finanças

Suplente: José Berley Arista Arbildo

Vice-ministro da Fazenda

Venezuela

Titular: Alí Rodríguez Araque

Ministro do Poder Popular para Economia e Finanças

Suplente: Jorge Giordani

Ministro do Poder Popular para o

Planejamento e Desenvolvimento

AÇÕES SÉRIE B

Bolívia

Titular: Luis Alberto Arce

Ministro de Economia e Finanças Públicas

Suplente: Roger Edwin Rojas Ulo

Vice-ministro do Tesouro e Crédito Público

Colômbia

Titular: José Darío Uribe

Gerente Geral do Banco de la República

Suplente: Esteban Piedrahita

Diretor Departamento Nacional de Planejamento

Equador

Titular: María Elsa Viteri

Ministra de Finanças

Suplente: Carlos Vallejo López

Presidente do Diretório do Banco Central do Equador

Peru

Titular: Alfonso Zárate Rivas

Presidente do Diretório Corporação Financiera

de Desarrollo (COFIDE)

Suplente: María Soledad Guiulfo S.

Vice-ministra de Economia

Venezuela

Titular: Eduardo Samán

Ministro do Poder Popular para o Comércio

Suplente: Alfredo Pardo Acosta

Vice-presidente Executivo do Banco

de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela

AÇÕES SÉRIE C

Argentina

Titular: Roberto José Feletti

Secretário de Política Econômica

Ministério de Economia e Finanças Públicas

Brasil

Titular: Alexandre Meira da Rosa

Secretário de Assuntos Internacionais

Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

Suplente: Guillermo Lasso Mendoza

Presidente Executivo do Banco de Guayaquil

Espanha

Suplente: Elena Salgado

Vice-presidente do Governo e Ministra

de Economia e Fazenda

Uruguai

Suplente: Mario Bergara

Presidente do Banco Central do Uruguay

BANCA

Titular: José Elías Melo Acosta

Presidente de Corficolombiana, S.A. da Colômbia

¹ Até março de 2009, o Diretório foi presidido por Luis Carranza, Ministro de Economia e Finanças do Peru.

DIRETORIA

(em 31 de dezembro de 2009)

Presidente Executivo L. Enrique García

Vice-presidente Executivo Luis Enrique Berrizbeitia

Assessor Geral Luis Sánchez Masi

Consultor Jurídico Ricardo Sigwald

Superintendente Marcelo Zalles

Diretor, Gestão de Riscos Marcia Arliani

Diretor, Auditoria Interna Martha Diez

Chefe de Escritório, Administração de Crédito Stephen Foley

Diretor, Ativos Especiais Renny López

Chefe de Escritório, Recursos Humanos José Bellido

Diretor, Operações de Recursos Humanos Corina Arroyo

Diretor, Planejamento de Recursos Humanos Leopoldo Gómez

Chefe de Escritório, Operações e Tecnologia Luiz Amato

Diretor, Controle de Operações Germán Alzate

Diretor, Tecnologia de Informação Diego Grillo

Diretor, Secretaria e Relações Exteriores Andrés Rugeles

Vice-presidente Corporativo, Estratégias de Desenvolvimento e Políticas Públicas/Economista-Chefe Leonardo Villar

Diretor, Políticas Públicas e Competitividade Germán Ríos

Diretor, Pesquisas Sócio-econômicas Pablo Sanguinetti

Diretor, Promoção de PME e Microempresas Manuel Malaret

Vice-presidente Corporativo, Programas de Países Lilliana Canale

Diretor, Programas Regionais Alexis Gómez

Diretor, Governança e Cooperação Técnica Elvira Lupo

Diretor-Representante, Argentina María Ángela Holguín

Diretor-Representante Adjunto, Argentina Rolando Terrazas

Diretor-Representante, Bolívia Emilio Uquillas

Diretor-Representante, Brasil Moira Paz

Diretor-Representante, Colômbia Víctor Traverso

Diretor-Representante, Equador Hermann Krützfeldt

Diretor-Representante, Espanha Germán Jaramillo

Diretor-Representante, Panamá Rubén Ramírez

Diretor-Representante, Peru Eleonora Silva

Vice-presidente Corporativo, Infraestrutura Antonio Juan Sosa

Diretor, Projetos Manuel Llosa

Diretor, Análise e Programação Setorial Francisco Wulff

Vice-presidente Corporativo, Setor Corporativo e Financeiro Peter Vonk

Diretor, Financiamento Estruturado Carmen Elena Carbonell

Diretor, Banco Corporativo Víctor Loero

Diretor, Assessoria Financeira Ignacio Fombona

Diretor, Instituições Financeiras Félix Bergel

Vice-presidente Corporativo, Desenvolvimento Social e Ambiental José Carrera

Diretor, Desenvolvimento Social Bernardo Requena

Diretor, Meio Ambiente María Teresa Szauer

Vice-presidente Corporativo, Finanças Hugo Sarmiento

Diretor, Políticas Financeiras e Emissões Internacionais Gabriel Felpeto

Diretor, Financiamento Multilateral e de Banco Comercial Fernando Infante

Diretor, Tesouraria Alfonso Machado

Diretor, Contabilidade e Orçamento Marcos Subía

Diretor, Serviços Gerais Jaime Caycedo

PRODUTOS E SERVIÇOS

As atividades da CAF visam apoiar o desenvolvimento sustentável e a integração regional de seus países acionistas. Como fonte multilateral de recursos financeiros, a Corporação atrai fundos dos mercados internacionais para a América Latina para promover investimento e oportunidades comerciais na região.

Dessa forma, aporta recursos, geralmente não reembolsáveis, para a execução de programas especiais que vão de encontro com sua missão no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Integral. Esses fundos são destinados ao desenvolvimento sócio-econômico de seus países acionista, por meio de financiamento de operações que contribuam para melhorar a competitividade de suas economias, desenvolver infraestruturas, apoiar a integração física, promover PME, fortalecer os mercados financeiros, desenvolver capital humano e fomentar a reforma e modernização dos Estados.

A Corporação oferece produtos e serviços financeiros aos Estados acionistas e a empresas públicas, privadas e mistas, localizadas nos países membros.

Apoio ao setor privado

O setor privado tem um impacto direto como criador de riqueza, gerador de emprego e promotor de comércio e de mercados. As empresas têm um papel chave e multiplicador na educação, no conhecimento e na transferência tecnológica. A CAF promove a participação do setor privado em projetos de investimento dos setores produtivos de seus países acionistas. Além disso, estrutura projetos de integração física para incluir a participação deste setor, devido aos grandes investimentos de capital que envolve o desenvolvimento de infraestrutura nos países da América Latina. A CAF oferece assistência de forma direta, mediante garantias de cobertura parcial às obrigações dos governos nas transações subjacentes ou a uma parte do financiamento. Também oferece assessoria em matéria de governança, governança corporativa e no fomento de condutas de responsabilidade social corporativa, que requerem também a participação ativa do setor.

Os produtos e serviços oferecidos pela CAF visam fundamentalmente apoiar a execução da Agenda para o Desenvolvimento Integral e seus programas estratégicos. Entre eles está incluída uma série de instrumentos financeiros, desenhados de acordo com os requerimentos de seus clientes e as oportunidades do mercado, dentro das seguintes modalidades operativas.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos constituem o principal instrumento de financiamento da CAF. Este serviço é utilizado para apoiar projetos de investimento e atividades alinhadas com a missão da Corporação.

Empréstimos para o financiamento de projetos

Os empréstimos para o financiamento de projetos são destinados ao desenvolvimento e execução de iniciativas de viabilidade, transporte, telecomunicações, energia, água e saneamento ambiental, e a integração física e o desenvolvimento das fronteiras dos países acionistas. A CAF financia também projetos corporativos na área industrial para ampliar e modernizar a capacidade produtiva e a inserção das empresas nos mercados regionais e mundiais.

Linhas de crédito

As linhas de crédito constituem uma modalidade na qual a Corporação oferece aos clientes uma quantidade máxima de recursos por um período determinado, sem que se implique necessariamente a um compromisso.

Estruturação e financiamento de projetos

A CAF participa ativamente no financiamento de projetos estruturados com garantias limitadas (*limited recourse lending*). Esta categoria é utilizada principalmente para financiar projetos de tipo *Build, Operate and Own* (BOO) relacionados ao setor de infraestrutura, geralmente originados de contratos de concessão outorgados pelos governos ou destinados a financiar projetos de mineração, energia e exploração de petróleo e gás.

Cofinanciamento

O Cofinanciamento constitui em uma modalidade de empréstimo que complementa os recursos financeiros da CAF, atraindo fontes de capital externas à região. Por meio desses instrumentos, a Corporação outorga a porção A do empréstimo com recursos próprios e distribui a porção B entre

os bancos internacionais ou investidores institucionais. Além disso, a CAF cofinancia operações com outros organismos multilaterais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Corporação Interamericana de Investimento, o Banco Nórdico de Investimentos, a Corporação Financeira Internacional e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, assim como com organismos oficiais e com bancos privados locais e internacionais.

AVAIS E GARANTIAS

Os avais e garantias são utilizados pela CAF para respaldar operações de crédito outorgados por outras fontes a governos, empresas e instituições financeiras.

Garantias Parciais de Crédito

As Garantias Parciais de Crédito (GPC) constituem em uma das modalidades de avais e garantias em virtude da qual se garante a um terceiro parte do risco de crédito de uma obrigação a cargo de um cliente. Por meio desse instrumento, a CAF busca atrair novos recursos para a região e estimular fontes de financiamento privadas em condições que de outra forma não estariam disponíveis.

ASSESSORIA FINANCEIRA

A Corporação oferece assessoria financeira a clientes dos setores público, privado e misto. Entre outros serviços, a CAF oferece assistência em: i) a definição e estruturação de planos de financiamento de projetos e companhias; ii) o desenho e execução de processos de licitação pública para delegar ao setor privado a construção, operação e administração de obras de infraestrutura ou serviços públicos, tais como participações público-privado e concessões; iii) a preparação de ofertas do setor privado para participar em processos de licitação pública; iv) fusões e aquisições; e v) valorização de empresas.

Participações Público-Privado

A CAF participa ativamente da estruturação de operações de financiamento com o setor privado com o objetivo de superar a escassez de fundos disponíveis para financiar projetos de infraestrutura.

Por meio destas participações, contribui no processo de engenharia financeira necessária para estruturar este tipo de operações, oferece assessoria às partes envolvidas e favorece o desenvolvimento e fortalecimento dos mercados de capital. Em alguns casos, a Corporação participa no financiamento da operação.

SERVIÇOS DE TESOURARIA

Os serviços de tesouraria incluem a captação de depósitos através do mercado financeiro, com prazos muito curtos (*overnight*) até um ano. Estes serviços são oferecidos pela CAF a seus países acionistas.

PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS

As participações acionárias constituem em investimentos de capital utilizadas pela CAF para apoiar o desenvolvimento e o crescimento de empresas nos países acionistas e seu acesso a mercados de valores, assim como para atrair recursos para a região.

FUNDOS DE COOPERAÇÃO

Os fundos de cooperação são utilizados pela CAF para financiar operações especializadas que complementam a capacidade técnica existente nos países acionistas com o objetivo de impulsionar programas especiais que contribuem com o desenvolvimento sustentável, não reembolsáveis ou de recuperação contingente, dependendo da natureza e propósito da operação.

Os fundos de cooperação visam apoiar as reformas relacionadas aos processos de modernização dos Estados, tais como descentralização administrativa e fortalecimento institucional. Além disso, estes recursos promovem a exportação e investimentos, o desenvolvimento e integração dos mercados financeiros e de capitais da região, a transferência e adaptação tecnológica, a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social e as atividades de responsabilidade social da Corporação.

A CAF também administra e supervisiona fundos de outros países e entidades, geralmente de caráter não reembolsável, destinados a financiar programas acordados com entidades doadoras que estejam na linha de política e estratégia da Corporação.

ESCRITÓRIOS

Sede Venezuela

Av. Luis Roche, Torre CAF,
Altamira, Caracas
Telefone: +58 (212) 209.2111 (master)
Fax: +58 (212) 209.2444
E-mail: infocaf@caf.com

Argentina

Av. Eduardo Madero, N° 900
Edificio Catalinas Plaza, piso 9
C1106ACV, Ciudad de Buenos Aires
Telefone: +54 (11) 4310.1111 (master)
Fax: +54 (11) 4310.1100
E-mail: argentina@caf.com

Bolivia

Av. Arce, N° 2915, Zona San Jorge,
La Paz
Telefone: +591 (2) 243.3333 (master)
Fax: +591 (2) 243.3304
E-mail: bolivia@caf.com

Brasil

SAU/S, Cuadra 01, Lote 1/2,
Bloco M/N, Edificio Libertas,
Salas 1404 a 1409
70070-010, Brasilia-DF
Telefone: +55 (61) 3226.8414
Fax: +55 (61) 3225.0633
E-mail: brasil@caf.com

Colômbia

Carrera 9ª, N° 76-49,
Edificio ING, piso 7, Bogotá
Telefone: +57 (1) 313.2311 (master)
Fax: +57 (1) 313.2787
E-mail: colombia@caf.com

Equador

Av. 12 de Octubre N. 24-562 y Cordero
Edificio *World Trade Center*,
Torre A, piso 13, Quito
Telefone: +593 (2) 222.4080 (master)
Fax: +593 (2) 222.2107
E-mail: ecuador@caf.com

Espanha

Plaza Pablo Ruiz Picasso, N° 1,
Torre Picasso, planta 24
28020, Madrid
Telefone: +34 (91) 597.3894 (master)
Fax: +34 (91) 597.4927
E-mail: espana@caf.com

Panamá

Calle 50 y calle Santo Domingo,
Edificio Global Bank, piso 40, oficina 4001,
Ciudad de Panamá
Telefone: +507 297.5311 (master)
Fax: +507 297-5301
E-mail: panama@caf.com

Peru

Av. Enrique Canaval y Moreyra N° 380
Edificio Torre Siglo XXI, piso 9,
San Isidro Lima 27
Telefone: +51 (1) 710.8511 (master)
Fax: +51 (1) 716.9885
E-mail: peru@caf.com



**“Promovemos o desenvolvimento sustentável e a integração,
mediante uma eficiente mobilização de recursos para
a prestação oportuna de serviços financeiros múltiplos, de
alto valor agregado, a clientes dos setores público e privado
dos países acionistas.**

**Somos uma instituição financeira competitiva, orientada
ao cliente, sensível às necessidades sociais e respaldada
por um pessoal altamente especializado”.**